



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

HEBER JUNIO PEREIRA BRASÃO

TRABALHO SAZONAL: EDUCAÇÃO E RELAÇÕES SOCIAIS NO
DISTRITO DE CELSO BUENO EM MONTE CARMELO-MG (2013-2023)

Uberlândia, MG
2025

HEBER JUNIO PEREIRA BRASÃO

TRABALHO SAZONAL: EDUCAÇÃO E RELAÇÕES SOCIAIS NO
DISTRITO DE CELSO BUENO EM MONTE CARMELO-MG (2013-2023)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Educação da Universidade Federal de Uberlândia,
como requisito parcial para obtenção do título de
Doutor em Educação.

Área de concentração: Trabalho, Sociedade e
Educação

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais

Uberlândia, MG
2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

B823 Brasão, Heber Júnio Pereira, 1973-
2025 TRABALHO SAZONAL: EDUCAÇÃO E RELAÇÕES SOCIAIS NO
DISTRITO DE CELSO BUENO EM MONTE CARMELO-MG (2013-2023).
[recurso eletrônico] / Heber Júnio Pereira Brasão. - 2025.

Orientador: Sérgio Paulo Moraes.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-
graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2025.327>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Moraes, Sérgio Paulo, 1972-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação.
III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 17/2025/448, PPGED				
Data:	Vinte e nove de maio de dois mil e vinte e cinco	Hora de início:	14h	Hora de encerramento:	17h55min
Matrícula do Discente:	12113EDU013				
Nome do Discente:	HEBER JÚNIO PEREIRA BRASÃO				
Título do Trabalho:	"TRABALHO SAZONAL: EDUCAÇÃO E RELAÇÕES SOCIAIS NO DISTRITO DE CELSO BUENO EM MONTE CARMELO-MG (2013-2023)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	Trabalho, Sociedade e Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"HISTÓRIA SOCIAL E HISTÓRIA ORAL: pesquisas sobre trabalho e trabalhadores no Triângulo Mineiro (2000-2016)"				

Reuniu-se, através da sala virtual RNP (<https://conferenciaweb.rnp.br/sala/sergio-paulo-morais>), da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Anderson Claytom Ferreira Brettas - IFTM; Suzele Sany Lacerda Alves - UNIFUCAMP; Carlos Alberto Lucena - UFU; Fabiane Santana Previtali - UFU e Sérgio Paulo Moraes - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Sérgio Paulo Moraes, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Paulo Morais, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/05/2025, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Claytom Ferreira Brettas, Usuário Externo**, em 30/05/2025, às 13:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Lucena, Professor(a) do Magistério Superior**, em 04/06/2025, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Santana Previtali, Professor(a) Substituto(a) do Magistério Superior**, em 04/06/2025, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suzele Sany Lacerda Alves, Usuário Externo**, em 10/06/2025, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6354656** e o código CRC **D82599A3**.

Aos meus pais João Augusto e Olina Maria, a minha esposa Érli Martins, aos meus filhos Helen Cristina e João Augusto. Aos meus irmãos Cleber, Herlen e Éldina (*In memoriam*). Aos meus cunhados, José Roberto e Jales Correia.

AGRADECIMENTOS

Agradecer vai além de um ato formal ou de cortesia; trata-se de reconhecer, com humildade e gratidão, as pessoas, as oportunidades e as circunstâncias que tornaram possível cada passo desta jornada. A trajetória acadêmica não se constrói somente de forma solitária, mas é entrelaçada por múltiplas mãos, que, com esforço, incentivo e aprendizado, marcam profundamente o nosso percurso. Assim, expresso aqui meu sincero reconhecimento a todos que contribuíram para a concretização desta tese.

A Deus, fonte inesgotável de força, sabedoria e esperança, dedico minha mais profunda gratidão. Sua presença me sustentou nos momentos de incerteza, fortaleceu-me diante dos desafios e iluminou cada etapa desta caminhada. Sem sua graça e amparo, este percurso teria sido infinitamente mais árduo.

Aos meus pais, João Augusto e Olina Maria, minha eterna gratidão. Pelo amor imensurável, pelos ensinamentos que moldaram meu caráter e pelo apoio firme e constante em cada etapa de minha vida. Foram vocês que me ensinaram o valor do esforço, da honestidade e da perseverança, e sem essa base sólida, esta conquista não teria sido possível.

À minha esposa, Érlí Martins, minha companheira de vida e de ideais, expresso meu mais elevado reconhecimento. Seu amor, dedicação e apoio incondicional foram fundamentais para que eu pudesse percorrer esta jornada. Nos momentos de exaustão e incerteza, sua presença foi minha fonte de força, renovando minha determinação e reafirmando meu propósito. Esta conquista também lhe pertence.

Aos meus filhos, Helen Cristina e João Augusto, minha mais sincera gratidão. Vocês são minha maior inspiração e razão para seguir em frente. Cada uma das minhas conquistas é também de vocês, que compreenderam minha ausência em muitos momentos e, com amor e paciência, me incentivaram a persistir. Que este trabalho seja um exemplo de que, com dedicação e esforço, os sonhos podem se tornar realidade.

Aos meus irmãos Cleber e Herlen, pela presença constante e apoio irrestrito ao longo de toda a minha jornada. À minha irmã Éldina, que, embora não esteja fisicamente entre nós, continua viva em nossos corações. O amor e a força de cada um de vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Esta conquista é um reflexo do que aprendi com vocês e do carinho que sempre me ofereceram.

Ao meu orientador, professor Doutor Sérgio Paulo Moraes, minha imensa gratidão. Seu conhecimento, orientação e paciência foram cruciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Através de seus ensinamentos e desafios, aprendi não apenas sobre o objeto de

estudo, mas também sobre o compromisso com a pesquisa e a busca pela verdade acadêmica. Sua orientação foi determinante para o sucesso desta jornada e para a realização desta tese.

À professora Doutora Suzele Sany Lacerda Alves, minha profunda gratidão por sua imensa contribuição ao longo desta trajetória. Seu conhecimento e generosidade em compartilhar experiências e orientações foram fundamentais para o amadurecimento deste trabalho. Sua dedicação e comprometimento com a pesquisa acadêmica sempre foram fontes de inspiração, e sou imensamente grato pelo apoio que me ofereceu.

À Professora Doutora Tânia Nunes, cuja partida prematura nos privou de sua inteligência e generosidade. Sua dedicação e apoio foram fundamentais para minha formação e para a construção deste trabalho. Minha eterna gratidão e saudade.

Ao professor Mestre Paulo Victor Antônio Chaves, manifesto minha sincera gratidão pela grande contribuição prestada a este trabalho. Sua atenção, seu domínio teórico e sua disposição em colaborar com generosidade foram essenciais para o desenvolvimento e aprimoramento desta tese. Seu comprometimento e incentivo foram valiosos em momentos decisivos deste percurso.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, minha sincera gratidão. Cada um de vocês, com seu saber, dedicação e generosidade, contribuiu de maneira única para o meu crescimento acadêmico. O ambiente de aprendizado proporcionado por este programa foi essencial para a realização deste trabalho, e sou imensamente grato por todo o suporte e ensinamentos recebidos ao longo dessa jornada.

Por fim, agradeço à UNIFUCAMP, na pessoa de seu magnífico reitor, Professor Mestre Guilherme Marcos Ghelli, e à Diretora Geral de Ensino, Professora Doutora Kelma Gomes Mendonça Ghelli, pelo apoio e incentivo ao longo desta trajetória. A dedicação e o compromisso de ambos com a educação foram fundamentais para que eu pudesse desenvolver e concluir esta pesquisa. Sou imensamente grato pela confiança e pela oportunidade de integrar esta instituição.

O trabalho sazonal impõe uma transitoriedade compulsória aos trabalhadores rurais e seus filhos, convertendo a escola em espaço de passagem e não de permanência, como bem demonstram os estudos de Arroyo (2014) sobre as contradições da educação no campo.

MIGUEL ARROYO

RESUMO

A presente pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia junto à linha de pesquisa, Trabalho, Sociedade e Educação. Em linhas gerais versa sobre o fenômeno migratório em Monte Carmelo em sua dimensão do trabalho sazonal e teve como finalidade compreender de que modo o trabalho sazonal dos familiares de estudantes da Escola Municipal de Celso Bueno e os meandros da sua precarização, interferem no processo educativo de seus filhos. O período contemplado pela pesquisa se estabeleceu entre os anos de 2013 a 2023 em razão da disponibilidade documental e dos dados obtidos na Escola Municipal de Celso Bueno e também na Secretaria de Educação do município de Monte Carmelo. A problemática central da pesquisa consistiu em compreender de que modo o trabalho sazonal em seu contexto de precarização, vulnerabilidade e desigualdade social influem no processo educativo filhos dos migrantes estudantes da Escola Municipal de Celso Bueno. A investigação se desdobrou como pesquisa documental, bibliográfica e empírica com abordagem qualitativa que utilizou questionários e entrevistas para a coleta de dados. Ao longo deste estudo, foram investigados dados relacionados às matrículas, transferências, admissões, remanejamentos, reclassificações e evasão de alunos, os quais, conforme análise mostrou como a transitoriedade desses estudantes, frequentemente associada ao trabalho sazonal e infantil influencia de forma significativa o processo de ensino-aprendizagem. O trabalho sazonal e o impacto dessa transitoriedade se manifestam gerando um ciclo de descontinuidade e fragilidade nas práticas pedagógicas da instituição. Ao final das reflexões, no cenário carmelitano, ficou aparente a existência de uma história complexa de poder e construção de memórias no município em questão, o que é comum em todo o país. Ao observar a construção da história comemorativa, nota-se a ausência de espaço destinado às ações e construções sociais dos trabalhadores, que viveram nos bairros periféricos, migraram e participaram ativamente do desenvolvimento produzido pelo seu trabalho.

Palavras-chave: Migração. Trabalho sazonal. Precarização do Trabalho. História Regional/Memória. Educação do Trabalho.

ABSTRACT

This research is part of the Graduate Program in Education at the Federal University of Uberlândia, within the research line “Work, Society, and Education.” It broadly addresses the migratory phenomenon in Monte Carmelo, focusing on the dimension of seasonal labor. The study aimed to understand how the seasonal work performed by the families of students at Celso Bueno Municipal School and the dynamics of its precarization interferes with their children’s educational process. The research covered the period from 2013 to 2023, based on the availability of documents and data provided by both the school and the Municipal Department of Education of Monte Carmelo. The central issue was to understand how seasonal work, in a context marked by precarity, vulnerability, and social inequality, affects the educational process of migrant children enrolled in the school. The investigation was carried out through documentary, bibliographic, and empirical research, with a qualitative approach supported by questionnaires and interviews. Throughout the study, data related to enrollment, transfers, admissions, reassignments, reclassifications, and dropout rates were analyzed. The findings revealed how the transience of these students often associated with seasonal and child labor significantly disrupts the teaching and learning process. This transitory reality generates a cycle of discontinuity and fragility in the school’s pedagogical practices. In the final reflections, the research highlights the existence of a complex history of power and memory construction in the municipality of Monte Carmelo, which mirrors a broader national pattern. In the commemorative historical narrative, there is a notable absence of recognition for the social actions and contributions of workers those who lived in peripheral neighborhoods, migrated, and actively participated in the city’s development through their labor.

Keywords: Migration. Seasonal Labor. Labor Precarity. Regional History/Memory. Labor and Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Análise do Comportamento Aplicada
ACEMC	Associação dos Ceramistas de Monte Carmelo
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
AMOCA	Associação dos Cafeicultores de Monte Carmelo
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEI	Centro educacional infantil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
DEARI	Diretoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais
DMAE	Departamento Municipal de Água e Esgoto
EAD	Educação a distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETA	Estação de tratamento de água
FINAME	Financiamento de Máquinas e Equipamentos
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
PROCER	Programa de Desenvolvimento da Indústria Cerâmica
PROEB	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais
SRE	Superintendência Regional de Ensino
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patrocínio

SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UBS	Unidade básica de saúde
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
UNIFUCAMP	Centro Universitário Mário Palmério

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Faixa Etária dos Professores	126
Tabela 2. Identificação étnico-racial- alunos	169
Tabela 3. Evasão Escolar: Comparativo entre início e conclusão do ano letivo	217
Tabela 4. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Educação infantil - 2013	227
Tabela 5. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental - 2013	228
Tabela 6. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Educação infantil - 2014	229
Tabela 7. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental 2014.....	229
Tabela 8. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Educação infantil – 2015.....	230
Tabela 9. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental - 2015	231
Tabela 10. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Educação infantil - 2016.....	232
Tabela 11. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental - 2016.....	233
Tabela 12. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Educação infantil - 2017.....	234
Tabela 13. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental - 2017.....	235
Tabela 14. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Educação infantil- 2018.....	236
Tabela 15. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental - 2018.....	236
Tabela 16. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Educação Infantil - 2019.....	237
Tabela 17. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental - 2019	238

Tabela 18. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Educação Infantil - 2020	239
Tabela 19. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental - 2020	240
Tabela 20. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Educação Infantil - 2021	241
Tabela 21. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental- 2021	241
Tabela 22. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Educação Infantil- 2022	243
Tabela 23. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental - 2022	244
Tabela 24. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Infantil- 2023.....	245
Tabela 25. Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental- 2023.....	245

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Sexo – Professores.....	125
Gráfico 2. Identificação étnico- racial	127
Gráfico 3. Procedência.....	128
Gráfico 4. Renda Familiar	130
Gráfico 5. Formação dos professores	132
Gráfico 6. Titulação mais elevada concluída.....	133
Gráfico 7. Tempo de Docência na instituição	134
Gráfico 8. Tempo de docência.....	136
Gráfico 9. Atividades mais praticadas nas horas vagas.....	137
Gráfico 10. Percepção dos professores da evasão escolar no período sazonal.....	138
Gráfico 11. Percepção dos pais sobre o impacto transformador da educação na vida dos alunos.....	139
Gráfico 12. Motivos para o abandono escolar durante o período sazonal.....	140
Gráfico 13. Medidas para garantir a permanência do aluno na escola	142
Gráfico 14. Principais causas do trabalho infantil: necessidade econômica, falta de acesso à educação e condições familiares desfavoráveis.....	143
Gráfico 15. Impacto da evasão escolar no ensino-aprendizagem.....	144
Gráfico 16. Percepção sobre ações da escola para reduzir a evasão escolar em Celso Bueno	145
Gráfico 17. Percepção sobre a dificuldade dos colegas em lidar com a diversidade cultural na Escola de Celso Bueno	147
Gráfico 18. Discussão sobre as diferenças culturais em sala de aula	148
Gráfico 19. Discussão sobre o trabalho em sala de aula.....	149
Gráfico 20. A escola valoriza a cultura original dos alunos?	150
Gráfico 21. O ambiente escolar a inclusão cultural e territorial?	152
Gráfico 22. Alunos de outras regiões têm boa autoestima ou preferem o trabalho à escola?.....	153
Gráfico 23. Motivos dos alunos que deixam a escola durante o trabalho sazonal	154
Gráfico 24. Horas diárias de trabalho dos alunos que deixam a escola durante o trabalho sazonal.....	156
Gráfico 25. Percepção sobre a garantia dos direitos trabalhistas dos alunos que deixam a escola para trabalhar	159

Gráfico 26. Percepção sobre a garantia dos direitos trabalhistas dos pais que trabalham nas lavouras do Distrito de Celso Bueno	160
Gráfico 27. Percepção dos professores sobre a conformidade das condições de trabalho dos alunos com os padrões estabelecidos pelo Ministério do Trabalho.....	161
Gráfico 28. Avaliação sobre a existência de fiscalização permanente para minimizar os impactos da evasão escolar durante o período sazonal.....	162
Gráfico 29. Sexo – Alunos	165
Gráfico 30. Distribuição das idades dos alunos participantes da pesquisa.....	166
Gráfico 31. Origem dos alunos participantes	171
Gráfico 32. Composição familiar dos alunos participantes	173
Gráfico 33. Soma da renda familiar.....	174
Gráfico 34. Tempo de residência em Celso Bueno	175
Gráfico 35. Alunos selecionados para a pesquisa.....	177
Gráfico 36. Tempo de permanência dos alunos na Escola Municipal de Celso Bueno	178
Gráfico 37. Atividades mais praticadas pelos alunos durante suas horas vagas	180
Gráfico 38. Número de pessoas que trabalham nas residências dos alunos da Escola Municipal de Celso Bueno	181
Gráfico 39. Percepção dos alunos sobre as condições de trabalho no Distrito de Celso Bueno.....	182
Gráfico 40. Locais de trabalho das pessoas que convivem nas casas dos alunos de Celso Bueno.....	184
Gráfico 41. Carga horária diária de trabalho dos membros das famílias dos alunos.....	185
Gráfico 42. Atividades agrícolas predominantes nas lavouras dos membros das famílias dos alunos.....	186
Gráfico 43. Registro formal de trabalho nas famílias dos alunos de Celso Bueno	187
Gráfico 44. Participação dos alunos de Celso Bueno na colheita durante o período sazonal.....	189
Gráfico 45. Percepção dos alunos sobre as condições oferecidas pela escola para mudar de vida.	190

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1 - CAMINHOS E OCUPAÇÕES: A QUESTÃO DA MIGRAÇÃO NO BRASIL E NO INTERIOR MINEIRO	29
1.1 Desvendando a migração: dinâmicas de classe social e desigualdade no contexto migratório.....	29
1.2 A Lavoura cafeeira no cerrado mineiro.....	39
1.3 A migração interna no Brasil: uma análise das causas e consequências.....	42
1.4 Traços dos migrantes nordestinos que se deslocam para a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	48
1.5 Impactos sociais e econômicos da migração para Celso Bueno	51
CAPÍTULO 2 - A ESCOLA MUNICIPAL DE CELSO BUENO EM MONTE CARMELO: CONTEXTOS HISTÓRICOS E ATUAIS.....	54
2.1 O município de Monte Carmelo a partir de uma visão memorialista	54
2.2 O Distrito de Celso Bueno: entre memórias ausentes e contextos reconstituídos	72
2.3 A criação da escola de Celso Bueno	80
2.4 A Escola Municipal de Celso Bueno no século XXI: uma análise sob a perspectiva da História da Educação Rural.....	82
2.5 Caracterização da escola de Celso Bueno	86
2.6 A Escola Municipal de Celso Bueno em seu contexto socioeconômico: discussões sobre questões sociais e os reflexos na escola.....	93
CAPÍTULO 3- O TRABALHO SAZONAL NO DISTRITO DE CELSO BUENO E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO	98
3.1 Trabalho Sazonal e vulnerabilidade socioeconômica: um olhar sobre o Distrito de Celso Bueno	98
3.2 Trabalho infantil <i>versus</i> escolarização	104
3.3 A relação entre educação e trabalho no Brasil: contradições e desafios.....	108
CAPÍTULO 4- ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	120
4.1 O Contexto da pesquisa.....	120
4.2 Os sujeitos da pesquisa.....	120
4.3 Instrumentos para coleta de dados	121
CAPÍTULO 5- RESULTADOS E ANÁLISE	124
5.1 Análise do perfil dos professores: formação e experiência.....	124
5.2 Análise da dinâmica de ensino dentro do contexto de trabalho sazonal na perspectiva dos professores	138
5.3 Análise do perfil dos alunos e as correlações com o trabalho sazonal.....	163
5.4 Educação em transformação: reflexões sobre a escola de Celso Bueno (2013-2023)	193
5.5 Análise dos dados de evasão escolar no Distrito de Celso Bueno (2013-2023)	216

5.6 Análise das matrículas, movimentações e situação final dos alunos da educação infantil e fundamental da escola de Celso Bueno (2013-2023)	226
5.7 Movimentação interna na Escola Municipal de Celso Bueno: reflexões sobre educação e sazonalidade no contexto local	246
5.8 Análise de reprovação no Ensino Fundamental escola de Celso Bueno (2013-2023)	249
CONSIDERAÇÕES FINAIS	251
REFERÊNCIAS	257
ANEXOS	267
APÊNDICES	288

INTRODUÇÃO

O processo de migração no Brasil, que transcende fronteiras geográficas e culturais, é influenciado por uma série de fatores, incluindo crises políticas, desastres naturais e desigualdades socioeconômicas.

Propor uma análise sobre o tema da migração significa observar que, este, não se limita apenas ao deslocamento físico de indivíduos, mas também abrange suas consequências sociais, culturais, políticas e econômicas tanto nas regiões de origem quanto nas de destino.

Dentre essas consequências, o trabalho sazonal é uma das dimensões significativas do movimento migratório. O trabalho sazonal, caracterizado por sua natureza temporária e por estar frequentemente ligado a setores como agricultura, turismo e construção, atrai trabalhadores migrantes em busca de melhores oportunidades financeiras durante períodos de alta demanda.

Neste contexto, esta tese buscou explorar as dinâmicas da migração, suas motivações e desafios, bem como o impacto que este fenômeno exerceu em Monte Carmelo, na comunidade de Celso Bueno em sua relação com a educação.

Monte Carmelo é um município situado na região do Alto Paranaíba, no oeste de Minas Gerais e segundo o último censo (2022) sua população é de 47.692 habitantes. Sua economia é fortemente baseada no agronegócio, destacando-se a produção de café do cerrado, lavouras brancas (soja e milho), agropecuária e além da fabricação de telhas de barro e tijolos.

No passado, Monte Carmelo ganhou notoriedade como o maior parque cerâmico da América Latina, contando, em seu período de maior produtividade, na década de 1990, com aproximadamente 40 indústrias voltadas à produção de cerâmica vermelha¹.

Entretanto, a partir dos anos 2000, a atividade ceramicista sofreu uma acentuada retração, motivada por fatores como a escassez de matéria-prima na região, o que elevou os custos de produção e a crescente concorrência das telhas de cimento. Essas adversidades levaram ao fechamento da maior parte das indústrias, restando atualmente apenas 10 em

¹ A cerâmica vermelha refere-se a um segmento da indústria ceramista voltado para a produção de materiais de construção, como tijolos, telhas e blocos estruturais, utilizando predominantemente argila como matéria-prima. Trata-se de uma atividade historicamente associada ao setor da construção civil e bastante presente em regiões interioranas do Brasil, desempenhando papel significativo na economia local, sobretudo pela geração de empregos e pelo aproveitamento de recursos naturais disponíveis. No município de Monte Carmelo, por exemplo, o parque cerâmico consolidou-se a partir da década de 1970 como uma das principais atividades industriais, atraindo mão de obra sazonal e contribuindo para dinâmicas migratórias recorrentes.

funcionamento, sendo 4 voltadas à produção de telhas e 6 especializadas em blocos cerâmicos. (ACEMC, 2024.)

Nos registros históricos, os primeiros movimentos que deram origem à cidade de Monte Carmelo remontam à década de 1840, impulsionados pela descoberta de diamantes na vizinha Estrela do Sul, então chamada Bagagem. As jazidas diamantíferas atraíram garimpeiros e migrantes de diversas regiões, como São João Del Rei e Tamanduá (atual Itapeçerica), além de outras partes do Brasil.

Naquele período, o rio Bagagem, em Estrela do Sul, ganhou fama pelas lavadeiras que encontravam diamantes na superfície da água. A notícia se espalhou rapidamente, atraindo muitas pessoas, o que resultou em um povoado de crescimento desordenado, marcado pela presença de aventureiros e indivíduos de reputação duvidosa.

Diante desse ambiente instável, os pioneiros procuraram um local mais seguro para suas famílias, afastado dos garimpos. Chegando à região onde hoje está Monte Carmelo, encontraram os córregos Mumbuca e Olaria, cujas águas eram abundantes e de boa qualidade. A área também apresentava clima agradável, o que favoreceu sua ocupação. Assim, o local passou a ser chamado de Carmo do Bagagem, tornando-se um distrito subordinado à cidade de Bagagem.

Relatos indicam que uma fazendeira local, Clara Chaves, devota de Nossa Senhora do Carmo, doou uma área de uma légua quadrada (aproximadamente 36 km²) para a construção de uma capela dedicada à santa, futura padroeira do município. Ao redor dessa capela, situada onde hoje está a Praça da Matriz, formou-se o “Arraial do Carmo da Bagagem”.

Desde a década de 1840, o povoado evoluiu administrativamente, passando pelos estágios de vila e distrito, até ser elevado à categoria de cidade em 24 de maio de 1892, pela Lei Estadual nº 23. O nome Monte Carmelo foi adotado posteriormente, em 25 de junho de 1900, por meio da Lei Estadual nº 286.

A mudança de nome foi inspirada na chegada de freiras carmelitas à região, que notaram a semelhança entre um morro local e o Monte Carmelo, situado na Costa de Israel, onde foi fundada a Ordem de Nossa Senhora do Carmo. A nova denominação também homenageou a padroeira e consolidou a identidade religiosa e cultural do município.

Na época, Monte Carmelo possuía uma administração abrangente, incluindo cinco distritos: Monte Carmelo (sede), Nossa Senhora D’Abadia de Água Suja (atual Romaria), São Sebastião da Ponte Nova (Nova Ponte), Espírito Santo do Cemitério (Iraí de Minas) e Santa

Cruz do Boqueirão (Douradoquara). No entanto, com o tempo, esses distritos conquistaram autonomia político-administrativa, tornando-se cidades independentes.

A partir da década de 1970, Monte Carmelo emergiu como um dos principais centros produtores de café no cerrado, consolidando-se como uma referência no setor. Esse período foi caracterizado por uma significativa transformação na economia local, impulsionada pela expansão da cafeicultura, que passou a desempenhar papel central no desenvolvimento regional.

Fatores naturais, como o clima propício, com estações bem definidas, e o solo fértil, foram determinantes para o crescimento e aprimoramento da produção de café de alta qualidade. Adicionalmente, inovações tecnológicas no manejo agrícola, incluindo a introdução de técnicas avançadas de irrigação e colheita mecanizada, permitiram um aumento substancial na produtividade e na qualidade do produto.

Com o processo de organização dos produtores locais e a crescente valorização do café como um produto destinado ao mercado de exportação, Monte Carmelo obteve destaque tanto no cenário nacional quanto internacional. A cidade tornou-se um símbolo de excelência na produção de café do cerrado, juntamente com as cidades de Araguari e Patrocínio, o que resultou na obtenção de certificações de qualidade e na valorização do selo de origem, reconhecendo a superioridade do café produzido na região.

Dessa forma, o município não apenas fortaleceu sua economia, mas também se consolidou como um polo de inovação e desenvolvimento no agronegócio, contribuindo decisivamente para projetar o café do cerrado mineiro como um produto de referência no mercado global.

O crescimento da cafeicultura e a consequente valorização da economia local propiciaram um intenso movimento migratório para Monte Carmelo, particularmente a partir da década de 1970. Esse fluxo migratório foi principalmente impulsionado por indivíduos provenientes da Bahia, atraídos pelas oportunidades geradas pela expansão da produção cafeeira e pelo desenvolvimento da cidade.

A busca por empregos nas lavouras de café e em outras atividades ligadas ao agronegócio foi um dos principais motores dessa migração. A promessa de melhores salários e condições de vida impulsionaram muitas famílias a se deslocarem para a região, o que resultou em um crescimento populacional e na diversificação da mão-de-obra local.

Esses migrantes desempenharam e ainda desempenham um papel fundamental no sucesso da cafeicultura, trazendo consigo novas técnicas de cultivo e contribuindo com uma força de trabalho essencial para atender à crescente demanda. No entanto, é importante

destacar que, além de sua contribuição produtiva, esses migrantes também representavam uma fonte de mão de obra barata, o que favoreceu a exploração laboral por parte dos empregadores. Muitos desses trabalhadores, em sua grande maioria provenientes de regiões com poucas oportunidades de emprego, se viram em situações precárias, sendo pagos de forma insuficiente e, frequentemente, submetidos a condições de trabalho adversas e sem garantias de direitos.

A migração provocou também mudanças sociais e culturais, enriquecendo a comunidade com novas influências e experiências. Contudo, essa integração foi acompanhada de um processo de exploração, em que os migrantes muitas vezes não tinham acesso a serviços básicos e enfrentavam dificuldades em termos de moradia, saúde e educação. A adaptação a esse novo ambiente, com uma infraestrutura ainda em desenvolvimento, representou um desafio significativo para os recém-chegados.

Ainda assim, a presença dessa força de trabalho, embora explorada, contribuiu para o dinamismo e a vitalidade de Monte Carmelo, que, com a força do agronegócio, se consolidou como um polo de desenvolvimento no estado de Minas Gerais. A cidade se transformou em um exemplo do crescimento econômico impulsionado pela cafeicultura, mas também de uma realidade marcada pela desigualdade social e pela exploração do trabalho, um fenômeno recorrente em muitas regiões que passaram por transformações semelhantes.

Desse modo, embora marcado por desigualdades e pela exploração da mão-de-obra migrante, o crescimento da produção de café no cerrado desempenhou um papel decisivo na transformação da economia local. Esse processo não apenas impulsionou o desenvolvimento de Monte Carmelo como um importante polo agroindustrial, mas também remodelou sua composição demográfica. A cidade passou a ser vista como um espaço de acolhimento e oportunidades, especialmente para aqueles que buscavam melhores condições de vida, reforçando sua identidade como um território de crescimento econômico e diversidade cultural.

Consoante a ocupação dos migrantes em Monte Carmelo, esta, originou o povoado de Celso Bueno, oficializado como distrito da cidade somente em 14 de outubro de 2021. Devido a necessidade de atender as demandas educacionais para os filhos destes migrantes, foi criada a escola de Celso Bueno em 1960.

Essa conjuntura serviu de subsídio para a construção do escopo central desta pesquisa, qual seja, a compreensão das relações entre o trabalho sazonal e seus desdobramentos no âmbito da educação do povoado/distrito de Celso Bueno.

O problema de investigação partiu da seguinte interrogação: De que modo o trabalho sazonal e seus meandros influem nas relações sociais e no processo educativo dos estudantes da Escola Municipal de Celso Bueno?

Partimos da hipótese de que a transitoriedade escolar, marcada pela constante mobilidade dos alunos, é expressão direta das desigualdades socioeconômicas que caracterizam a população local. Acreditamos que a inserção precoce no mercado de trabalho contribui significativamente para as altas taxas de evasão escolar e compromete a efetivação de uma educação contínua e de qualidade. A tese que defendemos, portanto, é a de que essas dinâmicas revelam um padrão estrutural de exclusão educacional vinculado à sazonalidade do trabalho e às condições de vida da comunidade.

A fim de averiguar tal hipótese, a investigação seguiu com certos objetivos. De modo mais abrangente objetivou compreender de que modo o trabalho sazonal dos familiares de estudantes da Escola Municipal de Celso Bueno e os meandros da sua precarização, interferem no processo educativo de seus filhos, bem como na dinâmica do processo ensino-aprendizagem.

De modo mais específico, a pesquisa foi orientada por objetivos que visaram compor uma análise do quadro socioeconômico, cultural e educacional do aluno migrante e seus contextos: a) Compreender as condições de trabalho do migrante sazonal e os elementos constitutivos da precarização do trabalho e as possíveis correlações com a desigualdade e a vulnerabilidade social; b) Identificar de modo analítico o perfil dos alunos migrantes, tendo em vista as questões socioeconômicas, culturais e do trabalho; c) Analisar a situação de transitória permanência das famílias de migrantes do Distrito de Celso Bueno e sua interferência na dinâmica do processo ensino-aprendizagem de seus filhos; d) Discutir as práticas pedagógicas que permeiam o processo educativo no contexto do trabalho sazonal de Celso Bueno; e) Investigar os caminhos e ocupações que envolvem a migração no Brasil e no interior mineiro, relacionando-os às dinâmicas locais de mobilidade e inserção no trabalho.

Para empreender a análise do objeto desta tese foram elencadas algumas categorias pelas quais entendemos ser possível identificar e compreender a amálgama do trabalho sazonal e suas implicações nas relações sociais e educacionais em Celso Bueno. Foram consideradas três categorias de análise: migração, trabalho sazonal e práticas pedagógicas.

No que se refere ao recorte temporal, a escolha do período de 2013 a 2023 para esta pesquisa justifica-se pela disponibilidade documental e pela consistência dos dados obtidos na Escola Municipal de Celso Bueno e na Secretaria de Educação do município de Monte Carmelo. Esse intervalo permitiu uma análise das mudanças na sazonalidade educacional e no

impacto do trabalho infantil, possibilitando a identificação de padrões e variações ao longo da década.

Além disso, a delimitação temporal incluiu os efeitos da pandemia da COVID-19, permitindo investigar se houveram alterações na relação entre trabalho sazonal e permanência escolar após esse período. Dessa forma, a definição desse recorte não é aleatória, mas buscou garantir um olhar aprofundado sobre os fatores que influenciam a trajetória educacional dos alunos da instituição.

Com relação ao *corpus* documental e empírica, a presente investigação se valeu de documentos que se encontram arquivados Prefeitura Municipal, na Câmara Municipal de Vereadores, na Biblioteca Municipal, Casa da Cultura de Monte Carmelo, Superintendência Regional de Ensino de Monte Carmelo - Estado de Minas Gerais e na própria instituição pesquisada, Escola Municipal Celso Bueno.

Esta tese está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo discute o fenômeno da migração no Brasil com foco nos deslocamentos de migrantes do Nordeste para as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, atraídos principalmente pela cultura cafeeira, estabelecendo relações deste movimento com a desigualdade social e analisando seus impactos econômicos e sociais. O segundo versa sobre os aspectos históricos da constituição da cidade de Monte Carmelo, do distrito de Celso Bueno, da gênese da Escola Municipal de Celso Bueno sob a perspectiva da História da Educação Rural. No terceiro capítulo é tratada a questão do trabalho abordando o aspecto sazonal, infantil e suas complexas relações sociais e educacionais. No quarto capítulo são descritos os aspectos metodológicos da pesquisa no que concerne seu contexto, sujeitos, procedimentos e instrumentos para coleta de dados. Por fim no capítulo cinco são apresentados os resultados e a análise dos dados que contemplam o perfil dos professores, a formação e a experiência; a análise da dinâmica de ensino — as práticas pedagógicas — dentro do contexto de trabalho sazonal do ponto de vista dos professores; o perfil dos alunos e as correlações com o trabalho sazonal; a evasão e a reprovação escolar; a oscilação de frequência e as movimentações de remanejo e reclassificação dos alunos.

A coleta de dados teve como objetivo identificar a materialidade dos liames do trabalho sazonal imbricados no processo educativo dos filhos dos migrantes da Escola de Celso Bueno, a fim de possibilitar uma análise discursiva dinâmica dos seus efeitos e influências nas práticas pedagógicas e nos discursos dos professores e alunos participantes.

Nesse contexto, foi feito um primeiro contato com os envolvidos para apresentar os objetivos do estudo destacando a relevância da pesquisa tanto para o avanço do campo científico quanto para a prática pedagógica na área da educação.

Após estabelecer uma relação de confiança e superar a formalidade inicial, foram aplicados os questionários e realizadas as entrevistas, que, juntamente com as atividades relacionadas ao trabalho sazonal, proporcionaram os dados essenciais para a análise. A pesquisa foi desenvolvida ao longo dos anos de 2023 e 2024, durante encontros que possibilitaram um aprofundamento na coleta e interpretação das informações, focando especialmente nas percepções de professores e alunos sobre os desafios e as práticas educacionais no contexto da sazonalidade da Escola Municipal de Celso Bueno.

A pesquisa realizada na Escola Municipal de Celso Bueno, em Monte Carmelo (MG), foi estruturada em três etapas fundamentais, quais sejam, fase exploratória, trabalho de campo e análise e tratamento do material empírico e documental. Esse percurso metodológico possibilitou a organização sistemática das ações investigativas, garantindo coerência e profundidade na compreensão do objeto de estudo.

A fase exploratória correspondeu ao planejamento inicial da pesquisa, no qual foram definidos os objetivos e elaborados os procedimentos necessários para viabilizar o estudo. De acordo com Minayo, Deslandes e Gomes (2012), essa etapa compreende a produção do projeto e a preparação para a entrada em campo. Nesse sentido, a fase exploratória desta pesquisa concentrou-se na delimitação do objeto de estudo e na formulação de hipóteses sobre as práticas educacionais e as concepções de professores e alunos no contexto da Escola Municipal de Celso Bueno. Esse momento incluiu o levantamento bibliográfico, a construção do referencial teórico e a organização metodológica para viabilizar a coleta de dados.

A segunda etapa, o trabalho de campo, caracterizou-se pela aproximação prática com o ambiente escolar e pela interação direta com os participantes. Segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2012), essa fase combina instrumentos como observações, entrevistas e análise documental, permitindo a coleta de informações essenciais para a pesquisa. No caso da Escola Municipal de Celso Bueno, o trabalho de campo foi realizado por meio da aplicação de questionários direcionados a professores e alunos, buscando compreender suas percepções sobre as práticas pedagógicas e os desafios enfrentados na rotina escolar. Essa etapa destacou-se pela interação dialógica com os sujeitos investigados, contribuindo para a construção de dados significativos.

Por fim, a análise e o tratamento do material empírico e documental configuraram a terceira etapa do processo investigativo. Conforme Minayo; Deslandes e Gomes (2012), essa fase envolve procedimentos para interpretar os dados coletados e articulá-los com o referencial teórico que fundamentou a pesquisa. Ainda segundo as autoras, essa análise subdivide-se em três momentos: ordenação, classificação e interpretação dos dados. No contexto da Escola Municipal de Celso Bueno, os resultados obtidos nos questionários foram organizados, categorizados e analisados de forma crítica, possibilitando reflexões aprofundadas sobre as práticas educacionais adotadas e os desafios pedagógicos enfrentados. A fase da análise,

[...] envolve, inicialmente, a organização das informações obtidas por meio de observações etnográficas, entrevistas transcritas, questionários respondidos, notas de campo, fichas de informações obtidas a partir de documentos, entre outros meios. Sem essa organização ou separação do material em categorias ou unidades de significado, torna-se difícil o confronto das informações, a percepção de regularidades, padrões e relações pertinentes. (Fiorentini; Lorenzato, 2009, p. 133).

Dessa maneira, a pesquisa desenvolvida na Escola Municipal de Celso Bueno seguiu um percurso metodológico estruturado, articulando teoria e prática para compreender as concepções educacionais vigentes e fornecer subsídios para futuras intervenções no contexto escolar. Esse processo garantiu rigor analítico e favoreceu a produção de conhecimento relevante para o campo educacional.

No processo de análise dos dados coletados, adotamos uma abordagem qualitativa, utilizando técnicas como análise de conteúdo, categorização, análise documental e triangulação dos dados. Nosso objetivo foi estabelecer um diálogo entre a literatura relevante e as práticas observadas, com ênfase nas conexões entre a teoria e as experiências práticas vivenciadas durante a coleta. Acreditamos que esse estágio possibilita a integração e o confronto dos dados registrados. Conforme apontam Sadalla et al. (2005, p. 77), “não existe um ponto de exaustão na análise ao se trabalhar com abordagens qualitativas; o que ocorre é a necessidade de delimitar a forma de observação e buscar a satisfação e o prazer das descobertas”.

A análise dos dados constitui a parte central da pesquisa. Através do confronto entre os resultados obtidos e a fundamentação teórica, visa-se alcançar os objetivos estabelecidos no início do estudo. Este processo atribui valor ao material coletado, explorando todas as possibilidades de interpretações, tanto explícitas quanto implícitas, até que se chegue a uma conclusão final sobre os procedimentos realizados.

Após a análise dos questionários, e do convívio com professores e alunos, procedemos à triangulação dos dados, embasada em um referencial teórico, o que facilitou a reestruturação e a apresentação dos resultados. Esse processo possibilitou uma abordagem mais abrangente do objeto de estudo.

À luz da fundamentação de Triviños (1987):

A técnica da triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social. (Triviños, 1987, p. 138).

A triangulação permitiu integrar os três instrumentos de coleta de dados de forma a atender de maneira precisa aos objetivos estabelecidos, além de promover uma discussão que contemplasse as problemáticas identificadas e possibilitasse a compreensão das concepções dos professores, expressas por diferentes meios.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritiva, voltada para a análise das percepções e experiências dos participantes em relação ao impacto do trabalho sazonal no processo de ensino e aprendizagem.

A pesquisa qualitativa é amplamente utilizada nas Ciências Humanas e Sociais, uma vez que prioriza a compreensão de fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos. Diferentemente das abordagens quantitativas, que se baseiam em dados numéricos e estatísticos, a pesquisa qualitativa busca interpretar significados, comportamentos e práticas sociais, explorando suas complexidades e subjetividades. Destarte, esse tipo de abordagem é capaz de “[...] incorporar a questão do significado e da intencionalidade como intrínseca aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas, tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (Minayo, 2004, p.10).

Dentro dessa perspectiva, o estudo também apresenta características de pesquisa de campo, pois os dados foram coletados diretamente no ambiente escolar, onde o fenômeno investigado ocorre. Esse tipo de pesquisa permite uma análise contextualizada, favorecendo o entendimento das dinâmicas e desafios enfrentados por professores e alunos no cotidiano escolar.

A pesquisa qualitativa é caracterizada pela coleta de dados por meio das descrições feitas pelos participantes, refletindo suas próprias vivências e percepções. Nesse tipo de pesquisa, a ênfase não está em idealizações ou em construções imaginativas, mas em uma

descrição detalhada que busca capturar a essência das percepções e experiências reais dos sujeitos. A análise qualitativa não se limita a estudar os fenômenos de forma superficial, mas busca compreender as dimensões subjacentes e essenciais desses fenômenos.

Além disso, a aplicação de questionários estruturados e semiestruturados evidencia a utilização de técnicas de coleta de dados empíricos, essenciais para levantar informações concretas sobre as percepções dos sujeitos pesquisados.

Portanto, esta investigação se fundamenta na análise qualitativa e descritiva, comprometida em compreender as relações entre o trabalho sazonal e o desempenho educacional, considerando as vozes e vivências dos atores diretamente envolvidos no contexto estudado.

As Ciências Humanas não são, portanto, uma análise daquilo que o homem é na sua natureza, mas, antes, porém, uma análise que se estende daquilo que o homem é, na sua positividade (vivendo, falando, trabalhando, envelhecendo e morrendo), para aquilo que habilita este mesmo homem a conhecer (ou buscar conhecer) o que a vida é, em que consiste a essência do trabalho e das leis, e de que forma ele se habilita ou se torna capaz de falar. (Martins, 1991, p.51).

Uma questão importante na metodologia qualitativa é o fato de que não há um caminho rigorosamente sistematizado para o processo de pesquisa. Ao contrário de outras abordagens que seguem etapas predefinidas em direção a uma generalização dos resultados, a pesquisa qualitativa não segue um percurso linear e rígido. Isso se deve à complexidade dos fenômenos humanos, que exigem uma abordagem mais flexível e interpretativa. O foco principal está na compreensão profunda das descrições dos sujeitos e na interpretação das realidades de acordo com suas próprias perspectivas, sem a necessidade de seguir um protocolo fixo e imutável.

Portanto, a pesquisa qualitativa não visa apenas entender os relatos dos participantes, mas também interpretar as suas experiências de forma contextualizada, considerando a subjetividade e o ambiente em que essas experiências ocorrem. Esse tipo de pesquisa permite uma análise mais rica e abrangente dos fenômenos sociais ou culturais, levando em conta as particularidades das realidades locais, sem a intenção de gerar generalizações sistemáticas.

CAPÍTULO 1 - CAMINHOS E OCUPAÇÕES: A QUESTÃO DA MIGRAÇÃO NO BRASIL E NO INTERIOR MINEIRO

Arrastaram-se para lá, devagar, sinhá Vitória com o filho mais novo escanchado no quarto e o baú de folha na cabeça, Fabiano sombrio, cambaio, o aió a tiracolo, a cuia pendurada numa correia presa ao cinturão, a espingarda de pederneira no ombro. O menino mais velho e a cachorra Baleia iam atrás.

— GRACILIANO RAMOS, 1969

A migração é um dos temas que permeiam a nossa origem histórica. Como processo, carrega todo um imaginário social criado a seu respeito. Afinal, a história do nosso país começa a ser contada através da migração de grandes contingentes populacionais que vinham da África e da Europa para habitar um mundo novo de possibilidades. Os que não vinham escravizados tinham como intuito “fazer a América”, enriquecer e retornar para seu país de origem.

Do ponto de vista regional ou da migração interna, esse trecho de *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos (1969), retrata com intensidade a condição dos migrantes nordestinos, oferecendo uma imagem emblemática da migração causada pela seca e pela miséria. A cena descrita — uma família em marcha lenta, carregando seus poucos pertences e lutando pela sobrevivência — simboliza o drama histórico de milhares de brasileiros que abandonam suas terras em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida.

A epígrafe elucida o tema que será tratado neste capítulo, uma discussão sobre a questão da migração e seus meandros que constitui o necessário entendimento inicial para o desenvolvimento da proposta desta pesquisa.

1.1 Desvendando a migração: dinâmicas de classe social e desigualdade no contexto migratório

No cenário da migração, que é um fenômeno complexo e multifacetado observado em todo o mundo, a falta de oportunidades de emprego nas cidades de origem força os trabalhadores a aceitarem em se deslocar para outras regiões, sendo compelidos a tomar essa

medida para assegurar sua subsistência. Essa realidade da migração é influenciada por diversos fatores, incluindo aspectos econômicos, políticos e sociais. No âmbito de um país, é fundamental reconhecer que as condições objetivas dos migrantes são em grande parte moldadas por sua posição social, onde a classe social exerce um impacto significativo sobre as oportunidades, os recursos e o acesso a serviços básicos como educação, saúde e emprego. Portanto, ao abordar a questão da migração, é comum constatar desigualdades entre os diferentes estratos socioeconômicos.

A migração pode ser definida como o movimento da população pelo espaço. Esse movimento relaciona-se às transformações econômicas, sociais e políticas que ocorrem nos diferentes lugares. Por isso, o seu significado e as suas motivações variam tanto no tempo como no espaço. A migração não é um fenômeno atual. Ela é antiga; desde os tempos primitivos o homem se desloca pelo espaço. Mas esse fenômeno, tão antigo, é consequentemente renovado. Em cada momento histórico, as condições que levam o indivíduo a deixar um lugar por outro são diferentes, relacionadas ao desenvolvimento de cada sociedade. Por isso dizemos que a migração é um fenômeno histórico e social (Santos, 1998, p. 6).

As pessoas pertencentes a classes mais baixas enfrentam desafios maiores ao migrar, pois têm menos recursos disponíveis para se estabelecerem em um novo local. Essa falta de recursos pode dificultar a obtenção de trabalho, moradia adequada e acesso a serviços essenciais, resultando em uma migração mais precária e vulnerável para essa população, sendo a análise das condições socioeconômicas crucial para entendermos os padrões migratórios e suas consequências para diferentes grupos de pessoas em sociedade.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (Marx, s.d, p. 203).

As condições objetivas às quais me refiro dizem respeito a aspectos como a disponibilidade de empregos decentes, moradia acessível, serviços públicos adequados e infraestrutura básica. Aqueles que pertencem às classes mais privilegiadas tendem a ter mais acesso a esses recursos e, portanto, estão em melhor posição para migrar com maior facilidade e sucesso. Por outro lado, aqueles que estão em classes mais baixas enfrentam uma série de obstáculos, incluindo a falta de oportunidades de emprego bem remuneradas e a ausência de uma rede de suporte social.

É importante destacar que a migração também pode ser impulsionada pela busca de melhores condições de vida e oportunidades. No entanto, as barreiras impostas pela condição de classe podem restringir as escolhas e opções disponíveis para os indivíduos. Por exemplo,

pessoas de classes mais baixas podem ser forçadas a aceitar empregos informais, mal remunerados e de baixa qualidade quando migram, devido à falta de opções e ao acesso limitado a empregos mais estáveis e bem remunerados.

Além disso, a migração em massa de pessoas de classes mais baixas pode levar à concentração de pobreza em certas áreas urbanas, aumentando ainda mais as desigualdades sociais e econômicas, onde essas áreas muitas vezes enfrentam falta de investimentos, infraestrutura precária e acesso limitado a serviços básicos, o que perpetua o ciclo de pobreza e dificulta a mobilidade social.

De acordo com o professor Túlio Barbosa (2011, p. 21), “As condições objetivadas dos sujeitos são pré-determinadas pela sua condição de classe, onde a herança da classe trabalhadora é, muitas vezes, definida pela ótica e ação daqueles que possuem os meios de produção”.

Nesse contexto, a classe trabalhadora se encontra em uma posição desfavorável, sendo essencialmente vista como força de trabalho, sujeita a uma exploração que reforça e perpetua a condição de classe.

A relação entre aqueles que possuem os meios de produção e a classe trabalhadora tem sido historicamente caracterizada por uma desigualdade estrutural, na qual os detentores do poder econômico são capazes de determinar as condições de trabalho, salários e benefícios, criando uma dinâmica em que os trabalhadores são frequentemente confrontados com um conjunto limitado de opções e oportunidades, restringindo sua mobilidade social e econômica.

A classe trabalhadora migrante, em sua maioria, herda condições laborais impostas pela estrutura de poder vigente, em que seu valor é frequentemente reduzido à mera capacidade de produzir bens e serviços para atender aos interesses de terceiros. Nesse contexto, esses trabalhadores são posicionados como engrenagens de um sistema produtivo maior, sendo submetidos a extensas jornadas de trabalho, remunerações irrisórias e condições laborais precárias, frequentemente desprovidos de autonomia sobre o próprio trabalho.

Essa realidade é agravada por práticas de exploração que se materializam de diversas formas, como a precarização das relações laborais, a prevalência de contratos temporários, a falta de estabilidade no emprego e a ausência de garantias sociais mínimas. Submetidos a uma rotina extenuante, esses trabalhadores veem suas aspirações e objetivos pessoais frequentemente subordinados aos interesses e ao lucro dos empregadores, que detêm o controle sobre os meios de produção e ditam as regras do mercado.

No caso específico dos migrantes, a situação torna-se ainda mais evidente, uma vez que, ao se deslocarem em busca de oportunidades, carregam consigo apenas sua força de

trabalho, transformada em uma mercadoria negociável no mercado. Tal mercadoria é avaliada segundo a lógica implacável da oferta e demanda: quanto maior a disponibilidade de mão de obra, menor é a remuneração atribuída aos trabalhadores. Essa dinâmica reflete o cerne do sistema capitalista, que insere esses indivíduos em uma engrenagem exploratória, da qual se tornam vítimas. Essa perspectiva é sustentada pela teoria de Karl Marx, que identifica na exploração da força de trabalho a base estruturante da acumulação de capital.

[...] se o preço é elevado, a procura é grande, e se o preço é baixo a oferta é grande. Como acontece com as outras mercadorias, o preço do trabalho deve diminuir; é em parte a concorrência entre os próprios trabalhadores que provoca esta descida. A população trabalhadora, que vende seu trabalho, fica reduzida à menor parte do produto... Será a teoria do trabalho como mercadoria diferente de uma teoria disfarçada da servidão? (Marx, 2001, p. 77).

Essa realidade acaba criando um ciclo de desigualdade e reprodução da condição de classe, onde a classe trabalhadora enfrenta dificuldades para melhorar sua condição de vida e ascender socialmente. As oportunidades de educação, saúde e acesso a recursos são cada vez mais limitadas, perpetuando a desvantagem socioeconômica da classe trabalhadora e reforçando a concentração de poder e riqueza nas mãos daqueles que possuem os meios de produção.

Assim, a condição do migrante é frequentemente moldada por uma série de fatores objetivos, sendo um deles a sua posição de classe social. Essa perspectiva coloca em evidência como aqueles que detêm os meios de produção exercem influência sobre a herança da classe trabalhadora, resultando em uma relação desigual de poder e recursos.

Para compreender o impacto dessa dinâmica, é essencial considerar a estrutura socioeconômica que subjaz a essas condições. Aqueles que possuem os meios de produção detêm não apenas o controle sobre os recursos materiais, mas também a capacidade de determinar as condições nas quais o trabalho é realizado.

Do ponto de vista dos trabalhadores migrantes, eles enfrentam uma realidade na qual sua força de trabalho é constantemente explorada e utilizada como um recurso valioso, mas que na maioria das vezes é desvalorizado. Essa condição de classe, imposta por aqueles que controlam os meios de produção, coloca um peso inexorável sobre aqueles que realizam as atividades laborais.

Os migrantes, muitas vezes, enfrentam desafios adicionais em sua condição de classe devido à sua mobilidade geográfica, sendo forçados a deixar suas regiões de origem devido a

condições socioeconômicas precárias, conflitos políticos ou desastres naturais. Ao se deslocarem para novos locais, muitas vezes encontram-se em situações em que suas habilidades e experiências são subvalorizadas, tornando difícil melhorar sua condição de classe.

A importância de enfatizar a dinâmica mutável da situação dos migrantes destaca-se, ressaltando que os movimentos sociais exercem um papel essencial como agentes de mudança. Sua incansável determinação e busca por direitos desafiam as imposições de classe e buscam uma transformação significativa. Ao mesmo tempo, esses movimentos iluminam a essencial solidariedade que transcende fronteiras e nacionalidades, fortalecendo a coesão entre os trabalhadores.

Nesse contexto de colaboração, os trabalhadores migrantes se unem, amalgamando suas forças para formar uma entidade inarredável. Essa união permite a reversão de disparidades e o empenho em alcançar uma distribuição equitativa de recursos e oportunidades. Através dessa mistura, a voz dos migrantes encontra ressonância e ecoa globalmente, clamando por uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

E justamente por esses fatores que a compreensão dos estudos sobre migração tem sido alvo de análise acadêmica com a tentativa de desvendar suas dinâmicas, motivações e impactos sociais. Entretanto, é relevante destacar a existência de um equívoco frequente nessa área, que consiste em tentar uniformizar e hierarquizar os grupos de migrantes, estabelecendo padrões igualitários que limitem a compreensão desses trabalhadores, sendo que essa abordagem simplista e generalizada negligencia a complexidade e a diversidade intrínseca ao processo migratório, que é influenciado por diversos fatores individuais, sociais e contextuais (Durham, 1978).

Ao tentar categorizar os migrantes de forma padronizada, corre-se o risco de ignorar as particularidades de suas jornadas e experiências, uma vez que cada migrante possui sua própria história, motivações pessoais e condições específicas que os levam a buscar novas oportunidades em diferentes lugares, sendo a migração afetada por variáveis como contexto socioeconômico, político e cultural, além de fatores individuais, como nível de educação, habilidades profissionais e redes sociais. Logo, é equivocado buscar uma uniformização simplista que trate todos os migrantes como um grupo homogêneo.

Portanto, ideologicamente, construíram uma ideia disseminadora de condições irreais de existência, pois divulgam que o trabalhador se desloca no território nacional por motivação própria, por interesse em “vencer” as vicissitudes da vida. O ponto central deste deslocamento liga-se às condições de existência material destes trabalhadores; assim, as condições inadequadas de sobrevivência levam-nos ao deslocamento. Fantasiar este deslocamento

territorial por meio de projeções subjetivas – em si e por si – leva-nos ao quadro da positividade estruturalista impossibilitando uma compreensão apurada das reais condições da classe trabalhadora em movimento espacial. (Barbosa, 2011, p. 27).

Nesse sentido, ao adotar a abordagem de estabelecer padrões igualitários, é possível perceber que o migrante é tratado como uma mercadoria (força de trabalho), em vez de ser reconhecido como uma pessoa que contribui com suas perspectivas culturais e suas sociabilidades. Essa visão reducionista e utilitarista desconsidera a complexidade das experiências e dos papéis desempenhados pelos migrantes em seus novos contextos.

O capitalista ama as suas propriedades. Os grandes sentimentos que justificam sua hominização se manifestam diante do objeto inanimado que para ele é sua vida, garante o seu esplendor, o alimenta; enquanto o outro que faz tudo é um ser sem alma, vazio. Assim é a história da natureza humana na sociedade de classes. (Silva, 1991).

Essa abordagem utilitarista que trata os migrantes como meros objetos de troca, resulta na perda de visão da sua humanidade, dos seus direitos e da sua capacidade de enriquecer a comunidade receptora por meio de sua diversidade cultural, habilidades e conhecimentos. Essa perspectiva reducionista subestima o valor intrínseco das histórias individuais e das contribuições que os migrantes trazem consigo, tanto no aspecto cultural quanto no desenvolvimento econômico e social.

Destaca-se ainda que a migração muitas vezes resulta na naturalização “ideológica” de regiões do país, como o Nordeste, como sendo pobres e sem perspectivas, enquanto regiões tidas como ricas e promissoras, como o Sudeste, são percebidas como destinos mais desejáveis. Essa visão estereotipada e simplista desconsidera a diversidade e a complexidade das regiões, perpetuando desigualdades e justificando a exploração desses sujeitos

Em outras palavras, a região (no sentido econômico, social e político) é criada objetivando os interesses de uma elite, que se mantém e perpetua-se no poder graças a estas diferenciações regionais que segmentam a compreensão da totalidade, promovendo a justificativa parcial da realidade, isto é, o Nordeste brasileiro é, ideologicamente, uma região pobre que tem por “missão” territorial enviar para o Sudeste rico aqueles que mais necessitam de uma renda melhor. (Barbosa, 2011, p. 10).

Além disso, segundo as palavras do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Centralina e Araporã, Eurípedes Batista Ferreira (2009), o que se assemelha de forma significativa com o contexto do Cerrado Mineiro, é a crescente perda de postos de trabalho enfrentada pela maioria dos trabalhadores migrantes, decorrente

do processo de mecanização, bem como a perda da identidade dos próprios sindicatos que se alinham aos interesses da classe dominante no sentido de serem puramente intermediadores no processo de contratação dos migrantes.

E principalmente em relação as lavouras cafeeiras, o processo de mecanização tem se intensificado ainda mais, com a introdução de máquinas e tecnologias visando a aumentar a produtividade e eficiência. Entretanto, esse processo tem implicado em uma diminuição significativa da necessidade de força de trabalho, resultando em impactos socioeconômicos negativos para os trabalhadores rurais.

No âmago dessa relação é preciso perceber que as relações de trabalho se modificam passa-se a prevalecer cada vez mais o emprego sazonal no campo. Além disso, por um lado, a mecanização tende a aumentar o grau de especialização no campo, promovendo a necessidade de se obter trabalhadores mais especializados para as atividades agrícolas e não-agrícolas, o que tende a elevar as condições de trabalho. Por outro lado, o número de trabalhadores empregados nas atividades agrícolas e não-agrícolas tende a se reduzir, dado que as inovações tendem a substituir o trabalho manual pelo trabalho automatizado – máquinas e implementos que demanda poucos trabalhadores para serem comandadas. (Fonseca Júnior, 2013, p. 26).

A mencionada substituição gradual do trabalho manual pelo automatizado tende a alterar a estrutura ocupacional do campo e pontuada com queixa pelos trabalhadores.

A principal reclamação trazida pelos trabalhadores foi a introdução da maquinaria na cafeicultura que provoca uma mudança na forma de se trabalhar e é sentida não somente pelo trabalhador rural, mas por outras formas de comércio. A colheitadeira de café inaugura um novo tempo onde o cafeicultor tem seus lucros aumentados e o trabalhador vê o seu modo de vida mudar. A introdução e a intensificação do capital no campo promovem então novas formas de organização do trabalho. O uso do maquinário é uma realidade em quase todo o modelo de produção no campo, produtores que cultivam o café e a cana, por exemplo, já adotaram as colheitadeiras. (Santos, 2010, p. 74).

A utilização das máquinas reduz a contratação de trabalhadores para realizar a recata², o que significa que se eleva a exploração ao trabalhador, pois serão contratadas menos pessoas para realizarem o trabalho em uma área maior, porque poucos grãos restaram e isso se eleva a lucratividade do produtor. Para que o trabalhador consiga encher as sacas de 60 litros é preciso trabalhar mais horas recebendo menos pelo trabalho. (Souza, 2010, p.76).

² Quando a colheitadeira do café passa por entre as ruas sobra nos galhos alguns grãos sendo necessário fazer uma recata, pois esta não consegue retirar todos os grãos do pé de café.

Embora a modernização tecnológica prometa maiores lucros para as empresas e avanços na produção de café, ela também acarreta desafios sociais, como a substituição de trabalhadores por máquinas, fazendo que muitos trabalhadores enfrentem o desemprego e dificuldades para sustentar suas famílias.

A despeito desses problemas, empresas e o governo têm demonstrado pouco interesse em abordar as questões sociais decorrentes da mecanização. O foco tem sido na maximização dos lucros, negligenciando o bem-estar dos trabalhadores rurais, evidenciando a falta de políticas públicas efetivas para ampará-los e a ausência de incentivos para práticas sustentáveis são evidências dessa desconsideração.

Assim, as inovações mecânicas introduzidas no campo tiveram quatro tipos de repercussões:

- (1) redução do tempo de realização de determinadas tarefas; (2) redução da demanda por força de trabalho empregada para a realização dessas tarefas; (3) queda da necessidade de empregados residentes na propriedade e (4) introdução de uma mudança qualitativa na procura por trabalhadores, ao contratar pessoas com maior grau de qualificação, destacando-se os tratoristas, motoristas e operadores de máquinas agrícolas em comparação com as sem especialização. Isso fez com que se reduzisse significativamente a demanda por força de trabalho na fase da colheita da cana-de-açúcar, principalmente na região sudeste do país. (Previtali, 2013, p.8).

Essa crescente mecanização nas lavouras, como mencionado pelo Presidente do Sindicato, implica em uma situação desafiadora para os trabalhadores migrantes, muitos dos quais possuem uma formação educacional limitada, frequentemente com apenas o nível de escolaridade correspondente à quarta série e as máquinas agrícolas modernas exigem uma mão de obra altamente especializada, familiarizada com a operação e manutenção desses equipamentos tecnologicamente avançados.

Dessa forma, esses trabalhadores enfrentam dificuldades em se adaptar ao ambiente de trabalho cada vez mais automatizado, em que a destreza técnica e o conhecimento de operação de máquinas são essenciais. A falta de capacitação adequada e a impossibilidade de adquirir habilidades específicas resultam em um cenário de desemprego ou subemprego para essa parcela da população rural.

No âmbito concreto, essa conformidade revela-se de maneira evidente no domínio da legislação. Entre os notáveis pactos estabelecidos pelo Ministério Público Federal, Ministério do Trabalho, entidades sindicais e representantes empresariais, destacam-se os "Contratos de Safra". Estes contratos são implementados com a finalidade de mitigar a incidência de práticas de exploração laboral análogas à escravidão no contexto dos trabalhadores migrantes.

O mais aconselhável é que o recrutamento de trabalhadores seja feito na própria região onde está situada a propriedade rural. Entretanto, quando isso não for possível, por escassez da mão-de-obra necessária ou adequada, o recrutamento de trabalhadores em outra região ou em outro estado deve ocorrer levando-se em consideração algumas medidas de cautela, para evitar futuros problemas trabalhistas ou mesmo de natureza penal. Sugere-se a adoção das seguintes providências e cuidados: (a) o recrutamento deve ser feito diretamente pelo futuro empregador ou por preposto (representante). A utilização de “empreiteiros” ou “gatos” é proibida por lei, gerando, inevitavelmente, situações de fraude à legislação trabalhista, além de problemas de ordem penal; (b) o empregador deverá providenciar listagem dos trabalhadores selecionados, identificando-os pelo número da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou filiação (quando não portarem a CTPS), endereço residencial (pelo menos, o município), com dados a respeito da função a ser exercida, salário ajustado, referência à safra, identificação da empresa/empregador e sua localização. Essa relação deve ser feita em duas vias, devendo uma ser entregue à unidade mais próxima do Ministério do Trabalho e Emprego (na região ou estado de origem dos trabalhadores), mediante recibo. A segunda via dessa listagem, com o recibo, será solicitada pela Fiscalização do Trabalho; (c) o transporte dos trabalhadores (em veículo adequado ao transporte de passageiros), a alimentação e a hospedagem até o local de trabalho, além do transporte de retorno a sua origem, deverão ser custeados pelo empregador, sendo proibido qualquer desconto no salário dos trabalhadores (ver art. 207, parágrafo 1º, Código Penal); (d) os menores de 18 anos estão impedidos de exercer atividades rurais penosas, insalubres ou perigosas e os menores de 16 anos estão proibidos de trabalhar; (e) ao oferecer o emprego, o empregador ou preposto deverá informar previamente ao trabalhador quais são as condições reais de trabalho e de salário. Assim, o contratado, antes de iniciar as atividades, deverá estar ciente a respeito do local e para quem irá efetivamente trabalhar, onde e em quais condições será alojado (se for o caso), qual o valor da remuneração, forma de pagamento, etc. Saliente-se que recrutar trabalhadores com falsas promessas constitui crime (ver art. 207, parágrafo 1º, Código Penal). (Brasil, 2002, p.20-21).

É importante ressaltar que o fator educacional e a falta de oportunidades de formação profissional tornam-se ainda mais evidentes nesse contexto, uma vez que o processo de mecanização pode excluir trabalhadores com menor grau de instrução, perpetuando um ciclo de desfavorecimento e marginalização.

Além dos desafios impostos pela mecanização, outra questão de extrema relevância é a disparidade no tratamento entre os migrantes rurais e os indivíduos das áreas urbanas. O tratamento diferenciado para os migrantes é uma realidade que permeia a sociedade brasileira, refletindo desigualdades estruturais presentes no âmbito social e econômico. (Durham, 1978).

Muitos migrantes que buscam oportunidades de trabalho nas lavouras cafeeiras e em outras atividades rurais são frequentemente submetidos a condições precárias de emprego, baixos salários e ausência de benefícios trabalhistas. A falta de proteção e amparo legal acaba

por acentuar a vulnerabilidade desses trabalhadores, que muitas vezes se encontram desprotegidos em face de situações de exploração e abuso.

Comparativamente, os trabalhadores urbanos, em geral, usufruem de um cenário mais favorável, com maior acesso a direitos trabalhistas, garantias sociais e possibilidades de ascensão profissional. Essa disparidade acentua-se quando se considera a falta de infraestrutura adequada nas áreas rurais, como acesso à educação, saúde e transporte, dificultando ainda mais a vida dos migrantes e suas famílias.

Daí a importância de um sindicato que represente verdadeiramente os direitos da classe trabalhadora, representando e defendendo os interesses coletivos dos trabalhadores de uma determinada categoria profissional, atuando como uma entidade de classe, cujo objetivo principal é buscar melhores condições de trabalho, salários justos, benefícios sociais e garantias laborais para os trabalhadores associados a ele.

Mas o relato do sindicalista (2009) revela um cenário em que os trabalhadores migrantes, em grande número, buscavam oportunidades de emprego nas lavouras, e para formalizar seu vínculo de trabalho, eram orientados a se vincularem ao sindicato para fazerem o contrato de safra. Essa prática ressalta a importância do sindicato como intermediário entre os trabalhadores rurais e as empresas agrícolas, mas também evidencia uma postura menos combativa por parte dessa instituição.

Em vez de assumir um papel mais incisivo na defesa dos direitos trabalhistas e no combate às desigualdades e injustiças enfrentadas pelos trabalhadores migrantes, o sindicato parece desempenhar uma função mais conciliatória, buscando estabelecer um elo entre os interesses dos trabalhadores e as demandas das empresas.

Essa postura pode ser vista como uma estratégia de negociação, na tentativa de obter vantagens e garantir algumas condições mínimas para os trabalhadores, por meio dos contratos de sazonais, no entanto, também pode ser interpretada como uma limitação no poder de atuação do sindicato, o que pode resultar em um cenário que os interesses das empresas acabam prevalecendo sobre os direitos e bem-estar dos trabalhadores.

Entre significativos acordos, firmados entre Ministério Público Federal, Ministério do Trabalho, sindicatos e empresários, estão os Contratos de Safra (2002), por exemplo, realizados na tentativa de diminuir as ocorrências de escravidão. Um dos pontos desse significativo documento, baseado no Código Penal Brasileiro, e não somente na legislação trabalhista, diz respeito ao espaço de moradia dos trabalhadores, ressaltando ser “aconselhável” o recrutamento de “mão de obra” nas proximidades do local de trabalho. Almeida (2012, p. 15, grifos do autor).

Essa abordagem do sindicato pode contribuir para perpetuar a desigualdade de tratamento entre trabalhadores rurais e urbanos, uma vez que os migrantes enfrentam condições mais precárias e menos proteção social do que os trabalhadores urbanos, que possuem sindicatos mais atuantes e estruturados para defender seus direitos.

No arranjo e na regulamentação de força de trabalho e na defesa dos direitos trabalhistas, utilizando-se de negociações coletivas com os empregadores para alcançar acordos e convenções coletivas que amparem os interesses da classe laboral, dedicando à prestação de assistência e orientação jurídica aos trabalhadores em questões relacionadas ao emprego, visando garantir o cumprimento da legislação trabalhista e a preservação dos direitos laborais estabelecidos por lei.

O sindicato não se limita apenas à defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores, mas também se engaja nas especificações legais do "contrato de safra", zelando pela segurança no ambiente de trabalho, promovendo ações que visem prevenir acidentes e doenças ocupacionais. Além disso, muitas entidades sindicais oferecem programas de capacitação e formação profissional aos seus membros, com o intuito de melhorar suas habilidades e qualificações no mercado de trabalho.

1.2 A Lavoura cafeeira no cerrado mineiro

A lavoura cafeeira na Região Sudeste de Minas Gerais é um tema relevante para a história do Brasil, uma vez que o café foi uma das principais commodities do país durante o período colonial e imperial. O cultivo do café teve início no Brasil no final do século XVIII e se consolidou como um importante produto de exportação no século XIX. A Região Sudeste de Minas Gerais foi uma das principais produtoras de café no país, o que motivou a migração de trabalhadores nordestinos para a região em busca de trabalho nas fazendas de café.

A migração de trabalhadores nordestinos para a região sudeste de Minas Gerais, especialmente no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, foi motivada pela demanda por mão de obra na lavoura cafeeira. No entanto, a realidade era muito diferente do que lhes era prometido. A jornada de trabalho era exaustiva, as condições de vida eram precárias e os salários eram baixos.

As reclamações são por parte dos trabalhadores provavelmente alegando a não assinatura das carteiras de trabalho e o pagamento de valores abaixo do estipulado. Eles são os que mais sofrem com a falta de regularidade dos proprietários rurais, são eles que vão ser os maiores prejudicados com a morosidade da justiça, pois somente poderão receber o que tem de direito após as audiências (Santos, 2010, p.73).

Além disso, a lavoura cafeeira em Minas Gerais também teve impactos ambientais significativos, pois o processo de expansão da lavoura do café nessa região resultou em desmatamento, erosão do solo e degradação ambiental, sendo que monocultura do café também contribuiu para a perda da biodiversidade e a diminuição da qualidade do solo.

Apesar dos impactos sociais e ambientais, a lavoura cafeeira teve um papel importante no desenvolvimento econômico do país, uma vez que o café foi um dos principais produtos de exportação do Brasil durante o período colonial e imperial, e contribuiu para a modernização da economia brasileira. No entanto, é importante ressaltar que a produção do café na região também teve impactos negativos.

No Brasil os fluxos migratórios fazem parte do contexto histórico de nossa sociedade, desde a vinda de imigrantes italianos, espanhóis, árabes, alemães, japoneses e outros que por inúmeros motivos, seja social, econômico, político, religioso e ambiental, deixaram sua terra de origem.

Da mesma forma são históricos os fluxos migratórios no interior do país. A passagem de uma sociedade tipicamente agrária para uma sociedade em vias de industrialização aparece também como um fator que impulsionaria esse processo migratório, o que ficou conhecido como êxodo rural.

Com isso podemos entender que o homem não sai de sua terra natal porque quer, mas pode ser entendido como um verdadeiro processo de expulsão do homem de seu habitat natural, uma vez que não havendo trabalho suficiente para absorção cada vez mais crescente da mão de obra, a solução é sair à procura de trabalho em outras regiões.

No caso do Distrito onde se realiza a pesquisa, não diferentemente de outras regiões do Brasil, o crescimento avassalador das lavouras cafeeiras incentivou o êxodo dessas pessoas vindas de outras regiões na esperança de dar um futuro melhor para si e para os seus, principalmente, com o surgimento do café do cerrado do Brasil, como uma promessa de se ter uma bebida mais pura e apreciada, destinada tanto ao consumo da população brasileira, quanto para as exportações.

A cultura do café ocupou vales e montanhas, possibilitando o surgimento de cidades e a dinamização de importantes centros urbanos, não sendo diferente para o Distrito de Celso Bueno.

Já na década de 60, ferrovias foram construídas por todo o país, inclusive no referido Distrito, o que facilitaria o escoamento da produção. Estas mesmas ferrovias

serviram também como meio para migração de várias regiões do Brasil, principalmente da Região Nordeste, para o Distrito.

Inácio (2003) destaca que as ferrovias, além de integrarem o território e escoarem produção, foram vetores de migração trabalhista. Operários ferroviários e suas famílias compunham fluxos migratórios marcados por precariedade: ausência de condições adequadas de trabalho, moradia e serviços básicos. Padrão similar ocorreu em Goiás, com igual desamparo institucional.

Na relação de trabalho a que estavam submetidos, eram obrigados a morar com as famílias nas margens dos trilhos, num conjunto de casas sob a chefia de um feitor conhecido como turma. A divisão em turmas fazia parte do planejamento da empresa com o intuito de, até meados dos anos setentas, fixar seus trabalhadores às margens das ferrovias. Como esses trabalhadores formavam um contingente responsável direto para permitir ou restabelecer as condições de tráfego, precisavam estar constantemente à disposição da empresa a qualquer momento que houvesse problemas no trecho ferroviário. Permaneciam alojados em casas fornecidas pela empresa. Não havia um padrão estabelecido para elas. Havia turmas compostas por casas de alvenaria até as de pau-a-pique, dispostas de dez em dez quilômetros, nas margens da Estrada de Ferro Goiás. Não parece haver um número estabelecido de trabalhadores por turmas, variando de acordo com a necessidade de intervenção junto ao trecho pelo qual a turma era responsável. A princípio, as turmas responsáveis por trechos problemáticos com constantes acidentes, deveriam possuir um número maior de trabalhadores. Contudo, em algumas delas, não era assim. Havendo turmas com frequência maior de acidentes e mesmo nestas condições, contavam com poucos trabalhadores. Nas entrevistas que fizemos, alguns se recordaram de um número de trabalhadores por turma que variava de três a dez trabalhadores. (Inácio, 2003, p.101).

Com isso pode ser justificado o porquê da grande maioria da força de trabalho ser proveniente da região nordeste, por se tratar de uma região onde a população era de baixa renda, contrastando com a migração de outras regiões do país, que impulsionados com a introdução de novas culturas do cerrado como soja, café e trigo e consequentemente a valorização do preço das terras do cerrado mineiro, impulsionou profundas transformações nas relações sociais no campo na constituição de pequenos proprietários de terra em trabalhadores assalariados.

As riquezas geradas durante o processo de valorização do cerrado mineiro, principalmente no final da década de 70, atingiram apenas pessoas que possuíam uma situação financeira melhor que os migrantes nordestinos, ou que segundo Antônio de Pádua Bosi (1997, p. 41) “possuíam acesso aos créditos agrícolas, isto é, pessoas investidas de capital, imigrantes japoneses e migrantes do Sul país, em particular, do Paraná”.

Foram esses novos carmelitanos (japoneses, paulistas e paranaenses), que com o pioneirismo e tenacidade trouxeram para a região o progresso rural e urbano, transformando o inóspito e improdutivo cerrado, em modernas e produtivas propriedades agrícolas, nelas produzindo o melhor café do Brasil, soja e milho com abundância, garantindo assim o trabalho de milhares de trabalhadores rurais. (Bosi apud JORNAL ALERTA GERAL, nº 20, p.06, fev. 1989, Migrantes).

Desta forma, em termos gerais, a questão social é marcada pela reafirmação da lógica concentradora do capitalismo onde uma minoria faz uso dos benefícios gerados, enquanto a maioria é explorada e alojada em condições de precariedade, justamente o que aconteceu com os migrantes nordestinos que vieram para o hoje Distrito de Celso Bueno. De maneira mais pontual, Bosi (1997) indica um processo de exclusão de trabalhadores e pequenos proprietários do campo para a cidade, onde a base explicativa reside na verificação do esgotamento de possibilidades de sobrevivência nos locais de origem, associada a uma expectativa de melhoras das condições de vida. Considera-se que este esgotamento está tanto na expropriação dos meios de produção, quanto num agravamento da precariedade das condições e relações de trabalho no campo, até então estabelecidas. O autor ainda adverte que a questão de busca de uma melhora de vida é algo que tem como ressalva o significado singular que cada experiência conteria.

O café trouxe grandes contingentes de imigrantes, principalmente na década de 80, consolidando a expansão da classe média, a diversificação de investimentos e, de forma ainda mais expressiva, intensificando os movimentos culturais.

1.3 A migração interna no Brasil: uma análise das causas e consequências

Nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, tem-se notado um aumento significativo de trabalhadores rurais migrantes que passaram a desempenhar funções temporárias, originando novas formas de relação de trabalho no campo, além das tradicionais baseadas em arrendamento, parceria ou mão-de-obra familiar.

De acordo com as definições estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a categoria migrante é designada para todos os indivíduos que realizaram mudança permanente de residência entre municípios nos períodos intercensitários. Mais especificamente, o migrante de data-fixa é aquele que declarou residir em um município diferente do que habitava à data do recenseamento (1986, 1995 e 2005), cinco anos antes do levantamento censitário, conforme descrito por Carvalho e Rigotti (1998). Essa informação,

juntamente com o registro do município de residência, possibilita a compreensão do fenômeno em dois momentos distintos no tempo e no espaço.

Os migrantes empreendem a busca por uma melhoria nas condições de vida em outras localidades, seja devido a oportunidades econômicas mais favoráveis ou ao amparo social oferecido. A construção do imaginário, com seus elementos de memória e esquecimento, desempenha um papel fundamental nesse processo. Por um lado, a memória alimenta a esperança de encontrar uma vida melhor, enquanto, por outro lado, o esquecimento pode servir como justificativa para retornar à terra natal.

No imaginário do migrante, idealiza-se a ideia de que a nova terra oferecerá condições sociais aprimoradas. No entanto, muitas vezes negligencia-se os conflitos regionais que permeiam diversas localidades ao redor do mundo. Esses conflitos podem variar consideravelmente entre diferentes lugares e regiões, e sua influência na realidade cotidiana do migrante nem sempre é levada em conta.

De acordo com Octavio Ianni:

O século XX tem sido um século de migrações, pelos quatro cantos do mundo, em todas as direções. São desempregados, desabrigados, refugiados, perseguidos, desamparados. São indivíduos e familiares, grupos e coletividades. São muitos, milhares, milhões. Movem-se em todas as direções, atravessando territórios e fronteiras, nações e continentes, culturas e tradições. São migrantes, emigrantes, imigrantes, retirantes, errantes. Parecem tangidos por algo imponderável e invisível, escondido nas condições de vida e de trabalho, no meio de guerras e revoluções, nos desastres ecológicos e nas epidemias, mesclando carências e esperanças. (Ianni, 2004, p.160,161).

No quinquênio (2005/2010), o Estado de Minas Gerais apresentou significativas taxas migratórias. No período quinquenal compreendido entre 1986 e 1991, a maioria dos migrantes que se estabeleceram nos pequenos municípios de Minas Gerais eram provenientes da região Nordeste, totalizando 37,8% (18.145 indivíduos). Nesse contexto, destacou-se a migração de 12.499 pessoas oriundas da Bahia para os pequenos municípios mineiros. Já no quinquênio de 1995 a 2000, houve um aumento no número de migrantes nos pequenos municípios de Minas Gerais, sendo a região Nordeste responsável pelo maior volume de migrantes (41,8%). No quinquênio de 2005 a 2010, os imigrantes provenientes de outras regiões do país que se estabeleceram em Minas Gerais mantiveram-se em ascensão, com um total de 62.721 indivíduos, sendo 38.916 provenientes da região Nordeste, notadamente da Bahia.

Em contrapartida, os fluxos de emigração originados em Minas Gerais decresceram nos três períodos quinquenais mencionados, com 62.726 migrantes entre 1986 e 1991, 55.206

entre 1995 e 2000 e 50.331 entre 2005 e 2010. A análise comparativa entre os três períodos evidencia que somente no último quinquênio de data-fixa os pequenos municípios mineiros apresentaram saldo migratório positivo, com 62.721 entradas e 50.331 saídas. Cabe ressaltar que as informações foram embasadas em dados obtidos através dos microdados do Censo Demográfico do IBGE (2010), conferindo confiabilidade e validade às informações apresentadas, assim pode-se afirmar que a migração interna é um fenômeno comum no Brasil, que tem sido estudado por diversos pesquisadores ao longo dos anos.

No livro *Migrações internas no Brasil contemporâneo* (2005, p.28), a autora Maria Cristina Cacciamali trabalha o tema das migrações internas no Brasil, analisando os movimentos migratórios que ocorreram no país em períodos mais recentes. A autora explora os motivos e as características dessas migrações, investigando os fluxos migratórios entre diferentes regiões brasileiras e os impactos sociais, econômicos e demográficos resultantes desses deslocamentos populacionais, definindo a migração interna como "o movimento populacional que envolve a transferência de pessoas de uma região para outra dentro do mesmo país, seja em caráter temporário ou permanente". (Cacciamali, 2005, p.17).

A migração interna no Brasil é impulsionada por diversas causas complexas. Entre as principais razões, destaca-se a busca por melhores condições de vida, emprego, educação e saúde. A desigualdade socioeconômica entre as regiões exerce um papel determinante nesse fenômeno migratório. Regiões mais pobres, como o Nordeste, apresentam taxas mais elevadas de emigração, enquanto regiões mais prósperas, como o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba, atraem um maior número de migrantes.

A migração interna no Brasil é impulsionada por diversas causas complexas. Entre as principais razões, destaca-se a busca por melhores condições de vida, emprego, educação e saúde. Conforme o IBGE (Censo Demográfico 2022), 48,3% dos migrantes nordestinos declararam ter se deslocado principalmente por oportunidades de trabalho, enquanto 22,1% citaram acesso a serviços de saúde e educação como motivação (IBGE, 2022, Tabela 1.4.1). A desigualdade socioeconômica entre as regiões exerce um papel determinante nesse fenômeno migratório: o Nordeste, com IDH médio de 0,659 (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2022), apresenta taxas de emigração de 3,8 pessoas/1.000 habitantes – quase o dobro da média nacional (2,1/1.000). Em contraste, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (IDH 0,787) recebeu 38.742 migrantes interestaduais apenas em 2021 (IBGE, Estimativas de Migração Interna, 2023), consolidando-se como polo atrativo para populações de regiões menos desenvolvidas.

Essa disparidade socioeconômica entre as regiões do país contribui para o movimento migratório interno, onde indivíduos buscam oportunidades em áreas que oferecem melhores perspectivas de vida.

A migração interna, além disso, pode acarretar impactos significativos tanto nas regiões de origem quanto nas de destino. A saída de jovens e adultos em idade produtiva das regiões mais pobres pode resultar na redução da força de trabalho, no envelhecimento da população e na escassez de mão de obra especializada. Por outro lado, a chegada de migrantes em regiões mais prósperas pode gerar competição no mercado de trabalho, aumentar a demanda por serviços e influenciar a dinâmica social e cultural da região. Assim, a migração interna não apenas promove mudanças demográficas, mas também tem implicações socioeconômicas e culturais que devem ser consideradas no estudo desse fenômeno migratório.

O presente fenômeno torna-se cada vez mais evidente no Distrito de Celso Bueno, uma vez que expressiva parcela dos trabalhadores que transitam sazonalmente acaba por retornar ao término da colheita à sua localidade de origem, retornando ao referido distrito no ano subsequente, por vezes acompanhados de outros migrantes que para ali acorrem a fim de trabalhar. Tal realidade é perceptível por meio de análise empírica da dinâmica populacional e laboral da região em questão.

O migrante sazonal é um indivíduo que temporariamente se desloca para outra região ou país com o intuito de exercer atividades por tempo limitado que requerem mão de obra em determinados períodos do ano, tais como colheitas ou serviços em outros setores da sociedade. Em grande parte, esses trabalhadores são provenientes de áreas rurais ou de baixa renda, objetivando encontrar trabalho temporário em regiões urbanas ou em outras localidades.

Contudo, a vivência desses migrantes sazonais frequentemente envolve condições de trabalho precárias, incluindo extensas jornadas, remunerações insuficientes, ausência de proteção social, bem como discriminação e exploração. Tais adversidades, de fato, os colocam em situação de vulnerabilidade, com escassas proteções legais ou sociais. Em muitos países, o trabalho sazonal se caracteriza como atividade informal, não regida pelas normas trabalhistas, privando os migrantes sazonais dos mesmos direitos e benefícios conferidos aos trabalhadores locais.

Já a migração de retorno diz respeito ao movimento populacional de indivíduos que abandonaram sua região de origem para se estabelecer em outra área geográfica ou país e que posteriormente decidem retornar ao local de sua origem. Trata-se, portanto, da volta ao lar

após um período determinado residindo em outro lugar. A ocorrência desse fenômeno pode ser atribuída a diversos motivos, tais como o término de um contrato de trabalho, saudade dos familiares, dificuldade de adaptação ao novo ambiente ou mesmo a uma escolha pessoal de retornar à terra natal.

A migração interna é um fenômeno complexo que tem sido estudado por diversos pesquisadores ao longo dos anos. As causas e consequências da migração interna são variadas e acabam tendo um impacto significativo nas regiões de origem e destino, sendo fundamental entender os fatores que motivam a migração interna e seus efeitos para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento regional mais eficazes.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2020) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), a região Sudeste de Minas Gerais tem sido um importante destino para trabalhadores agrícolas que se deslocam em busca de emprego nas lavouras cafeeiras nos últimos 10 anos.

A região do Triângulo Mineiro é um exemplo de destino migratório no Brasil, atraindo trabalhadores rurais do Nordeste em busca de oportunidades nas lavouras cafeeiras e outras culturas. A cafeicultura, em particular, se destaca como importante atividade econômica na região, oferecendo empregos temporários durante a colheita e fixos em atividades como o beneficiamento e comercialização do café. Essa migração é influenciada pela concentração de terras nas mãos de grandes produtores e pela escassez de empregos no Nordeste, fatores que tornam a região de Minas Gerais uma alternativa atraente para os trabalhadores rurais. (Barros, 2014, p. 178).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) referente ao ano de 2020, a região Sudeste de Minas Gerais contava com uma população economicamente ativa de aproximadamente 2,4 milhões de pessoas, dentre as quais cerca de 27,2 mil encontravam-se empregadas no setor agrícola, incluindo as lavouras cafeeiras. Tais números representaram um aumento em relação ao ano 2019, em que a população economicamente ativa da região era de aproximadamente 2,3 milhões de pessoas, sendo que cerca de 25,4 mil estavam empregadas no setor agrícola.

Além do mais, estudo publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020 constatou que, entre os anos de 2010 e 2019, a região Sudeste de Minas Gerais foi responsável por cerca de 25% da produção nacional de café, o que pode ter contribuído para o aumento do número de trabalhadores agrícolas na região nos últimos anos, principalmente no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Já de acordo com a PNAD Contínua (2020) indica que, na região Sudeste de Minas Gerais, a maioria dos trabalhadores agrícolas é composta por homens, correspondendo a cerca de 65,3% do total em 2020. Além disso, a idade média desses trabalhadores é de 41,3 anos. Importante destacar que grande parte desses trabalhadores não possuem ensino fundamental completo, cerca de 53,3% em 2020, o que sugere a possibilidade de serem migrantes provenientes de áreas rurais com baixa disponibilidade de emprego e baixa escolaridade.

Desse modo, constata-se que a demanda por mão de obra nas lavouras cafeeiras e em outras culturas nessas regiões pode variar de acordo com a safra e com fatores como o clima e os preços dos produtos agrícolas. Além disso, a migração de trabalhadores rurais para o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba pode ser influenciada por uma variedade de fatores socioeconômicos, tais como a disponibilidade de emprego e as condições de vida nas áreas rurais de origem. Ante a essa realidade, a migração de trabalhadores sazonais tornou-se uma prática comum nessas regiões. Tais trabalhadores, em geral, provêm de outras regiões do país em busca de emprego temporário nas lavouras da região, o que demonstra a importância desse fenômeno para o mercado de trabalho na região. Nesse sentido, é de suma importância que sejam implementadas políticas públicas que considerem os desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais migrantes e que busquem garantir-lhes condições de trabalho dignas e seguras, já que é grande o número desses trabalhadores.

O trabalho sazonal nas lavouras cafeeiras do Brasil envolve uma grande quantidade de trabalhadores temporários, que muitas vezes migram de suas regiões de origem para as áreas de plantio durante a época de colheita. Esses trabalhadores enfrentam uma série de desafios, incluindo condições de trabalho precárias, salários baixos e falta de proteção social e trabalhista. Além disso, muitos trabalhadores sazonais são expostos a riscos ocupacionais, como a exposição a produtos químicos e a fadiga física e mental decorrente de longas horas de trabalho. (Barros, 2017, p. 02).

De acordo com a Secretaria Regional do Trabalho (2021), a migração de trabalhadores sazonais pode trazer benefícios econômicos para a região, uma vez que esses trabalhadores contribuem para a produção e comercialização dos produtos agrícolas locais. No entanto, é importante ressaltar que, para além dos ganhos econômicos, é fundamental garantir que esses trabalhadores tenham acesso a condições mínimas de trabalho justas e seguras. Nesse sentido, a Secretaria Regional do Trabalho tem trabalhado em conjunto com os sindicatos locais, principalmente dos sindicatos de trabalhadores rurais, para promover a conscientização sobre os direitos trabalhistas dos trabalhadores sazonais e garantir que as condições de trabalho sejam adequadas.

Os migrantes que se dirigem para a região das lavouras cafeeiras do cerrado mineiro, em sua maioria, provêm dos estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. A migração desses trabalhadores sazonais tem sido uma questão constante de preocupação das autoridades trabalhistas ao longo dos anos. Durante o período de safra, a Secretaria Regional do Trabalho realiza inspeções e fiscalizações nas plantações da região com o objetivo de assegurar que os trabalhadores tenham acesso a condições de trabalho justas e seguras, conforme constatado por meio de pesquisa *in loco*.

1.4 Traços dos migrantes nordestinos que se deslocam para a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

A migração de trabalhadores nordestinos para o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba está diretamente ligada à busca por melhores condições salariais. Enquanto em suas regiões de origem esses trabalhadores recebem diárias médias de apenas R\$ 89,50 (aproximadamente US\$ 15,87), na região cafeeira mineira os rendimentos variam entre R\$ 100,00 (US\$ 17,73) e R\$ 150,00 (US\$ 26,59) na entressafra, podendo alcançar R\$ 250,00 (US\$ 44,32) durante a colheita. Essa condição econômica atrai uma quantidade significativa de migrantes nordestinos em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

O processo de remuneração dos trabalhadores envolvidos na atividade de colheita do café na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba pode apresentar variações em função da região geográfica e do modelo de produção empregado. De modo geral, entretanto, constata-se que a remuneração é efetivada com base no critério de produtividade, no qual o trabalhador recebe um montante proporcional à quantidade de café colhido. Tal procedimento é comumente adotado em Celso Bueno e em diversas outras localidades do Estado de Minas Gerais.

Assim, a maior parte dos migrantes provenientes do Nordeste que se estabeleceram em Minas Gerais era composta por indivíduos do sexo masculino, jovens, com baixa escolaridade e recursos financeiros limitados. A finalidade desses migrantes era encontrar oportunidades de emprego nas fazendas de café, nos centros urbanos e em outros setores da economia regional. Esses trabalhadores eram recrutados por meio de redes de contatos

pessoais e intermediários conhecidos como “gatos”³, os quais, em muitas ocasiões, cobravam elevadas taxas de comissão pelos serviços prestados.

Durante o período sazonal, uma grande quantidade de migrantes nordestinos procura o distrito de Celso Bueno em busca de melhores condições de vida e trabalho. Dessa forma, essas pessoas são forçadas a se instalar em pequenos cômodos dentro do distrito que geralmente contam apenas com um quarto, uma cozinha e um banheiro, frequentemente superlotados, comportando de 10 a 20 pessoas de diferentes faixas etárias, crianças, jovens, adolescentes e adultos, onde todos compartilham o mesmo espaço (Martins, 1994).

É perceptível que as condições de vida desses migrantes são extremamente precárias, o que pode ocasionar uma série de problemas de saúde e bem-estar. A falta de espaço e higiene, por exemplo, pode aumentar a disseminação de doenças e infecções, destacando que esses migrantes frequentemente não possuem hábitos higiênicos similares aos de outras pessoas. Além disso, a falta de privacidade e conforto pode afetar negativamente a saúde mental dessas pessoas.

Nesse sentido, é fundamental ressaltar que o acesso à moradia adequada é um direito humano fundamental e essencial para a dignidade humana. Dessa forma, torna-se ainda muito importante a lei contra o trabalho análogo à escravidão⁴, em conjunto para assegurar que esses migrantes possam usufruir de alojamentos seguros, limpos e confortáveis, além de outros serviços básicos, como água, saneamento e atendimento médico adequado.

Os “gatos” ou aliciadores de trabalhadores são frequentemente encontrados nas lavouras cafeeiras do Brasil, especialmente na região de Monte Carmelo, mais especificamente no Distrito de Celso Bueno. Essas pessoas atuam como intermediários entre os proprietários das fazendas e os trabalhadores rurais, responsáveis por recrutar mão de obra para as colheitas e recebendo uma comissão por cada trabalhador contratado.

Conforme demonstrado em minha pesquisa, Trabalho sazonal: Educação e relações sociais no Distrito de Celso Bueno em Monte Carmelo-MG (2013-2023), o percentual cobrado por esses intermediários conhecidos como “gatos” em Celso Bueno pode oscilar entre 7% e 10% do montante auferido pelos trabalhadores durante o período de abril a setembro.

³ (Martins, 1994) Define os “Gatos” como intermediários entre os empregadores e os trabalhadores, que atuam na contratação e aliciamento de mão de obra, muitas vezes de forma ilícita e coagindo os trabalhadores a condições precárias de trabalho, caracterizando assim o trabalho escravo contemporâneo.

⁴ (Brasil, 2003) - Artigo 149 do Código Penal: Define o que é trabalho análogo à escravidão, como trabalho forçado, jornada exaustiva, condições degradantes ou restrição de locomoção.

Esses intermediários, que possuem diversos ônibus e outros meios de transporte, são responsáveis por conduzir diariamente os trabalhadores para as diversas plantações presentes na região.

De acordo com os dados da pesquisa, o Distrito de Celso Bueno possui oito indivíduos residentes no local, conhecidos como “gatos”, que desempenham o papel de recrutadores de trabalhadores para diversas colheitas. Esses intermediários estabelecem acordos com os proprietários das fazendas em relação ao preço e à quantidade de trabalhadores que serão direcionados a cada lavoura. Nas propriedades onde não ocorre a contratação direta desses trabalhadores, os “gatos” se tornam uma maneira de contornar as leis trabalhistas, privando os trabalhadores de seus direitos que deveriam ser legalmente garantidos. Em 2023, esses aliciadores possuíam uma frota de mais de 25 ônibus, utilizados tanto para intermediar as contratações quanto para o transporte dos trabalhadores.

Os aliciadores são um problema recorrente nas lavouras cafeeiras, pois muitas vezes recrutam trabalhadores em condições precárias, prometendo salários elevados e condições de trabalho dignas, mas na prática não cumprem com essas promessas. Essa situação acaba gerando uma série de problemas para os trabalhadores, que muitas vezes ficam endividados com os “gatos” e acabam trabalhando em condições desfavoráveis, sem receber o salário prometido. (Costa, 2018, p. 23).

Além disso, os “gatos” trabalham em conluio com os proprietários das fazendas, que se beneficiam da força de trabalho e sem direitos trabalhistas. Segundo Carvalho (2020, p. 45), “Os fazendeiros muitas vezes fecham os olhos para as práticas dos aliciadores, pois isso lhes garante uma mão de obra barata e disponível sempre que precisarem.”

Para mais, os migrantes nordestinos enfrentam diversos desafios ao se estabelecerem na região de Minas Gerais, pois esses trabalhadores são vistos com desconfiança e preconceito pelos habitantes locais, que os consideravam como “estrangeiros” e os discriminam com base em sua origem regional e cor da pele. Além disso, eles enfrentam condições de vida precárias e dificuldades para se adaptarem às novas condições de trabalho e de vida.

Lamentavelmente, esses intermediários atuam de forma abusiva e exploratória, mediante a promessa de altos salários, boas condições de trabalho e alojamento adequado, porém sem cumprir essas garantias, sendo comum a retenção de documentos dos trabalhadores e cobrança de taxas abusivas, configurando a prática de “servidão por dívida”. (Brasil. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da

União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Atualizado pela Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003).

Adicionalmente, os trabalhadores rurais contratados por esses intermediários enfrentam, muitas vezes, condições precárias de trabalho, tais como jornadas extenuantes, ausência de acesso a água potável, banheiros e alimentação adequada. Esses trabalhadores também são submetidos a situações de violência e coerção, além de possuírem pouca ou nenhuma proteção legal.

Tal prática é considerada como uma forma de exploração do trabalho humano, além de ser proibida por lei. As autoridades brasileiras têm desenvolvido esforços para coibir esse tipo de prática, através da fiscalização das condições de trabalho em lavouras, do resgate de trabalhadores em situação de trabalho escravo e do combate aos intermediários ilegais.

Apesar desses desafios, os migrantes nordestinos que se estabeleceram nessa região contribuíram significativamente para a economia local, construindo sua própria história, sendo esses trabalhadores os responsáveis por grande parte do trabalho na lavoura cafeeira e em outros setores da economia, como a construção civil e o comércio, além disso, a presença desses migrantes contribuiu para a diversidade cultural da região e para a formação da identidade regional no hoje Distrito de Celso Bueno.

1.5 Impactos sociais e econômicos da migração para Celso Bueno.

A migração constitui um fenômeno histórico e complexo, cujas motivações variam desde fatores estruturais, como desigualdades socioeconômicas, até eventos contingenciais, como crises políticas, conflitos armados e desastres ambientais. Essa mobilidade humana, ao redistribuir populações entre diferentes territórios, provoca transformações profundas nos contextos sociais, culturais e econômicos das localidades envolvidas. Analisar tais deslocamentos exige uma abordagem multidimensional, que considere os impactos tanto nos territórios de origem quanto nos de destino, subsidiando a formulação de políticas públicas eficazes e socialmente sensíveis às demandas geradas por esse processo.

Nesse sentido, compreender as implicações sociais da migração torna-se fundamental para avaliar como esses deslocamentos influenciam a organização das comunidades e a convivência social. Tais implicações são multifacetadas e podem ser observadas em diversos aspectos da vida coletiva. Entre as mudanças provocadas pela movimentação de pessoas, destacam-se as alterações na composição demográfica, nas dinâmicas culturais e nos vínculos

sociais. A migração pode impactar significativamente a estrutura etária e o tamanho da população local, bem como introduzir novas formas de pensamento, hábitos e comportamentos que dialogam, ou por vezes, colidem com as tradições existentes. Vale destacar que tais transformações não devem ser compreendidas apenas sob uma ótica negativa, pois podem enriquecer a diversidade cultural e ampliar os horizontes sociais das comunidades receptoras. Contudo, é imperativo que as políticas públicas e os mecanismos de proteção social, incluindo a atuação da justiça do trabalho, estejam preparados para lidar com os desafios que emergem desse processo.

Já os efeitos econômicos da migração podem ser notados em diversos setores, como no mercado de trabalho, comércio e serviços, podendo impactar a oferta e a demanda por força de trabalho em determinadas regiões, o que pode afetar a remuneração e as condições de trabalho dos migrantes e dos trabalhadores locais.

Além disso, a migração pode provocar transformações no mercado de consumo, introduzindo novos hábitos e demandas por produtos e serviços.

Esse processo migratório traz sem sombra de dúvidas benefícios para o desenvolvimento econômico do seu destino, ao introduzir novos trabalhadores e novas ideias, preenchendo lacunas no mercado de trabalho, especialmente em áreas com escassez de força de trabalho. Entretanto, a migração pode trazer desafios para a integração social e econômica dos migrantes e suas comunidades de destino.

A migração consiste em abandonar um conjunto de relações pessoais permanentes que passam a ser esporádicas e integrar-se num outro conjunto de relações, que eram esporádicas e passaram a ser permanentes. Uma família que se muda não vai apenas morar em outro lugar - vai morar com outras pessoas. Desse modo a movimentação é definida frequentemente antes pela alteração nas relações sociais que pela modificação do lugar geográfico de residência (Durham, 1984, p. 137).

Por isso, é crucial que governos e organizações internacionais estabeleçam políticas e estratégias eficazes para gerir a migração, maximizando seus benefícios e minimizando impactos negativos. Fatores econômicos, políticos e sociais, como a busca por melhores condições de vida, oportunidades de emprego, segurança, educação e saúde, impulsionam a migração.

Assim, os impactos sociais da migração podem ser positivos, como a diversidade cultural e o enriquecimento da sociedade receptora, ou negativos, como xenofobia, racismo e exclusão social. Por sua vez, os impactos econômicos da migração são frequentemente objeto de debate, já que podem tanto contribuir para o crescimento econômico e a geração de renda,

como gerar exploração da mão de obra, precarização do mercado de trabalho e sobrecarga dos serviços públicos.

No contexto brasileiro, a migração interna é um fenômeno de longa data que tem impactado significativamente a sociedade e a economia do país. A migração para as grandes cidades, por exemplo, tem sido impulsionada pela busca por melhores condições de vida e oportunidades de emprego, no entanto, a migração também tem gerado desafios sociais e econômicos, como a concentração de pessoas em áreas urbanas, a informalidade no mercado de trabalho e consequentemente a exclusão social. (Santos, 2014, p. 65).

A região sudeste de Minas Gerais tem sido alvo de um processo migratório com fluxos predominantemente intrarregionais, segundo o IBGE (2010 e 2020). Isso quer dizer que a maior parte das pessoas que se mudam para essa região são provenientes de outras cidades ou regiões do próprio estado. Nesse mesmo período, a região apresentou um saldo migratório positivo de cerca de 45 mil pessoas, indicando que houve mais pessoas que se mudaram para a região do que aquelas que deixaram o local. Entretanto, vale ressaltar que esse saldo positivo não é uniforme em todas as microrregiões da região sudeste de Minas Gerais. Algumas microrregiões tiveram um saldo migratório positivo significativo, enquanto outras registraram um saldo negativo, ou seja, mais pessoas saíram dessas microrregiões do que se mudaram para elas.

Essas informações reforçam a importância de se considerar as particularidades de cada microrregião e suas condições socioeconômicas e culturais ao analisar o processo migratório em uma determinada região. Tais aspectos são fundamentais para que se possa entender as variações que ocorrem em cada microrregião e para que sejam elaboradas políticas públicas mais eficientes e adequadas para lidar com as implicações da migração para a sociedade e a economia local.

Nesse entendimento, o de conhecer as particularidades do processo migratório em Monte Carmelo, cidade *locus* da pesquisa, e seu desdobramento na constituição de Celso Bueno e da escola é que se coloca a próxima seção.

CAPÍTULO 2 - A ESCOLA MUNICIPAL DE CELSO BUENO EM MONTE CARMELO: CONTEXTOS HISTÓRICOS E ATUAIS

A história de Monte Carmelo que devemos exaltar está registrada na punjança de suas atividades sociais e econômicas, no crescimento demográfico e no trabalho dos homens e mulheres que constroem a grandeza desta terra, que já deixou de ser apenas nossa para ser também de todos os imigrantes que aqui chegaram em busca de dias melhores.

— PORTILHO, 2013

A epígrafe citada elucida a história carmelitana com elogiosos adjetivos descritos pelo memorialista de modo a exaltar as atividades sociais e econômicas do município e menciona a destacada participação do movimento migratório na constituição identitária da cidade. Nomeados de “imigrantes” pelo memorialista, aqueles que buscavam trabalho e “dias melhores” que se estabeleceram em Celso Bueno compõem o conjunto de elementos que delineiam o objeto desta pesquisa.

As implicações da vinda de pessoas de outras regiões para a cidade influenciou na formação do município, originou o distrito de Celso Bueno e consequentemente a escola. À vista disso, a proposta deste capítulo foi apresentar a trajetória histórica de formação do município de Monte Carmelo, bem como do distrito de Celso Bueno e da gênese da escola.

2.1 O município de Monte Carmelo a partir de uma visão memorialista

Monte Carmelo, situada em Minas Gerais, Brasil, possui raízes que remontam ao final do século XIX, quando a região era habitada pelos índios Caiapós. Todavia, com o advento do processo de colonização do território brasileiro, a região passou a ser dominada por fazendas e, gradativamente, a cidade emergiu. O topônimo "Monte Carmelo" é tributário da tradição cristã, notadamente da ordem dos carmelitas, devotada à veneração de Nossa Senhora do Carmo. A cidade em questão recebeu esta designação em virtude da construção de uma capela que homenageia a mencionada santa.

No alvorecer do século XX, Monte Carmelo despontava como um município florescente em razão do cultivo de café e da implantação de uma estação ferroviária na região,

ainda que tenha sido desativada. A chegada da ferrovia possibilitou o escoamento da produção agrícola e consolidou a cidade como um relevante polo comercial (Inácio, 2003).

Ao longo das últimas décadas, Monte Carmelo vivenciou significativos processos de modernização e diversificação econômica, impulsionados, sobretudo, pelo dinamismo do agronegócio e pela expansão das atividades agrícolas no cerrado mineiro. Esse desenvolvimento socioeconômico propiciou a consolidação do município como um relevante polo educacional, caracterizado pela presença de instituições de ensino superior de notório reconhecimento regional. Dentre estas, destacam-se a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), cuja implantação no campus local data de 2011, e o Centro Universitário Mário Palmério (UNIFUCAMP), fundado no ano 2000, ambas contribuindo para a formação de capital humano qualificado e para a produção de conhecimento aplicado ao contexto regional. Segundo o professor Yermak Slywitch⁵ (1991), Monte Carmelo era uma região habitada por índios Caiapós, conforme provas que teriam sido encontradas em diversos lugares do município, tais como: machado de pedra, potes, roletas etc.

Torna-se imperativo destacar que a perspectiva do professor Yermak Slywitch, em sua qualidade de intelectual orgânico do capital, reflete um olhar ufanista permeado pela sua posição privilegiada como integrante da classe média alta carmelitana. De acordo com as concepções desenvolvidas por Antônio Gramsci (2002), o intelectual orgânico é aquele que representa os interesses de uma determinada classe social dominante, difundindo e reproduzindo sua visão de mundo, muitas vezes de forma inconsciente.

O professor Yermak, além de atuar como memorialista, foi um tradicional professor de Biologia nas décadas de 1980 e 1990, em instituições de ensino públicas e privadas da cidade, além de ser farmacêutico de formação e proprietário de algumas empresas farmacêuticas. Sua posição social, como filho de um farmacêutico proeminente na localidade, contribuiu para a consolidação de uma visão elitista e excludente em relação ao desenvolvimento urbano e ao progresso local. Suas aulas, marcadas por abordagens pedagógicas tradicionais, refletiam uma narrativa que romantizava o crescimento urbano,

⁵ Uma das fontes relevantes para a compreensão do contexto local foi uma obra recente de caráter memorialístico, elaborada por um professor da área de Ciências e Farmácia, que se dedicou a reconstruir a história de Monte Carmelo com base em registros oficiais e memórias locais. Publicada em 2022, essa obra contribuiu para a composição do pano de fundo histórico e demográfico analisado nesta pesquisa. Ainda assim, tornou-se necessário cotejar tais informações com dados de instituições públicas e documentos oficiais, a fim de garantir a fidedignidade e a consistência da análise. Nesse sentido, foi imprescindível entrelaçar os dados colhidos para alcançar os resultados ora examinados.

negligenciando a participação crucial dos trabalhadores como agentes impulsionadores desse processo.

Dentro do contexto gramsciano, a visão ufanista de Yermak Slywitch revela-se como uma expressão do pensamento da classe dominante, desconsiderando e negligenciando as vozes e contribuições da classe trabalhadora. Através do controle da produção e disseminação do conhecimento, o intelectual orgânico perpetua uma narrativa que fortalece os interesses da classe social hegemônica, excluindo outras perspectivas e permanecendo as desigualdades sociais.

Portanto, a postura de Yermak Slywitch enquanto intelectual orgânico do capital, em sua abordagem ufanista do crescimento urbano e desenvolvimento local, reforça a necessidade de uma análise crítica e inclusiva que considere a importância dos trabalhadores como atores fundamentais nesse processo, em consonância com os princípios da teoria gramsciana.

A formação dos intelectuais tradicionais é o problema histórico mais interessante. Ele se liga certamente à escravidão do mundo clássico e à posição dos libertos de origem grega e oriental na organização social do Império Romano. Esta separação não apenas social, mas nacional, racial, entre grandes massas de intelectuais e a classe dominante do Império Romano se reproduz, após a queda do Império, entre guerreiros germânicos e intelectuais originários romanizados, continuadores da categoria dos libertos. Articula-se com estes fenômenos o nascimento e desenvolvimento do catolicismo e da organização eclesiástica que, por muitos séculos, absorveu a maior parte das atividades intelectuais e exerceu o monopólio da direção cultural, com sanções penais para quem quisesse se opor, ou mesmo ignorar, tal monopólio (Gramsci, 2002, p. 26).

Por volta de 1840, ocorreram os primeiros movimentos que culminaram na formação do povoado de Monte Carmelo, quando um grupo de moradores de São João Del Rey e Tamanduá (atual Itapequerica), bem como de outras regiões do país, atraídos pela descoberta de garimpos diamantíferos em Bagagem (atual Estrela do Sul) e Nossa Senhora D' Abadia de Água Suja (atual Romaria), chegaram à região. (Câmara Municipal de Monte Carmelo, 2012, s./d.).

De acordo com os registros históricos, a condição do ambiente dos garimpeiros, pouco adequado às famílias, aliado ao clima saudável e a excelência da água da região, motivou esses pioneiros a deixarem suas famílias em Monte Carmelo e se dirigirem aos garimpos em busca de diamantes.

[...] contam os primeiros habitantes, que nessa região havia uma rica fazendeira, chamada Clara Chaves. Dona Clara Chaves era muito devota de Nossa Senhora do Carmo. Por isso, doou a área de uma légua quadrada

a Nossa Senhora do Carmo, área esta onde estavam localizadas as famílias dos garimpeiros, para que ali se construísse uma capela em louvor à santa de sua devoção. Nessa área iniciou-se então o povoado, que pertencia à freguesia de Araxá e posteriormente a de Patrocínio. (Slywitch, 1991, p.02)

Segundo os registros do professor Slywitch (1991, p.4), em 14 de setembro de 1870, ocorreu a emancipação eclesiástica do distrito de Bagagem de Patrocínio, passando a ser uma paróquia. Como resultado, a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo desvinculou-se daquela paróquia e se uniu à recém-criada Paróquia de Bagagem, sendo então denominada Arraial ou povoado de Carmo da Bagagem.

Em 6 de outubro de 1882, a Freguesia do Carmo da Bagagem foi elevada à categoria de Vila pela Lei Provincial nº 2.927. Posteriormente, em 14 de setembro de 1891, a criação do Distrito foi confirmada pela Lei Estadual nº 2. A Comarca foi instituída pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, e instalada solenemente em 4 de abril de 1893.

Conforme os documentos consultados, em 24 de maio de 1892, a cidade de Carmo da Bagagem foi elevada à categoria de cidade pela Lei Estadual nº 23. Em 1896, a Comarca de Bagagem estabeleceu suas fronteiras com Patrocínio. No entanto, em 25 de julho de 1900, a cidade passou a se chamar Monte Carmelo por meio da Lei Estadual nº 286, possivelmente em homenagem à sua padroeira, Nossa Senhora do Carmo, ou em referência ao monte próximo à sede, chamado Monte Carmelo, existente na Palestina, próximo a Nazaré.

Dessa forma, o município de Monte Carmelo também foi palco de um importante processo histórico, marcado pela emancipação administrativa da cidade, conforme relata o memorialista Slywitch (1991). A partir da criação da Paróquia de Bagagem em 1870, a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo se desvinculou de Patrocínio e se juntou à nova paróquia, tornando-se o Arraial ou povoado de Carmo da Bagagem. Em 1882, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila e, posteriormente, em 1891, o Distrito foi confirmado pela Lei Estadual nº 2. A Comarca de Bagagem foi instituída pela Lei nº 11, em 1891, e instalada em 1893, tendo como primeiro Juiz de Direito Tito Fulgêncio Alves Pereira.

Além disso, a cidade passou por mudanças significativas de nome, tendo sido oficialmente denominada Monte Carmelo em 1900, por meio da Lei Estadual nº 286, como resultado de uma série de fatores históricos e religiosos relacionados com a devoção a Nossa Senhora do Carmo. Conforme os documentos consultados, o município incluía cinco distritos de Paz: Monte Carmelo (sede), Nossa Senhora de Água Suja (Romaria), São Sebastião da Ponte Nova (Nova Ponte), Espírito Santo do Cemitério (Iraí de Minas) e Santa Cruz do Boqueirão (Douradoquara) (Slywitch, 1991).

Outro fator mencionado pelos comentadores locais é que o município de Monte Carmelo, localizado em Minas Gerais, ficou conhecido em todo o país por abrigar muitas empresas produtoras de materiais cerâmicos, como telhas e tijolos, que atendiam a demanda nacional.

De acordo com a Associação dos Ceramistas de Monte Carmelo (ACEMC, 2020) o parque cerâmico foi instituído em 1972, durante um período de intensa industrialização no Brasil. O governo brasileiro, na época, incentivava o estabelecimento de polos industriais em várias áreas do país para fomentar o desenvolvimento econômico e diminuir a dependência de produtos importados. Nesse sentido e de acordo com os ceramistas, o setor cerâmico foi considerado vital para a economia brasileira, uma vez que a cerâmica era amplamente utilizada em diversos setores industriais, como construção civil, refratários, louças e azulejos.

No entanto, sob a perspectiva dos trabalhadores, esse progresso econômico revela contradições. Bosi (1997) mostra que a implantação do parque cerâmico nos anos 1970 coincidiu com a precarização do trabalho e a expropriação de populações rurais, que migraram para a cidade. A inserção desses trabalhadores no polo cerâmico reproduziu relações de dominação industrial, com jornadas extensas, baixos salários e falta de direitos. A aparente vitalidade econômica ocultava uma exploração estrutural, onde a resistência coletiva (incluindo mobilizações religiosas) surgiu como estratégia de sobrevivência.

A urbanização brasileira na década de 70 trouxe consigo um aumento expressivo na demanda por produtos cerâmicos, o que impulsionou o crescimento da produção desses materiais. Nesse cenário, o Parque Cerâmico de Monte Carmelo emergiu como uma alternativa para atender essa crescente demanda. No entanto, a exploração dos trabalhadores no parque cerâmico foi uma consequência desse crescimento desenfreado.

Essa expansão industrial está ligada ao fluxo migratório causado pela crise rural (Bosi, 1997). O parque cerâmico utilizou mão de obra de trabalhadores rurais expropriados, que, atraídos por empregos urbanos, enfrentaram condições precárias de trabalho. Isso refletia a lógica de acumulação acelerada da época. A exploração no parque cerâmico atendia às demandas da urbanização, mas mantinha os migrantes em situação vulnerável como operários sob intensa exploração.

Todavia, torna-se necessário ressaltar que a década de 1970, marcada pela ditadura militar no Brasil, foi um período de forte industrialização e desenvolvimento econômico impulsionado pelos governos militares. Sob a justificativa de promover o crescimento do país e reduzir a dependência de importações, o regime adotou uma política desenvolvimentista, com grande incentivo à criação de polos industriais, como o parque cerâmico de Monte

Carmelo. No entanto, esse modelo de desenvolvimento econômico estava inserido em um contexto de repressão política, censura e controle social, conhecido como “anos de chumbo”⁶ (1968-1974), o que restringia a participação democrática e a contestação por melhores condições de trabalho.

Segundo o professor Carlos Fico:

A ideia de modernização conservadora tem a força do senso comum: quando se pensa a ditadura brasileira, é fácil identificar a repressão, o conservadorismo, o autoritarismo, por um lado e, por outro, o crescimento econômico do “milagre” brasileiro, as obras de infraestrutura, os avanços nas telecomunicações etc. Para o senso comum, uma ditadura deveria corresponder a período de trevas, de completa estagnação, devendo ser regressiva e inteiramente repressiva. Daí ser tão comum a pergunta que os jornalistas nos fazem sobre ter havido um “lado bom” no regime militar brasileiro, justamente o lado do crescimento econômico, das obras de infraestrutura etc. (Fico, p. 25, 2017).

Os militares viam a industrialização como essencial para modernizar o país, projetando o Brasil como uma potência emergente. No entanto, essa visão negligenciava os direitos dos trabalhadores, resultando em exploração e precarização das condições laborais. O crescimento econômico, embora significativo, foi acompanhado de um aumento das desigualdades sociais, e a rápida urbanização trouxe pressões tanto para os trabalhadores da construção civil quanto para aqueles envolvidos na produção de materiais cerâmicos, como em Monte Carmelo. A produção em massa, incentivada pelo regime, frequentemente resultava em jornadas exaustivas e baixas remunerações, refletindo uma abordagem de desenvolvimento focada no capital, mas que negligenciava o bem-estar da força de trabalho.

Darcy Ribeiro (2006), destaca que a industrialização no Brasil foi marcada por profundas desigualdades sociais, com um modelo de desenvolvimento que priorizava o crescimento econômico às custas da exploração da força de trabalho. Para ele, a urbanização e o avanço industrial não foram acompanhados de políticas inclusivas que assegurassem melhores condições de vida para as classes trabalhadoras, o que resultou em uma sociedade desigual e excludente, em que o progresso material beneficiava apenas uma pequena elite, enquanto os trabalhadores enfrentavam jornadas exaustivas e precariedade laboral.

⁶ Anos de chumbo é a expressão usada em referência ao período entre o fim da década de 1960 e início da década seguinte no Brasil. Nesse período o Brasil foi governado, na maior parte do tempo, pelo presidente Médici, considerado um representante dos militares linha dura. Durante os anos de chumbo, houve grande repressão aos grupos que se opunham à ditadura, com assassinatos, prisões ilegais e torturas. Foi nesse período também que a censura se ampliou no país. Concomitantemente aos anos de chumbo, ocorreu o milagre econômico, momento de grande desenvolvimento da economia brasileira. Com o fim dele, e as denúncias sobre os crimes cometidos pelos militares, os anos de chumbo terminaram. Eleito indiretamente em 1974, Geisel deu início à abertura política do Brasil.

Esse período de modernização industrial foi crucial para consolidar setores estratégicos da economia, mas também gerou um ambiente de repressão e exploração dos trabalhadores. Enquanto o país registrava crescimento econômico, os direitos trabalhistas eram secundarizados, gerando uma insatisfação latente entre a classe operária que muitas vezes era silenciada pela repressão do regime militar.

Ainda de acordo o professor Carlos Fico (2001),

O regime militar, ao mesmo tempo em que promovia crescimento econômico e modernização, mantinha um rígido controle político e social, reprimindo movimentos que reivindicavam melhores condições de trabalho ou denunciavam as desigualdades sociais (Fico, 2001, p. 45).

Diante desse cenário, a mão de obra barata e artesanal dos trabalhadores, aliada à falta de regulamentação trabalhista, permitiu que os ceramistas expandissem suas produções, mas também levou à exploração dos direitos trabalhistas e à precarização das condições de trabalho, onde as longas jornadas, os salários baixos, a falta de segurança no ambiente de trabalho e a exposição a riscos de saúde eram comuns.

Além disso, a década de 80 foi caracterizada pela liberalização econômica do país e pelo aumento da concorrência no setor cerâmico. Para se manterem competitivas, as indústrias do Parque Cerâmico de Monte Carmelo investiram em tecnologia e inovação, com o intuito de aprimorar a qualidade de seus produtos e diminuir os custos de produção. Esse período de liberalização, no entanto, difere significativamente das dinâmicas observadas nas décadas subsequentes. Nos anos 80, a abertura econômica ainda estava em estágios iniciais, marcada por políticas de desregulamentação gradual e pela busca de maior integração com o mercado global.

Contudo, é importante ressaltar que a liberalização daquela época ocorria em um contexto de transição, quando o Brasil começava a se afastar de um modelo de substituição de importações, com fortes incentivos estatais e barreiras comerciais, para adotar um sistema mais aberto e competitivo. As indústrias brasileiras, incluindo as do setor cerâmico, ainda contavam com certo nível de proteção estatal, o que lhes dava algum fôlego para se adaptar ao novo cenário econômico.

A liberalização ocorreu durante a transição do modelo de substituição de importações (1930-1970), marcado por forte intervenção estatal, para um sistema mais aberto (Tavares, 1978). Nesse período, as indústrias brasileiras, incluindo as cerâmicas, ainda mantinham certa proteção estatal, facilitando sua adaptação ao novo cenário.

Em contrapartida, a liberalização contemporânea, especialmente a partir da década de 1990 e início dos anos 2000, apresentou características mais profundas e aceleradas. A entrada do Brasil na globalização econômica ocorreu de forma mais agressiva, com a redução drástica de tarifas de importação, a abertura de mercados, e uma crescente exposição das indústrias nacionais à concorrência internacional. Diferentemente da transição gradual dos anos 1980, a liberalização atual implica em uma integração mais rápida e intensa ao comércio global, resultando em maior pressão sobre as indústrias nacionais para se modernizarem, além de uma dependência cada vez maior de tecnologias e práticas produtivas importadas.

Já a liberalização dos anos 1990-2000 foi mais acelerada, com redução drástica de tarifas (de 32% em 1980 para 14% em 1994, segundo Baer, 2014) e maior exposição à concorrência global. Isso pressionou as indústrias nacionais a se modernizarem rapidamente, aumentando a dependência de tecnologias importadas.

Essas diferenças temporais evidenciam que, enquanto a liberalização econômica dos anos 80 foi mais uma adaptação às exigências internas e ao cenário econômico global emergente, o contexto atual demanda uma resposta mais imediata e estratégica frente às rápidas transformações globais. Consequentemente, as indústrias que se mantiveram no mercado, como as do Parque Cerâmico de Monte Carmelo, precisam lidar hoje com desafios muito mais complexos, que incluem a sustentabilidade, a inovação contínua e a competitividade em um ambiente de concorrência globalizada e tecnologicamente avançada.

Dentre os principais fatores na visão dos ceramistas que contribuíram para o desenvolvimento do Parque Cerâmico de Monte Carmelo durante as décadas de 1970 e 1980, destacam-se a sua localização estratégica. O parque foi estabelecido em uma região com abundante disponibilidade de matéria-prima, como argila e areia. Além disso, a área estava próxima a grandes centros consumidores, como Belo Horizonte e São Paulo, o que facilitou a distribuição dos produtos. Nesse período, o governo ofereceu incentivos importantes à produção de cerâmica, tais como o FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) e o PROCER (Programa de Desenvolvimento da Indústria Cerâmica), que disponibilizavam linhas de crédito especiais e isenções fiscais para as indústrias que se estabelecessem na região.

Diante desses incentivos as indústrias do Parque Cerâmico de Monte Carmelo tiveram investimento em tecnologia e inovação, adotando novos processos produtivos, equipamentos e técnicas de gestão modernas para aprimorar a qualidade e eficiência da produção, com o objetivo de se manterem competitivas no mercado, sendo que a

disponibilidade de matéria-prima e a localização estratégica foram fatores determinantes para o sucesso do Parque Cerâmico de Monte Carmelo.

Diante do exposto, Bosi (1997) evidencia que a modernização industrial não melhorou as condições dos trabalhadores, principalmente migrantes rurais, que permaneceram em situação precária. Houve, portanto, um contraste entre progresso tecnológico e relações de trabalho atrasadas.

De acordo com a história da indústria cerâmica vermelha ⁷ em Monte Carmelo, a sua forma industrial teve início há mais de 100 anos, em meados de 1920, quando o Sr. Jorge Fernandes um empresário carmelitano montou a primeira olaria, fábrica de ladrilhos e cerâmica, situadas na fazenda Araras. Para iniciar a produção, foram contratadas pessoas especializadas de Franca, estado de São Paulo. De acordo com a Associação Comercial e Empresarial de Monte Carmelo (ACEMC, 2005), os principais fatores que contribuíram para o desenvolvimento do setor na região foram: a disponibilidade de matéria-prima de boa qualidade, a cultura inflacionária vivida por mais de quarenta anos, em que a aplicação em imóveis era considerada a melhor reserva de valor, a construção de Brasília na década de 50.

Consequentemente, o município de Monte Carmelo tornou-se um centro produtor de telhas, dominando grande parte do território nacional entre as décadas de 50 e 90. A indústria da construção civil foi a mais afetada pelas medidas de combate à inflação implementadas pelo novo governo em 1964. No entanto, a direcionamento seletivo do crédito estimulou a modernização das indústrias para sobreviverem (ACEMC, 2020).

Contudo, a compreensão da visão de especialização da classe trabalhadora como forma de ascensão social requer uma análise crítica acerca de sua origem e implicações. Nesse sentido, argumenta-se que essa perspectiva é produzida e difundida pela classe dominante, que detém o poder econômico e se beneficia da exploração dos trabalhadores. A Associação Comercial e Empresarial de Monte Carmelo (ACEMC), instituição criada pelos empresários da região, pode ser citada como exemplo de difusão dessa perspectiva, tendo em vista que veicula uma visão particular sobre o processo histórico e econômico e sua relação com a dinâmica social.

⁷ A cerâmica vermelha é um tipo de cerâmica produzida a partir da argila vermelha, que é caracterizada por sua cor avermelhada após ser queimada em altas temperaturas. Segundo a definição do Dicionário de Arqueologia Brasileira, de Mário S. Chagas, a cerâmica vermelha é uma técnica de modelagem e cozimento de argila, que se torna vermelha após a queima em forno a altas temperaturas. Esse tipo de cerâmica é amplamente utilizado na produção de tijolos, telhas, revestimentos e outros objetos de construção. Além disso, é um material comum em artefatos arqueológicos e tem sido utilizado em diversas culturas ao longo da história.

Salienta-se ainda que a naturalização da dominação e a produção de conhecimento legitimador do status quo são mecanismos de manutenção da hegemonia do dominante sobre os dominados. A classe trabalhadora, por sua vez, é frequentemente tratada como um grupo homogêneo, destinado a se conformar com sua posição subordinada na sociedade e a se especializar em atividades produtivas específicas como forma de ascensão social. Essa perspectiva ignora as desigualdades e complexidades que existem dentro da própria classe trabalhadora e desconsidera a possibilidade de uma transformação social radical capaz de superar a exploração e a dominação.

A perpetuação da visão hegemônica do dominante sobre os dominados é vista como um processo de naturalização da dominação, em que a classe dominante se apresenta como a única capaz de produzir conhecimento legítimo e de impor suas visões de mundo e valores culturais, sendo esse processo reforçado pela presença de intelectuais orgânicos do capital, que se alinham com a classe dominante e ajudam a legitimar sua posição de poder, conforme defendido por Antônio Gramsci (2002).

Diante dos embargos nas atividades extrativas nos anos de 2002 e 2003 houve uma contribuição significativa para o fechamento de várias indústrias. O parque cerâmico de Monte Carmelo, voltado para a produção de telhas, passou de 43 empresas na década de 90 para apenas 10 empresas atualmente, o que afetou a economia do município com a diminuição da arrecadação, da renda e o aumento do desemprego de acordo com a Associação dos Ceramistas de Monte Carmelo (ACEMC, 2020).

De acordo com os dados históricos disponíveis, a indústria cerâmica vermelha de Monte Carmelo foi o maior parque produtor de telhas do Brasil até meados dos anos 90, respondendo por 2% de toda a produção nacional e 9% da produção estadual, gerando 3.000 empregos diretos e 12.000 indiretos, e sendo responsável por mais de 40% de toda a arrecadação da cidade naquele período.

Atualmente, apesar de ter vivenciado um declínio nos últimos anos, a indústria cerâmica vermelha carmelitana de acordo com os próprios empresários, ainda é uma das grandes forças motrizes da economia de Monte Carmelo, empregando diretamente cerca de 1.300 pessoas e indiretamente aproximadamente 5.200. Este setor é o principal componente do setor industrial da cidade e um dos que mais gera divisas para o município. Além disso, é o principal integrante do polo cerâmico do Vale do Rio Paranaíba e o maior polo cerâmico certificado do Brasil, de acordo com a Associação dos Ceramistas de Monte Carmelo (ACEMC, 2005).

Durante a crise que afetou as indústrias cerâmicas da região de Monte Carmelo, estas investiram em qualidade, padronizando seus produtos e aumentando a qualidade, a fim de atender às normas técnicas vigentes no país e obter a certificação INMETRO.

No entanto, de acordo com o Sindicato dos trabalhadores da Indústria Cerâmica (2023), o mesmo não aconteceu com os trabalhadores. Enquanto as empresas investiam em melhorias nos processos produtivos, os trabalhadores enfrentavam condições precárias de trabalho e baixos salários. Além disso, o sindicato denunciou a carência de diálogo entre as empresas e os trabalhadores, o que obstruiu a adoção de medidas mutuamente vantajosas. Essa circunstância, por sua vez, evidencia a disparidade social reinante em inúmeros setores da economia brasileira, em que a obtenção do lucro empresarial frequentemente se dá à custa da exploração do trabalho.

Bosi (1997) revela que essa assimetria entre progresso técnico e condições trabalhistas é estrutural. Em Monte Carmelo (1970/80), a produtividade nas olarias cresceu 140%, sem aumento salarial proporcional. Os empresários sistematicamente fragmentavam reivindicações e evitavam sindicatos, prática que persiste hoje, comprovando que a exploração laboral é base histórica do lucro no setor cerâmico.

É importante ressaltar que de acordo com os ceramistas, a indústria cerâmica tem um efeito multiplicador significativo na economia da região, além de sua grande empregabilidade direta no setor produtivo. As empresas utilizam frotas rodoviárias, como caminhões caçamba para transportar a matéria-prima (argila), e terceirizam muitos caminhões de carroceria para o transporte de produtos acabados. Além disso, as empresas possuem máquinas pás carregadeiras, esteiras e retroescavadeiras, que movimentam diversos setores, como postos de gasolina, setor de autopeças, oficinas, supermercados, lojas, farmácias e todo o comércio em geral.

Durante o período de crise que assolou os ceramistas, a busca por alternativas para manter a rentabilidade e a continuidade das atividades mostrou-se cada vez mais imperativa. Em meio a esse contexto, uma dessas alternativas foi a incursão na lavoura cafeeira do cerrado, atividade essa que se revelou altamente lucrativa, em contraposição à instabilidade que permeava o mercado cerâmico. Desse modo, muitos ceramistas optaram por descontinuar a produção cerâmica e direcionar seus esforços para a lavoura cafeeira, a fim de diversificar suas atividades e fontes de receita. Além do mais, a lavoura do café apresentava a vantagem de ser uma cultura emergente, o que resultava em baixo custo de mão de obra. Essa condição, por sua vez, impulsionou a busca por trabalhadores, especialmente provenientes da região

Nordeste do Brasil, gerando, portanto, um expressivo processo migratório, e consequentemente a perpetuação da exploração da mão de obra desses migrantes.

O aproveitamento desses migrantes, porém, esteve permeado pelo embate entre o discurso que desqualifica o trabalhador nacional em geral, e aquele que expressava as qualidades do homem cearense. Tal fato não impediu sua inserção na economia cafeeira, pois a chegada de potenciais trabalhadores vinha de encontro às necessidades dos fazendeiros: fomentar a oferta de mão-de-obra e consequentemente baixar os custos da produção. (Gonçalves, 2006, p.156).

A reorientação estratégica empreendida pelos empresários ceramistas representou, segundo os próprios agentes empresariais, um fator preponderante para a viabilidade dos negócios dessa elite econômica em um período de instabilidade. Tal reorientação possibilitou a exploração de novas fontes de receita e a redução da dependência em relação ao mercado cerâmico, permitindo aos empresários enfrentar as adversidades econômicas do momento e assegurar a continuidade e a rentabilidade de suas atividades empresariais.

Conforme relatado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Cerâmica (2023), o fechamento de diversas indústrias cerâmicas resultou na descontinuidade do pagamento dos poucos direitos trabalhistas aos quais os funcionários tinham acesso, obrigando-os a migrar para as lavouras cafeeiras em busca de emprego. Nesse contexto, os trabalhadores passaram a enfrentar condições precárias de trabalho, como longas jornadas e baixos salários, perpetuando, assim, a exploração desses profissionais.

Segundo o mesmo sindicato, outro fator avassalador para a demissão de trabalhadores na indústria cerâmica foi a reestruturação produtiva. Esse processo foi realmente brutal, resultando em uma queda significativa no número de postos de trabalho. Especificamente no setor de prensa⁸, a proporção era de treze a quinze pessoas empregadas para cada prensa existente na indústria. No entanto, atualmente, nas poucas cerâmicas que ainda estão em funcionamento na cidade, apenas quatro pessoas são empregadas nessa função. Esses números demonstram claramente a magnitude das demissões ocorridas devido à reestruturação produtiva na indústria cerâmica de Monte Carmelo.

Ainda de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Cerâmica (2023), a reestruturação produtiva no parque cerâmico provocou impactos significativos no contexto de

⁸ Os chamados processos de prensagem são utilizados para a moldagem da matéria prima no formato das peças desejadas. A prensagem em pó é utilizada para compostos argilosos e não argilosos. Em suma, uma massa contendo água ou outro tipo de aglutinante é compactada através de aplicação de pressão.

trabalho dos trabalhadores desse setor, uma vez que essa reestruturação envolveu mudanças tecnológicas, organizacionais e econômicas que visavam aumentar a eficiência e a competitividade das empresas cerâmicas. No entanto, tais mudanças teve consequências diretas para os trabalhadores, que precisaram lidar com desafios e transformações em suas condições de trabalho.

A reestruturação produtiva também implicou na adoção de novos modelos de gestão, como a gestão enxuta. Esses modelos segundo o sindicato visavam eliminar desperdícios e reduzir custos, muitas vezes em detrimento das condições de trabalho dos trabalhadores, resultando em salários mais baixos, jornadas de trabalho mais extensas e instabilidade no emprego.

Outra consequência da reestruturação produtiva de acordo com o Sindicato dos trabalhadores da indústria Cerâmica foi a necessidade de requalificação profissional dos trabalhadores. Com a introdução de novas tecnologias e métodos de trabalho, os trabalhadores precisaram adquirir novas habilidades e competências para se manterem relevantes no mercado de trabalho. Aqueles que não conseguiram acompanhar essas mudanças enfrentaram dificuldades em encontrar emprego ou podendo ser relegados a posições de trabalho menos qualificadas.

Além disso, a reestruturação produtiva afetou negativamente as condições de trabalho e a saúde dos trabalhadores. A busca por maior produtividade e redução de custos resultaram em jornadas de trabalho exaustivas, ritmo acelerado de trabalho e exposição a substâncias nocivas, levando a problemas de saúde física e mental os trabalhadores.

A introdução da lavoura cafeeira no cerrado mineiro representa um marco decisivo para o desenvolvimento do município de Monte Carmelo, consolidando a região como um dos principais centros produtores de café no Brasil. De acordo com a Embrapa Impactos sociais e econômicos da migração para Celso Bueno, esse sucesso é atribuído em grande parte às condições climáticas favoráveis da região, que se destacam pela presença de solos bem drenados, chuvas concentradas no verão e um clima quente e seco no inverno. Essas características tornam a cultura do café altamente rentável e propensa à expansão. O crescimento acelerado das lavouras e a lucratividade associada incentivaram ainda mais a ocupação da região por grandes fazendas de café, refletindo uma lógica de desenvolvimentismo que prioriza a maximização da produção agrícola como motor do crescimento econômico local.

Na década de 1970, a cafeicultura saiu das tradicionais regiões produtoras (Paraná e São Paulo) para os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia

e Rondônia. Mais recentemente, essas transferências vêm-se realizando para algumas microrregiões do Cerrado, onde o microclima, a altitude e a topografia apresentam condições favoráveis. (Pereira, 1999, p.6).

A partir da década de 1970, o crescimento da cultura cafeeira na região do cerrado mineiro foi intensificado por expressivos investimentos em tecnologia realizados pelos produtores locais, com crédito do governo federal. A adoção de novas técnicas de cultivo, como a irrigação por gotejamento, o plantio direto e o controle integrado de pragas e doenças, resultou em um aumento significativo da produtividade das lavouras, além de melhorias na qualidade do café produzido. Esse processo de modernização agrícola não apenas posicionou o café mineiro de forma mais competitiva no mercado nacional e internacional, mas também exemplifica a relação entre desenvolvimento econômico e inovação tecnológica, aspecto central para o entendimento do desenvolvimentismo contemporâneo.

No período de 1975 a 1996, o Cerrado aumentou a produção de café em coco de 83 mil para 728 mil toneladas, ou seja, o Cerrado elevou sua participação na produção nacional de 3,3% para 25,6%. Nesse período, sua evolução foi muito rápida, acusando taxas geométricas de crescimento anual de 10,9% para a produção e de 5,6% para a área colhida, enquanto nas demais regiões produtoras do país, no mesmo período, essas taxas foram negativas (-) 0,7% e (-) 1,6%, respectivamente, para produção e área colhida. (Pereira, 1999, p. 8).

Na região de Monte Carmelo, essa modernização da lavoura cafeeira reflete um movimento mais amplo de industrialização agrícola, que alterou profundamente os modos de produção, as relações de trabalho e o uso da terra. A intensificação dos investimentos em industrialização pesada consolidou um ciclo de acumulação de capitais que impulsionou a industrialização da agricultura. Nesse cenário, a terra passou a desempenhar um papel subordinado às dinâmicas do capital, deixando de ser apenas um meio de produção tradicional para se tornar um componente estratégico no processo de acumulação capitalista, evidenciando o caráter instrumental que lhe foi atribuído, conforme ressalta Silva:

Em outras palavras, o significado do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é outro senão o de transformar a terra, de uma dádiva da natureza, num elemento do próprio capital, produto das relações sociais de produção. A subordinação da terra representa, pois, a sua reprodução pelo capital, dado por suposto que o capital cria a forma de propriedade adequada a si mesmo. (Silva, 1980, p.334).

Nesse contexto, Bresser-Pereira (2017) argumenta que o desenvolvimentismo deve ir além das estratégias tradicionais de crescimento econômico, buscando integrar práticas que promovam uma agricultura sustentável e inclusiva. A expansão da lavoura cafeeira em Monte Carmelo se torna, assim, um exemplo prático de como a agricultura pode servir como motor do crescimento regional. Esse desenvolvimento não se limita apenas à produção, mas também abrange a implementação de políticas públicas que incentivam a modernização e a sustentabilidade no setor.

Amorim (2019) complementa essa visão ao afirmar que os investimentos em tecnologia e inovação são cruciais para garantir a competitividade do setor agrícola brasileiro no cenário global. A trajetória da cafeicultura em Monte Carmelo não é apenas uma narrativa de sucesso econômico; ela exemplifica como a adoção de novas técnicas de cultivo pode levar a um desenvolvimento mais sustentável e equilibrado. Essa abordagem é especialmente relevante em um contexto em que os desafios ambientais e as exigências de sustentabilidade estão cada vez mais presentes nas cadeias produtivas.

A questão da sustentabilidade é, de fato, um aspecto central na discussão contemporânea sobre desenvolvimentismo. A pressão por uma produção mais sustentável e socialmente responsável se torna um imperativo para as indústrias agrícolas. Carrijo (2020) destaca que a modernização da agricultura é essencial não apenas para promover um desenvolvimento econômico, mas também para assegurar que as particularidades regionais e as necessidades sociais sejam consideradas nas políticas públicas. O desenvolvimento do setor cafeeiro em Monte Carmelo exemplifica essa abordagem, onde a produção não é vista isoladamente, mas como parte de um sistema maior que envolve economia, meio ambiente e sociedade.

Além disso, a expansão das lavouras de café e a adoção de práticas modernas de cultivo geraram um efeito multiplicador na economia local. Essa dinâmica promoveu o surgimento de serviços relacionados, como comércio, logística e agroindústria, contribuindo para a diversificação da economia regional. A agricultura, nesse contexto, não atua apenas como fonte de renda, mas também como catalisadora de transformação social. A valorização da mão de obra local e a criação de empregos são resultados diretos desse processo, evidenciando a capacidade do setor agrícola de influenciar positivamente o desenvolvimento social.

No entanto, é fundamental reconhecer que esse desenvolvimento deve ser encarado de maneira crítica. A ênfase excessiva na produção e na rentabilidade pode, em alguns casos, levar à degradação ambiental e à exploração dos recursos naturais. A obra de autores como

André Singer (2016) nos lembra da importância de considerar os impactos sociais e ambientais das políticas de desenvolvimento. A nova classe média brasileira, conforme discutido por ele, está cada vez mais consciente das questões socioambientais, demandando uma produção que respeite tanto o meio ambiente quanto os direitos dos trabalhadores.

Assim, a trajetória da lavoura cafeeira em Monte Carmelo não pode ser dissociada do contexto desenvolvimentista que permeou o Brasil nas últimas décadas. A cultura do café, ao integrar tecnologia, inovação e políticas públicas, não apenas alavanca a economia local, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. O desafio, portanto, é encontrar um modelo de desenvolvimento que não apenas promova a acumulação de capital, mas que também melhore as condições de vida da população e respeite o meio ambiente.

Assim, a cafeicultura em Monte Carmelo exemplifica um modelo de desenvolvimento que, sob a ótica do desenvolvimentismo contemporâneo, busca um equilíbrio entre crescimento econômico, inovação tecnológica e responsabilidade social e ambiental. A região, ao se consolidar como um polo de produção de café, não apenas contribui para a economia nacional, mas também representa um exemplo de como a agricultura pode ser um agente de transformação social e desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a cidade de Monte Carmelo tornou-se um importante centro de comércio e distribuição de café, por possuir uma localização estratégica próxima a importantes rodovias, o que facilitou o escoamento da produção de café para outras regiões do país. Assim, o desenvolvimento da cultura cafeeira na região do cerrado mineiro contribuiu para a consolidação de Monte Carmelo como um centro produtor e distribuidor de café.

Além disso, a cidade investiu na construção de infraestrutura adequada para atender as necessidades da atividade cafeeira, como armazéns, cooperativas, secadores e máquinas de beneficiamento de café. Tais investimentos possibilitaram uma melhoria significativa na logística de transporte e armazenamento do café produzido na região, tornando Monte Carmelo uma referência no setor cafeeiro.

Nesse contexto, a expansão da cultura cafeeira tornou-se uma alternativa para produzir uma bebida que pudesse ser apreciada em todo o país e atender às exigências do mercado internacional, além de impulsionar a economia da região. Conforme apontado por Silva (2004), a cafeicultura tornou-se a principal atividade agrícola na região, gerando empregos e renda para a população local, além de contribuir para o desenvolvimento da infraestrutura urbana, como a construção de estradas, ferrovias e armazéns para o armazenamento.

Essa expansão e desenvolvimento da cultura cafeeira também encontraram um ambiente favorável em Minas Gerais. Reconhecido como o principal produtor de café do cerrado do Brasil, o estado corresponde a cerca de 50% da produção nacional, conforme destacado por pessoa (1999). O parque cafeeiro do estado é composto por 2,5 bilhões de plantas distribuídas em 1 milhão de hectares, em mais de 80 mil propriedades situadas em cerca de 60% dos municípios do estado. Essa concentração de plantações, segundo dados da Associação dos Cafeicultores da Região de Monte Carmelo (AMOCA, 2023), é resultado de vários fatores favoráveis, como condições climáticas propícias, solo fértil e facilidade no escoamento da produção. Assim, o desenvolvimento da cultura cafeeira em Minas Gerais teve um impacto significativo na economia e infraestrutura da região, contribuindo para a expansão do cultivo e o fortalecimento da cafeicultura como atividade econômica-chave.

O município de Monte Carmelo, em conjunto com Araguari, Uberaba e Patrocínio, segundo a Associação dos Cafeicultores de Monte Carmelo (AMOCA, 2012), destaca-se como um dos principais polos de produção de café do cerrado para exportação no país. Esse reconhecimento na qualidade e produção do café resultou em valorização do produto, alcançando preços superiores aos praticados pelo mercado anteriormente. Assim pontua o professor Guilherme Marcos Ghelli;

A estratégia estava formulada: se o café da região tinha qualidade apreciada pelos mais exigentes compradores, havia a possibilidade de fazer-se pagar um prêmio por tal superioridade, focando os nichos de mercado dispostos a pagar por qualidade. (Ghelli, 2009, p. 10).

Em suma, a história de Monte Carmelo é marcada por importantes eventos históricos e econômicos que moldaram sua identidade e influenciaram sua evolução ao longo do tempo. A cidade tem desempenhado um papel fundamental na economia do país, sobretudo no que se refere à produção de café e materiais cerâmicos, e é reconhecida nacionalmente por sua contribuição para esses setores.

Citam que os primeiros produtores de café se instalaram no cerrado mineiro em meados dos anos 70. Vinham de São Paulo e do Paraná, atraídos pelos preços das terras, então baratas na região, pela ausência de geadas e também pelos incentivos governamentais. As demais particularidades do clima, que hoje diferenciam a região, não chegaram a constituir um atrativo naquela época, pois o mercado de café no Brasil estava regulamentado. (Saes; Jayo, 2009, p.11, apud Ghelli, 2009).

Diante do exposto, torna-se inegável a existência de uma história complexa de poder e construção de memórias no município em questão, o que é comum em todo o país.

Infelizmente, ao observar a construção da história comemorativa, nota-se a ausência de espaço destinado às ações e construções sociais dos trabalhadores, que viveram nos bairros periféricos, migraram e participaram ativamente do desenvolvimento produzido pelo seu trabalho. É possível verificar que em muitas celebrações históricas, houve uma ênfase na figura dos ceramistas, proprietários de lavouras cafeeiras, magistrados e vigários, enquanto a participação e os esforços dos trabalhadores foram frequentemente desconsiderados.

Esse fenômeno representa uma situação preocupante, tendo em vista que a história construída a partir de uma perspectiva elitista e excludente não apresenta uma visão holística e equilibrada do processo histórico. A ausência dos trabalhadores, peças fundamentais na construção da história do povo, gera uma lacuna histórica que compromete a compreensão do desenvolvimento socioeconômico e político do município.

É fundamental que a construção de uma história comemorativa leve em conta as perspectivas dos trabalhadores e inclua suas vivências e lutas nas narrativas históricas, uma vez que a participação dos trabalhadores na construção da sociedade brasileira é essencial, devendo ser reconhecida para a construção de uma história mais justa e equitativa. Infelizmente, muitas vezes, a história oficial marginaliza os trabalhadores, enfatizando os esforços dos proprietários e desconsiderando suas contribuições para a construção da sociedade.

A memória construída sobre o poder e a comemoração da história frequentemente tenta anular as dimensões de classe, perpetuando a marginalização daqueles que trabalharam arduamente para construir uma sociedade mais próspera, sendo essencial, portanto, que sejam consideradas as contribuições dos trabalhadores e a dimensão de classe na construção dessa história, a fim de compreender e valorizar a complexidade da sociedade brasileira e trabalhar para superar as desigualdades históricas que ainda persistem.

Daí a importância da reflexão da concepção sobre a aparência e a essência de Marx, “Na medida em que as aparências não correspondem à essência da riqueza, em que a relação do valor não aparece nas coisas, ela deve aparecer em seu contrário, o dinheiro.” (Marx, 2013, p. 112).

Segundo o autor, sobre a aparência e a essência se baseia na ideia de que as aparências podem enganar e ocultar a verdadeira natureza das coisas. Nesse sentido, torna-se necessário ir além das aparências para encontrar a essência das coisas, ou seja, compreender as relações sociais e econômicas que determinam a realidade em questão.

No contexto da construção da memória histórica, a aparência muitas vezes prevalece sobre a essência, pois a narrativa oficial repetidamente enfatiza as figuras de poder e

desconsidera as contribuições dos trabalhadores, que são a base da construção da sociedade. Nesse sentido, é preciso repensar essas construções históricas-memorialistas e incluir as perspectivas dos trabalhadores para evidenciar suas contribuições para o desenvolvimento da região. Ao reconhecer a importância do trabalho e das lutas dos trabalhadores, é possível ir além da aparência e encontrar a essência da construção da sociedade brasileira, pois somente assim, será possível construir uma memória mais justa e inclusiva, que reflita a diversidade e a complexidade da sociedade em questão.

Dessa forma, é importante a compreensão de que a construção de uma história mais precisa e inclusiva envolva uma análise crítica e profunda das relações sociais e econômicas que permeiam a sociedade, e não apenas uma descrição superficial dos eventos e personagens históricos, tornando-se essencial valorizar a contribuição dos trabalhadores para a construção da sociedade brasileira e garantir que suas vozes sejam ouvidas e consideradas na narrativa histórica.

2.2 O Distrito de Celso Bueno: entre memórias ausentes e contextos reconstituídos

A escassez de arquivos municipais dedicados à salvaguarda de documentos que evidenciam a trajetória histórica e memorialística de uma comunidade constitui uma dificuldade generalizada em diversas regiões do país, sobretudo, nas cidades interioranas. Tal lacuna, além de afetar a integridade dos registros em questão, pode também representar um obstáculo significativo à pesquisa e à fruição dessas informações por parte das gerações vindouras.

Com o objetivo de aproximar do objeto de estudo proposto, torna-se necessária uma descrição detalhada do contexto político, econômico, sociocultural e educacional ao qual a Escola de Celso Bueno está inserida. Para tanto, foram consultadas diversas fontes, tais como na Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, na Câmara Municipal, na Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo, a Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carmelo, na 157ª Companhia das Polícias Militar e Rodoviária, o Sub-destacamento da 157ª Companhia de Polícia Militar Especial, além da Polícia Rodoviária Federal. Pesquisas em fontes documentais armazenadas na Escola Municipal Celso Bueno e em instituições culturais, como a Casa da Cultura de Monte Carmelo, a Biblioteca Municipal de Monte Carmelo e a 21ª Superintendência Regional de Ensino de Monte Carmelo, situadas no Estado de Minas Gerais, também foram realizadas.

Além disso, o compêndio, *A história de Monte Carmelo* contada por Yermak Slywitch⁹, nascido em 10 de abril de 1921 e falecido em 04 de março de 2001 em Belo Horizonte, uma obra memorialista local publicada em 1991, foi consultado. Apesar da diligente pesquisa e da verificação minuciosa das bases de dados de diversos órgãos, muitas informações se mostraram obscuras ou inexistentes.

Os memorialistas podem ser compreendidos como escritores que recorrem a diversas fontes e ferramentas para compor seus textos. Em muitos casos, suas obras possuem um caráter autobiográfico, no qual o autor se vale de experiências pessoais e da tradição oral relacionada à cidade sobre a qual escreve para construir a narrativa histórica. No entanto, esses relatos geralmente não seguem as normas metodológicas e teóricas exigidas pela escrita acadêmica em história. Embora alguns desses autores realizem pesquisas extensas, dedicando anos à análise de arquivos, é comum que não especifiquem quais fontes consultaram, não utilizem referências formais e, por vezes, mesquem em seus textos conteúdos autorais com trechos extraídos de documentos ou obras lidas. Assim, mesmo partindo, em certos momentos, de trabalhos acadêmicos, esses escritores trilham caminhos distintos, priorizando abordagens mais livres e subjetivas em suas produções.

Os memorialistas formam um grupo diversificado de escritores que abordam a memória e o passado de uma região de maneiras variadas. Essa pluralidade é justamente o que os diferencia dos historiadores acadêmicos, cuja produção segue regras teórico-metodológicas previamente estabelecidas. Nas narrativas dos memorialistas, essas normas não estão presentes, o que confere maior flexibilidade e subjetividade ao conteúdo produzido. Esses autores, ao longo do tempo, desenvolveram seus textos utilizando diferentes formatos, suportes e direcionando-os a públicos distintos, acompanhando as transformações da ciência histórica no Brasil. Entretanto, ao analisarmos mais atentamente suas obras dentro de seus respectivos contextos, é possível identificar dimensões adicionais que vão além da ausência de rigor metodológico, revelando particularidades que enriquecem suas abordagens narrativas.

Em 14 de outubro de 2021, com a aprovação e sanção da Lei nº 1.734, oficializou-se a criação do Distrito de Celso Bueno em Minas Gerais. Este distrito está situado no município de Monte Carmelo e ocupa uma posição geográfica cerca de 30 km a leste da

⁹ O livro, *História de Monte Carmelo* contada por Yermak Slywitch, uma obra de um professor de Ciências e Farmacêutico publicada em 2022. Apesar da diligente pesquisa e da verificação minuciosa das bases de dados de diversos órgãos. Nesse sentido, foi imprescindível entrelaçar os dados colhidos para alcançar os resultados ora examinados.

sede do município, fazendo divisa com outras localidades, como Romaria/MG (a 16 km), Iraí de Minas (a 10 km) e Patrocínio (a 51 km). Cumpre ressaltar que, erroneamente, até o ano de 2021, essa comunidade era denominada como distrito, quando, na realidade, tratava-se de um povoado ou bairro de Monte Carmelo.

De acordo com o professor Slywitch (1991), Celso Bueno foi o nome dado à Estação Ferroviária que ligava Patrocínio a Monte Carmelo, sendo inaugurada em 1937. Sua fundação aconteceu em meados de 1962, e ganhou esse nome em homenagem ao ex-prefeito de Monte Carmelo, Celso Bueno da Fonseca, que dirigiu o município de Monte Carmelo de 27/07/1932 a 03/01/1936.

Atualmente, a população do Distrito de Celso Bueno é constituída por cerca de 3.000 (três mil habitantes), porém, esse número chega a quase dobrar entre os meses de abril a setembro pelos motivos que serão abordados posteriormente. Outro fator que chama a atenção em relação a outros distritos rurais é o quantitativo de eleitores, que supera consideravelmente do restante do país, pois em Celso Bueno há 1684 eleitores, divididos em 5 seções eleitorais de acordo com Tribunal regional eleitoral (TRE/MG, 2023). Uma parte significativa dessas pessoas são provenientes de diversas regiões brasileiras, sobretudo de estados do nordeste como Bahia, Piauí e Sergipe. Ao final, chega a 30% o número de migrantes de origem nordestina que hoje são habitantes do Distrito.

Com tantos problemas, para boa parte da população desses locais – áreas carentes por ajuda - sobra apenas uma opção para a sobrevivência: migrar. Uma migração forçada, por fatores alheios as suas vontades. Portanto, não havendo outra solução, ou pela rede de relações já construídas, a população busca na migração seu sustento, o dinheiro extra para ajudar nos meses sem qualquer renda. É neste contexto que aparece o migrante sazonal, que busca trabalho fora para manter-se nos meses de seca. (Dota, 2008, p.4).

Diante de numerosos desafios, uma grande parcela da população dessas regiões desfavorecidas se vê limitada a uma única alternativa para garantir sua sobrevivência: a migração. Essa migração é frequentemente imposta por circunstâncias que estão além de seu controle. Assim, quando não há outra solução disponível ou devido às conexões já estabelecidas na comunidade, essas pessoas buscam na migração uma fonte de sustento, um meio de obter renda adicional durante os meses em que não têm nenhuma outra fonte de recursos financeiros. É nesse contexto que surgem os trabalhadores sazonais, que buscam emprego fora de sua área de residência para garantir seu sustento durante os períodos de escassez.

O setor agrícola da região passou por significativas transformações devido ao avanço tecnológico, que reduziu consideravelmente o trabalho manual nas lavouras cafeeiras, com a crescente utilização de máquinas. Não considerando a redução do trabalho, afere-se que tal mudança possibilitou a diversificação da produção agrícola local, incluindo culturas como milho, alho, pimenta, feijão, soja e palha para cigarros. Apesar da crescente importância de outras culturas, o café ainda se mantém como principal produto agrícola da região.

Nesse contexto, destaca-se a produção do cerrado mineiro, que é reconhecido mundialmente pelo café produzido na região. De acordo com o Anuário Brasileiro do Café (2012, p.17), Minas Gerais é o maior produtor de café do país, inclusive em termos de sacas por hectare, com uma produção de 1.032.530 sacas por hectare, mais que o dobro em relação ao segundo maior estado produtor, o Espírito Santo, que produz 451.157 sacas por hectare. Esses dados evidenciam a liderança do estado na produção de café no Brasil e sua relevância para a economia nacional.

A produção agrícola é uma importante fonte de emprego e renda para a população do distrito em questão. Além do café, outras culturas relevantes incluem o milho, a soja, o feijão e a cana-de-açúcar, sendo que os agricultores utilizam métodos tradicionais de plantio e colheita, combinados com técnicas modernas de irrigação e fertilização, resultando em uma produção abundante de grãos e cereais.

Observa-se nas imediações do distrito em questão, um crescimento numérico das fazendas especializadas em criação e recria de gado de corte e gado leiteiro, bem como de outras culturas, além da predominante cafeicultura, consolidando-se como outra opção de emprego para a população local. Embora a grande maioria dos habitantes do Distrito e da região trabalhem nas diversas lavouras existentes no entorno do distrito, algumas empresas foram estabelecendo-se naquela localidade, tais como dois postos de gasolina ao longo da BR 365, uma empresa algodoeira, uma empresa de fertilizante e uma empresa de água mineral, que atualmente empregam cerca de 180 trabalhadores de Celso Bueno, bem como das comunidades rurais circunvizinhas, pois de acordo com a Secretaria da Fazenda de Monte Carmelo (2023), esse número pode sofrer variações principalmente durante o período sazonal.

Assim, a diversificação das atividades econômicas da comunidade pode ser vista como um processo importante de adaptação aos desafios do mercado, com a possibilidade de oferecer novas oportunidades de emprego e reduzir a vulnerabilidade das famílias locais.

O Distrito de Celso Bueno, atualmente, apresenta uma carência de serviços, tais como agências bancárias, correios e casas lotéricas. Como resultado, é necessário se deslocar para cidades próximas, como Monte Carmelo, Iraí de Minas ou Romaria, para obter tais serviços.

A água consumida no distrito é captada no Córrego Vereda da Pindaíba, que está localizado a uma distância de 700 metros da área urbana sendo a água bruta recalçada por um conjunto motobomba centrífuga trifásico.

A ETA (Estação de tratamento de água do Distrito de Celso Bueno) é do tipo compactada pré-fabricada em chapas metálicas, que utiliza o processo de decantação dinâmica, filtro de dupla ação com capacidade para tratar 50m³ /hora. Após a filtração, a água é clorada e recalçada até o reservatório elevado R2, com capacidade para 30m³ de água, segundo o Departamento de água e esgoto de Monte Carmelo (DMAE, 2023).

Através da minha vivência no local, observei uma situação preocupante no distrito em questão: a inexistência de sistemas de coleta de esgoto. Isso representa um fator significativo na degradação ambiental da região. Atualmente, o esgoto é coletado por meio de fossas sépticas, porém, não há qualquer tipo de controle ou supervisão na construção dessas fossas. Essa falta de regulamentação não apenas dificulta a produção de hortaliças, mas também cria um risco iminente de contaminação do lençol freático. Essa situação contraria diretamente a Lei 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. É importante destacar que esta lei determina que os municípios são responsáveis por garantir o abastecimento de água, o saneamento adequado, a limpeza urbana e a gestão de resíduos sólidos, tudo em conformidade com os padrões de saúde pública e proteção do meio ambiente. Entretanto, no distrito de Celso Bueno, fica evidente a falta de implementação dessas medidas.

O tratamento adequado do esgoto é uma necessidade premente em qualquer distrito ou região urbana, uma vez que esse constitui uma das principais formas de poluição, com implicações para o meio ambiente, a saúde pública e a qualidade de vida das pessoas. Em sua composição, o esgoto apresenta uma gama de substâncias químicas, dentre as quais se destacam a matéria orgânica, nutrientes e metais pesados. Quando não tratado de forma adequada, o esgoto pode configurar-se em uma fonte relevante de poluição ambiental,

provocando, por exemplo, a eutrofização¹⁰ de rios e lagos, a degradação da qualidade da água potável e a disseminação de doenças infecciosas.

Além disso, o esgoto também pode afetar a qualidade do ar, especialmente em áreas urbanas densamente povoadas. Quando o esgoto é deixado sem tratamento, ele pode produzir gases tóxicos, incluindo o metano, que podem contribuir para o efeito estufa e o aquecimento global.

A partir do tratamento, são removidos produtos químicos nocivos e bactérias presentes no esgoto, garantindo a segurança para descarga no meio ambiente ou reutilização em diferentes finalidades, tais como irrigação ou descarga em reservatórios. Adicionalmente, destaca-se que o tratamento de esgoto pode constituir uma fonte relevante de energia renovável, uma vez que o metano gerado no processo de tratamento pode ser capturado e utilizado como fonte de energia limpa e renovável. Dessa forma, é possível afirmar que um distrito que possua um sistema de tratamento de esgoto eficiente pode contribuir significativamente para melhorar a saúde pública, qualidade de vida e o meio ambiente. Com o tratamento adequado, é possível proteger a água potável, melhorar a qualidade do ar, prevenir doenças e gerar energia renovável.

Com a criação do Distrito de Celso Bueno, foi possível obter a aprovação da Lei nº 1.899, que concede ao poder municipal a autorização para abrir crédito especial a fim de viabilizar a construção da rede coletora de esgoto local, com um orçamento estimado de R\$ 9.000.000,00 (Nove milhões de reais), segundo documentos oficiais da Câmara Municipal de Monte Carmelo (2023).

Cabe salientar que o serviço de coleta de lixo no Distrito de Celso Bueno ocorre três vezes por semana, e todo o material recolhido é destinado ao aterro sanitário localizado em Monte Carmelo. Entretanto, de acordo com a prefeitura municipal de Monte Carmelo, a partir do ano de 2023, foi implantado o sistema de coleta seletiva de resíduos na cidade, com a separação e encaminhamento adequado dos materiais recicláveis e orgânicos, com a finalidade de serem tratados e reutilizados na cadeia produtiva. Acredita-se que essa medida possa contribuir para a conservação do meio ambiente e para a melhoria da qualidade de vida dos moradores do Distrito de Celso Bueno.

¹⁰ Segundo José Galizia Tundisi, a eutrofização é definida como o processo de enriquecimento excessivo de um corpo d'água com nutrientes, especialmente nitrogênio e fósforo, resultando no crescimento excessivo de algas e plantas aquáticas, e reduzindo a qualidade da água. O excesso de nutrientes pode ser proveniente de atividades humanas, como a agricultura, a pecuária, o despejo de efluentes domésticos e industriais, entre outras.

Essa iniciativa é importante para o gerenciamento dos resíduos produzidos pela comunidade local e pode ser considerada um passo significativo em direção à sustentabilidade ambiental, sendo o objetivo principal dessa ação reduzir o impacto negativo do descarte inadequado de resíduos sólidos no meio ambiente e na saúde pública. A coleta seletiva de lixo é uma forma de minimizar a quantidade de resíduos que são encaminhados para o aterro sanitário, além de possibilitar a reutilização de materiais que, de outra forma, seriam descartados (Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2024).

O Distrito de Celso Bueno, situado na região de Monte Carmelo, é composto por 12 logradouros providos de energia elétrica proveniente da subestação localizada na cidade mencionada, além de possuir pavimentação asfáltica. Na localidade, encontram-se diversas instalações, destacando-se uma farmácia, uma Lan House, três padarias, quatro supermercados, diversos bares, um centro comunitário, uma igreja católica e seis igrejas evangélicas. Adicionalmente, há uma escola de ensino infantil e fundamental com 471 alunos matriculados, bem como uma creche que atende 54 crianças (Secretaria Municipal de Educação, 2023).

A Unidade Básica de Saúde da Família do distrito de Celso Bueno possui horário de funcionamento das 7h às 17h, de acordo com informações da Secretaria Municipal de Saúde (2023). A equipe de profissionais é composta por um auxiliar administrativo, três técnicos de enfermagem, uma auxiliar de serviços gerais, uma Enfermeira Padrão, um médico, um dentista e um auxiliar de dentista.

Além disso, a população local também conta com a presença de um pediatra a cada quinze dias, uma psicóloga semanalmente, uma nutricionista e uma fisioterapeuta quinzenalmente. A unidade atende não somente a população de Celso Bueno, mas também as comunidades rurais de Gonçalves e Buritis, que estão próximas ao distrito.

Apesar da presença desses profissionais, é comum que os moradores de Celso Bueno se desloquem para cidades próximas, como Monte Carmelo, Iraí de Minas, Romaria e Patrocínio, em busca de atendimento médico (Secretaria Municipal de Saúde, 2023). Além disso, a maioria da população trabalha durante todo o dia, dificultando o acesso aos serviços de saúde disponíveis na unidade básica. Para suprir essa demanda, a Secretaria de Saúde criou o programa “Saúde do Trabalhador”, que disponibiliza um médico uma vez por semana, a partir das 18h, para atender as pessoas que não têm disponibilidade durante o dia. Em média, a unidade atende 14 pacientes por semana no período noturno (Secretaria Municipal de Saúde, 2023).

A unidade básica de saúde possui duas ambulâncias para levar pacientes para tratamento fora do domicílio para cidades como Uberlândia e Patrocínio, quando necessário. Todos os atendimentos básicos e de primeiros socorros são realizados na unidade básica de saúde da família, que também oferece atendimento voltado para a prevenção e a promoção de saúde, além da área de reabilitação, tratamento e acompanhamento das famílias.

Outra observação relevante é o fato de que o número de habitantes das famílias em Celso Bueno é superior à média nacional de fecundidade, que de acordo com o Ministério da Mulher, da família e dos direitos humanos no ano de 2010 a taxa foi 1,7 filhos por mulher e que por volta de 2030, deve ser alcançado o patamar de 1,5, que permanecerá estável até 2050. Na comunidade em questão, essa média é de até 3 filhos por casal, o que justifica o crescimento acelerado da população, especialmente das famílias migrantes do Nordeste (Secretaria Municipal de Saúde, 2023).

Outro órgão de extrema importância para o distrito é o (CRAS), Centros de Referência de Assistência Social que são unidades públicas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que têm como objetivo principal prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, do acesso a informações, orientações e serviços socioassistenciais, além do desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos indivíduos e famílias atendidos, atualmente 53 crianças e adolescentes são atendidos, sendo que a demanda é muito maior, contudo, o local onde o mesmo funciona atualmente é muito pequeno e não possibilita de ampliação, uma vez que o imóvel não pertence ao município, pois o mesmo é alugado.

Os CRAS têm a missão de promover a proteção social básica, que é a primeira porta de entrada do SUAS e se destina a atender pessoas em situação de vulnerabilidade social, como as que vivem em situação de pobreza, violência, abuso, exploração, entre outras. Para tanto, os CRAS realizam ações de caráter preventivo, protetivo e proativo, por meio do atendimento individual, em grupos e em famílias, sempre buscando a promoção da autonomia, da autoestima e da inclusão social das pessoas atendidas.

Entre as ações desenvolvidas pelos CRAS estão a oferta de serviços como o Programa Bolsa Família, o Cadastro Único, atividades socioeducativas, grupos de convivência, cursos de qualificação profissional, acompanhamento de saúde e encaminhamentos para outros serviços da rede socioassistencial. Os CRAS são, portanto, um importante instrumento para a promoção da cidadania e da dignidade humana, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na comunidade não existem centros de lazer ou clubes recreativos que possam oferecer lazer à população e principalmente aos jovens que são aqueles maiores de dezoito anos de idade.

Já em relação à educação, o complexo educacional do Distrito conta com um estabelecimento de ensino municipal, denominado Escola Municipal Celso Bueno, que de acordo com os dados da Secretaria Municipal de Educação (2023), possui um quantitativo de 463 alunos matriculados, sendo 74 alunos na educação infantil, Educação Infantil do 1º ao 2º Período, Ensino Fundamental do 1º ao 4º Ano e 214 alunos no Ensino Fundamental I (1º Ano ao 5º Ano) e 175 alunos no Ensino Fundamental II (6º Ano ao 9º Ano).

No referido distrito também há uma creche denominada CEI Municipal Alice Domiciano Montalvão, na qual são atendidas, 54 crianças de seis meses a quatro anos, contando com uma equipe composta por 6 profissionais da educação, sendo 1 diretora, 4 professoras e 2 Agente de Serviços Gerais (Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo, 2023).

No entanto, durante o período sazonal que alcança seu pico no início de abril e se estende até o final de setembro segundo a Associação dos Cafeicultores de Monte Carmelo (AMOCA, 2023), o número de alunos matriculados na Escola Municipal de Celso Bueno e na referida creche sofre uma queda significativa. Essa variação pode ser influenciada pelo tamanho da propriedade e pela quantidade de cafeeiros plantados em cada uma delas, já que muitos pais optam por retirar seus filhos da escola para ajudá-los na colheita do café, visando contribuir para a renda familiar. Além do mais, nota-se que o deslocamento sazonal não tem propiciado a construção de vínculos e residências no local de trabalho, os trabalhadores passam “um tempo” em condições de improviso e distanciados de seus familiares (MORAIS, 2012).

Todos os problemas vividos pela comunidade de Celso Bueno, de forma direta ou indireta, acabam se refletindo no dia a dia da escola já que esta, enquanto instituição, não está imune ao que acontece além de seus muros. A violência vivenciada pelos habitantes locais, a cultura trazida pelos migrantes, a dificuldade de acesso à saúde, à segurança e as dificuldades de infraestrutura, e a falta de políticas públicas para esse Distrito, além de outros aspectos, influenciam diretamente no cotidiano escolar.

2.3 A criação da escola de Celso Bueno

Através de pesquisa documental encontramos o Regimento Escolar da Escola Estadual ‘Celso Bueno’ de 1º Grau, de Celso Bueno.

Instalada em prédio próprio, construído em terreno de 10.050 m² doado por Euclides Pena. A escritura foi lavrada em 14/11/1960 e registrada no Cartório de 1º Ofício da cidade de Monte Carmelo sob nº 9.646, livro 3G, fls. 280, em 24 de dezembro de 1960, sendo a entidade mantenedora o Governo do Estado de Minas Gerais. (26ª Delegacia de Ensino de Uberlândia, 1983).

Em busca de documentos que pudessem nos clarificar a data de sua fundação, foi encontrado junto à 21ª Superintendência Regional de Ensino de Monte Carmelo, documento que registra que a Escola fora criada pelo Estado de Minas Gerais na data de 14/11/1960, sendo instalada no dia 24 de novembro do mesmo ano, recebendo o nome de Escola Estadual Celso Bueno.

Através da portaria nº 631/92, nos termos do artigo 4º e Parágrafo Único e artigo 5º da Resolução SEE 6885, publicado em 25 de julho de 1991, foi renovada, a contar de 14 de janeiro de 1992, a autorização de funcionamento do Curso Regular de suplência de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental na Escola Estadual Celso Bueno.

A Portaria nº 399/96 nos termos do artigo 4º e Parágrafo Único do artigo 5º da Resolução SEE nº 6885, publicada em 25 de julho de 1991, foi renovada a partir do ano letivo de 1996.

No ano seguinte, mais especificamente em dezembro de 1997, foi firmado o convênio da SEE MG com a Prefeitura Municipal para a municipalização da Escola Estadual Celso Bueno e, a partir daí, a Escola passou a ser denominada Escola Municipal Celso de Ensino Fundamental (1ª a 4ª série).

Desde sua municipalização, a escola tem passado por diversas alterações, inclusive no próprio nome da instituição. Em 16 de Maio de 2001, através da lei municipal 328/2001, foi concedido o nome de Leopoldina Maria de Jesus à Escola Municipal de Celso Bueno de acordo com a Câmara municipal de Monte Carmelo, (2001).

Em 25 de Maio de 2010, a Escola Municipal de Celso Bueno, através da lei Municipal 874/2010, recebe o nome de Escola Municipal Abel Vieira Pena em homenagem ao então Desembargador da República Federativa do Brasil, natural da cidade de Monte Carmelo.

Segundo registros da 21ª Superintendência Regional de Ensino de Monte Carmelo (SRE), ainda no ano de 2023, não há nenhum processo em andamento na Secretaria Estadual

de Educação do Estado de Minas Gerais no que concerne à mudança de nome da referida escola, a qual ainda continua sendo denominada Escola Municipal Celso Bueno.

2.4 A Escola Municipal de Celso Bueno no século XXI: uma análise sob a perspectiva da História da Educação Rural

No amplo espectro do contexto educacional, é imperativo reconhecer que, mesmo tendo sido elevado à condição de distrito em 2024, Celso Bueno preserva características que o configuram como uma região predominantemente rural. Tal identidade manifesta-se de maneira singular na Escola Municipal local, a qual guarda em sua essência as marcas históricas e culturais inerentes à educação rural.

A classificação da escola como pertencente ao âmbito da educação rural é sustentada por diversos elementos que permeiam seu cotidiano. A estreita relação com as dinâmicas produtivas agrícolas da região, a significativa influência das práticas comunitárias e a presença de estudantes cujas famílias se vinculam diretamente ao trabalho no campo configuram-se como aspectos que reafirmam tal identidade. Ademais, a estrutura e a organização da escola refletem os desafios específicos do meio rural, entre os quais se destacam a necessidade de adequação dos horários escolares às demandas sazonais das atividades agrícolas e a limitação no acesso a recursos tecnológicos e materiais pedagógicos mais avançados.

A história da educação rural no Brasil é marcada por desafios profundos, muitos dos quais ainda se refletem na realidade contemporânea. Calazans (1993) afirma que o ensino regular nas áreas rurais teve seu início no final do Segundo Império, mas sua implementação efetiva se deu, de forma mais significativa, na primeira metade do século XX. Esse processo de expansão educacional foi, em grande parte, impulsionado pelas transformações nas estruturas sócio agrárias do país.

Com o surgimento da monocultura cafeeira e a abolição da escravatura, a agricultura passou a demandar mão de obra mais qualificada, o que levou ao fortalecimento do ensino primário e ao surgimento de escolas técnicas de segundo grau, como formas de atender às novas exigências do setor. Esse movimento foi, ainda, influenciado pelas revoluções agroindustriais e pelos impactos da industrialização, que obrigaram os detentores de poder no campo a aceitar mudanças, incluindo a implantação de escolas no meio rural. Assim, a escola no campo brasileiro surgiu de forma tardia e fragmentada, como observa Damasceno (1993). Nesse contexto, os estudos sobre a educação escolar enfatizam a importância da escola

unitária, que deve refletir a dinâmica das relações entre a escola e a prática produtiva, consolidando o trabalho como princípio educativo.

Damasceno (1993) argumenta a necessidade de superar a dicotomia existente entre a escola e o trabalho rural, propondo, assim, uma articulação efetiva entre a escola rural e os movimentos sociais do campo.

No que tange à educação escolar, os estudos reforçam a tese da escola unitária, explicitando que esta deve refletir a dinâmica das relações entre escola e a prática produtiva, afirmando, portanto, a premissa do trabalho como princípio educativo. Apontam a necessidade de superação da dicotomia existente entre a escola e o trabalho no campo, vislumbrando mecanismos para uma efetiva articulação entre a escola rural e os movimentos sociais no campo. (Damasceno, 1993, p. 9).

No contexto histórico da educação rural, Brito e Ramos (2024) ressaltam, em seu estudo sobre a “História da educação rural no Brasil”, que no alvorecer do século XX, a sociedade brasileira voltava suas atenções para as promessas de modernidade, progresso e civilidade associadas ao meio urbano. As instituições educacionais se viam comprometidas em atender às novas demandas materiais e simbólicas exigidas por esse processo. Nesse período, o rural foi concebido como um antípoda da modernidade, sendo caracterizado como o espaço do atraso, onde a população era vista como ignorante e suscetível a doenças devido à falta de higiene. Tal visão, como lembra Mendonça (1997), consolidou a ideia de que o urbano representava a modernidade, enquanto o rural se configurava como o lugar da carência e da desinformação, o que fez com que a educação rural fosse negligenciada até que, finalmente, passasse a ser incorporada nas políticas públicas voltadas para o campo.

Conforme expõe Santos (2012), a Educação do Campo configura-se como uma proposta educacional originada das demandas e lutas dos trabalhadores rurais. Desenvolvida a partir da atuação de movimentos sociais populares, essa concepção visa estabelecer uma formação que seja intrinsecamente vinculada às particularidades e desafios do contexto campestre, buscando atender às necessidades específicas dessa população.

A Educação do Campo propõe uma escola no e do campo, feita pelos sujeitos que nela vivem e trabalham. Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses sujeitos. No entanto, para garantir o direito de todos os cidadãos, a escola precisa estar onde os indivíduos estão. Por isso, a escola tem que ser construída e organizada no campo. O fato de estar no campo também interfere na produção dos conhecimentos, porque não será uma escola descolada da realidade dos sujeitos. Construir Educação do Campo significa também construir uma escola do campo, significa estudar para viver no campo, buscar desconstruir a lógica de que se estuda para sair do campo (Brasil, 2003 apud Santos, 2012, p.03).

Em contextos específicos como o de Celso Bueno, torna-se evidente o papel estratégico da escola na tentativa de mitigar as desigualdades educacionais entre as áreas urbanas e rurais. No entanto, persistem dificuldades estruturais significativas, como a falta de infraestrutura adequada, o acesso limitado a tecnologias educacionais e a escassez de profissionais qualificados, que enfraquecem o modelo educacional rural. A essas dificuldades somam-se as consequências da sazonalidade do trabalho agrícola, que impacta diretamente a frequência e a permanência dos alunos nas instituições de ensino. Esses desafios, por sua vez, destacam a urgência de políticas públicas voltadas especificamente para a realidade da educação no campo, a fim de superar tais obstáculos e garantir um modelo educacional mais equitativo.

A instituição escolar de Celso Bueno, além de desempenhar sua função pedagógica fundamental, constitui-se em um *locus* privilegiado para a salvaguarda dos saberes tradicionais e para a formação de identidades comunitárias, configurando-se como um elemento de inestimável valor cultural. Suas práticas pedagógicas, cuidadosamente adaptadas às especificidades do contexto rural, transcendem a alfabetização elementar, promovendo a valorização das vivências socioculturais dos discentes e fomentando o diálogo dialético entre os conhecimentos empíricos locais e os saberes sistematizados. Tal abordagem não apenas consolida os laços entre a escola e a comunidade, mas também desafia o modelo uniformizador de ensino, que tende a desconsiderar as peculiaridades das realidades rurais.

Contudo, conforme a análise de Nóvoa (1999), as políticas educacionais frequentemente enunciam finalidades abrangentes e integradas, mas na prática são implementadas de maneira compartimentada, resultando em conflitos e disfunções sistêmicas. Apesar de se propagar o ideal de uma escola humanista, que valorize as aspirações individuais e promova a autorrealização, o aparato educacional opera prioritariamente em função das demandas econômicas e sociais, orientando a formação educacional para atender às exigências do mercado de trabalho. Essa dicotomia é particularmente perceptível na educação do campo, cuja estrutura se desenvolve sob a influência dessas políticas, tensionando a conciliação entre o desenvolvimento socioeconômico e as especificidades culturais e comunitárias das populações camponesas.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) estabelece em seu primeiro artigo que: “cada pessoa-criança, jovem ou adulto deverá estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas oferecidas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem”. Prossegue

sustentando que estas necessidades abarcam ferramentas essenciais para a aprendizagem, como a leitura-escrita e o cálculo, assim como conhecimentos, competências, valores e atitudes que as pessoas exigem para funcionar bem e seguir aprendendo em seu meio particular. Também reconhece que: “A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazer variam segundo cada país e cada cultura e caminham inevitavelmente no transcurso do tempo” (UNESCO, 2004, p.82, grifos nossos).

Nesse contexto, a Educação do Campo emerge como uma estratégia imprescindível para a consolidação do pertencimento à realidade rural, incentivando os sujeitos a engajarem-se, coletivamente, na construção de um espaço social mais equitativo e solidário. Assim, a educação figura como um vetor crucial para o desenvolvimento sustentável do campo, requerendo uma articulação mais efetiva com as políticas públicas e alinhando-se às diretrizes de transformação e reinvenção do espaço rural brasileiro (Brasil, 2003, apud Santos, 2012). É imperativo, portanto, assegurar a regulamentação e o fortalecimento dessas políticas, de modo a garantir sua perenidade e eficácia, contemplando as singularidades culturais, sociais e econômicas das comunidades rurais.

Por conseguinte, o cenário educacional de Celso Bueno ilustra como a educação no campo pode transcender seu caráter estritamente instrucional, constituindo-se como uma ferramenta, de fato, educativa e de fortalecimento de sociabilidades. O desafio que se impõe é o de superar as contradições entre os objetivos enunciados nas políticas educacionais e as condições concretas vivenciadas pelas escolas rurais, assegurando que essas instituições sejam aptas a atender às demandas locais sem abdicar de sua inserção em um projeto educativo mais amplo, inclusivo e socialmente justo.

No entanto, para que a compreensão sobre a educação rural avance, é necessário um aprofundamento das investigações, especialmente no que se refere à história da educação no campo. Como afirmam Brito e Ramos (2024), existe uma tendência predominante entre os pesquisadores de focar em estudos sobre escolas rurais (em plural), localizadas em municípios ou inseridas em projetos pedagógicos geridos pelos estados. Essa inclinação também é observada nos levantamentos realizados por Ivashita (2020), Costa; Souza-Chaloba (2020) e Lima (2020). Tal preferência pode ser explicada pelas dificuldades em reunir fontes de pesquisa específicas sobre uma única escola, devido a aspectos comuns, como a falta de preservação de documentos escolares, particularmente nas instituições situadas em edifícios precários, e o processo gradual e desigual de municipalização do ensino primário entre os estados, o que dificulta a análise mais detalhada de experiências educacionais locais.

Conforme apontado por Brito e Ramos (2024), as teses e dissertações focadas nas instituições escolares e nos professores rurais representam mais de 64% de toda a produção acadêmica analisada. Esse dado revela a tendência das pesquisas em História da Educação de concentrar-se nas instituições escolares e na figura do/a professor/a rural, destacando sua atuação no contexto do trabalho docente e na formação profissional. Tal enfoque evidencia como a educação rural tem sido compreendida, enfatizando as estruturas educacionais e as especificidades do trabalho do educador no campo, um aspecto essencial para entender as dinâmicas educacionais no meio rural e as particularidades que envolvem esse cenário.

A partir da mesma pesquisa, é possível perceber um número considerável de estudos concentrados nas últimas décadas do século XX, período de grande relevância para o entendimento da educação rural no Brasil. Esse recorte temporal reflete importantes transformações nas políticas públicas voltadas para a educação no campo, bem como as mudanças nos contextos conjunturais e nas concepções institucionais sobre as escolas rurais. Entre as principais transformações destacam-se a criação de programas de formação de professores leigos nos estados e municípios, a extinção dos cursos normais e normais rurais (Souza-Chaloba, 2022), e a tendência crescente de fechamento das escolas multisseriadas rurais em favor da centralização em núcleos rurais ou na sede dos municípios. Esse movimento, típico do final do século XX, se soma à reorganização dos movimentos sociais rurais, que passaram a defender escolas públicas voltadas aos interesses dos camponeses. Também é importante notar a articulação entre movimentos sociais, partidos políticos de esquerda e a ala progressista da Igreja Católica, que buscaram um modelo de escola que atendesse melhor às necessidades das populações rurais (Damasceno; Beserra, 2004).

2.5 Caracterização da escola de Celso Bueno

A Escola Municipal de Celso Bueno, maior instituição de ensino do município de Monte Carmelo voltada à oferta de Educação Infantil e Ensino Fundamental, desempenha um papel estratégico no atendimento às demandas educacionais da região. Sua relevância não se limita apenas ao porte ou à abrangência, mas também à diversidade de funções desempenhadas por sua equipe, composta por 48 profissionais que atuam em diferentes áreas. Destacam-se os 26 professores regentes, responsáveis pelo desenvolvimento pedagógico dos discentes, além das 6 professoras de apoio, que oferecem suporte direto ao processo de ensino-aprendizagem. A presença de um professor de xadrez e de uma professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) evidencia o compromisso da escola com a

promoção de práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras. Essa equipe é complementada por profissionais de suporte administrativo e operacional, como agentes de serviços gerais, bibliotecária, secretária escolar, supervisora, vice-diretora e diretora, cuja atuação em conjunto assegura a eficiência e a organização das atividades escolares.

A gestão escolar, conduzida pela equipe administrativa, reflete uma articulação cuidadosa entre os turnos matutino e vespertino. No período matutino, o atendimento concentra-se nas turmas do Ensino Fundamental II, abrangendo do 5º ao 9º ano, enquanto o turno vespertino é direcionado às crianças da Educação Infantil e aos alunos do Ensino Fundamental I, que compreende do 1º ao 4º ano. Essa organização, além de maximizar a utilização do espaço físico e dos recursos humanos, promove um ambiente favorável ao desenvolvimento integral dos estudantes.

A estrutura física da escola, com 22 salas de aula, acolhe um total de 471 estudantes, cuja distribuição reforça a importância da instituição para a comunidade local. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação (2024), a Educação Infantil atende 74 crianças, enquanto o Ensino Fundamental I e II somam, respectivamente, 214 e 183 alunos. Esse quantitativo revela a relevância da escola como um espaço de socialização e formação, cujas práticas pedagógicas dialogam diretamente com os desafios impostos pelas especificidades do contexto rural.

Integrando-se à reflexão sobre a Educação do Campo e as políticas públicas discutidas anteriormente, a Escola Municipal de Celso Bueno exemplifica as potencialidades e limitações das iniciativas voltadas ao fortalecimento da educação rural. Ao mesmo tempo que sua estrutura e organização evidenciam avanços no atendimento educacional, os desafios locais, como a sazonalidade do trabalho agrícola e as questões estruturais mencionadas previamente, permanecem como obstáculos a serem superados para consolidar um modelo educacional verdadeiramente inclusivo e alinhado às necessidades da população do campo.

A instituição possui, em suas dependências, uma biblioteca, uma secretaria, uma sala de professores, uma quadra poliesportiva coberta, uma sala de recursos, uma cozinha e um galpão. No entanto, observa-se a ausência de espaços como refeitório e laboratório de informática, o que evidencia a necessidade de melhorias na infraestrutura escolar.

De acordo com informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação e pela atual gestão municipal (2024), a Escola Municipal Celso Bueno passará por uma reforma abrangente nos próximos meses. Essa intervenção tem como objetivo modernizar as instalações e criar espaços, proporcionando melhorias nas condições de ensino e aprendizagem.

Embora esteja instalada em prédio próprio, a Escola Municipal Celso Bueno enfrenta desafios estruturais que refletem os problemas mais amplos do Distrito de Celso Bueno, como carências em infraestrutura, saúde e segurança. Suas instalações apresentam salas de aula com dimensões reduzidas e sinais de desgaste, evidenciando a necessidade de reparos e revitalização. Essas melhorias são essenciais para oferecer um ambiente educacional mais adequado e acolhedor aos alunos e profissionais da instituição.

A construção e as reformas realizadas ao longo dos anos de funcionamento da escola não seguiram um planejamento estratégico. Em vez disso, foram executadas de maneira fragmentada, atendendo apenas às demandas imediatas que surgiam. Esse tipo de abordagem reativa, sem uma visão global de infraestrutura e sem considerar o crescimento e as necessidades futuras, resultou em espaços muitas vezes inadequados e mal integrados. A ausência de um projeto contínuo e bem delineado também pode ter comprometido a funcionalidade dos ambientes escolares, impactando diretamente a qualidade do ensino e as condições de trabalho dos professores e estudantes. Para evitar esse tipo de problema no futuro, seria essencial a elaboração de um plano diretor para a escola, que considere as necessidades a longo prazo, assegurando que as intervenções arquitetônicas futuras sejam coordenadas e eficientes.

A cantina está instalada num espaço muito pequeno dificultando assim o trabalho das cantineiras e serviçais. Como não existe rede de esgoto na cidade, os resíduos da cozinha são depositados em uma fossa, a poucos metros dessa cozinha.

Segundo funcionários da escola essa fossa recebe também os resíduos dos banheiros e é comum o entupimento. Quando isso acontece, é preciso chamar os funcionários do Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE – de Monte Carmelo para realizar a coleta dos resíduos e o desentupimento do encanamento.

A Escola Municipal Celso Bueno enfrenta uma situação preocupante, pois não dispõe de um laboratório de informática acessível a seus alunos e professores. Esse contexto vai de encontro às diretrizes das políticas públicas promovidas pelos governos Federal e Estadual, que priorizam a inclusão digital e buscam ampliar o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TICs) nas escolas brasileiras. A ausência de infraestrutura tecnológica adequada impede que os alunos desenvolvam competências digitais essenciais para sua formação acadêmica e profissional, além de limitar as possibilidades pedagógicas dos professores. Essa lacuna reflete uma disparidade entre as metas governamentais e a realidade das escolas em áreas rurais e mais isoladas, evidenciando a necessidade de

investimentos específicos para equipar essas instituições com recursos tecnológicos, de forma a promover a equidade no acesso ao ensino de qualidade e à inovação digital.

Infelizmente, a falta de investimentos por parte dos órgãos governamentais tem dificultado a concretização dessas medidas, privando os estudantes da escola de importantes recursos tecnológicos e limitando a realização de trabalhos e pesquisas propostas pelos docentes. Como se não bastasse, somente em 2023 é que a região na qual a escola está localizada teve acesso à internet, com a instalação de uma torre de transmissão.

Cabe salientar que a realidade dos alunos da instituição em questão é bastante desafiadora, uma vez que a maioria deles não possui computadores em suas residências. Tal cenário tem obrigado esses jovens a buscar alternativas fora da escola para acessar as tecnologias de informação e comunicação, tais como as *lan houses* existentes no Distrito ou mesmo na cidade de Monte Carmelo.

A situação descrita evidencia a falta de investimento em tecnologia da informação nas escolas públicas, o que pode comprometer a qualidade da educação oferecida e prejudicar a formação integral dos estudantes. Conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), é responsabilidade do Estado assegurar o acesso dos alunos às tecnologias e à informação, de modo a fomentar o desenvolvimento das habilidades dos estudantes.

Dos 34 professores que compõem o quadro docente do Distrito de Celso Bueno, apenas 3 residem na própria localidade. Assim, verifica-se que 31 docentes, correspondentes a aproximadamente 91,18% do total, têm suas residências fora do distrito. Esse dado evidencia um afastamento geográfico significativo entre a equipe docente e o contexto comunitário em que a escola está inserida, o que pode impactar a integração e a familiaridade dos profissionais com a realidade sociocultural local. (Arquivo da pesquisa, 2024).

Já os professores que trabalham a tarde dependem de um ônibus escolar que se desloca todos os dias para buscar os alunos que estudam em Monte Carmelo nas diversas escolas que oferecem ensino médio, sendo que esse ônibus é disponibilizado pela prefeitura aos alunos gratuitamente. Já para retornarem para suas casas, esses professores voltam em um ônibus que traz os alunos que são atendidos pela APAE de Monte Carmelo. Atualmente (2024), 73 alunos se deslocam diariamente para Monte Carmelo para terem a possibilidade de cursar o ensino médio (Secretaria Municipal de Educação, 2024).

A prefeitura de Monte Carmelo é responsável pelo transporte dos alunos do ensino médio, e como a maioria estuda pela manhã, muitos moradores não apenas do distrito, mas

também de fazendas vizinhas, precisam ser transportados por terceiros contratados pela prefeitura a partir das 5 horas da manhã até o distrito de Celso Bueno, para então serem transportados às escolas devidamente matriculados.

No entanto, esse processo enfrenta um grande problema, já que a maioria dos fazendeiros cujas famílias moram em suas propriedades exigem que as estradas de acesso sejam mantidas pelo município. A responsabilidade pela manutenção de estradas rurais é limitada apenas às vias vicinais e é feita periodicamente, o que pode afetar significativamente o transporte dos alunos para a escola.

Assim, muitos professores optam por trabalhar em escolas localizadas na cidade de Monte Carmelo por uma questão lógica, considerando não apenas a ausência de incentivos salariais, mas também a necessidade de deslocamento diário até a Escola Municipal de Celso Bueno, o que os expõe aos riscos associados ao trajeto.

Durante o período de sazonal, que geralmente se estende de quatro a seis meses, entre abril e setembro, a escola enfrenta um desafio significativo: a elevada taxa de evasão escolar. Esse fenômeno está diretamente ligado ao fato de que os pais se deslocam para trabalhar nas diversas lavouras ao redor do distrito. A urgência em buscar trabalho durante a colheita faz com que muitos jovens e adolescentes abandonem suas atividades escolares, mesmo estando matriculados. Essa situação é fortemente motivada pela necessidade de contribuir para o sustento da família, uma vez que muitos pais não conseguem prover o mínimo necessário para o bem-estar de seus filhos.

Assim, essa correlação entre a sazonalidade e a educação é um fator determinante na realidade das escolas rurais, especialmente em áreas como o distrito de Celso Bueno. Durante o período de safra, a dinâmica social e econômica da região sofre uma transformação profunda. A demanda por força de trabalho nas lavouras atrai tanto os pais quanto os jovens estudantes, que são levados a priorizar o trabalho sobre a continuidade escolar. Essa escolha não é voluntária, mas motivada pela necessidade econômica das famílias, que dependem da colheita para garantir o sustento básico. Assim, a sazonalidade, ao favorecer o trabalho no campo, interrompe o processo educacional e impacta diretamente o desenvolvimento acadêmico dos alunos.

Essa interrupção temporária afeta a aprendizagem de maneira profunda. O afastamento da escola, mesmo que sazonal, gera dificuldades de reintegração dos estudantes ao ambiente escolar após o período de safra, comprometendo o rendimento e a formação de habilidades essenciais. A evasão escolar, durante esse tempo, reflete não apenas uma questão econômica, mas uma manifestação clara da perpetuação do ciclo da pobreza. Sem

acesso contínuo e adequado à educação, os jovens têm suas oportunidades de futuro limitadas, ficando presos à dependência do trabalho sazonal, que, por sua vez, reforça o estado de vulnerabilidade econômica da região.

Portanto, compreender essa correlação entre sazonalidade e educação é essencial para o desenvolvimento de políticas educacionais eficazes. É necessário considerar o contexto local e propor soluções que reduzam o impacto do trabalho agrícola sobre o ensino. Entre as possíveis estratégias, destacam-se a criação de programas de assistência financeira para as famílias, visando garantir que os jovens possam permanecer na escola durante a safra, e a flexibilização dos horários escolares, adaptando-os à realidade econômica da região. Além disso, é crucial garantir que professores qualificados sejam atraídos e mantidos na área, por meio de incentivos salariais, apoio no transporte e oportunidades de desenvolvimento profissional.

A abordagem deve ser integrada, envolvendo tanto políticas educacionais quanto sociais, para que as particularidades regionais sejam respeitadas e atendidas. Somente assim será possível combater o ciclo de evasão escolar, assegurar a continuidade educacional e, a longo prazo, romper a dependência do trabalho sazonal que perpetua a pobreza na região.

Diante desse cenário tem-se tornado cada vez mais frequente a busca por transferência para outras escolas durante o período sazonal, realizada por muitos alunos em conjunto com seus pais ou responsáveis. No entanto, ao invés de efetuarem matrículas em novas instituições educacionais, muitos desses alunos acabam optando por se engajar em trabalhos nas lavouras. Esta escolha pode ser interpretada como uma estratégia para contornar a vigilância e o monitoramento exercidos pelos fazendeiros cujas famílias residem em suas propriedades e cuja condição de acesso às lavouras depende da manutenção das estradas pelo município. Infelizmente, é importante destacar que a responsabilidade pela manutenção das estradas rurais se limita às vias vicinais e é realizada de forma periódica, o que pode afetar de maneira significativa o transporte dos alunos até a escola, aumentando ainda mais os desafios enfrentados pela comunidade educacional local. (Secretaria Municipal de Educação, 2024).

O trabalho infantil, mesmo na contemporaneidade, continua sendo um problema global de preocupação, representando uma violação dos direitos fundamentais das crianças. Além dos impactos na educação, o trabalho infantil tem consequências a longo prazo que afetam o bem-estar físico e psicológico das crianças. A exposição a ambientes de trabalho muitas vezes perigosos e insalubres pode resultar em lesões, doenças e problemas de desenvolvimento, comprometendo sua qualidade de vida e futuro.

Para abordar eficazmente o problema do trabalho infantil, é essencial reconhecer suas causas profundas. Fatores socioeconômicos, como pobreza, falta de acesso à educação de qualidade e desigualdade, frequentemente impulsionam as famílias a recorrerem ao trabalho infantil como uma fonte de renda adicional, assim, as soluções devem incluir não apenas a implementação rigorosa de leis e regulamentações que proíbam o trabalho infantil, mas também esforços para melhorar as condições econômicas das famílias e garantir oportunidades educacionais acessíveis e de qualidade.

Embora o trabalho infantil seja, de fato, um fator significativo que contribui para a evasão escolar, ele não é o único responsável por esse fenômeno. É crucial entender que a evasão escolar resulta de uma série de variáveis inter-relacionadas, que vão além do simples envolvimento das crianças no mercado de trabalho. Fatores estruturais e contextuais, como a pobreza, a desigualdade social e a carência de políticas públicas adequadas, desempenham papéis fundamentais nesse processo.

Assim, torna-se necessário ressaltar os direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente que estabelece a proibição do trabalho para menores de 14 anos, exceto na condição de aprendiz. A aprendizagem é definida como a formação técnica e profissional oferecida conforme a legislação vigente. Entretanto, a lei permite que adolescentes entre 16 e 17 anos trabalhem, desde que isso não interfira em sua jornada escolar. Para os casos em que o trabalho é permitido, há condições específicas: as jornadas não devem ocorrer durante a noite, em ambientes perigosos ou insalubres, e não podem ser incompatíveis com o desenvolvimento pessoal do jovem. Além disso, é essencial assegurar que esses adolescentes tenham acesso à educação e que possam frequentar a escola, mesmo que isso exija adaptações em seus horários de trabalho.

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. Art. 67. Ao adolescente empregado é vedado trabalho noturno, perigoso, insalubre ou que prejudique sua formação e desenvolvimento físico, psíquico, moral e social. Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. (Brasil, 1990, p. 1).

Ao examinar a questão do trabalho infantil sob a perspectiva do trabalho como uma categoria fundamental, percebe-se que, para Marx, o trabalho sempre se reduz à força de trabalho. O tempo disponível para os indivíduos deveria ser direcionado à educação, ao desenvolvimento intelectual e ao cumprimento de funções sociais. No entanto, o capital ocupa esse tempo, que deveria ser reservado para o crescimento pessoal, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo (Marx, 1983).

2.6 A Escola Municipal de Celso Bueno em seu contexto socioeconômico: discussões sobre questões sociais e os reflexos na escola.

Embora o Brasil possua um Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil ainda não se observa a efetividade pretendida nesse âmbito. No texto do próprio plano elaborado para o período de 2011 a 2015, constam algumas razões para tal apontamento.

A prevenção e a erradicação do trabalho infantil não são assumidas efetivamente como prioridade pela sociedade e pelo poder público. Um sinal disso é a insuficiência de recursos humanos, materiais e de infra-estrutura para a atuação e funcionamento dos Conselhos de Direitos e Tutelares. Outro sinal é o fato de que administradores públicos e atores do Sistema de Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes estão pouco capacitados para lidar com as questões do trabalho infantil. (Brasil, 2011, p. 20).

A luta contra essa questão e a eliminação de suas formas mais graves permanece desafiadoras. A persistência da tradição de utilizar esse tipo de mão de obra, combinada com um modelo econômico dependente do mercado internacional, tem desempenhado um papel crucial na inserção vulnerável de crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

Muitas famílias enfrentam uma realidade em que a permanência de seus filhos na escola está condicionada a questões práticas, como a distância entre casa e escola, a falta de infraestrutura educacional, e a ausência de transporte escolar em regiões mais isoladas. A escassez de recursos materiais, como alimentação e uniformes escolares, também agrava a situação, forçando muitos estudantes a se afastarem da escola, mesmo que não estejam diretamente envolvidos no trabalho infantil.

Além disso, a qualidade da educação oferecida é um ponto crucial na análise da evasão escolar. Em muitas comunidades, especialmente nas zonas rurais, a falta de professores qualificados, materiais didáticos adequados e um currículo adaptado à realidade dos estudantes contribui para o desinteresse e, conseqüentemente, para o abandono escolar. A desmotivação gerada por um ambiente educacional pouco acolhedor e carente de apoio psicossocial faz com que as crianças e adolescentes vejam mais vantagens em atividades econômicas, como o trabalho sazonal, do que em permanecer na escola.

Portanto, conforme discute os estudos de Antuniassi (1983) sobre as relações entre o trabalho infantil e o sucesso escolar, para abordar de maneira mais eficaz a evasão escolar, é necessário um olhar amplo e multidimensional que considere não apenas o combate ao trabalho infantil, mas também a melhoria das condições econômicas e sociais das famílias, o fortalecimento das infraestruturas educacionais e a criação de incentivos que favoreçam a

permanência dos alunos na escola. As políticas públicas devem atuar de forma integrada, garantindo que as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua situação socioeconômica.

Além disso, é imperativo ressaltar que a sensibilização pública desempenha uma função vital no contexto da erradicação do trabalho infantil. A compreensão generalizada dos impactos negativos do trabalho infantil e o envolvimento ativo da sociedade na promoção de mudanças são fundamentais. Nesse contexto, instituições governamentais, organizações não governamentais e entidades internacionais desempenham um papel essencial na defesa dos direitos das crianças e na implementação de programas destinados à conscientização, educação e apoio a famílias em situação de vulnerabilidade. O combate ao trabalho infantil é uma responsabilidade compartilhada, exigindo a colaboração de todos os setores da sociedade para garantir às crianças a oportunidade de crescer, aprender e se desenvolver de maneira saudável e segura. É fundamental que as práticas que visam à exploração do trabalho infantil em busca de custos reduzidos de produção e maior competitividade no mercado sejam desestimuladas e combatidas.

Ainda de acordo com a pesquisadora Solange Oliveira Silva (2018);

Dentre os fatores externos que influenciam o desempenho escolar, o que mais nos interessa neste estudo está associado contexto social, cultural e econômico das comunidades, devido ao modo de produção capitalista crescente e sustentado pelo trabalho de crianças, haja vista que o custo da força de trabalho de uma criança é inferior a de um adulto, assim a lucratividade é maior, uma vez que o capitalista reduz o custo do produto e ganha na competitividade ao reduzir o preço dos seus produtos, também uma criança pode trabalhar a mesma proporção ou mais que um adulto, assim, podemos dizer que as razões atuais de utilização da força de trabalho da criança continua sendo as mesmas da época da revolução industrial, acumulação do capital. (Silva, 2018, p. 78).

Em muitas propriedades, casais jovens com filhos são contratados e incentivados a frequentar a escola, o que garante a permanência desses trabalhadores. Além disso, muitos pais, que são cadastrados em programas sociais como o Bolsa Família, têm receio de que a interrupção da frequência escolar de seus filhos resulte na suspensão desses benefícios. Com isso, a valorização da educação pode ser um fator decisivo para a permanência desses jovens e adolescentes na escola.

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma das políticas sociais mais importantes implementadas no Brasil nas últimas décadas. Lançado em 2003, durante o governo do

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o programa tem desempenhado um papel significativo no combate à pobreza e na promoção da inclusão social no país.

A 20 de outubro de 2003, em cerimônia no Palácio do Planalto, Lula lançou o Bolsa Família, que unificou os programas sociais. Não havia uma única logomarca do Fome Zero nos painéis decorativos do salão do palácio. Será que algum setor do governo pretendia minar o Fome Zero, colocando-o de escanteio? Não parecia ser o caso do presidente, que o citou ao discursar. Porém, infelizmente a unificação ficou com a marca Bolsa Família. (Betto, 2010, p.138-39).

Desde o seu início, o Bolsa Família foi projetado para combater a pobreza e reduzir as desigualdades socioeconômicas no Brasil, sendo que o programa atua por meio da transferência direta de renda para famílias em situação de vulnerabilidade, o que ajuda a garantir que as necessidades básicas, como alimentação e educação, sejam atendidas, como resultado, o PBF contribuiu significativamente para a redução dos níveis de pobreza no país.

Com o Bolsa Família, o Brasil pôde, enfim, recusar a banalização e naturalização da pobreza e da fome e afirmar um novo patamar de garantias sociais, que exigem o reconhecimento e o progressivo alargamento de padrões mínimos de bem-estar a todos os cidadãos. (Campello, 2013, p.19).

Além de minimizar a pobreza, o Bolsa Família desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social, pois ao condicionar o recebimento do benefício à frequência escolar das crianças e ao cumprimento de consultas médicas de pré-natal e vacinação, o programa incentiva a participação das famílias beneficiárias em serviços essenciais de educação e saúde, tendo um impacto positivo no desenvolvimento das crianças e na saúde da população em geral.

Vale ressaltar que o PBF também tem um impacto positivo nas economias locais, pois ao injetar recursos diretamente nas mãos das famílias de baixa renda, o programa aumenta a demanda por produtos e serviços em comunidades mais carentes, além de estimular o comércio local e gerar oportunidades de emprego em setores como varejo, agricultura e serviços.

Outro aspecto importante do Bolsa Família é a sua capacidade de reduzir a vulnerabilidade social das famílias beneficiárias, pois o programa proporciona uma rede de segurança financeira que ajuda as famílias a enfrentarem crises econômicas e adversidades, como a perda de emprego ou desastres naturais, contribuindo para a estabilidade e a resiliência das famílias mais pobres.

O Bolsa Família também tem um impacto positivo na ampliação do acesso a serviços básicos, como educação e saúde, pois a condição de manter as crianças na escola incentivou a matrícula e a frequência escolar, aumentando o capital humano do país, além disso, o programa contribuiu para a melhoria da infraestrutura de atendimento médico em áreas carentes, tornando os serviços de saúde mais acessíveis.

Assim, uma das características mais marcantes do Programa Bolsa Família é a condicionalidade relacionada à educação das crianças beneficiárias, uma vez que, para que as famílias continuem recebendo o benefício, é necessário que as crianças mantenham uma frequência escolar mínima e essa condição tem um impacto profundamente positivo no futuro dessas crianças.

De acordo com Cury (1996), o direito à educação escolar é uma garantia constitucional presente em praticamente todas as nações do mundo. No entanto, isso não implica que o debate sobre esse assunto tenha se tornado obsoleto. Pelo contrário, questões relacionadas ao acesso e à qualidade continuam sendo temas de relevância contemporânea, tanto no âmbito acadêmico quanto no contexto da vida escolar do dia a dia. Também é imperativo não subestimar a significância da educação escolar como uma dimensão essencial da cidadania.

A obrigatoriedade da frequência escolar promove um aumento significativo na matrícula e na permanência das crianças na escola, significando que mais crianças têm a oportunidade de receber uma educação formal, adquirir habilidades e conhecimentos que podem transformar suas vidas e romper o ciclo intergeracional da pobreza. Além disso, ao frequentar a escola, as crianças têm a chance de desenvolver habilidades socioemocionais, cognitivas e de interação social que são essenciais para o seu crescimento e futuro sucesso.

Outro benefício importante da condicionalidade da educação é a redução da evasão escolar e do trabalho infantil, pois quando as famílias dependem do Bolsa Família para seu sustento, têm um incentivo adicional para garantir que seus filhos permaneçam na escola, contribuindo para a diminuição do abandono escolar e da exploração do trabalho infantil, já que as crianças estão mais protegidas e ocupadas com atividades educacionais.

Torna-se cada vez mais necessário salientar que o acesso à educação é um dos principais meios pelos quais as crianças podem romper o ciclo da pobreza. À medida que essas crianças crescem, elas têm melhores perspectivas de emprego e renda, o que, por sua vez, pode melhorar as condições de vida de suas famílias. Portanto, o Bolsa Família não apenas alivia a pobreza no presente, mas também prepara as gerações futuras para um futuro mais promissor.

O Programa Bolsa Família desempenha um papel fundamental na promoção da educação das crianças beneficiárias. Ao estabelecer a condicionalidade da frequência escolar, o programa não apenas reduz a pobreza imediata, mas também investe no potencial dessas crianças. Isso não apenas melhora suas perspectivas de vida, mas também contribui para o desenvolvimento do país, criando uma força de trabalho mais qualificada e uma sociedade mais inclusiva. Portanto, a continuação do estudo das crianças que recebem o Bolsa Família é crucial para o sucesso do programa e para o futuro do Brasil.

O trabalho na agricultura, por depender demasiadamente das forças da natureza, é dependente do ciclo de vida de cada planta, e da ação do clima. Isso faz com que ele seja um trabalho descontínuo, com tarefas e ritmos diferentes ao longo do ano agrícola. Em determinados momentos, certas tarefas têm de ser executadas; em outros, outras tarefas não podem ser realizadas, sob o risco de a plantação ser perdida ou não render bons frutos.

Essa extrema dependência implica uma alta sazonalidade na demanda por mão de obra na agricultura, condicionando momentos de mais trabalho (especialmente nas épocas de plantio e colheita, quando a demanda de trabalhadores aumenta) ou menos trabalho (como nas épocas dos tratos nas lavouras), quando é necessário apenas cuidar do que havia sido plantado e, portanto, a demanda por trabalhadores é menor) e, até mesmo, momentos de vacância (quando praticamente não se trabalha).

Essa condição agrícola do Distrito acaba gerando diferentes momentos populacionais, chegando a quase dobrar esse número em determinadas épocas do ano, em virtude da oferta de emprego nas lavouras, tema discutido no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 3- O TRABALHO SAZONAL NO DISTRITO DE CELSO BUENO E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana.

— MARX, 1971

Universal e indispensável na constituição da vida humana, o trabalho é mais do que uma atividade produtiva, é uma mediação fundamental entre o ser humano e a natureza, por meio da qual ele transforma o mundo à sua volta e, ao mesmo tempo, transforma a si mesmo. Independentemente da organização social vigente, o trabalho permanece como uma necessidade natural e constante, pois é através dele que o ser humano produz os bens necessários à sua sobrevivência e reproduz sua existência material.

Ao relacionar essa concepção marxista com o trabalho sazonal oriundo da migração, nota-se uma dimensão importante dessa tipificação do trabalho, a precariedade estrutural, que afeta esses trabalhadores. Muitos deles, especialmente os que migram do Nordeste para outras regiões do Brasil, são incorporados em atividades sazonais, como é o caso do Celso Bueno. Estes trabalhos temporários que, habitualmente não garantem estabilidade nem direitos plenos. Apesar de estarem cumprindo a função essencial do trabalho, conforme descrita por Marx, esses indivíduos enfrentam formas de exploração e insegurança que revelam como o valor social do trabalho é desigualmente reconhecido.

Além da dimensão da precariedade, o trabalho sazonal interfere diretamente no processo educativo dos filhos dessas famílias. Nestas considerações tem-se a proposta deste capítulo.

3.1 Trabalho Sazonal e vulnerabilidade socioeconômica: um olhar sobre o Distrito de Celso Bueno

No Distrito de Celso Bueno, localizado em Monte Carmelo, a prática do trabalho sazonal é uma realidade corriqueira, estando essa atividade relacionada ao cultivo de lavouras de milho, feijão, soja e, principalmente, café, sendo que os trabalhadores que atuam nessa

região geralmente possuem empregos temporários, que variam de acordo com a época de plantio e colheita das safras.

Durante o período de colheita do café, é notório o aumento no número de trabalhadores migrantes que chegam à região em busca de emprego temporário nas lavouras. Esses trabalhadores, muitas vezes oriundos de outras cidades ou estados, permanecem alguns meses na região, especificamente de abril a setembro, realizando trabalhos de colheita do café e outras atividades relacionadas.

Entretanto, é importante ressaltar que o trabalho sazonal apresenta enormes desafios para os trabalhadores. A falta de estabilidade e segurança financeira são alguns dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores sazonais, que muitas vezes têm dificuldades para garantir uma renda estável durante todo o ano. Dessa forma, é necessário buscar alternativas para minimizar esses impactos e garantir condições de trabalho adequadas para esses profissionais.

Apesar dos desafios enfrentados pelos trabalhadores sazonais, esse tipo de trabalho ainda é uma importante fonte de renda em diversas regiões agrícolas do Brasil, incluindo o distrito de Celso Bueno. Para muitos, a agricultura é a única forma de garantir o sustento da família.

No entanto, a precarização do trabalho¹¹ sazonal é um problema grave que afeta milhares de trabalhadores em todo o país. Condições precárias de trabalho, baixos salários e falta de direitos trabalhistas são alguns dos principais obstáculos enfrentados por esses trabalhadores, sendo que um dos fatores que contribuem para essa precarização é a falta de regulamentação e fiscalização adequadas por parte do governo.

Empresas e empregadores muitas vezes se aproveitam da vulnerabilidade dos trabalhadores para oferecer condições de trabalho insalubres e jornadas extenuantes. Além disso, a ausência de políticas públicas que incentivem a formalização e a estabilidade do trabalho sazonal agrava ainda mais a situação, bem como a falta de acesso a benefícios como seguro-desemprego e férias remuneradas torna a vida desses trabalhadores ainda mais difícil. Para combater a precarização do trabalho sazonal, é necessário um esforço conjunto de empresas, governos, sindicatos e trabalhadores.

¹¹ A precarização do trabalho é um conceito que se refere à deterioração das condições de trabalho e dos direitos trabalhistas, resultando em empregos com baixos salários, falta de estabilidade, insegurança financeira e falta de benefícios sociais. A precarização pode ser causada por diversos fatores, como a informalidade do emprego, a flexibilização das leis trabalhistas, a terceirização e a falta de fiscalização e regulamentação adequadas. Esse fenômeno afeta principalmente trabalhadores de baixa renda e aumenta a desigualdade social.

Dentre as principais formas de precarização do trabalho sazonal nas lavouras, podemos destacar: a contratação de trabalhadores apenas para períodos específicos, muitas vezes com contratos temporários e sem garantia de emprego contínuo; os salários pagos aos trabalhadores nas lavouras que são frequentemente baixos e muitas vezes não são suficientes para sustentar as famílias dos trabalhadores; a obrigatoriedade de trabalhar em jornadas exaustivas e sem pausas adequadas, o que pode comprometer a saúde e a segurança dos trabalhadores e a ausência de direitos trabalhistas básicos, como férias remuneradas, licença-maternidade e segurança social.

A desigualdade e a precarização do trabalho, escamoteadas pela modernização neoliberal em nações do Terceiro Mundo, constituem desafios preocupantes. A ampla despossessão e a crescente dependência da economia informal criam uma classe de trabalhadores desprotegidos e vulneráveis, lutando para sobreviver em meio a condições de superexploração. Aqueles que permanecem no mercado formal enfrentam uma exploração extrema que reduz sua qualidade de vida (Souza 2024, p. 35).

Assim também como Araújo (2019)

Assim entendemos que o empreendimento incita os trabalhadores a intensificar o processo de trabalho, a fim de alcançar as metas de produtividade, através dos relatos identificamos que o medo do desemprego leva os trabalhadores a concordarem com a imposição do banco de horas, do acúmulo de função, da redução salarial, da mesma forma que os leva a silenciar diante do assédio moral, da eliminação de direitos sociais e trabalhistas e da imposição de condições de trabalho extremas, as quais põem em riscos sua sanidade física e mental (Araújo, 2019, p. 103).

Estes trabalhadores, em geral, eram agricultores provenientes de regiões mais pobres do país que não tinham acesso a empregos regulares em suas próprias comunidades. A maioria deles vieram de estados como Bahia, Pernambuco, Ceará e outras regiões do nordeste do Brasil, além de algumas áreas do centro-oeste. Embora atraídos pela promessa de salários bem remunerados, muitos enfrentaram condições de trabalho difíceis e baixos salários.

Conforme a Pastoral do Migrante (2003, p.7), as migrações representam o lado visível de fenômenos invisíveis. Os grandes deslocamentos precedem ou seguem grandes mudanças, sendo que estas podem ser econômicas, políticas, sociais ou culturais. Com efeito, a mobilidade humana é, geralmente, sintoma de grandes transições. Dentre essas transições, é possível observarmos migrações “forçadas” ou “compulsórias” que, segundo a Pastoral, não subestimam a existência e a importância dos deslocamentos livres e espontâneos, ou seja, o direito fundamental de ir e vir. (Costa, 2011, p. 67).

Ainda segundo Costa (2011),

Compreendemos que a sobrevivência na região de origem dos nordestinos é extremamente difícil e que faz sentido migrar. No entanto, trata-se de uma relação social, na qual a migração temporária, que para muitos compensa, para outros é tida como não-compensatória, embora seja uma fonte de renda, principalmente, para a força de trabalho masculina. Além disso, mesmo quando a família não migra em conjunto ela está envolvida, pois existe a espera pela volta dos migrantes, assim como a prometida ajuda financeira a ser enviada por eles. (Costa, 2011, p.72).

Segundo a própria Pastoral do Migrante (2003), no contexto da economia globalizada, os deslocamentos revelam as contradições do modelo neoliberal.

[...] o processo de globalização revela-se excludente, assimétrico e paradoxal. A concentração da riqueza e da renda nos estados Sul e Sudeste concentra igualmente as oportunidades de trabalho. A tendência é o crescimento do fluxo dos estados pobres em direção aos estados ricos. Ou seja, do Nordeste para o Sudeste, especialmente para o estado de São Paulo, fenômeno ao que acontece no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. (Pastoral do Migrante, 2003, p.8).

Ao longo das décadas seguintes, a mecanização da colheita do café e outras mudanças na economia brasileira reduziram a dependência do trabalho migrante na produção de café. No entanto, ainda hoje há trabalhadores que se deslocam para a região do Triângulo mineiro e Alto Paranaíba e outras áreas produtoras de café durante a safra para trabalhar na colheita.

Nesse sentido, a Pastoral do Migrante, uma organização da Igreja Católica, atua em diversas áreas em defesa dos direitos dos migrantes, incluindo trabalhadores migrantes. A organização tem como objetivo principal prestar assistência aos migrantes em situação de vulnerabilidade, promover políticas públicas para proteger seus direitos e conscientizar a sociedade sobre a importância da integração e do respeito aos migrantes. Dessa forma, a atuação da Pastoral do Migrante é essencial para a garantia de condições de trabalho justas e dignas para os trabalhadores migrantes.

A partir da década de 80, a região do Distrito de Celso Bueno em Monte Carmelo, Minas Gerais, passou a atrair muitos trabalhadores temporários para a colheita de café. A região, localizada no Triângulo Mineiro, é conhecida pela produção de café de alta qualidade, o que gera uma grande demanda por trabalhadores durante a época da colheita. (EMBRAPA, 2010).

Segundo a EMBRAPA (2010), no decurso dos anos 1970/80, a viabilidade da incorporação das extensões do bioma Cerrado para fins agrícolas revelou-se possível concomitantemente com o advento de novas perspectivas propiciadas por avanços

tecnológicos e inovações derivadas da "Revolução Verde"¹². Dentre estas últimas, destaca-se a aplicação de técnicas concernentes à correção e enriquecimento de solos, assim como a introdução bem-sucedida de novas espécies e variações de culturas adaptadas às características edáficas típicas do cerrado. Assim, a região, como outras áreas de produção de café no Brasil, atraiu muitos trabalhadores de outras regiões do país, especialmente das regiões Norte e Nordeste, que em busca de melhores condições de trabalho e oportunidades de emprego, deixavam suas casas e famílias para trabalhar na lavoura cafeeira.

Esses trabalhadores temporários enfrentavam condições precárias de trabalho, incluindo longas jornadas de trabalho, baixos salários, falta de acesso a alojamento e instalações sanitárias adequadas, além de problemas relacionados à saúde e segurança no trabalho. Muitos trabalhadores na década de 80 dormiam em barracões improvisados, sem estrutura básica de saneamento, e enfrentavam dificuldades para se alimentar de forma adequada.

Com o passar dos anos, a situação dos trabalhadores temporários na região do Distrito de Celso Bueno em Monte Carmelo e em outras regiões produtoras de café no Brasil passou por algumas mudanças. Com a mecanização da colheita e a crescente preocupação com a qualidade do produto, muitos produtores passaram a investir em tecnologia e em melhores condições de trabalho para seus funcionários.

Ademais, o trabalho temporário tem interferido diretamente na formação dos jovens e adolescentes dos filhos desses migrantes, comprometendo diretamente o processo ensino aprendizagem dessa população.

A evasão escolar configura-se como um problema grave no Distrito de Celso Bueno, manifestando-se de maneira particularmente preocupante durante o período da colheita do café. Esse fenômeno impacta significativamente um grande número de crianças e jovens da região, pois muitas famílias migram temporariamente para a localidade em busca de trabalho na agricultura. Como consequência direta desse fluxo migratório sazonal, observa-se uma drástica redução na frequência escolar, o que acarreta sérios prejuízos ao desenvolvimento educacional e às perspectivas futuras desses estudantes. (Secretaria Municipal de Educação, 2024).

¹² A expressão "Revolução Verde" é empregada para designar o processo de transformação na agricultura em escala global que se deu por meio do desenvolvimento e incorporação de novos meios tecnológicos na produção. Esse fenômeno teve início na segunda metade do século XX, entre as décadas de 1960 e 1970. Pode ser chamada também de Paradigma da Revolução Verde, por ter representado uma mudança profunda na forma de produzir-se no campo e no aparato técnico utilizado para o desenvolvimento da produção agropecuária.

A inquietação gerada por essa evasão escolar sazonal encontra sua fundamentação em uma perspectiva mais ampla, visto que a educação detém um papel crucial no desenvolvimento das capacidades e competências indispensáveis à superação das condições de carência e marginalização social. A limitação do acesso e da permanência na esfera educativa amplia a vulnerabilidade desses sujeitos, restringindo-lhes as alternativas laborais disponíveis. Cabe ressaltar que esse cenário é particularmente alarmante em virtude do fato de que muitas crianças e jovens abandonam as atividades escolares motivados pela ausência de estímulos e pela carência de incentivos, ou ainda em razão de desafios de aprendizagem que não têm sido devidamente abordados pelo aparato educacional.

Adicionalmente, a negligência por parte dos responsáveis legais exerce uma influência perniciosa nessa conjuntura, constituindo um elemento adicional a ser considerado. Nesse sentido, a lacuna entre o suporte parental e a necessidade de promoção de um ambiente educacional adequado concorre para a perpetuação desse fenômeno, intensificando suas ramificações negativas.

É relevante destacar que as adversas condições de vida enfrentadas pelos migrantes também exercem uma influência crucial na determinação do acesso tanto deles próprios quanto de seus descendentes às instituições educacionais no contexto do Triângulo Mineiro. A priorização da subsistência, frequentemente atrelada ao imperativo da necessidade do trabalho, aliada às barreiras e resistências associadas às características culturais dos indivíduos provenientes do Nordeste, constituem fatores determinantes para a evasão escolar, sendo oportuno observar, contudo, que a tenacidade e capacidade de superação demonstradas por muitos migrantes contribuíram para a inclusão deles nas instâncias educativas.

Em algumas circunstâncias, esse processo de inclusão promoveu a criação de espaços de coexistência e diálogo nas escolas, nos quais a diversidade de sujeitos portadores de perspectivas mesmo antagônicas foi reconhecida. Esse reconhecimento culminou na percepção coletiva da educação como direito e na concepção da escola enquanto um ambiente público propício ao debate e à convivência conforme nota-se no Princípio 7º da Declaração dos Direitos da Criança aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1959. E no ainda no Princípio 9º orienta a não admissão da criança ao emprego antes de uma idade mínima adequada a fim de não prejudicar seu desenvolvimento.

Princípio 9º- A criança não deverá ser admitida ao emprego antes de uma idade mínima adequada, e em caso algum será permitido que se dedique a uma ocupação ou; emprego que possa prejudicar a sua saúde e impedir o seu desenvolvimento físico, mental e moral.

Princípio 7º- A criança tem direito à educação, que deve ser gratuita e obrigatória, pelo menos nos graus elementares. Deve ser-lhe ministrada uma educação que promova a sua cultura e lhe permita, em condições de igualdade de oportunidades, desenvolver as suas aptidões mentais, o seu sentido de responsabilidade moral e social e tornar-se um membro útil à sociedade (Declaração dos Direitos da Criança, 1959).

No Brasil, especialmente nas regiões produtoras de café, a sazonalidade do trabalho nas lavouras pode ser um fator que contribui para a evasão escolar. Diante desse desafio, é preciso adotar medidas que permitam mitigar essa problemática, por meio do fortalecimento da política educacional e do estímulo à participação ativa das famílias e escolas no processo educacional. Assim, será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, que garanta a todas as crianças e jovens o direito à educação e, conseqüentemente, melhores condições de vida e oportunidades de futuro.

No Distrito de Celso Bueno, em Monte Carmelo, a migração interna pode ser influenciada por diversos fatores, tais como a disponibilidade de empregos, a qualidade de vida, o acesso a serviços e infraestrutura, dentre outros. Em virtude disso, os agentes escolares podem se deparar com desafios específicos relacionados à migração, tais como a necessidade de acomodar novos alunos, que pode exigir adaptações na escola em termos de recursos, espaço e professores disponíveis. Assim, é comum que os novos alunos apresentem diferentes experiências culturais e linguísticas, o que pode criar desafios de comunicação e adaptação cultural.

Outro desafio que pode ser enfrentado pelos agentes escolares está relacionado às dificuldades socioeconômicas que a grande maioria dos migrantes enfrentam. Muitos deles chegam ao Distrito de Celso Bueno apenas com a roupa do corpo, sem ao menos um colchão para descansar seus familiares, o que afeta diretamente as crianças e adolescentes na sua capacidade de participar plenamente das atividades escolares. Nesse sentido, os agentes escolares precisam trabalhar para identificar e oferecer suporte a esses alunos para ajudá-los a superar esses desafios. Por fim, a integração dos migrantes com a comunidade local pode ser outro desafio enfrentado pelos agentes escolares. Sendo assim, é importante que esses profissionais trabalhem para criar um ambiente inclusivo e acolhedor que ajude a facilitar a integração dos migrantes na comunidade local.

3.2 Trabalho infantil *versus* escolarização

A ideia de crianças trabalhando em vez de frequentar a escola levanta uma série de questões sobre os direitos das crianças e seu acesso à educação, assim, torna-se cada vez mais

necessário a compreensão da interseção entre o trabalho infantil e a escolarização, avaliando como o primeiro afeta o último e as implicações dessa relação complexa.

É importante destacar que o desafio contemporâneo relacionado à exploração infantil tem suas raízes na exploração da mão de obra humana, que teve início com o surgimento do capitalismo, e está intimamente ligado à negação da possibilidade de alcançar a humanização universal. Desde a sua origem, o sistema de produção capitalista combina métodos tradicionais e artesanais de fabricação com tecnologias avançadas, deixando a montagem final do produto para ser realizada no chão de fábrica. Conforme observado por Marx (1988b), em alguns setores produtivos, não é economicamente viável investir em maquinaria para substituir o trabalho humano.

Assim, é amplo o conhecimento que o engajamento precoce em atividades de trabalho impacta de maneira adversa o processo de crescimento, o estado de saúde e o desenvolvimento biopsicossocial das crianças e adolescentes, acarretando consequentemente na modulação de suas potenciais aptidões e competências. Tal prática frequentemente resulta na desvinculação das crianças do ambiente escolar, ou, em casos mais brandos, na considerável diminuição do período alocado às atividades de aprendizado.

Este cenário implica na progressiva internalização, por parte das crianças e adolescentes, dos papéis e obrigações características da idade adulta, concorrendo, assim, para a consolidação das estruturas sociais preexistentes. Concomitantemente, essa realidade compromete sobremaneira a capacidade de vivenciarem uma infância saudável e tutelada, rica em elementos lúdicos, tempo destinado à recreação, estímulo à imaginação e promoção da criatividade mediante a prática de brincadeiras.

As principais causas do trabalho precoce envolvem as condições econômicas das famílias, mas também fatores de ordem cultural que legitimam a exploração pelo suposto caráter moralizador do trabalho. A ausência de políticas públicas de atendimento também consiste em um forte componente de reforço na integração de crianças e adolescentes no mundo do trabalho. (Custódio, 2018, p.5).

A situação de trabalho é compreendida mediante a interação entre duas esferas: a dimensão pessoal e a âmbito familiar. Notoriamente, a atividade profissional assume uma dimensão de necessidade em face da circunstância imperativa de contribuir para o sustento do grupo familiar. Por outro lado, igualmente representa uma fonte de satisfação pessoal, dado o potencial para auferir recursos financeiros destinados à aquisição de bens pessoais, preenchimento do tempo e, por conseguinte, a sensação de utilidade. Entretanto,

independentemente de o trabalho configurar-se como um meio de ocupação, de afastamento da inatividade e, principalmente, de prover recursos financeiros, verifica-se uma nítida primazia atribuída à educação em relação ao emprego, onde a prioridade reside na educação, seguida pelo ingresso no mercado de trabalho.

Averigua-se assim, que o trabalho e estudo não se toleram facilmente, são divergentes, pois a ocorrência do trabalho precoce concorre com o período necessário de frequência escolar, assim, ambos raramente podem coexistir; possivelmente os estudos serão postergados, incidindo assim no surgimento do trabalho infantil, mal que retira das crianças e adolescentes o direito de estudar, afeta a saúde física e mental, impedindo que surjam oportunidades que façam elas romper a pobreza, que presenciam no cotidiano. (Lima, 2013, p.8).

Dessa forma a tentativa de conciliação entre o trabalho precoce de crianças e adolescentes com a continuidade dos estudos, caracterizada pelo ciclo de abandono e retorno à escola, apresenta uma complexa dualidade. Por um lado, essa abordagem reflete uma apreciação pelo valor do ensino formal, mas, por outro, também sugere um gradual afastamento do ambiente educacional. À medida que os trabalhadores precoces ingressam na adolescência, aumenta a probabilidade de desistência das atividades escolares, resultando no fim das tentativas de retorno aos estudos.

Daí a necessidade de um currículo diferenciado que possa cativar o aluno, fazendo com que ele permaneça na escola, minimizando até mesmo a evasão escolar, assim como demonstra a pesquisadora Solange Oliveira Silva.

As escolas são as maiores vítimas da pobreza econômica da comunidade onde está inserida, do descaso, e algumas vezes da ignorância sobre a importância de se manter vida costeira, ou mesmo da vida rural. A diversidade local, a idiosincrasia do indivíduo da comunidade deve ser um dos eixos de propostas dos currículos de qualquer escola. Ao olhar para a realidade da escola e da comunidade que a rodeia é necessário propor atividades que façam sentido para os estudantes, isso certamente controla a evasão do alunado, o êxodo e melhora significativamente na qualidade do ensino tanto do aluno quanto da escola como um todo. (Silva, 2018, p. 73).

A complexidade dessa situação é ampliada ainda mais quando consideramos que o trabalho precoce, muitas vezes, se apresenta como uma necessidade financeira para as famílias de crianças e adolescentes, o que cria um conflito entre as obrigações econômicas e a busca por uma educação contínua. O abandono escolar nesse contexto passa a ser influenciado por diversos fatores, como a falta de tempo devido às longas jornadas de trabalho, a fadiga resultante dessas atividades e até mesmo a percepção de que o trabalho

proporciona recompensas imediatas, enquanto a educação se projeta a longo prazo, quando esses alunos e familiares enxergam dessa forma.

Nesse contexto, entre os elementos que têm o potencial de impactar o desempenho escolar, encontram-se aqueles que se relacionam tanto com fatores internos como externos ao ambiente educacional. No que concerne aos fatores internos, é possível destacar a estrutura organizacional da instituição e os recursos educacionais disponíveis, exemplificados pela existência de bibliotecas, laboratórios, a utilização de tecnologias, a qualificação dos profissionais, a motivação dos professores e a adoção de metodologias de ensino apropriadas, destinadas a promover a aprendizagem. Tais iniciativas devem visar não apenas a manutenção do acesso à educação, mas também a sua qualidade e adequação às necessidades desses jovens, de modo a minimizar o conflito entre trabalho e estudo e promover o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

Diante da complexidade do tema, o trabalho infantil não pode ser analisado como um problema que pode ser confinado a uma região ou país específico, mas sim uma questão que afeta áreas urbanas e rurais, contudo, em regiões de menor poder aquisitivo ou que a produção agrícola se impõe como a principal fonte de renda, o trabalho infantil se manifesta de forma mais explícita.

O trabalho precoce é prejudicial a qualquer jovem, sendo responsável por diversas consequências como: baixa escolaridade, fracasso e evasão escolar, falta de perspectivas futuras devido à baixa qualificação e dificuldades de aprendizagem. (Torres, 2010, p. 48).

As crianças são frequentemente forçadas a trabalhar em setores como agricultura, indústria têxtil, mineração e até mesmo no trabalho doméstico. Embora existam leis internacionais e nacionais que proíbam o trabalho infantil, a realidade é que milhões de crianças em todo o mundo continuam trabalhando em condições precárias.

Segundo Silva:

[...] o trabalho de crianças e adolescentes continua sendo amplamente utilizado pelo capital, principalmente nos países em desenvolvimento; com raríssimas exceções encontramos na cadeia produtiva um produto que não tenha essa mão-de-obra. (Silva, 1999, p.4).

Assim, uma das consequências mais diretas do trabalho infantil é a interrupção da educação e conseqüentemente a evasão escolar, pois quando crianças e adolescentes são obrigados a trabalhar, suas oportunidades de frequentar a escola são drasticamente reduzidas, criando um ciclo vicioso de pobreza e desigualdade, pois a falta de educação perpetua a

incapacidade das crianças de escapar das armadilhas do trabalho infantil, sendo a educação o principal meio pelo qual as crianças e adolescentes podem melhorar suas perspectivas futuras e contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades.

O impacto do trabalho infantil na escolarização vai além da falta de frequência à escola. Crianças que trabalham muitas vezes enfrentam exaustão física e mental, o que pode prejudicar seu desempenho acadêmico, além disso, essas crianças têm menos tempo para estudar e para atividades extracurriculares, privando-as de uma educação completa e enriquecedora.

Dessa forma, o trabalho infantil tem sido associado a um desempenho educacional inferior, com crianças que trabalham apresentando menor rendimento escolar em comparação àquelas que se dedicam exclusivamente aos estudos. Isso ocorre devido à menor frequência escolar e aos maiores atrasos no progresso por ano de escolaridade entre os jovens que desempenham atividades laborais. Diante desse cenário, torna-se evidente que a participação precoce no mercado de trabalho pode ser prejudicial, exercendo um impacto negativo substancial sobre o desempenho educacional.

O trabalho infantil tem sido criticado e combatido em todo o mundo. A grande crítica refere-se à exploração das crianças que são sujeitas a trabalhar em atividades perigosas e em condições inadequadas, o que leva à perda da infância e reduz a oportunidade de uma boa educação. Trabalho e escolaridade não são variáveis mutuamente exclusivas, pois muitas crianças trabalham e estudam. Entretanto, crianças trabalhadoras, mesmo sendo capazes de estudar, podem ter o tempo de estudo reduzido, prejudicando o aprendizado, e aumentando a repetência e a desistência. (Kassouf, 2002, p. 01).

Nessa conjuntura, é plausível inferir que a participação laboral de crianças e adolescentes pode representar um fator prejudicial, com consequências significativas para o seu rendimento escolar. A partir dessa premissa, torna-se possível identificar a influência substancial do contexto socioeconômico da instituição de ensino sobre os resultados obtidos em avaliações, tanto internas quanto externas. Essa influência se manifesta de maneira marcante em várias regiões do país, onde observamos uma queda nos índices de desempenho educacional, o que reforça a importância de abordar essa questão de maneira mais ampla e implementar políticas públicas que promovam a conciliação adequada entre o trabalho e a educação para crianças e adolescentes.

3.3 A relação entre educação e trabalho no Brasil: contradições e desafios

Não se pode realizar uma análise completa dos reflexos históricos decorrentes do processo de exploração do proletariado impulsionado pelo capitalismo, sem considerar a sua influência no âmbito educacional. O trabalho no capitalismo, por sua vez, produz algo estranho ao trabalhador, o qual se defronta com ele e se torna independente do seu produtor. A mercadoria, por sua vez, é a coisa reificada, uma vez que resulta da objetivação de um trabalho alienado como um objeto que tem o trabalhador como seu laçao. Essa relação entre educação e trabalho, portanto, requer uma análise cuidadosa e crítica, a fim de compreender as contradições e desafios presentes na dinâmica social do capitalismo contemporâneo.

Mediante as discussões dos reflexos da relação educação e trabalho, o próprio Marx se concentrou na tentativa de compreender como, no âmbito das relações de produção, a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, acabam por derivar diversas formas de alienação. Evidenciando que o trabalho acumulado intensifica a separação do trabalhador do produto do seu trabalho, privando-o dele. Assim, o trabalho assalariado torna-se contraposto ao homem, já que os meios de produção e a própria atividade humana se concentram nas mãos do capitalista, dialética essa que explica a origem e o processo da alienação.

A alienação é a perda do mundo do homem, e a objetivação é a perda do objeto. Essa perda é simultaneamente a submissão do homem ao poder dos objetos que ele produziu, e a submissão dos objetos ao poder do homem como a um estranho e hostil. (Marx, 2010, p.89).

Para Marx, a alienação ocorre quando os trabalhadores perdem a conexão com o produto do seu trabalho e com o processo de produção em si. Em vez de trabalhar para atender às suas próprias necessidades e desejos, eles são obrigados a trabalhar para os proprietários dos meios de produção, que controlam o processo e os resultados do trabalho.

A análise dos reflexos históricos do processo de exploração do proletariado impulsionado pelo capitalismo requer uma compreensão dos conceitos de alienação e objetivação. A alienação refere-se à separação dos trabalhadores do produto do seu trabalho e do processo de produção, forçando-os a trabalhar em condições desumanas e exploradoras. Já a objetivação é a transformação do trabalho em um objeto independente e estranho ao trabalhador, tornando-se propriedade do proprietário dos meios de produção. Ambos os conceitos estão inter-relacionados e demonstram como a produção capitalista afeta os trabalhadores e os objetos produzidos por eles.

Para Marx, a superação da alienação e da objetivação requer uma transformação fundamental das relações sociais e econômicas da sociedade, permitindo aos trabalhadores controlar seu próprio trabalho e produzir bens de acordo com suas próprias necessidades e desejos. A educação formal, por sua vez, desempenha um papel crucial na manutenção das relações sociais e econômicas da sociedade capitalista. Conforme destacado por Mészáros (2010) em "Educação para Além do Capital", uma das principais funções da educação formal é produzir consenso ou conformidade, dentro dos limites institucionalizados e legalmente sancionados.

Dessa forma, a educação formal se torna um instrumento para perpetuar a estrutura capitalista, reproduzindo as desigualdades e as relações de poder que sustentam o sistema. A superação da alienação e objetivação, portanto, exige uma transformação das estruturas educacionais e sociais, com o objetivo de promover uma educação crítica e emancipatória, que possibilite a compreensão e a transformação das estruturas sociais e econômicas que geram desigualdades e exploração.

Esperar da sociedade mercantilizada uma sansão ativa, ou mesmo mera tolerância, de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser formais, elas devem ser essenciais”. Em outras palavras, eles devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida (Mészáros, 2010, p. 45).

De acordo com o autor em questão, a sociedade mercantilizada não está disposta a assumir a tarefa histórica do nosso tempo, que é a de romper com a lógica do capitalismo em prol da sobrevivência humana. Isso se deve ao fato de que as instituições de educação formal, que são parte integrante desse contexto, reproduzem em grande medida a lógica do capitalismo. Assim, o autor destaca que as soluções para esse problema não podem ser formais, mas sim essenciais, ou seja, devem abranger todas as práticas educacionais da sociedade estabelecida e estar em sintonia com suas necessidades, visando romper com a lógica do capitalismo. Consequentemente, a educação não deve ser encarada apenas como um instrumento para reproduzir a ordem social estabelecida, mas sim como um meio de formar indivíduos críticos e conscientes da realidade que os cerca, capazes de atuar de maneira transformadora na sociedade.

Nesse sentido, a educação é uma ferramenta crucial de resistência ao modelo hegemônico do capitalismo, mas a relação entre educação e lógica do capitalismo é complexa

e multifacetada. A escola pode tanto reproduzir a lógica do capitalismo quanto ser um espaço de resistência e luta contra esse modelo. Portanto, é fundamental que a escola seja um ambiente de diálogo e reflexão crítica sobre a realidade social, permitindo que os estudantes compreendam o mundo em que vivem e ajam de forma consciente e transformadora.

Mészáros (2010) enfatiza a necessidade de compreender essa relação e buscar soluções que rompam com o modelo capitalista, repensando as práticas educacionais e concebendo a educação como uma ferramenta de resistência e transformação social. Ao longo da história, a escola, os professores, os alunos e a comunidade escolar em geral têm tido um papel participativo na sociedade como uma instituição formadora de indivíduos pensantes e críticos. No entanto, nem sempre os governos em vigor, com seu discurso liberal e inovador, consideravam fundamental o desenvolvimento crítico e reflexivo dessa sociedade em formação, pois isso poderia ameaçar suas ideologias e, conseqüentemente, sua permanência no poder. Assim, muitas vezes, o papel principal da escola era o de passividade, ausência de crítica, reprodução e não criação de conteúdo.

A classe dominante sempre teve como objetivo impor uma educação que privilegie o trabalho alienante, de modo a formar indivíduos cujo pensamento seja moldado pelas relações de produção, que impedem a ação e o pensamento conjunto, resultando em trabalho puramente mecânico. Esse processo visa aumentar a produção, enriquecendo o proprietário dos meios de produção e perpetuando a dominação, exploração e alienação dos trabalhadores. Para isso, as classes escolares foram divididas em uma escola para a classe dominante burguesa e rica, e outra escola para os filhos dos proletariados, perpetuando o processo de dominação intelectual e cultural.

De acordo com Mészáros (2010), a educação deve transcender a autoalienação do trabalho, educando para a vida e absorvendo elementos dela. O autor argumenta que a reestruturação radical do sistema é necessária para superar a alienação, e que a educação deve ser contínua, indo além das experiências escolares, para que haja uma educação para além do capital. Entretanto, ele rejeita a ideia de que as reformulações na educação podem acontecer sem uma transformação social, uma vez que a reforma que se proponha apenas a correções marginais mantém as estruturas fundamentais da sociedade intactas, e se conforma às exigências da lógica do capital.

Mészáros (2010) evidencia a profunda contradição presente na educação formal no interior da sociedade capitalista: ao mesmo tempo em que a escola pode funcionar como instrumento de emancipação e transformação social, ela também cumpre o papel de reforçar e reproduzir as desigualdades estruturais do sistema. Para o autor, a superação das contradições

do capitalismo exige uma transformação social radical, na qual a educação desempenha um papel estratégico. Assim, a escola deve ser concebida não como um espaço neutro, mas como um campo de disputa, capaz de contribuir para a superação da alienação e para a formação de sujeitos críticos, comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em sua obra “Para além do Leviatã” (2021) o autor apresenta uma crítica contundente ao capitalismo e ao Estado, destacando a sua incapacidade de solucionar os problemas sociais e econômicos que afetam a humanidade. Nesse sentido, a educação é apontada como uma das esferas da vida social mais impactadas pelo capitalismo, que a trata como uma mercadoria a ser comercializada no mercado, em detrimento de sua caracterização como um direito humano fundamental.

Diante disso, Mészáros (2010) defende que a escola após a transmutação social deve ter como principal objetivo a formação de indivíduos críticos e conscientes, capazes de compreender e transformar a realidade em que vivem. Assim, a escola não pode ser entendida como um mero instrumento de reprodução das desigualdades sociais, mas como um espaço para a construção de conhecimento coletivo e emancipatório.

Para tanto, é essencial que a escola seja uma instituição democrática, em que a participação dos estudantes, professores e comunidade seja efetiva e decisiva. Além do mais, é necessário que o conhecimento seja produzido de forma coletiva e crítica, levando em conta as diferentes experiências e saberes dos sujeitos envolvidos. Desse modo, a escola deve ser compreendida como um espaço de construção da cidadania, em que os indivíduos possam exercer plenamente seus direitos e deveres em uma sociedade justa e igualitária.

Transformar as estruturas educacionais existentes implica em desafiar as formas dominantes de internalização presentes no sistema educacional tradicional e formal, implementando uma atividade de contra internalização coerente e sustentada na direção da criação de uma alternativa ao modelo atual. Nesse sentido, é preciso romper com a lógica do capital que subjaz a educação formal/tradicional, e avançar em direção a práticas educacionais mais abrangentes.

A redefinição da tarefa da educação formal, com foco na reestruturação de uma alternativa soberana à ordem existente, irá contribuir para romper com a lógica do capital não somente no campo educacional, mas em toda a sociedade. Vale ressaltar que a educação, enquanto atividade imprescindível para a superação da lógica do capital, é indispensável para a consecução da universalização do trabalho e da educação em outra sociedade.

A educação, como alertou Marx, jamais deve ser concebida como um negócio; ao contrário, deve ser compreendida como um processo criativo e formador. Não se trata de

prepará-la unicamente para atender às demandas do mercado de trabalho ou aos interesses da classe burguesa, mas de concebê-la como instrumento para o desenvolvimento do ser social, capaz de romper com os limites impostos por uma sociedade regida pelo capital e pelas mercadorias. Superar o estado de alienação exige, portanto, uma revolução cultural profunda, que vá à raiz das estruturas que aprisionam os indivíduos a um modelo de trabalho alienante. Tal transformação, no entanto, só se torna efetivamente possível por meio de uma mudança radical da totalidade da estrutura social, o que pressupõe a ação coletiva e consciente da classe trabalhadora, organizada em torno de um projeto emancipatório.

Não há conscientização se, de sua prática não resulta a ação consciente dos oprimidos, como classe explorada, na luta por sua libertação. Por outro lado, ninguém conscientiza ninguém. O educador e o povo se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente no processo de luta (Freire, 1982, p. 109-110).

A organização da escola tradicional inspirou-se na teoria que a educação é direito de todos e dever do estado. Teixeira afirmou que “a educação é um direito de todos, e a escola é um meio indispensável para que esse direito seja exercido” (Teixeira, 1979, p. 13), defendendo que o Estado deveria ser o responsável pela garantia desse direito, fornecendo escolas públicas de qualidade para todos os cidadãos, acreditando que a educação deveria ser um processo contínuo, que não se limitava apenas à escola, que deveria ser um processo que acompanhava o indivíduo ao longo de toda a sua vida, e não apenas durante os anos em que frequentava a escola.

Outro ponto importante na obra de Teixeira era a necessidade de uma educação que estimulasse a criatividade e a participação ativa dos alunos. Em seu livro “Educação para a democracia”, ele escreveu que “[...] a escola deve ser um lugar onde o aluno possa se expressar livremente, sem medo de represálias” (Teixeira, 1979, p. 23), defendendo que a escola deveria ser um espaço de diálogo e debate, em que os alunos pudessem participar ativamente do processo de aprendizagem.

Com base no pensamento de Paulo Freire (1996), a educação é vista como um processo crítico e transformador que visa a emancipação dos indivíduos e a mudança social. Para o autor, a educação deve ser muito mais do que a transmissão de conhecimentos, mas sim um instrumento de transformação da realidade social e política do país.

Nessa perspectiva, a educação deve ser entendida como um processo dialógico, em que professores e alunos se comunicam de forma horizontal e colaborativa, buscando

compreender criticamente o mundo ao seu redor. Conforme afirma Freire (1996), a educação é um processo de diálogo e comunicação, que pressupõe o reconhecimento do outro e a construção coletiva do conhecimento.

Em seu livro “Pedagogia da Autonomia”, Freire (1996) destaca que a educação deve ser um processo de troca, em que os alunos não apenas aprendem, mas também ensinam, contribuindo para a construção do conhecimento. Dessa forma, a educação é entendida como um processo contínuo e interativo, em que os estudantes são encorajados a participar ativamente da construção do conhecimento e do processo educativo. Assim, o pensamento de Paulo Freire reforça a importância do diálogo e da colaboração na educação, como forma de reconhecimento do outro e construção conjunta do saber. Sua visão pedagógica enfatiza a necessidade de se criar uma educação mais crítica, reflexiva e comprometida com a transformação social, capaz de formar indivíduos autônomos, conscientes e engajados na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A educação, por sua vez, é um ato político por excelência, na medida em que, além de ser prática social, é um processo de formação da consciência crítica das pessoas. Esta é a razão por que educar exige respeito aos saberes dos educandos, à sua identidade cultural, à sua história de vida, à sua dignidade. Exige também, por parte do educador, o exercício da humildade, a disponibilidade para aprender com o educando, o reconhecimento de que ambos estão em um processo constante de construção do conhecimento. A prática educativa não é neutra, não é simplesmente um instrumento a serviço de interesses dominantes. Ela é, ao contrário, uma prática comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. (Freire, 2011, p. 17-18).

Não obstante a essa temática, em sua obra “Educação e Democracia”, Azevedo (1976) argumenta que a escola deve estar comprometida com a formação integral dos indivíduos, levando em consideração seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais, defendendo a valorização da diversidade cultural, acreditando que a escola seja um espaço de convivência e diálogo entre diferentes grupos sociais e culturais. Segundo ele, a educação deve ajudar os alunos a compreender e valorizar as diferenças, evitando a reprodução de preconceitos e estereótipos, onde a educação deve ser um processo dinâmico e contínuo, que acompanhe as mudanças e transformações sociais.

Direito este que correspondeu aos interesses da classe social que consolidou no poder a burguesia, buscando definir o princípio educativo da escola tradicional, destinada às crianças, jovens e adultos, enquanto necessariamente deveria introduzir a criança na sociedade dos homens, através de uma educação libertadora transformando o indivíduo em

um agente político que se apropria da palavra para transformar o mundo, diante das injustiças e dominação em relação aos menos privilegiados.

Diante de todo processo exploratório ideológico do capitalismo, faz-se necessário a discussão de questões que segundo Karl Marx (1996), somente poderão ser resolvidas por meio da luta de classes, ou seja, as transformações na sociedade, sendo o motor da história. A classe explorada é o verdadeiro agente de mudança, assim sendo, a luta do proletariado do capitalismo não deveria se limitar à luta dos sindicatos por melhores salários e condições de vida, mas também ser a luta ideológica para que o socialismo fosse conhecido pelos trabalhadores e assumido como luta política pela tomada do poder.

A luta de classes conduz à ditadura do proletariado, sendo esta a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes, havendo segundo a concepção marxista, uma permanente dialética das forças entre poderosos e fracos, opressores e oprimidos, assim a história seria constituída por uma permanente luta de classes.

Considerado por Marx a mais importante expressão da natureza humana, o trabalho, quando é perdido o controle pelos seus sujeitos, acabava entrando em um estado que conduziria a sociedade a uma exacerbada alienada ordem social, como a pobreza em meio a plenitude, desigualdade cada vez mais crescente, antagonismo social e luta de classes. A alienação é o momento em que os homens se perdem a si mesmos e a seu trabalho no capitalismo, sendo justamente a divisão social do trabalho que proporciona a análise e a explicação da alienação do trabalhador no processo industrial que alimenta o modo de produção capitalista.

Na alienação do objeto do trabalho, resume-se apenas a alienação na própria atividade do trabalho [...] o trabalho é exterior ao trabalhador [...] não pertence a sua natureza; portanto ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo [...] não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado (Marx, 1989, p.162).

Assim, a ideia de que ao longo da história, a escola teve um papel participativo na sociedade como instituição formadora de seres pensantes e críticos, mas nem sempre os governos em vigência valorizaram o desenvolvimento crítico e reflexivo da sociedade em formação, reproduzindo uma educação para o trabalho alienante que não permite o pensar junto com a ação, tornando o trabalho puramente mecânico e perpetuando o processo de dominação, exploração e alienação dos indivíduos.

Essa abordagem é semelhante ao pensamento de Demerval Saviani (2004), que destaca a importância do trabalho na sociedade e a relação deste com a educação. Para Saviani, a educação deve estar a serviço da humanização do trabalho, visando a emancipação dos indivíduos e a superação das condições alienantes do trabalho. Saviani (1944) também enfatiza a importância de uma educação crítica e reflexiva que possibilite aos indivíduos uma leitura crítica da realidade social.

Sendo o trabalho o grande motor de toda riqueza adquirido pela classe dominante e a alienação dos dominados para o meio de produção capitalista através do trabalho. O trabalhador vende sua força de trabalho trocando pelo salário no final do mês, assim, o capitalista ganha o lucro pela força do trabalho dos trabalhadores como um grande comércio que se transforma em mercadoria e estranhamento dos sujeitos que produzem para o modo de produção e o enriquecimento da classe burguesa.

Exemplo claro esse é da própria burguesia brasileira que jamais teve uma essência e um papel revolucionário, principalmente na formação socioeconômica no país, uma vez que desde antes da ascensão dessa classe, ou seja, desde o início da colonização portuguesa e principalmente da exploração da força de trabalho dos negros na subserviência da escravidão negra, que mesmo diante da assinatura da “Lei áurea”, perpetuou o processo de discriminação (Prado Junior, 2011, p. 211), resultando em racismo contra todo e qualquer indivíduo de pele escura, mesmo que livre, atingindo a maior parte da população, exemplo claro, uma vez que os negros libertos da escravidão não tiveram quaisquer direitos que garantissem ou simplesmente facilitassem o acesso e posse de pequenas propriedades, não disponibilizando algum grau de proteção a sua condição extrema de vulnerabilidade social. Fora que a indústria nascente selecionava para o trabalho os imigrantes europeus, evidenciando um cabal processo de branqueamento da classe trabalhadora brasileira, conforme Freyre: “Preferiam-se os imigrantes italianos e alemães, mesmo inexperientes, aos negros e mestiços já adaptados aos ofícios. O Estado e os cafeicultores subsidiavam essa substituição.” (Freyre, 2006, p. 389).

Assim, as transformações no processo social de produção resultaram no estranhamento e alienação do produtor direto das mercadorias a seu processo de trabalho, que se tornou fragmentado e expropriado. O trabalhador se modificou em mercadoria, forçando-o a trocar no mercado sua capacidade de gerar trabalho pelos meios de sua subsistência, das satisfações de necessidades humanas básicas, tornando o trabalho obrigatório a todos aqueles que não possuísem os meios que tornam possível a produção nesse novo modo de organização da propriedade produtiva.

Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral. (Marx, 1989, p. 148).

Sabemos que o trabalho é uma atividade vital e unilateral ao homem, mas, contudo, quando ele se resume única e exclusivamente a isso, essa atividade torna-se penosa, alienante e aprisionante, pois se de um lado o indivíduo necessita do trabalho para a sua real subsistência, desde que seja transformador e emancipador, por outro lado constata-se na verdade um trabalho, explorador e alienante, que distancia da sua verdadeira função social. A implementação de novas tecnologias, que deveria servir para o desenvolvimento humano, diminuindo as desigualdades sociais e tornando o trabalho mais prazeroso e menos adoeecedor, dentro da lógica perversa do capitalismo, tem servido para o descarte constante e diário de trabalhadores e o aumento da exclusão social, e consequentemente a precarização do trabalho.

Vale salientar que segundo Antunes (2000), nas últimas décadas houve um processo exacerbado de terceirização do trabalho, ou seja, a terceirização vem se convertendo em instrumento central das estratégias de gestão corporativa, aumentando ainda mais a fragmentação, a heterogeneização e a divisão intraclasses trabalhadora, além da concorrência entre os que trabalham no mesmo espaço produtivo, impondo dessa forma, uma divisão entre os distintos sindicatos existentes em uma mesma empresa.

Desse modo, essas precárias condições de trabalho têm contribuído para ampliar a deterioração das condições de saúde. Os terceirizados são os mais vulneráveis e suscetíveis aos acidentes de trabalho nos ramos de energia elétrica, extração e refino de petróleo e na siderurgia. Conforme dados oferecidos pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), de 1995 até 2010 foram registradas 283 mortes por acidentes de trabalho, das quais 228 ocorridas com trabalhadores terceirizados. (Antunes, 2000, p. 167).

Historicamente os movimentos sindicais brasileiros tiveram importância fundamental para as transformações sociais que se consolidaram posteriormente, sendo um movimento de resistência e mudança, desde o trabalho escravo para o trabalho livre, que levou os setores produtivos brasileiros a buscar formas alternativas de exploração de trabalho, talvez menos explícitas, como a força de trabalho dos imigrantes, uma vez que esses trabalhadores se consolidaram como os primeiros organizadores dos movimentos operários brasileiros, precipuamente pela ampliação do processo de industrialização e urbanização entre os séculos XIX e XX, coadjuvando o ambiente social fecundo para que esses movimentos operários se consolidasse em nosso país.

As primeiras organizações coletivas de trabalhadores no Brasil surgiram sob a forma de caixas beneficentes, sociedades de socorro mútuo e associações de bairro. Essas entidades, que prestavam assistência médica e auxílio funerário aos associados, gradualmente evoluíram para formas mais complexas de organização, como uniões operárias e ligas de trabalhadores, até finalmente se consolidarem como sindicatos a partir da década de 1890, ocorreram as iniciativas de organização de partidos operários e socialistas, assim, diante desse cenário de superexploração e pela necessidade urgente de garantia dos direitos trabalhistas, dignidade e saúde e segurança que os trabalhadores se organizaram e criaram os sindicatos.

Conforme demonstra Fausto (2016),

As primeiras formas de organização coletiva no Brasil, caixas beneficentes e associações de bairro, surgiram como estratégia de sobrevivência dos trabalhadores urbanos, evoluindo gradualmente para sindicatos após a regulamentação legal de 1890 (p. 91).

Vivemos em um mundo globalizado marcado por profundas contradições entre o discurso da qualificação e a prática da desvalorização do trabalho. Como aponta Braverman (1978), a lógica do capital monopolista impõe ao trabalhador a exigência de uma qualificação formal cada vez mais elevada, ainda que, na prática, ele seja mantido em funções simplificadas e rotinizadas, que anulam sua autonomia e criatividade. Essa contradição revela um dos mecanismos centrais do capitalismo contemporâneo: a superqualificação no papel e a subutilização concreta da força de trabalho (p. 211). Tal dinâmica contribui para a despolitização do trabalho e a obsolescência programada da educação formal, que passa a não responder às demandas reais do processo produtivo.

Nesse contexto, muitas empresas priorizam a modernização tecnológica por meio da importação de máquinas e automação sem, contudo, promover a participação ativa dos trabalhadores ou a democratização das relações laborais. O aumento da produtividade, em vez de ser revertido em melhores condições salariais e de trabalho, é apropriado integralmente pelo capital. Soma-se a isso uma ideologia empresarial que encara a escolarização dos trabalhadores como um custo desnecessário, e não como investimento social e humano.

Além disso, a instrumentalização da educação como moeda de troca eleitoral agrava esse quadro, ao transformar as desigualdades sociais em trampolins para práticas populistas que perpetuam a alienação e a exclusão. A partir da análise de Braverman, compreende-se que a crise da relação entre educação e trabalho não se resume à desvalorização da escola, mas está enraizada na lógica estrutural do capital, que busca disciplinar a força de trabalho ao mesmo tempo em que despreza sua formação crítica. Assim, a educação torna-se funcional ao

capital apenas na medida em que molda subjetividades conformadas, impedindo que a qualificação se converta em emancipação.

Diante de tudo isso, podemos subtrair que a educação é realmente um processo de criação ao contrário da repetição e alienação, desinibidora e não restrito a uma classe social, educação é processo de relação humana, sendo o trabalho do professor imaterial, porque a produção não se separa do produtor e simultaneamente é consumido. Esse trabalho imaterial é o trabalho intelectual, o caráter do trabalho sob o domínio do capital e o trabalho vendido sob a forma de serviços. O trabalho docente deve ser transformado, ao mesmo tempo, transformado para transformar.

Uma educação comprometida com a liberdade, uma educação que de fato permita e incentive o ímpeto de criar, uma educação que seja capaz de desenvolver no indivíduo o aprendizado constante, proporcionando uma sociedade mais justa e igualitária. Uma sociedade que, principalmente, valorize o homem, proporcionando-lhe ser o sujeito da sua própria educação e não o seu objeto, desprendendo-se do processo alienatório imposto pelas grandes empresas e sendo a arma mais poderosa, dando aos indivíduos mais oportunidades de emprego e melhoria na sua própria qualidade de vida e de seus familiares.

CAPÍTULO 4- ASPECTOS METODOLÓGICOS

4.1 O Contexto da pesquisa

Este capítulo dedica-se à apresentação dos aspectos metodológicos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa, bem como os procedimentos adotados ao longo da trajetória do processo investigativo. A pesquisa foi realizada na Escola Municipal do Distrito de Celso Bueno, localizada no município de Monte Carmelo - MG. O estudo teve como foco os professores que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental, com ênfase nos docentes responsáveis pelas turmas do 9º ano em 2024. Além disso, foram incluídos na investigação os alunos matriculados no 9º ano no mesmo período, considerando suas percepções e vivências no ambiente escolar. A escolha desse público específico fundamentou-se na relevância de compreender as concepções e experiências de professores e alunos em uma etapa de ensino marcada por transições acadêmicas e sociais.

No contexto dessa pesquisa, também se buscou captar as percepções de professores e alunos em relação ao trabalho sazonal, especialmente no que tange aos seus impactos na rotina escolar. Esse fenômeno é particularmente relevante na região, onde atividades sazonais, como a colheita agrícola, influenciam a disponibilidade e o desempenho dos estudantes e professores. A inclusão dessa temática visa compreender como o trabalho sazonal afeta as práticas pedagógicas, as expectativas dos alunos e as estratégias adotadas pelos docentes para lidar com essas dificuldades, oferecendo subsídios para uma reflexão mais aprofundada sobre as condições de ensino e aprendizagem na escola.

4.2 Os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram constituídos por dois grupos específicos de participantes, professores e alunos do 9º ano da Escola Municipal de Celso Bueno. Dentre os 34 professores que compõem o corpo docente da instituição, 20 responderam voluntariamente ao questionário fornecendo informações relevantes sobre suas percepções e experiências relacionadas ao tema investigado. Da mesma forma, dos 40 alunos matriculados no 9º ano, 22 participaram do estudo, após a obtenção da autorização formal de seus responsáveis. É importante destacar que todos os participantes foram orientados de forma clara e transparente sobre o caráter voluntário da pesquisa, sendo informados de que poderiam se retirar a

qualquer momento, sem que houvesse qualquer tipo de constrangimento ou prejuízo em relação à sua participação ou à sua relação com a instituição.

O processo foi conduzido com o devido cuidado ético em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016 que trata das especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais e de outras que utilizam metodologias próprias dessas áreas. Todos os participantes da investigação assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, no caso dos alunos, também por seus responsáveis legais.

Esse processo de coleta de dados buscou assegurar a representatividade dos sujeitos envolvidos, além de preservar a integridade ética e metodológica da pesquisa, garantindo que as informações obtidas fossem utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

4.3 Instrumentos para coleta de dados

A pesquisa valeu-se de três instrumentos para a coleta de dados, quais sejam, questionários, entrevistas e revisão de literatura.

Os questionários foram organizados com base em um modelo semiestruturado, elaborado para abordar questões fundamentais relacionadas às teorias e hipóteses que orientaram o tema da pesquisa. Para isso, desenvolvemos um roteiro composto por perguntas principais, complementadas por indagações adicionais que surgiram conforme o contexto das respostas fornecidas pelos participantes. As questões abertas presentes no questionário possibilitaram o alcance da percepção particularizada dos entrevistados. Esse método de coleta de dados mostrou-se especialmente adequado para investigar aspectos subjetivos, sobretudo no ambiente escolar, foco central deste estudo.

Conforme Gil (1999), o uso de entrevistas, mesmo em formato de questionário, é considerado uma técnica eficaz, permitindo ao pesquisador obter informações relevantes para esclarecer questões do estudo. Lakatos (2010) também destaca que a entrevista, aplicada como ferramenta na investigação social, consiste em um processo interativo no qual um dos envolvidos busca informações específicas sobre determinado tema ou problema.

Após a apresentação dos objetivos e das implicações do estudo, foi organizado, em um segundo momento, um diálogo informal com os participantes da pesquisa, incluindo professores e alunos do 9º ano de 2024. Nesse contexto, foram apresentados os questionários elaborados para cada grupo. O questionário direcionado aos professores continha 33 perguntas, com o propósito de reunir informações gerais, como cor, sexo, idade, formação

acadêmica, experiência profissional e aspectos relacionados ao trabalho sazonal e seus reflexos no processo de ensino-aprendizagem. Já o questionário aplicado aos alunos continha 18 perguntas, abordando dados como cor, sexo, idade, origem, número de moradores na residência, tempo de permanência no distrito de Celso Bueno e questões ligadas ao trabalho sazonal.

Conforme Gil (2008),

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas às pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (Gil, 2008, p. 121).

O questionário constitui uma ferramenta metodológica essencial para a construção de análises detalhadas e aprofundadas acerca dos dados obtidos. Sua aplicação favorece a expressão autônoma e desinibida dos participantes, permitindo-lhes expor livremente suas percepções e ideias em relação aos questionamentos apresentados. A objetividade desse instrumento revela-se indispensável para estabelecer uma relação de confiança e engajamento com os participantes, ao mesmo tempo em que confere clareza aos propósitos da pesquisa e desperta maior interesse na participação.

Empregado como instrumento inicial na coleta de dados, o questionário caracteriza-se como uma técnica estruturada e sistematizada. Por meio dele, é possível não apenas identificar os atributos e particularidades dos indivíduos envolvidos, a partir de suas respostas, mas também avaliar a distribuição e a frequência dessas características no grupo pesquisado (Souza et al., 2005, p. 150).

A compreensão prévia dos objetivos e das etapas da pesquisa pelos participantes contribuiu para a adesão e a conclusão bem-sucedida dessa fase investigativa. Como resultado, um número significativo de questionários foi devolvido devidamente preenchido, possibilitando a coleta das informações necessárias. Esses dados serviram de subsídio para as etapas subsequentes do estudo, viabilizando a identificação do perfil dos professores e alunos participantes, bem como sua correlação com os objetivos e as problemáticas estabelecidas na pesquisa.

Como aponta Gil (2008), é necessário destacar que:

Construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão

proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa. Assim, a construção de um questionário precisa ser reconhecida como um procedimento técnico cuja elaboração requer uma série de cuidados, tais como: constatação de sua eficácia para verificação dos objetivos; determinação da forma e do conteúdo das questões; quantidade e ordenação das questões; construção das alternativas; apresentação do questionário e pré-teste do questionário. (Gil, 2008, p. 121).

A construção de cada item do questionário demanda um planejamento criterioso, devendo alinhar-se rigorosamente aos objetivos estabelecidos pela pesquisa, a fim de evitar eventuais desvios temáticos. A elaboração cuidadosa das perguntas, aliada à consideração de suas possíveis interpretações, confere ao pesquisador maior segurança diante de possíveis equívocos ou incongruências, contribuindo, assim, para a elevação da fidedignidade e da validade dos dados obtidos.

Utilizando três instrumentos distintos para a coleta de dados – questionários, entrevistas e revisão de literatura – foi possível estabelecer conexões entre as informações obtidas, descobrir dados inéditos, refutar suposições e formular hipóteses alternativas. Essa organização metodológica conferiu maior confiabilidade aos resultados e suas implicações, estruturando-se de maneira eficaz para a apresentação do trabalho. Com base nesse modelo metodológico, a seguir serão apresentadas as fundamentações teóricas sobre as concepções dos professores e alunos do 9º ano do Ensino fundamental, anos finais de 2024, as quais, servirão de base para a análise e descrição dos dados coletados apresentados na seção seguinte.

CAPÍTULO 5- RESULTADOS E ANÁLISE

Analisar o processo educacional a partir de reflexões empírico-teóricas para compreendê-lo em sua concretude, significa refletir sobre as contradições da organização do trabalho em nossa sociedade, sobre as possibilidades de superação de suas condições adversas e empreender, no interior do processo educativo, ações que contribuam para a humanização plena do conjunto dos homens em sociedade.

— PIRES, 1997

A análise do processo educacional a partir de reflexões empírico-teóricas implica reconhecer que a aprendizagem não ocorre de forma isolada, mas está enraizada nas condições sociais e econômicas em que os sujeitos estão inseridos. Nesse sentido, o trabalho sazonal, especialmente aquele vivenciado por famílias migrantes e populações em situação de vulnerabilidade, impõe obstáculos à continuidade e à qualidade do processo ensino-aprendizagem. Crianças e adolescentes submetidos a essa dinâmica enfrentam interrupções frequentes na trajetória escolar e, muitas vezes, são compelidos a integrar precocemente o mundo do trabalho, comprometendo seu desenvolvimento integral.

Com efeito, é na concretude dos dados desta pesquisa e na análise das implicações do trabalho sazonal na realidade vivida na escola, que se estabelece o cerne deste capítulo.

Ademais, a fase de sistematização e análise dos dados constitui um momento crucial da pesquisa, no qual são organizados os elementos da investigação, bem como as informações e os materiais coletados durante o trabalho de campo, com o objetivo de obter resultados sólidos e respostas às questões levantadas durante a pesquisa, os quais serão apresentados a seguir.

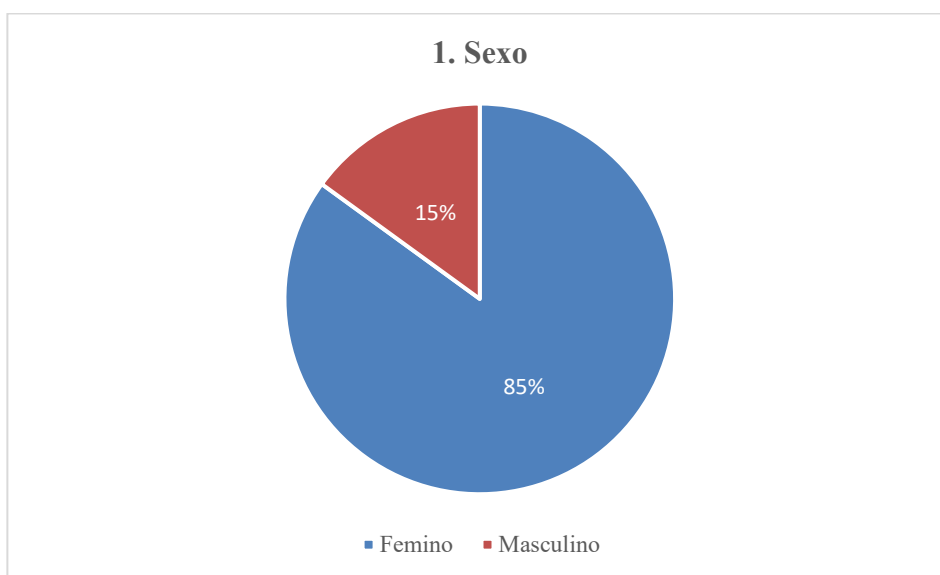
5.1 Análise do perfil dos professores: formação e experiência

A presente pesquisa, com foco nas práticas pedagógicas e no impacto do trabalho sazonal, envolveu a participação ativa de 20 professores, cujas informações detalhadas estão dispostas na Tabela 1 apresentada a seguir. Os docentes foram selecionados com base em sua

atuação nos anos finais do Ensino Fundamental, especificamente no 9º ano, e desempenharam papel fundamental na coleta de dados, por meio da aplicação de questionários que visavam captar aspectos relacionados à sua formação, experiência e à dinâmica de ensino dentro do contexto de trabalho sazonal. O questionário foi estruturado com o intuito de fornecer uma análise aprofundada das práticas pedagógicas dos docentes, permitindo correlacionar suas respostas com os objetivos e problemáticas centrais da pesquisa.

A fim de não identificar os professores participantes da pesquisa, estes, serão nomeados com nomes fictícios como Ana, Maria e Rosa.

Gráfico 1- Sexo: Professores



Fonte: Dados da pesquisa.

A análise revela uma clara predominância de mulheres no corpo docente, com uma diferença significativa entre os gêneros, em que o sexo feminino representa a maioria (85%). Esse desequilíbrio numérico é uma característica comum no campo educacional, especialmente no ensino básico, onde as mulheres tradicionalmente ocupam a maior parte das vagas de professoras. Esse cenário pode ser explicado por fatores culturais e sociais, como a percepção de que a educação é uma profissão predominantemente "feminina", além de questões econômicas e familiares que influenciam a escolha da carreira.

Além disso, é importante investigar se essa distribuição de gênero reflete uma maior acessibilidade das mulheres à profissão da docência ou se há barreiras que dificultam a entrada dos homens, como estigmas sociais relacionados ao papel masculino na educação infantil ou nas primeiras fases do ensino. Compreender essas questões pode ser fundamental

para analisar as dinâmicas do corpo docente e para desenvolver políticas educacionais que promovam uma maior representatividade masculina nas escolas.

Essa predominância de mulheres na educação, e principalmente em Celso Bueno, oferece um ponto de partida para refletir sobre a equidade de gênero, a valorização do trabalho docente e as condições que podem favorecer ou dificultar a inserção dos homens na profissão.

Tabela 1: Faixa Etária dos Professores

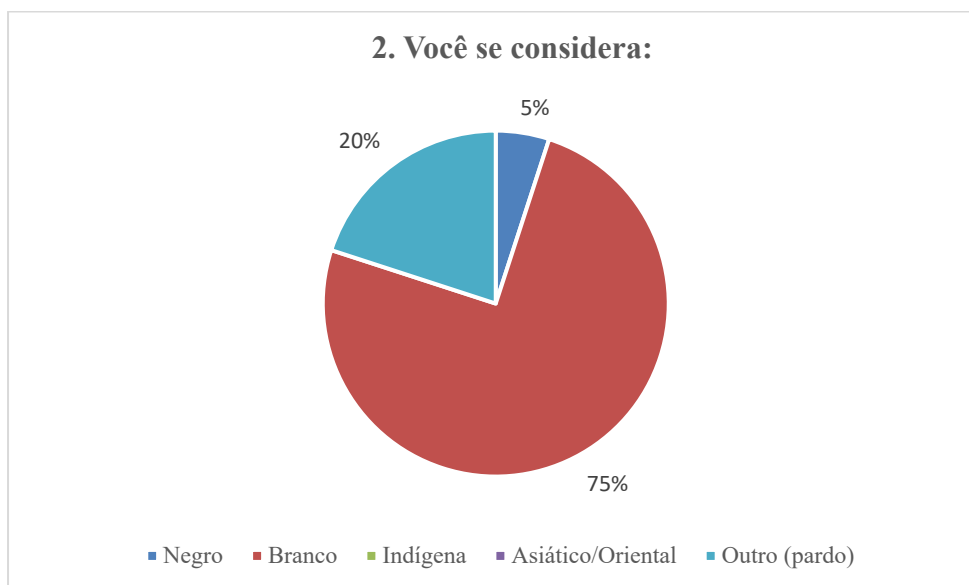
Idade	Número de professores
21 a 25 anos	0
26 a 30 anos	0
31 a 35 anos	2
36 a 40 anos	4
41 a 45 anos	4
46 a 50 anos	5
Mais de 50 anos	5

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme indicado na Tabela 1, verifica-se a ausência de professores nas faixas etárias de 21 a 25 anos e 26 a 30 anos, evidenciando uma carência de representação de docentes mais jovens no grupo analisado. A maior parte dos professores está concentrada nas faixas etárias mais avançadas, destacando-se as faixas de 46 a 50 anos e acima de 50 anos, com 5 professores em cada uma dessas categorias. As faixas intermediárias, compostas por professores de 36 a 40 anos e de 41 a 45 anos, apresentam 4 docentes em cada uma dessas faixas. Já a faixa etária de 31 a 35 anos é a menos representada, com apenas 2 professores.

Esses dados indicam que a maioria dos docentes possui significativa experiência no campo educacional, com uma prevalência de profissionais com idades superiores a 45 anos. Isso sugere um perfil de ensino predominantemente formado por professores com carreiras consolidadas e estáveis, possivelmente com uma abordagem mais tradicional e consolidada no processo de ensino-aprendizagem.

Gráfico 2 - Identificação étnico-racial



Fonte: Dados da pesquisa.

A análise da composição racial do corpo docente da Escola de Celso Bueno evidencia uma predominância de professores brancos. Dos 20 professores, 15 se identificam como brancos (75%), 4 como pardos (20%) e 1 como negro (5%). Esse quadro demonstra uma expressiva concentração de docentes brancos, enquanto a representatividade de professores pardos e negros permanece significativamente reduzida. Tal configuração reflete, portanto, uma estrutura racial ainda marcada pela desigualdade na distribuição étnico-racial no espaço educacional.

Esse desequilíbrio racial no ambiente educacional pode ser analisado sob diversas perspectivas. Primeiramente, é importante considerar como a representação racial no corpo docente pode impactar a formação e a identidade dos alunos. A presença de poucos professores negros e pardos pode afetar a diversidade de modelos de autoridade e identidade que os estudantes, especialmente os de origens não brancas, encontram na escola. A falta de representatividade pode contribuir para a perpetuação de estereótipos e diminuir as oportunidades de reconhecimento e valorização das culturas e identidades não brancas.

Nesse sentido, é possível refletir sobre o conceito de mestiçagem no Brasil, conforme abordado pelo professor Munanga (2004), que destaca que esse processo não pode ser reduzido a uma simples troca biológica de genes entre diferentes grupos.

A mestiçagem não pode ser concebida apenas como um fenômeno estritamente biológico, isto é, um fluxo de genes entre populações originalmente diferentes. [...] A noção de mestiçagem, cujo uso é ao mesmo

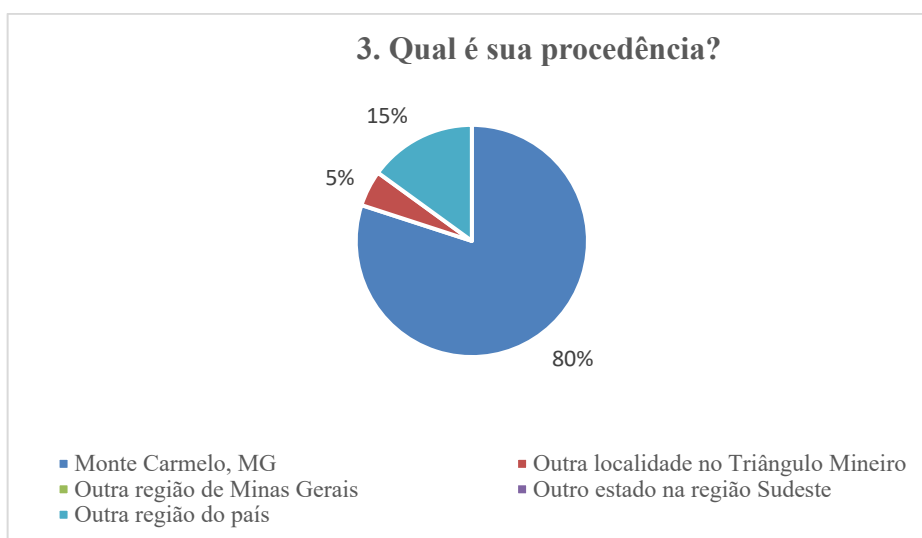
tempo científico e popular, está saturada de ideologia. Por isso, seria importante, antes de qualquer análise, deixar claras as devidas conotações”. (Munanga, 2004, p.18).

Além disso, a predominância de professores brancos na docência pode estar relacionada a fatores históricos e estruturais que ainda persistem no sistema educacional. O acesso à educação superior e à formação docente, por exemplo, pode ser desigual, com barreiras sociais, econômicas e culturais dificultando a inserção de pessoas negras e pardas na profissão de ensino. Esse cenário também pode refletir uma falta de políticas públicas focadas na promoção de uma maior equidade racial no campo educacional, o que poderia garantir mais oportunidades para professores de diferentes origens étnicas.

O fato de haver apenas 1 professor pardo e 1 negro no total do corpo docente (representando 5% cada) chama a atenção para a necessidade urgente de se discutir ações afirmativas que promovam a inclusão racial, não só na formação inicial de professores, mas também no fortalecimento de uma cultura escolar que valorize a diversidade. Além disso, é fundamental refletir sobre como a presença de um corpo docente mais diversificado pode contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva, que atenda melhor a todos os estudantes e reflita a pluralidade da sociedade.

Esse quadro também pode servir como ponto de partida para discussões sobre as condições de trabalho e a valorização do profissional negro e pardo no magistério, considerando que a falta de representatividade pode ter implicações em políticas de contratação, progressão de carreira e incentivos para profissionais dessas etnias.

Gráfico 3 - Procedência



Fonte: Dados da pesquisa.

A distribuição da procedência dos professores mostra que 16 professores (80%) são naturais de Monte Carmelo, o que reflete uma predominância de profissionais com forte vínculo com a cidade. Esse fato pode contribuir para uma maior identificação com a realidade local, permitindo que os professores compreendam melhor as necessidades e particularidades dos alunos, o que, muitas vezes, se traduz em um ensino mais contextualizado e sensível às questões regionais.

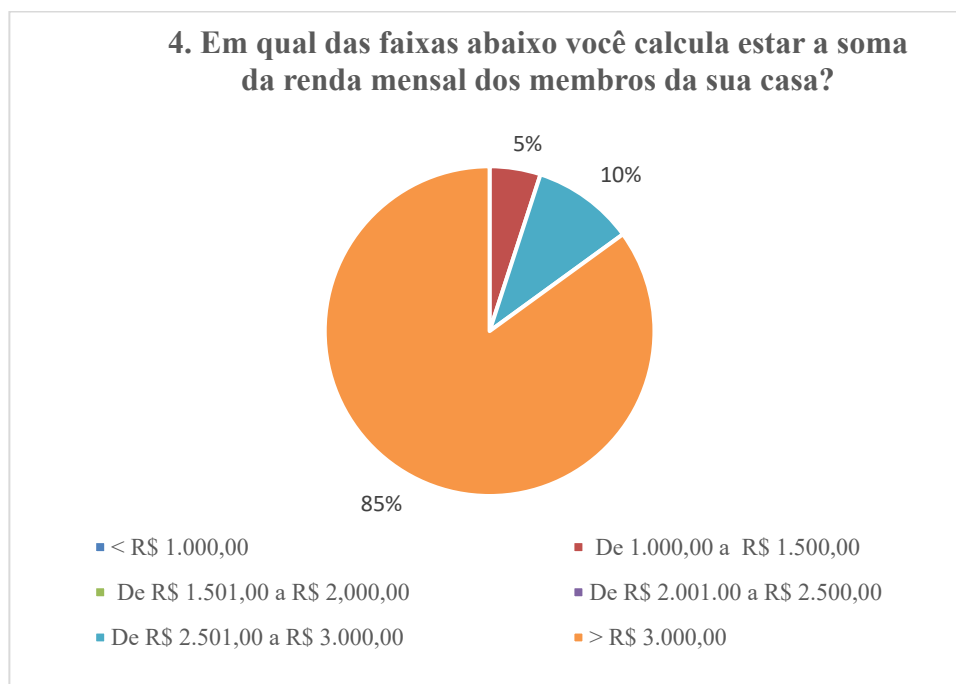
Por outro lado, 3 professores (15%) vêm de outras regiões do país, o que pode trazer uma diversidade de experiências e práticas pedagógicas, enriquecendo a dinâmica escolar e oferecendo aos alunos uma visão mais ampla e diversa. Essa variação geográfica pode ser uma oportunidade para integrar diferentes perspectivas e metodologias de ensino, ampliando as possibilidades de aprendizagem.

Além disso, a presença de 1 professor (5%) de outra localidade do Triângulo Mineiro também contribui para a diversidade no corpo docente, embora em menor escala. A inserção de professores de fora da cidade pode ser vista como um estímulo para a troca de experiências e para a renovação de ideias dentro da instituição.

Essa diversidade de origens geográficas, embora representando uma grande maioria de professores locais, pode ser uma chave importante para discutir a mobilidade de profissionais no campo educacional e as possíveis políticas públicas para atrair profissionais de outras regiões, o que poderia enriquecer ainda mais a prática pedagógica e fortalecer a inclusão de diferentes perspectivas no ensino.

Outra questão levantada sobre os professores, foi a renda mensal dos membros familiares que está demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 4: Renda Familiar



Fonte: Dados da pesquisa.

A distribuição das faixas de renda mensal dos membros familiares dos professores revela uma concentração significativa de profissionais (85%) com uma soma de renda superior a R\$ 3.000,00. No entanto, é importante contextualizar essa informação, pois, em muitas regiões, R\$ 3.000,00 para uma família pode ser insuficiente para cobrir todas as despesas essenciais, como moradia, alimentação, saúde e transporte. Embora a maior parte dos professores se encontre em uma faixa de rendimento relativamente mais alta, esse valor não necessariamente reflete uma qualidade de vida confortável, o que pode evidenciar a discrepância entre a remuneração e o custo de vida real, especialmente em áreas urbanas de maior custo.

Além disso, 2 professores (10%) se encontram na faixa de renda de R\$ 2.501,00 a R\$ 3.000,00, e 1 professor (5%) está na faixa de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00, uma diferença considerável em relação aos demais. Esse cenário de desigualdade salarial dentro da profissão docente pode ser interpretado como um reflexo da desvalorização histórica do magistério no Brasil. Embora a educação seja uma das áreas mais fundamentais para o desenvolvimento do país, a falta de investimentos adequados e a ausência de políticas consistentes de valorização salarial contribuem para que os professores recebam salários que muitas vezes não são compatíveis com a importância de sua função na sociedade.

Pode-se analisar que a baixa remuneração dos professores é um reflexo direto da desvalorização da categoria, agravada por desafios adicionais, como trabalhar em escolas localizadas fora do perímetro urbano. Tais circunstâncias levam muitos educadores a dependerem não apenas de sua própria renda, mas também da contribuição financeira de outros membros da família com quem residem, evidenciando a insuficiência de seus salários para suprir as necessidades básicas.

Essa realidade é corroborada pelos dados apresentados por Puentes (2011), que destacam um aspecto relevante da renda familiar dos docentes. Conforme o autor, apesar da evidente desvalorização da profissão, a situação financeira dos professores apresenta-se ligeiramente superior à média da população brasileira. Esse contraste, por sua vez, revela a precariedade econômica que caracteriza grande parte da população do país.

Em relação à renda familiar é preciso mencionar que, a despeito da desvalorização da profissão docente, refletida nos baixos salários, a situação dos professores é sensivelmente superior à média da população brasileira, o que demonstra a precária situação financeira da população de um modo geral. Estudo divulgado em 2004 revela que 65,5% dos professores possuíam renda familiar entre dois e dez salários-mínimos e 36,6% entre cinco e dez (Puentes, 2011, p. 139, apud Andrade et. al., 2004, p. 60).

Lamentavelmente, transcorridas mais de duas décadas desde a divulgação dos dados anteriormente apresentados, a conjuntura salarial dos professores brasileiros mantém-se praticamente inalterada. A desvalorização dessa categoria profissional constitui-se como uma marca estrutural do sistema educacional, configurando-se como resultado de uma confluência de fatores históricos, políticos e econômicos que perpetuam a negligência em relação ao setor educacional. Apesar de avanços pontuais, como a ampliação de políticas de formação continuada e a implementação de planos de carreira em determinados estados e municípios, tais iniciativas revelam-se exíguas e incapazes de assegurar uma remuneração condigna e proporcional à elevada importância social do magistério.

Conforme demonstra Gatti et al. (2019, p.138), a remuneração docente em 2018 já era 12% inferior à de 2010, com planos de carreira que, mesmo existindo em 68% dos municípios, falham em repor perdas inflacionárias em 81% dos casos. A formação continuada, ainda que ampliada, beneficia apenas 7% dos professores com salários acima do piso revelando a desconexão entre discurso e prática na valorização da docência.

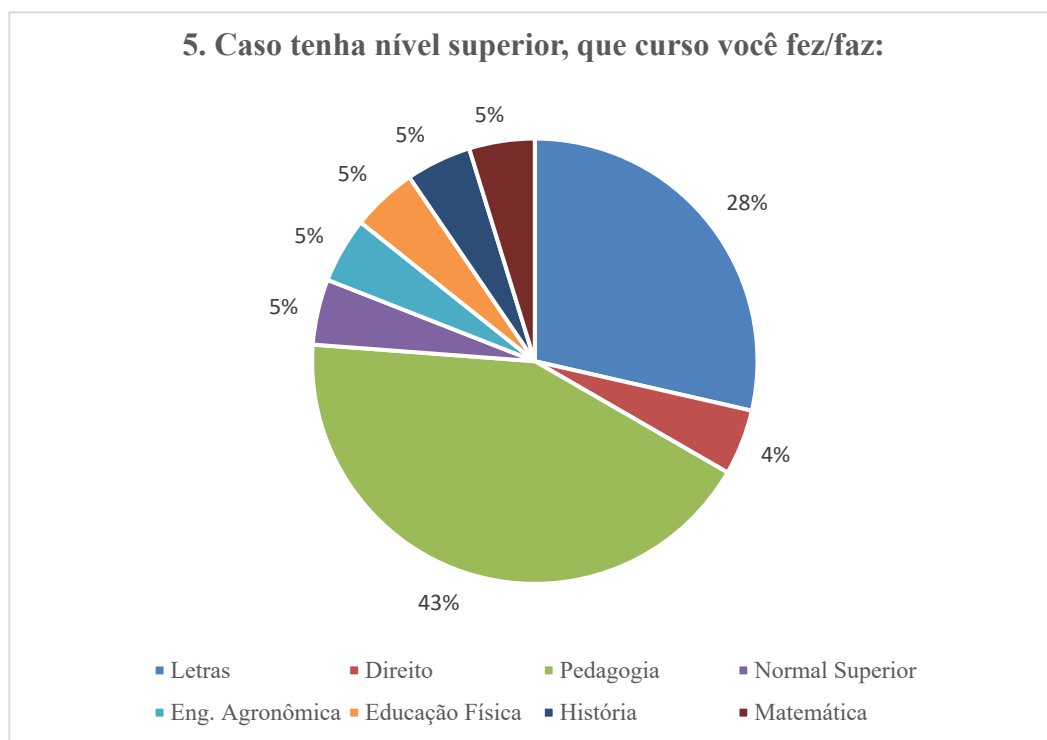
O panorama contemporâneo revela que os docentes continuam a enfrentar sérias adversidades no tocante à garantia de condições mínimas de subsistência digna,

frequentemente recorrendo ao auxílio financeiro de outros membros de suas famílias para complementar a insuficiência de seus vencimentos. A perpetuação de uma estrutura salarial anacrônica não apenas deteriora a motivação e o bem-estar desses profissionais, mas também compromete de maneira significativa a qualidade da educação oferecida à população. Este quadro reforça a premente necessidade de um debate mais abrangente e de intervenções concretas que priorizem a valorização do magistério, superando o histórico desdém que perpetua a precarização do trabalho docente.

Essa discrepância remuneratória é uma expressão inequívoca das decisões político-orçamentárias adotadas pelos sucessivos governos ao longo das décadas, as quais relegaram a educação a um plano secundário em suas prioridades estratégicas. O irrisório investimento no setor educacional, aliado à ausência de políticas eficazes e permanentes de valorização salarial, redundam em prejuízos não apenas para os docentes, mas também para a excelência do ensino público.

Assim, o quadro de renda dos professores expõe a perpetuação da desvalorização do magistério e sublinha a urgência de um debate substancial sobre políticas públicas que promovam uma remuneração equânime e compatível com o papel estratégico que a educação desempenha no progresso social e econômico do país.

Gráfico 5 – Formação dos professores



Fonte: Dados da pesquisa.

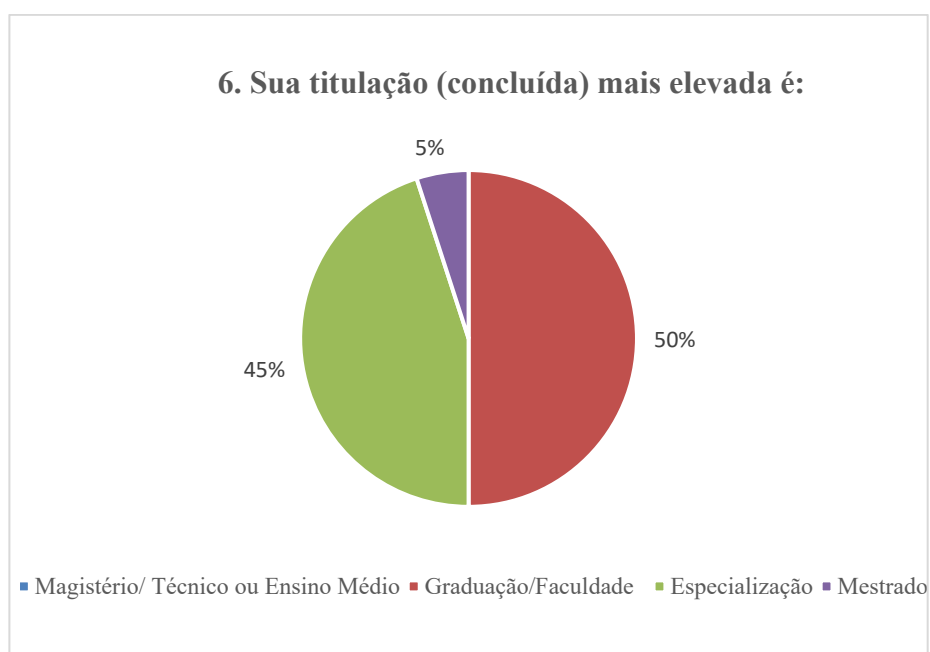
A análise dos dados referentes à formação superior dos professores evidencia que a maioria possui cursos voltados para a área educacional, com destaque para Pedagogia, que representa 43% do total, com 9 professores, e Letras, com 28%, somando 6 professores. Essas formações são amplamente reconhecidas pela sua preparação para atuação na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como para funções de direção e supervisão escolar no caso da Pedagogia.

Contudo, vale ressaltar que o foco desta pesquisa foi nos anos finais do ensino fundamental, etapa em que se exige, prioritariamente, formação específica nas disciplinas do currículo escolar. Nesse contexto, a formação em Pedagogia não habilita, de forma direta, os profissionais para trabalhar nos anos finais, exceto em funções de gestão educacional.

Além disso, observa-se que há professores com formações em áreas como Direito, Engenharia Agrônômica e Normal Superior, cada uma representando 5% do total. Essas formações, embora tragam contribuições diversas e complementares para o ambiente escolar, não estão diretamente alinhadas às exigências de conteúdos disciplinares dos anos finais do ensino fundamental. Isso pode indicar a necessidade de qualificação complementar ou de adaptações na distribuição das disciplinas para atender às demandas do currículo.

Dessa forma, os dados reforçam a importância de investimentos contínuos em formação pedagógica específica para os docentes que atuam nos anos finais, buscando assegurar que todas as disciplinas sejam contempladas com profissionais devidamente habilitados para ministrá-las.

Gráfico 6 – Titulação mais elevada concluída



Fonte: Dados da pesquisa.

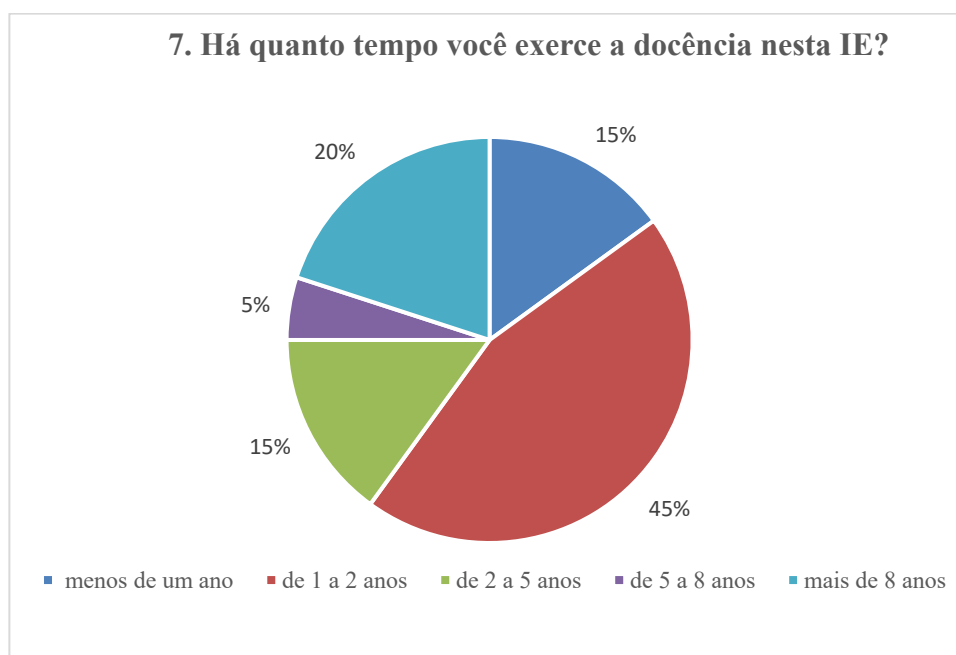
Os dados referentes à titulação mais elevada dos professores indicam que a maioria possui formação em nível superior. Entre os entrevistados, 10 professores (50%) declararam possuir apenas Graduação, o que corresponde à metade do grupo. Esse número revela que, embora todos tenham concluído o ensino superior, uma parcela significativa ainda não avançou para níveis de formação continuada.

Além disso, 9 professores (45%) informaram ter cursado Pós-graduação Lato Sensu, como especializações, o que demonstra um investimento em formação adicional para aprimoramento profissional e aprofundamento em áreas específicas do conhecimento. Esse dado destaca um esforço considerável por parte dos docentes para ampliar suas qualificações e atender melhor às demandas educacionais.

Por fim, 1 professor (5%) declarou possuir Pós-graduação Stricto Sensu, em nível de Mestrado, indicando um grau mais avançado de qualificação acadêmica. Esse dado é relevante, pois a presença de profissionais com formação stricto sensu pode contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas baseadas em pesquisa e inovação no ensino.

A distribuição das titulações aponta para a necessidade contínua de investimentos em programas de capacitação e incentivo à formação acadêmica avançada, especialmente considerando os desafios dos anos finais do ensino fundamental, onde a especialização e o aprofundamento teórico podem desempenhar um papel fundamental na qualidade do ensino oferecido.

Gráfico 7 – Tempo de docência na instituição



Fonte: Dados da pesquisa.

A análise do tempo de atuação dos professores nesta instituição de ensino revela uma predominância de profissionais com um período relativamente curto de experiência na escola. Dos entrevistados, 9 professores (45%) atuam na escola há um período entre 1 e 2 anos, representando o maior grupo. Além disso, 3 professores (5%) possuem menos de um ano de experiência na instituição, enquanto outros 3 (15%) trabalham no local entre 2 e 5 anos.

Professores com maior tempo de permanência na escola constituem uma parcela menor do grupo. Apenas 1 professor (5%) possui entre 5 e 8 anos de atuação, e 4 professores (20%) declararam trabalhar na instituição há mais de 8 anos.

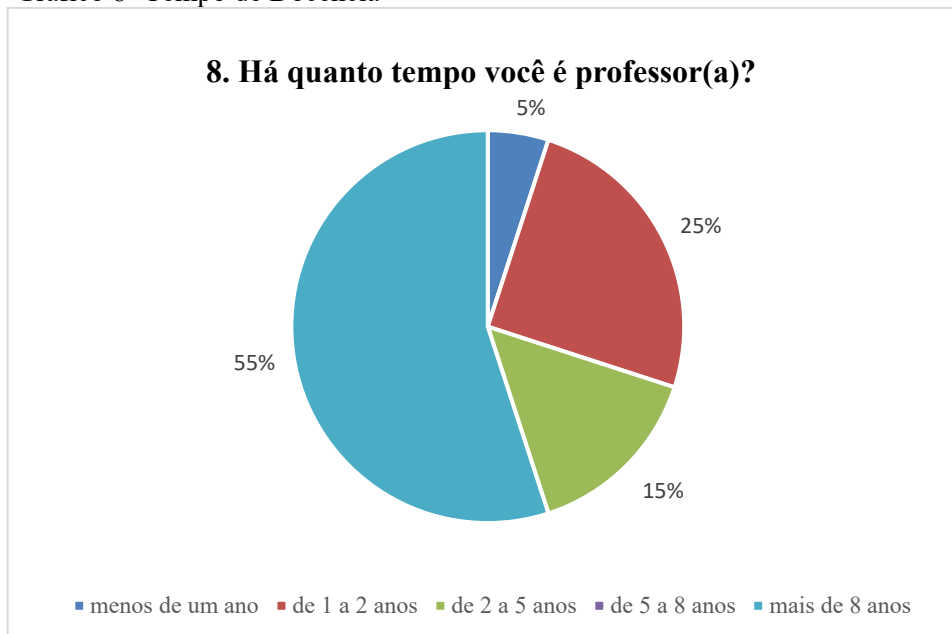
Esses dados indicam um corpo docente caracterizado por significativa renovação nos últimos anos, com um número expressivo de professores ingressando recentemente na escola. Embora essa rotatividade possa trazer novas perspectivas e abordagens pedagógicas, também sugere a necessidade de estratégias para retenção e valorização dos profissionais, especialmente aqueles com mais tempo de serviço, cuja experiência acumulada pode ser fundamental para a continuidade de projetos pedagógicos e o fortalecimento da identidade institucional.

Contudo, durante a pesquisa realizada e no convívio com os docentes da escola, uma informação de grande relevância emergiu: dos 34 professores que atuam na Escola Municipal Celso Bueno, apenas 4 são concursados, ou seja, efetivos no município, enquanto os demais são contratados por meio de contratos temporários para o respectivo ano letivo. Essa dinâmica de contratação pode ter implicações significativas na formação do corpo docente, uma vez que a rotatividade de professores contratados pode impactar a continuidade do trabalho pedagógico e a estabilidade na relação de ensino-aprendizagem. Além disso, a predominância de docentes temporários, que não possuem vínculo permanente com a escola e o município, pode influenciar no perfil de atuação desses profissionais, que, por vezes, enfrentam desafios adicionais relacionados à adaptação à cultura da escola e à implementação de projetos pedagógicos de longo prazo.

Infelizmente, o processo de contratação temporária de docentes muitas vezes está mais alinhado a interesses políticos do que à capacidade técnica e profissional dos educadores. Esse modelo de contratação compromete a qualidade do ensino, pois, em vez de priorizar a experiência, a formação e a competência dos professores, a escolha é influenciada por fatores externos, como relações políticas ou necessidades imediatas da gestão. Como resultado, a estabilidade e a continuidade na educação são prejudicadas, já que os docentes temporários nem sempre têm as condições necessárias para estabelecer um trabalho pedagógico sólido e de longo prazo. Esse cenário também gera insegurança tanto para os

professores quanto para os alunos, dificultando o desenvolvimento de uma educação de qualidade e equitativa.

Gráfico 8- Tempo de Docência



Fonte: Dados da pesquisa

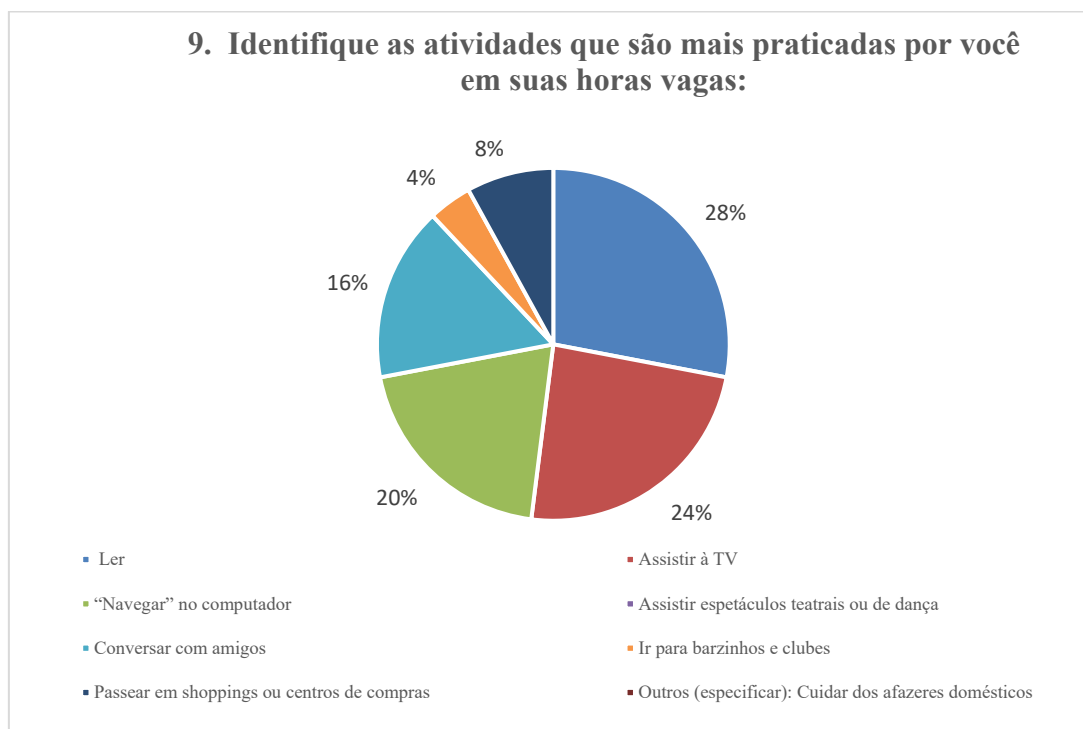
Os dados referentes ao tempo total de experiência na docência mostram uma distribuição diversificada entre os professores entrevistados. A maioria deles, 11 professores (55%), possui mais de 8 anos de atuação na área, destacando um grupo com vasta experiência pedagógica. Esse dado é relevante, pois profissionais com maior tempo de prática tendem a acumular conhecimentos e estratégias que podem contribuir para a qualidade do ensino e a gestão das atividades escolares.

Por outro lado, 5 professores (25%) possuem entre 1 e 2 anos de experiência, enquanto 3 professores (15%) têm entre 2 e 5 anos de atuação. Esses números indicam a presença de profissionais em estágio intermediário de carreira, possivelmente em processo de consolidação de suas práticas pedagógicas.

Além disso, 1 professor (5%) declarou estar na profissão há menos de um ano, representando a entrada de novos docentes no campo educacional. Esse dado evidencia a renovação do corpo docente, o que pode trazer inovação e novas perspectivas para o ensino.

A combinação entre professores experientes e iniciantes ressalta a importância de políticas de formação continuada e programas de apoio profissional, que possam tanto valorizar o conhecimento acumulado dos mais experientes quanto auxiliar os professores em início de carreira na construção de práticas pedagógicas eficazes.

Gráfico 9- Atividades mais praticadas nas horas vagas



Fonte: Dados da pesquisa

A análise das atividades mais praticadas pelos professores em suas horas vagas revela preferências variadas, com destaque para atividades culturais e tecnológicas. A leitura aparece como a atividade mais citada, sendo praticada por 7 professores (28%), o que sugere um hábito ligado ao aperfeiçoamento pessoal e profissional, além de ser uma prática associada ao desenvolvimento intelectual e à busca por conhecimento.

Assistir à TV também foi mencionado com frequência, sendo escolhido por 6 professores (24%). Esse dado indica uma preferência por atividades de entretenimento e relaxamento, que podem servir como forma de descontração após a rotina de trabalho.

Navegar no computador é apontado por 5 professores (20%) como uma atividade comum em seu tempo livre. Esse hábito pode estar relacionado tanto ao uso recreativo quanto à busca por informações, estudos e atualização profissional, evidenciando a influência da tecnologia no cotidiano dos docentes.

Conversar com amigos foi citado por 4 professores (16%), destacando a importância das interações sociais como forma de lazer e manutenção de vínculos pessoais. Já atividades como passeios em shoppings ou centros de compras (8%) e visitas a barzinhos e clubes (4%) foram menos mencionadas, indicando que essas opções têm menor adesão entre os entrevistados.

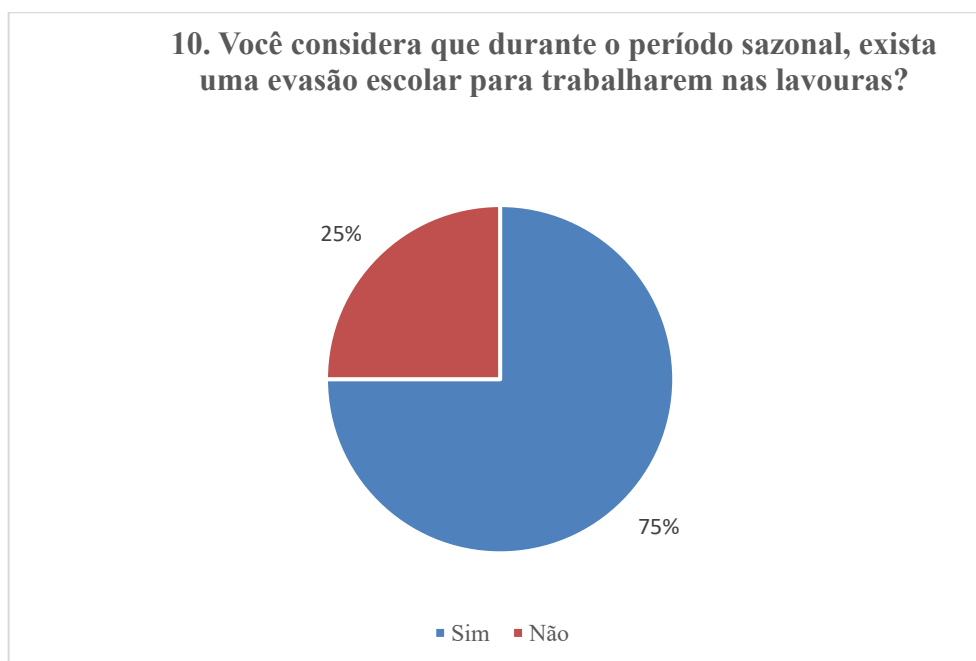
É relevante notar que a opção “Cuidar dos afazeres domésticos” foi incluída na categoria "Outros", sinalizando que uma parcela dos professores dedica parte de seu tempo livre a responsabilidades domésticas, o que pode refletir uma sobrecarga de tarefas e limitar o tempo disponível para lazer e autocuidado.

Esses dados evidenciam um equilíbrio entre atividades voltadas ao lazer e ao aprimoramento cultural, mas também apontam para a necessidade de reflexão sobre como os professores dividem seu tempo fora do ambiente escolar, considerando os desafios enfrentados na profissão e a importância do bem-estar físico e emocional.

5.2 Análise da dinâmica de ensino dentro do contexto de trabalho sazonal na perspectiva dos professores

A configuração do processo educacional em contextos marcados pela sazonalidade das relações laborais é marcada por desafios que impactam diretamente a dinâmica de ensino, que dentre eles serão abordados nesta seção a questão da evasão, do trabalho infantil e seus desdobramentos na perspectiva dos professores.

Gráfico 10: Percepção dos professores da evasão escolar no período sazonal



Fonte: Dados da pesquisa.

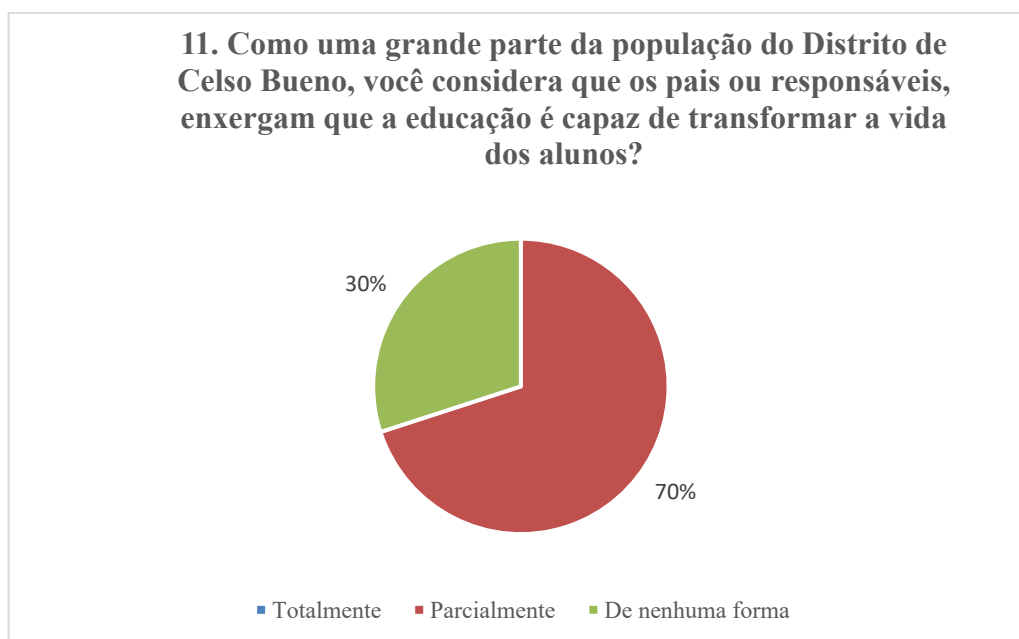
A análise dos dados sobre a percepção dos professores em relação à evasão escolar durante o período sazonal revela que a maioria, 15 professores (75%), acredita que há casos

de abandono temporário ou definitivo da escola por parte dos alunos para trabalharem nas lavouras. Esse dado aponta para a influência do contexto socioeconômico local, onde as atividades agrícolas desempenham um papel significativo na economia e, conseqüentemente, na rotina das famílias.

Por outro lado, 5 professores (25%) afirmam não observar esse fenômeno, o que pode indicar variações na percepção conforme o perfil dos alunos atendidos ou as estratégias adotadas pela escola para minimizar os impactos do trabalho infantil no rendimento e na frequência escolar.

Esses números reforçam a importância de discutir políticas públicas e estratégias pedagógicas que enfrentem o problema da evasão escolar, especialmente durante o período sazonal, garantindo que os alunos permaneçam na escola e tenham acesso contínuo à educação, mesmo em regiões com forte dependência econômica da agricultura.

Gráfico 11- Percepção dos pais sobre o impacto transformador da educação na vida dos alunos



Fonte: Dados da pesquisa.

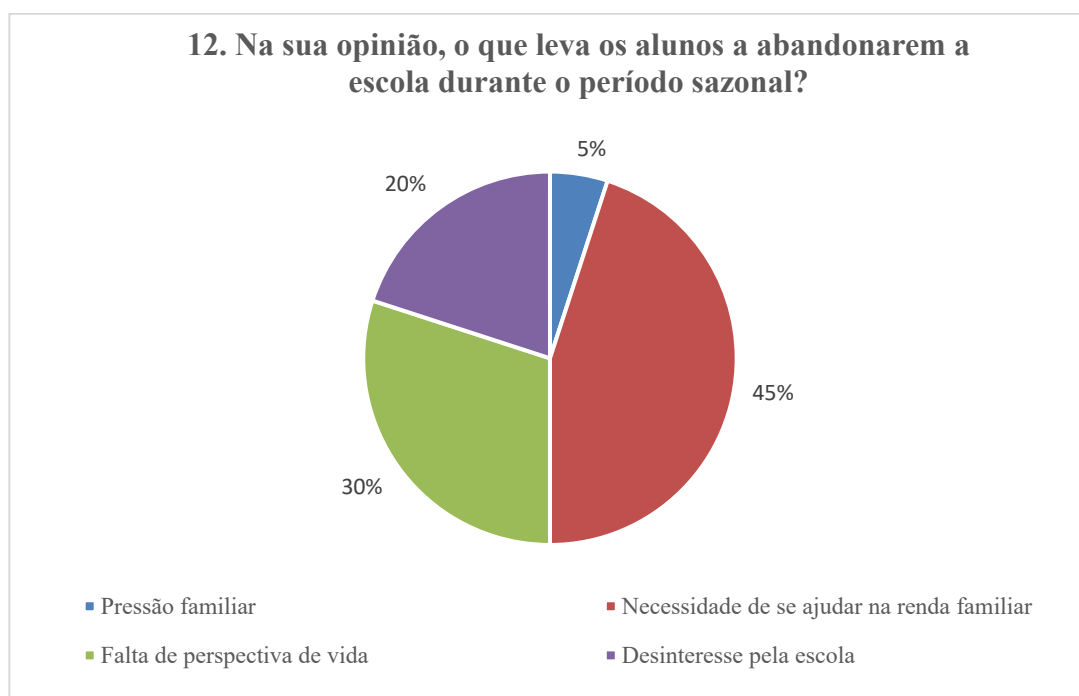
A análise dos dados revela que a maioria dos professores (15, correspondendo a 70%) acredita que os pais ou responsáveis do Distrito de Celso Bueno reconhecem parcialmente o potencial transformador da educação na vida dos alunos. Esse posicionamento sugere que, embora haja certo reconhecimento da importância da escolarização, ele ainda é marcado por dúvidas, limites ou por uma visão fragmentada acerca de sua eficácia na mudança das condições de vida dos estudantes.

Além disso, 5 professores (30%) afirmaram que, de nenhuma forma, os pais ou responsáveis percebem a educação como um instrumento capaz de transformar a realidade dos filhos. Esse dado é preocupante, pois evidencia uma parcela significativa de descrença ou desilusão quanto ao valor social da escola, o que pode comprometer o engajamento familiar nos processos educacionais.

É importante destacar que nenhum professor relatou que os pais veem a educação como totalmente capaz de transformar a vida dos alunos. Essa ausência de confiança plena no poder emancipador da educação aponta para desafios profundos, tanto estruturais quanto culturais, que precisam ser enfrentados. A falta de uma visão integral sobre o papel da escola pode refletir experiências históricas de exclusão, baixa escolaridade dos próprios pais ou mesmo frustrações com o sistema educacional.

Dessa forma, os resultados indicam a necessidade de ações que fortaleçam o vínculo entre escola e comunidade, promovendo reflexões sobre o papel da educação na construção de oportunidades e cidadania, bem como enfrentando visões desmobilizadoras que ainda persistem em certos contextos sociais.

Gráfico 12 - Motivos para o abandono escolar durante o período sazonal.



Fonte: Dados da pesquisa.

A pesquisa realizada sobre as causas do abandono escolar durante o período sazonal revelou importantes insights sobre as dificuldades enfrentadas pelos alunos. De acordo com os professores participantes, a necessidade de se ajudar na renda familiar foi apontada como a

principal razão para o abandono, com 45% dos professores (9 professores) citando este fator. Essa resposta indica que muitos alunos, especialmente em contextos de vulnerabilidade econômica, sentem a pressão de contribuir financeiramente para suas famílias, o que os leva a abandonar a escola temporariamente. Essa situação é um reflexo da realidade social em que muitos estudantes vivem, onde as necessidades imediatas da família superam a continuidade nos estudos.

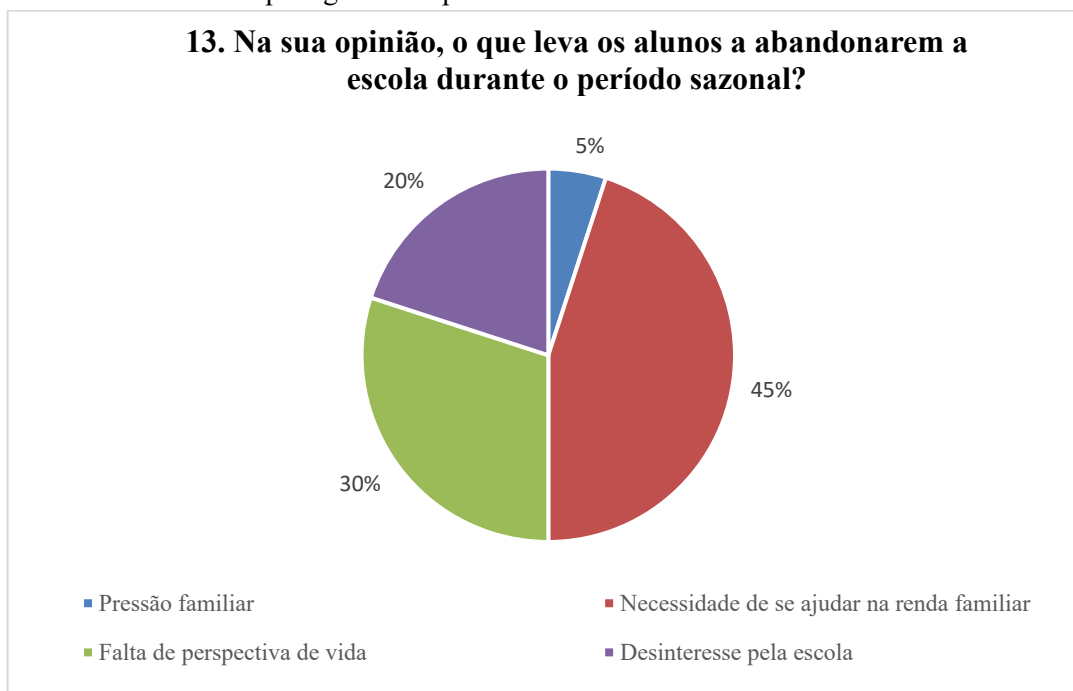
Em segundo plano, 30% dos professores (6 professores) apontaram a falta de perspectiva de vida como um motivo significativo para o abandono escolar. Esse fator está relacionado à sensação de desesperança e à falta de oportunidades para um futuro melhor, o que pode fazer com que os alunos não vejam sentido em continuar sua educação. Essa falta de perspectiva está frequentemente associada a contextos socioeconômicos difíceis, onde a educação pode ser vista como um caminho distante ou inacessível.

Outro fator relevante, embora em menor escala, foi a pressão familiar, citada por 5% dos professores (1 professor). Esse fator indica que, em algumas situações, os alunos se sentem forçados a deixar a escola devido a expectativas e exigências familiares, que podem estar relacionadas ao trabalho ou à necessidade de contribuir para o sustento da casa.

Finalmente, 20% dos professores (4 professores) atribuíram o abandono escolar ao desinteresse pela escola. Embora esse fator seja importante, ele aparece em menor proporção quando comparado com as questões econômicas e de perspectiva de vida, o que sugere que o desinteresse pode estar, muitas vezes, relacionado a uma falta de engajamento com o sistema educacional, mas também pode ser reflexo das condições adversas em que os alunos estão inseridos.

Portanto, a pesquisa revela que as principais causas do abandono escolar sazonal estão fortemente ligadas a questões econômicas e sociais, como a necessidade de ajudar na renda familiar e a falta de perspectivas futuras, com a pressão familiar e o desinteresse pela escola também desempenhando papéis, embora de forma secundária.

Gráfico 13 – Medidas para garantir a permanência do aluno na escola



Fonte: Dados da pesquisa.

Com base na pesquisa sobre o que poderia ser feito para garantir a permanência dos alunos na escola, os professores indicaram várias estratégias, sendo a mais citada a conscientização de pais/responsáveis sobre a importância da formação dos jovens e adolescentes, com 11 professores (55%) apontando esse fator. Esse dado revela que, para muitos professores, a educação dos alunos não deve ser responsabilidade exclusiva da escola, mas também da família. A conscientização dos pais sobre o valor da educação e a importância de seu apoio para a continuidade escolar pode desempenhar um papel crucial na permanência dos alunos no ambiente escolar, especialmente em contextos em que as dificuldades econômicas ou a falta de apoio familiar são obstáculos significativos.

A conscientização do aluno sobre a necessidade de sua formação como instrumento de transformação social foi mencionada por 5 professores (25%). Isso sugere que, além de contar com o apoio dos pais, é fundamental que os próprios alunos compreendam a educação como uma ferramenta essencial para seu crescimento pessoal e social. A motivação intrínseca e a percepção de que a educação pode transformar suas vidas e oferecer novas oportunidades são elementos importantes para reduzir o abandono escolar.

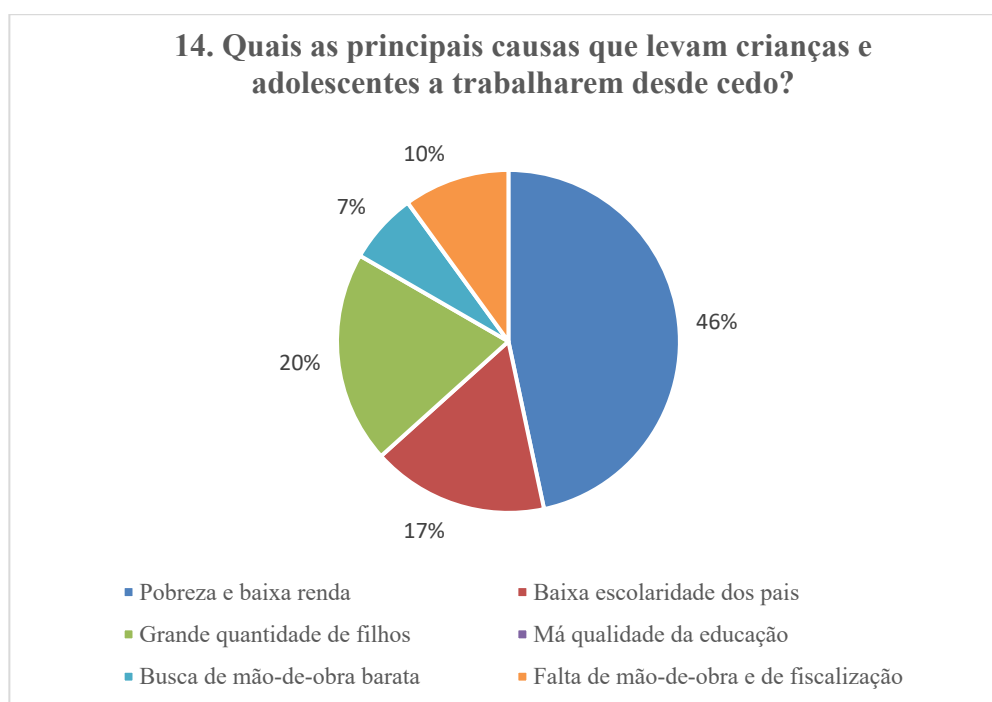
As políticas públicas que garantam a permanência do aluno foram sugeridas por 2 professores (10%). Embora este fator tenha sido mencionado em menor proporção, ele também é relevante. Políticas públicas eficazes, como programas de assistência financeira,

transporte escolar, alimentação e apoio psicológico, podem oferecer as condições necessárias para que os alunos se sintam mais seguros e motivados a permanecer na escola, especialmente aqueles em situações de vulnerabilidade social e econômica.

Por fim, a fiscalização de órgãos competentes que garantam a permanência desses jovens e adolescentes na escola também foi sugerida por 2 professores (10%). A fiscalização é uma medida importante para garantir que as políticas públicas sejam efetivas e que as escolas cumpram seu papel na educação de todos os alunos. A atuação de órgãos competentes pode ajudar a monitorar e corrigir possíveis falhas no sistema educacional.

Portanto, as estratégias apontadas pelos professores para garantir a permanência dos alunos na escola estão centradas, principalmente, na conscientização dos pais e dos próprios alunos sobre a importância da educação. Além disso, políticas públicas de apoio e a fiscalização adequada também são vistas como medidas importantes para garantir a continuidade escolar.

Gráfico 14- Principais causas do trabalho infantil: necessidade econômica, falta de acesso à educação e condições familiares desfavoráveis.



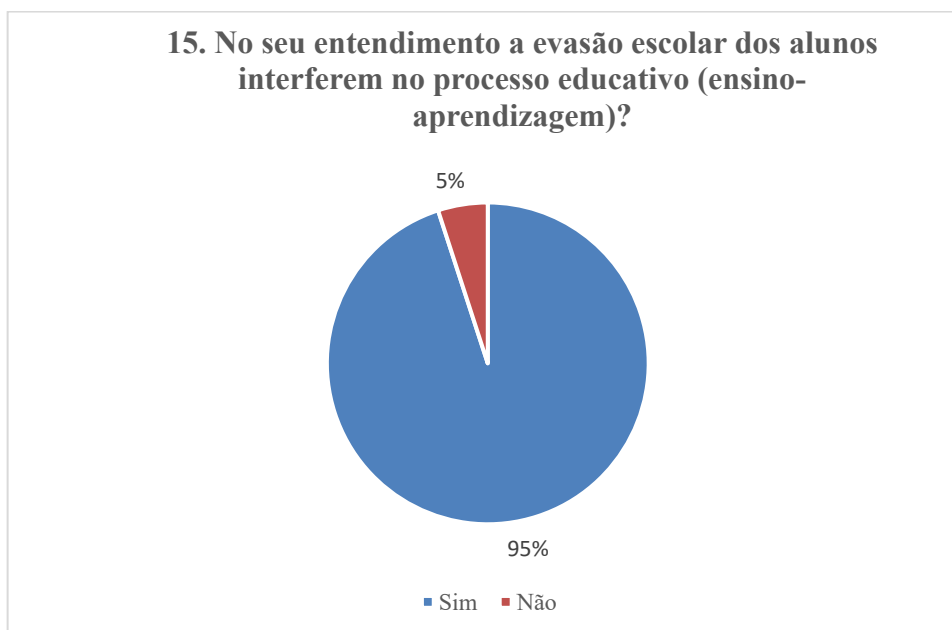
Fonte: Dados da pesquisa.

A análise dos dados revela que a principal causa do trabalho infantil, de acordo com os professores, é a pobreza e baixa renda, com 46% das respostas, evidenciando que a necessidade econômica das famílias é o fator mais determinante. Em seguida, 20% dos

professores apontam a grande quantidade de filhos como um fator relevante, sugerindo que famílias numerosas, com recursos limitados, acabam exigindo que as crianças trabalhem para ajudar na renda familiar. A baixa escolaridade dos pais, mencionada por 17%, também se mostra um fator importante, indicando que a falta de educação pode contribuir para a falta de conscientização sobre a importância da escolarização das crianças e adolescentes.

Embora a má qualidade da educação não tenha sido citada por nenhum dos professores, o que pode indicar que a percepção sobre o sistema educacional não é tão predominante, a busca de mão-de-obra barata e a falta de fiscalização foram mencionadas, respectivamente, por 7% e 10% dos entrevistados. Esses dados sugerem que, além das dificuldades familiares, a exploração do trabalho infantil por parte de empregadores e a ausência de políticas públicas de fiscalização também desempenham papéis significativos, embora com menor ênfase. Assim, fica claro que as causas mais citadas do trabalho infantil estão relacionadas à vulnerabilidade econômica das famílias e à falta de apoio e políticas públicas adequadas.

Gráfico 15- Impacto da evasão escolar no ensino-aprendizagem



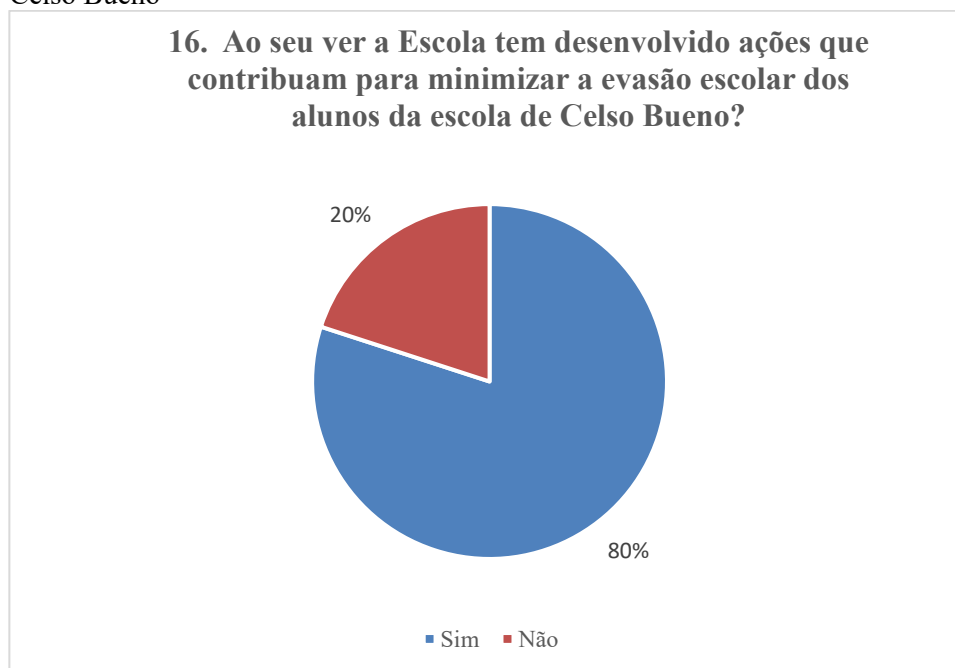
Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados demonstram que 95% dos professores (19 docentes) concordam que a evasão escolar interfere significativamente no processo de ensino-aprendizagem. Essa visão predominante destaca como a ausência de alunos nas salas de aula compromete a continuidade do aprendizado, dificulta o acompanhamento pedagógico e amplia as desigualdades educacionais.

Por outro lado, apenas 5% (1 professor) acreditam que a evasão não afeta diretamente o processo educativo, possivelmente considerando a capacidade de adaptação das escolas para lidar com essa questão.

Durante a pesquisa e nas conversas com os professores, foi ressaltado que a evasão escolar é apontada como o principal fator responsável pelas dificuldades no ensino-aprendizagem. Os docentes destacaram que a interrupção da frequência escolar prejudica não apenas o desenvolvimento individual dos alunos, mas também o planejamento pedagógico, impactando o desempenho coletivo, reforçando a necessidade de estratégias preventivas e políticas públicas voltadas à permanência dos alunos na escola, assegurando oportunidades iguais de aprendizagem e desenvolvimento.

Gráfico 16- Percepção sobre ações da escola para reduzir a evasão escolar em Celso Bueno



Fonte: Dados da pesquisa.

A pesquisa revela que a grande maioria dos professores da Escola Municipal de Celso Bueno (80%) acredita que a escola tem desenvolvido ações eficazes para minimizar a evasão escolar. Esse dado indica que as estratégias adotadas pela instituição têm sido reconhecidas positivamente pela maior parte dos profissionais, sugerindo que as medidas implementadas estão, de fato, tendo impacto na permanência dos alunos.

No entanto, 20% dos professores discordam dessa percepção e afirmam que as ações não têm contribuído para esse fim. Esse percentual menor, mas ainda significativo, aponta para uma possível divergência nas experiências vividas pelos docentes ou uma avaliação

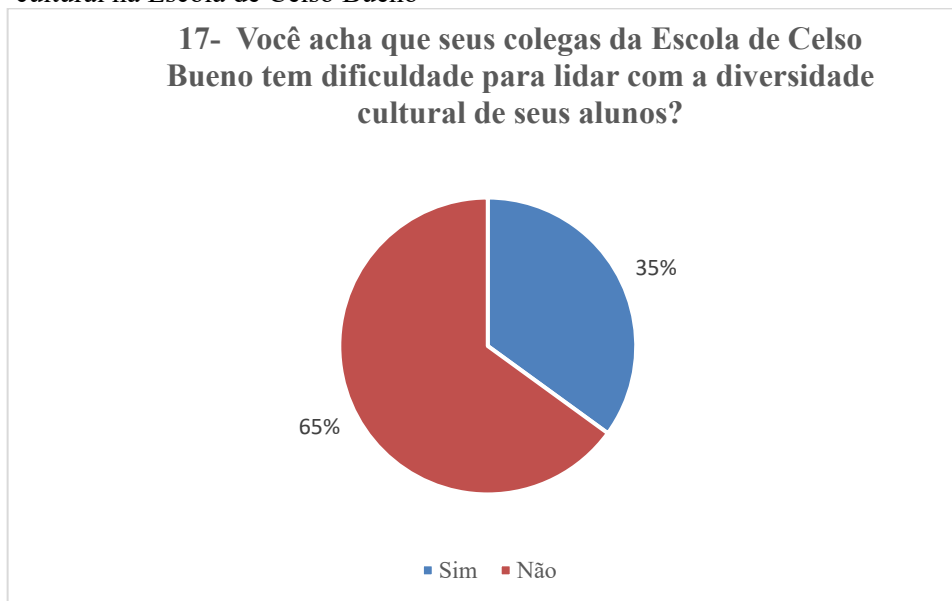
crítica sobre a efetividade das iniciativas. Essa diferença nas opiniões sugere que é necessário um diálogo mais amplo entre os educadores para revisar e aprimorar as ações em vigor, garantindo que todas as percepções sejam levadas em consideração e que o impacto das medidas seja amplamente compartilhado entre a comunidade escolar

As ações mencionadas pelos professores incluem a busca ativa, a realização da festa da família para toda a comunidade, palestras, aconselhamentos, projetos e a parceria com o Conselho Tutelar. Também chama a atenção a declaração de um professor, quando este afirma que, “O problema da evasão escolar na comunidade de Celso Bueno envolve questões culturais, familiares, econômicas e de má- qualidade ou nenhuma escolaridade ou educação da família.” (Professora Maria).

Essa fala revela uma visão abrangente e multidimensional sobre a evasão escolar, reconhecendo que o fenômeno não pode ser explicado apenas por fatores isolados, mas por uma combinação de questões culturais, familiares e econômicas, destacando que a baixa qualidade ou até a ausência de escolaridade na família pode ser um fator relevante na perpetuação da evasão, sugerindo que, em muitas famílias, a educação formal não é valorizada ou priorizada, o que afeta diretamente o comportamento e a permanência dos alunos na escola.

Essa perspectiva implica que a evasão escolar não é apenas um reflexo da realidade escolar, mas também de uma realidade social mais ampla, que envolve dificuldades estruturais. Assim, a fala do professor aponta para a necessidade de abordagens mais integradas, que considerem o contexto socioeconômico e cultural dos alunos, além de ações diretas dentro da escola.

Gráfico 17: Percepção sobre a dificuldade dos colegas em lidar com a diversidade cultural na Escola de Celso Bueno



Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos professores da Escola Municipal de Celso Bueno (65%) acredita que seus colegas não enfrentam dificuldades para lidar com a diversidade cultural dos alunos. Este dado sugere que, para a grande maioria dos profissionais, a escola consegue integrar e respeitar as diferentes culturas presentes em sua comunidade. No entanto, 35% dos docentes apontam a existência de dificuldades nesse processo, indicando que, embora em menor número, há um grupo relevante de professores que percebe desafios significativos ao lidar com a diversidade cultural. Esse cenário aponta para a necessidade de um debate mais aprofundado sobre como as diferenças culturais são abordadas no ambiente escolar. Nesse sentido, torna-se pertinente a promoção de ações de formação continuada para os professores, com o intuito de sensibilizá-los e aprimorar suas práticas pedagógicas, de modo que estas contemplem as especificidades culturais dos alunos.

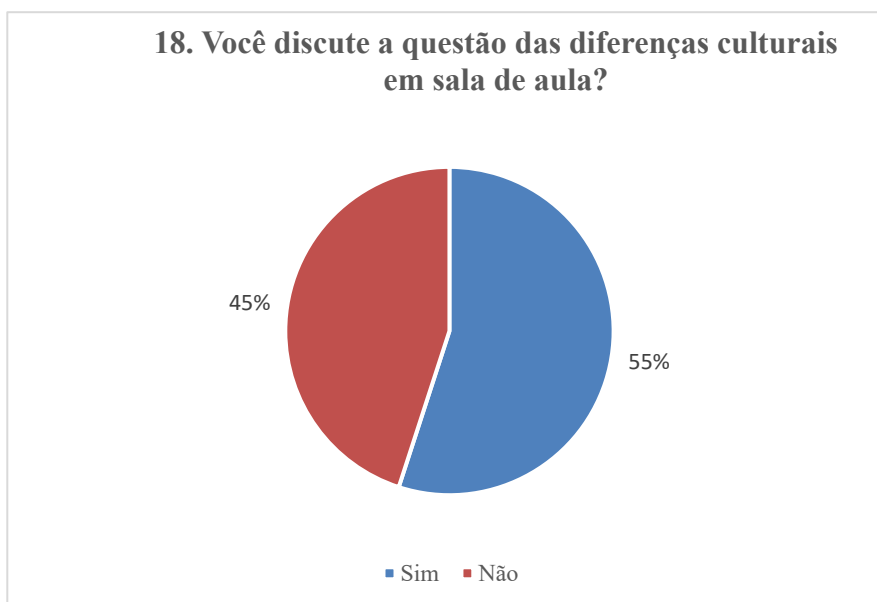
Trabalhar com as diferenças culturais, portanto, implica, acima de tudo, lidar com o desconhecido e com o novo. Não se pode afirmar que a educação, e consequentemente a aprendizagem, seja de qualidade quando se privilegia um aspecto em detrimento de outro, seja uma cultura em detrimento de outra, ou ainda quando se destaca exclusivamente o papel do professor ou do aluno, sem considerar a complexidade do contexto social e cultural em que ambos estão inseridos.

Nesse cenário, a aquisição do conhecimento só se efetiva plenamente dentro de uma relação pedagógica pautada pelo respeito mútuo entre professores e alunos, onde ambos reconheçam e valorizem suas diferenças. O processo educativo exige, fundamentalmente, o

estabelecimento de um diálogo contínuo e de uma reciprocidade que fortaleçam a interação entre os agentes educacionais, criando condições para que a construção do saber seja marcada pela troca respeitosa e equilibrada entre todos os envolvidos.

Por fim, situar o ensino centrado no professor e o ensino centrado no aluno em extremos opostos é quase que negar a relação pedagógica porque não há um aluno, ou grupo de alunos, aprendendo sozinho, nem um professor ensinando para as paredes. Há um confronto do aluno entre sua cultura e a herança cultural da humanidade, entre seu modo de viver e os modelos sociais desejáveis para um projeto novo de sociedade. E há um professor que intervém, não para se opor aos desejos e necessidades ou à liberdade ou autonomia do aluno, mas para ajudá-lo a ultrapassar suas necessidades e criar outras, para ganhar autonomia, para ajudá-lo no seu esforço de distinguir a verdade do erro, para ajudá-lo a compreender as realidades sociais e sua própria experiência. (Libâneo, 1997, p. 44).

Gráfico 18 - Discussão sobre as diferenças culturais em sala de aula



Fonte: Dados da pesquisa.

A pesquisa revela que 55% dos professores da Escola Municipal de Celso Bueno discutem a questão das diferenças culturais em sala de aula, enquanto 45% não abordam esse tema diretamente. Esse dado sugere que, embora a maioria dos professores reconheça a importância de discutir a diversidade cultural com seus alunos, há uma parcela considerável de educadores que ainda não o faz, seja por falta de percepção da relevância dessa discussão ou por dificuldades relacionadas à formação e recursos disponíveis.

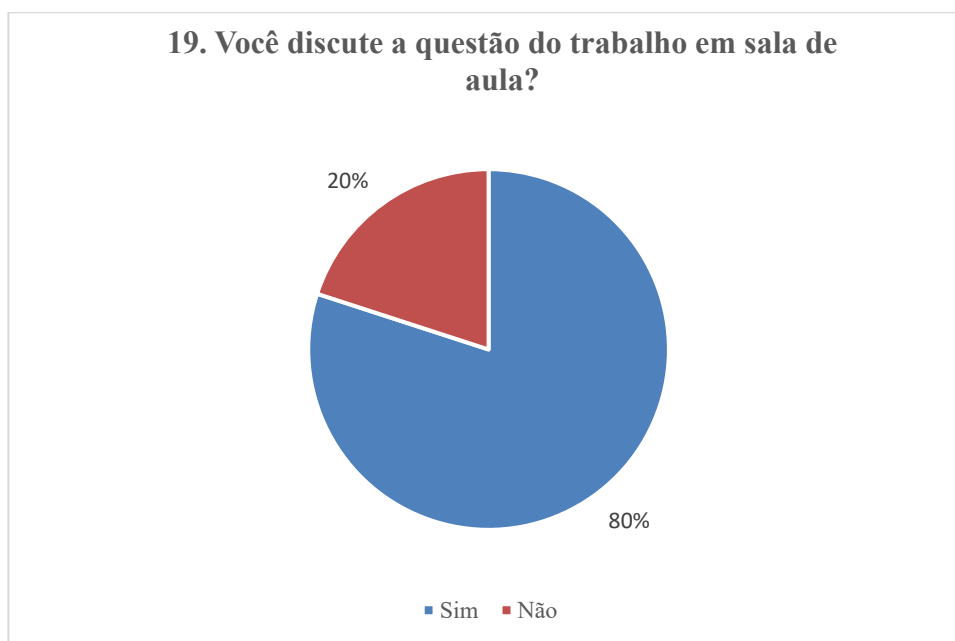
A discrepância entre os profissionais aponta para a necessidade de se reforçar a inclusão de temas relacionados à diversidade cultural no currículo escolar e na formação

contínua dos docentes, visando uma abordagem mais equitativa e sensível à realidade multicultural dos alunos.

Nesse contexto, Gomes (2011) destaca que a escola ocupa um papel central na promoção de um ambiente que valorize e respeite as diferenças culturais. Segundo o autor:

A cobrança hoje feita em relação à forma como a escola lida com a diversidade no seu cotidiano, no seu currículo, nas suas práticas faz parte de uma história mais ampla. Tem a ver com as estratégias por meio das quais os grupos humanos considerados diferentes passaram cada vez mais a destacar politicamente as suas singularidades, cobrando que as mesmas sejam tratadas de forma justa e igualitária, desmistificando a ideia de inferioridade que paira sobre algumas dessas diferenças socialmente construídas e exigindo que o elogio à diversidade seja mais do que um discurso sobre a variedade do gênero humano. Ora, se a diversidade faz parte do acontecer humano, então a escola, sobretudo a pública, é a instituição social na qual as diferentes presenças se encontram. (Gomes, 2011, p. 22-23).

Gráfico 19: Discussão sobre o trabalho em sala de aula



Fonte: Dados da pesquisa.

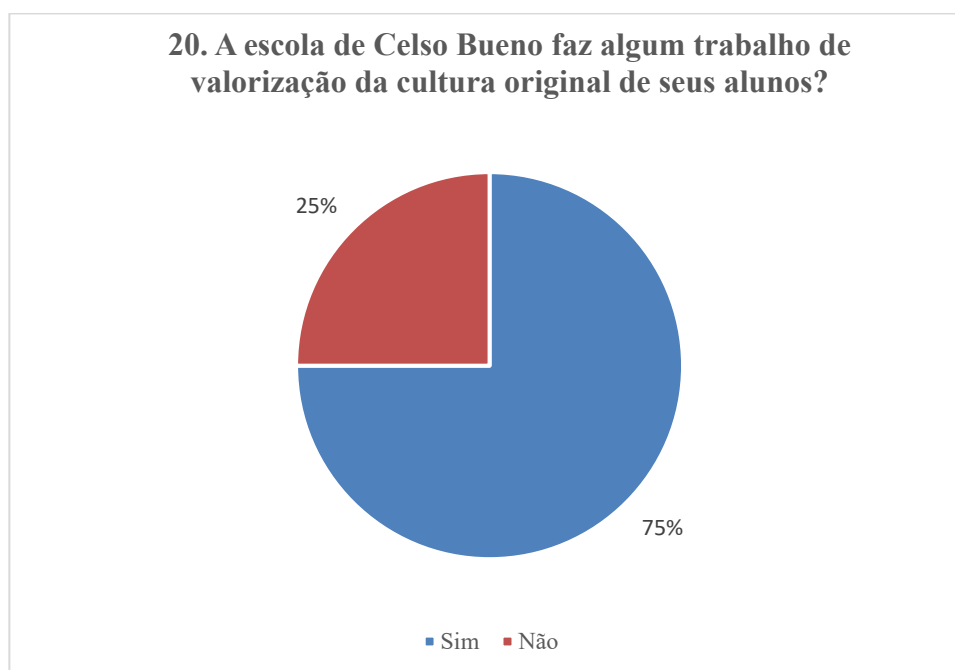
A grande maioria dos professores da Escola Municipal de Celso Bueno (80%) discute a questão do trabalho em sala de aula, indicando que a temática é abordada de maneira significativa no ambiente escolar. Isso sugere que os educadores reconhecem a importância de tratar o trabalho como um tema relevante, principalmente relacionado à conscientização sobre questões de formação, mercado de trabalho e condições de vida dos alunos. Por outro lado, 20% dos professores não discutem essa questão em sala de aula, o que pode refletir uma lacuna no tratamento dessa temática ou a percepção de que outros assuntos são mais urgentes

para a realidade dos estudantes. A diferença nas respostas pode indicar a necessidade de integrar o tema de maneira mais uniforme no cotidiano pedagógico da escola.

De acordo com o relatório da UNESCO (2009), a preocupação com questões relacionadas à diversidade cultural tem merecido destaque e discussão nos últimos anos em função de uma pluralidade cada vez maior de culturas e modos de vida em nível global. Essa perspectiva reforça a relevância de abordar o trabalho no contexto educacional, considerando as especificidades locais e as experiências vivenciadas pelos alunos. Nesse sentido, a UNESCO ressalta que:

A diversidade cultural é, antes de mais nada, um fato: existe uma grande variedade de culturas que é possível distinguir rapidamente a partir de observações etnográficas, mesmo se os contornos que delimitam uma determinada cultura se revelem mais difíceis de identificar do que, à primeira vista, poderia parecer. A consciência dessa diversidade parece até estar sendo banalizada, graças à globalização dos intercâmbios e à maior receptividade mútua das sociedades. Apesar dessa maior tomada de consciência não garantir de modo algum a preservação da diversidade cultural, contribuiu para que o tema obtivesse maior notoriedade. (UNESCO, 2009, p. 3).

Gráfico 20 - A escola valoriza a cultura original dos alunos?



Fonte: Dados da pesquisa.

A grande maioria dos professores da Escola Municipal de Celso Bueno (75%) afirma que a escola realiza um trabalho de valorização da cultura original de seus alunos, sugerindo que as práticas educacionais estão alinhadas com o respeito e a promoção das identidades culturais locais. Esse alto percentual reflete o reconhecimento de que a valorização cultural é

uma estratégia importante para a inclusão e o fortalecimento da autoestima dos alunos. No entanto, 25% dos professores indicam que não há um trabalho específico nesse sentido, o que pode apontar para uma possível lacuna nas práticas pedagógicas ou na percepção de que tal valorização não está sendo devidamente implementada, sugerindo que, apesar do esforço coletivo, ainda há espaço para aprimorar e expandir iniciativas que promovam a diversidade cultural de maneira mais ampla dentro da escola.

No caso da Escola Municipal de Celso Bueno, diversas iniciativas têm sido implementadas com o intuito de promover e respeitar as identidades culturais de seus estudantes, contribuindo para um ambiente de aprendizado que reconhece e celebra as origens e vivências de cada aluno. Tais ações não apenas fortalecem o vínculo dos estudantes com a escola, mas também cultivam um sentimento de pertencimento e autoestima, essenciais para o desenvolvimento de uma educação integral.

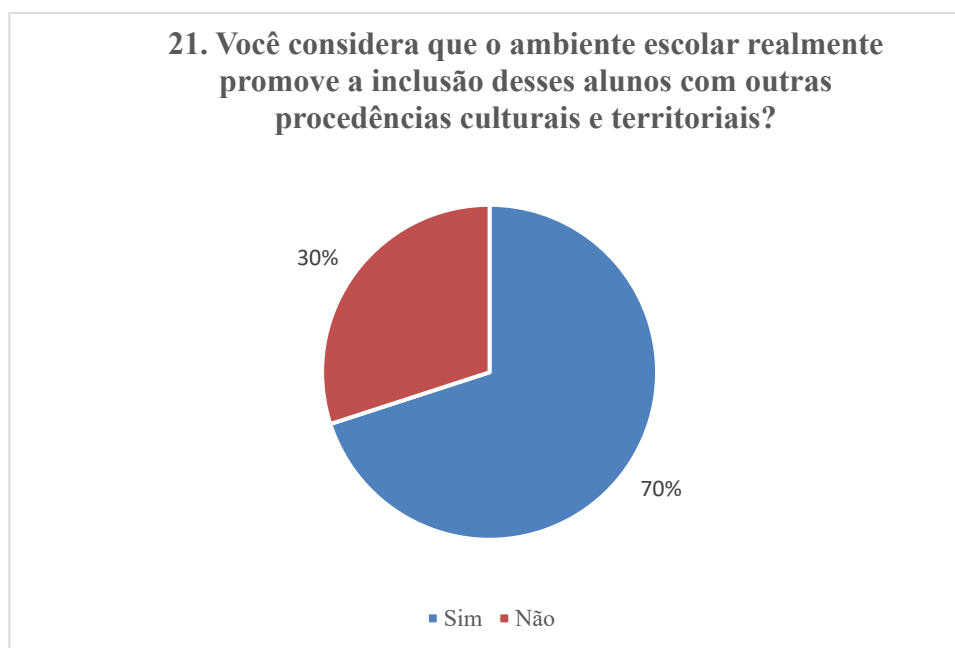
Entre as ações desenvolvidas, destacam-se a realização de eventos como a Noite Literária, que proporciona um espaço para a expressão cultural e literária dos alunos, permitindo-lhes explorar e valorizar suas histórias e tradições através da arte e da literatura. Este evento não apenas fomenta o gosto pela leitura, mas também incentiva o reconhecimento e a valorização da produção cultural local, fortalecendo as raízes dos estudantes e o respeito por suas origens. Além disso, a Festa Junina, uma das celebrações mais tradicionais do Brasil, assume um caráter simbólico e educativo, promovendo a integração da cultura popular e regional com o universo escolar. Nesse contexto, a festa se torna uma oportunidade para os alunos vivenciarem e compartilharem suas tradições culturais com a comunidade escolar, promovendo o respeito pela diversidade e pela identidade cultural de cada um.

A prática da empatia e do respeito também se reflete nas atividades cotidianas da escola, como parte de um compromisso educacional que visa sensibilizar tanto professores quanto alunos para a importância do respeito às diferenças. As ações pedagógicas incluem projetos que incentivam a compreensão intercultural, fortalecendo a convivência harmônica e a aceitação de diferentes formas de viver e pensar. Nesse contexto, eventos como a Festa da Família e a Festa das Mães não apenas celebram momentos importantes da vida dos alunos, mas também reforçam a conexão entre a escola e a comunidade, estimulando o fortalecimento dos laços familiares e o reconhecimento do papel da cultura familiar na formação dos estudantes.

Essas práticas, portanto, não se limitam a celebrações pontuais, mas fazem parte de um esforço contínuo para integrar os valores culturais ao cotidiano escolar. A valorização da cultura original dos alunos é um elemento essencial na construção de uma escola que, mais do

que educar para o conhecimento acadêmico, forma cidadãos conscientes de suas identidades e respeitosos com as diversidades que compõem a sociedade, desempenhando um papel crucial na promoção de uma educação que reconhece, respeita e celebra as múltiplas culturas presentes em sua comunidade, assegurando que todos os alunos, independentemente de sua origem, se sintam valorizados e acolhidos.

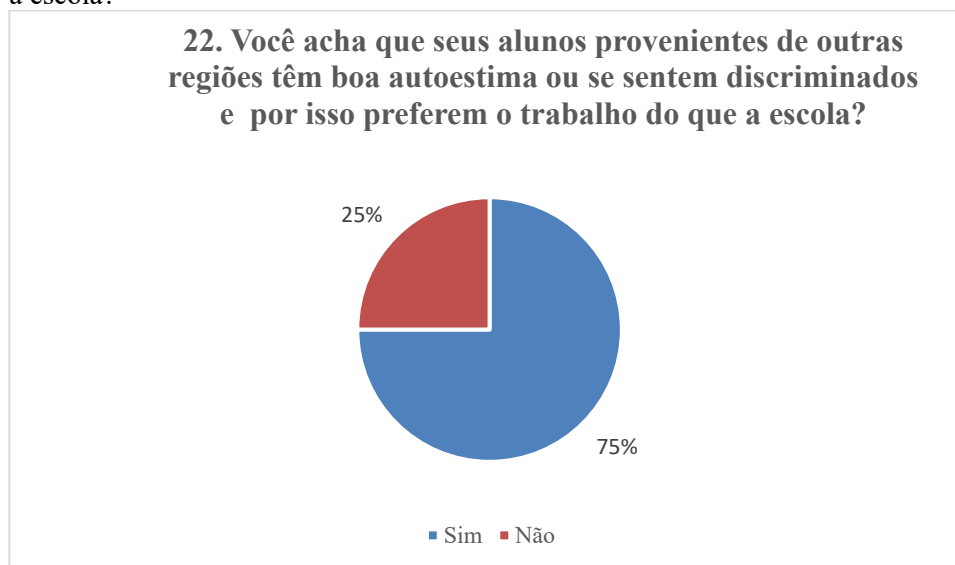
Gráfico 21 - O ambiente escolar promove a inclusão cultural e territorial?



Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos professores, representando 70% dos participantes, acredita que o ambiente escolar promove a inclusão de alunos com diferentes procedências culturais e territoriais. Por outro lado, 30% dos docentes consideram que a escola não favorece essa inclusão, apontando para possíveis desafios ou lacunas nas estratégias adotadas. Embora o resultado seja majoritariamente favorável, a presença de uma parcela significativa que discorda, sugere a necessidade de avaliação contínua das práticas pedagógicas e de políticas mais direcionadas à valorização da diversidade cultural e territorial, reforçando nesse cenário a importância de capacitações e ações concretas para fortalecer o ambiente inclusivo.

Gráfico 22- Alunos de outras regiões têm boa autoestima ou preferem o trabalho à escola?



Fonte: Dados da pesquisa.

A análise dos dados revela que 75% dos professores percebem que os alunos provenientes de outras regiões enfrentam desafios relacionados à autoestima e possíveis experiências de discriminação, o que pode levá-los a preferir o trabalho em vez de permanecerem na escola. Essa percepção majoritária aponta para uma questão preocupante, pois evidencia vulnerabilidades emocionais e sociais que podem comprometer o desenvolvimento educacional e a permanência desses estudantes no ambiente escolar.

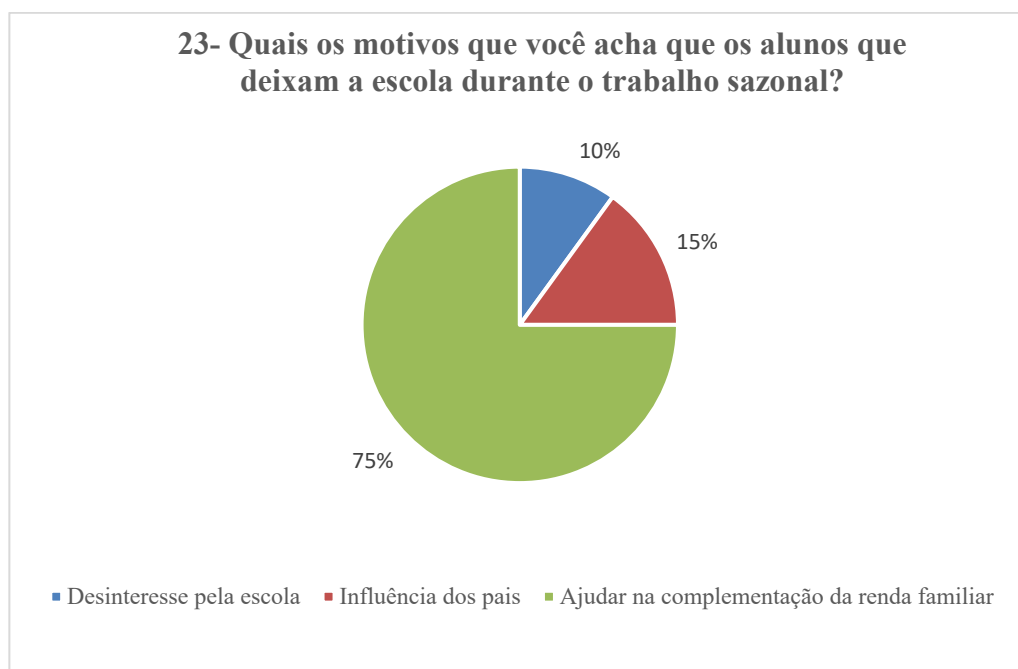
Por outro lado, 25% dos professores não identificam essa situação, o que pode sugerir uma experiência mais positiva para alguns alunos ou uma diferença na percepção dos docentes em relação ao perfil das turmas e ao contexto social. Esse dado também pode indicar que, embora existam casos de adaptação bem-sucedida, o problema da baixa autoestima e do sentimento de exclusão é significativo e merece atenção.

A predominância de respostas indicando dificuldades emocionais e sociais entre os alunos de outras regiões ressalta a necessidade de implementar políticas pedagógicas e sociais voltadas para a promoção da inclusão e valorização cultural. Estratégias como projetos de acolhimento, atividades que trabalhem a identidade e pertencimento, e programas de mentoria podem ser fundamentais para fortalecer a autoestima desses estudantes.

Além disso, o dado sugere que a escola precisa reforçar práticas que criem um ambiente mais acolhedor, onde os alunos se sintam reconhecidos e respeitados, reduzindo as chances de evasão escolar. Também é essencial promover debates e formações continuadas para os professores sobre diversidade cultural e territorial, ajudando-os a desenvolver

habilidades para lidar com essas questões no cotidiano escolar, revelando um desafio que vai além do aspecto pedagógico, envolvendo também dimensões sociais e emocionais, tendo a escola o papel de ser um espaço não apenas de aprendizagem acadêmica, mas também de fortalecimento emocional e cultural, garantindo que todos os alunos, independentemente de sua origem, se sintam pertencentes e motivados a permanecer na escola.

Gráfico 23 - Motivos dos alunos que deixam a escola durante o trabalho sazonal.



Fonte: Dados da pesquisa.

A análise do gráfico sobre os motivos que levam os alunos a deixar a escola durante o trabalho sazonal revela aspectos críticos do contexto socioeconômico e das dinâmicas familiares que impactam a permanência escolar. A maioria dos professores (75%) apontou que os alunos se afastam da escola para ajudar na complementação da renda familiar. Este dado sublinha uma realidade preocupante: a necessidade econômica sobrepõe-se à educação formal, refletindo uma estrutura social onde a escola se torna secundária em relação à sobrevivência imediata das famílias. Este fenômeno é particularmente relevante em contextos de vulnerabilidade social, como aqueles observados em áreas rurais como Celso Bueno ou periferias urbanas, onde a pobreza estrutural e a falta de alternativas de emprego exacerbam as desigualdades educacionais.

Os 15% dos professores que atribuíram a causa à influência dos pais indicam que a decisão de interromper os estudos pode ser, em grande parte, culturalmente moldada. Em

muitos casos, os pais, especialmente em contextos de baixa escolaridade ou de vivência em contextos precários, podem não perceber o valor da educação escolar como um caminho para a mobilidade social, priorizando o imediato benefício financeiro trazido pelo trabalho sazonal. Esta dinâmica sugere a reprodução de um ciclo intergeracional de baixa escolaridade e dificuldade em entender o potencial da educação para quebrar barreiras socioeconômicas.

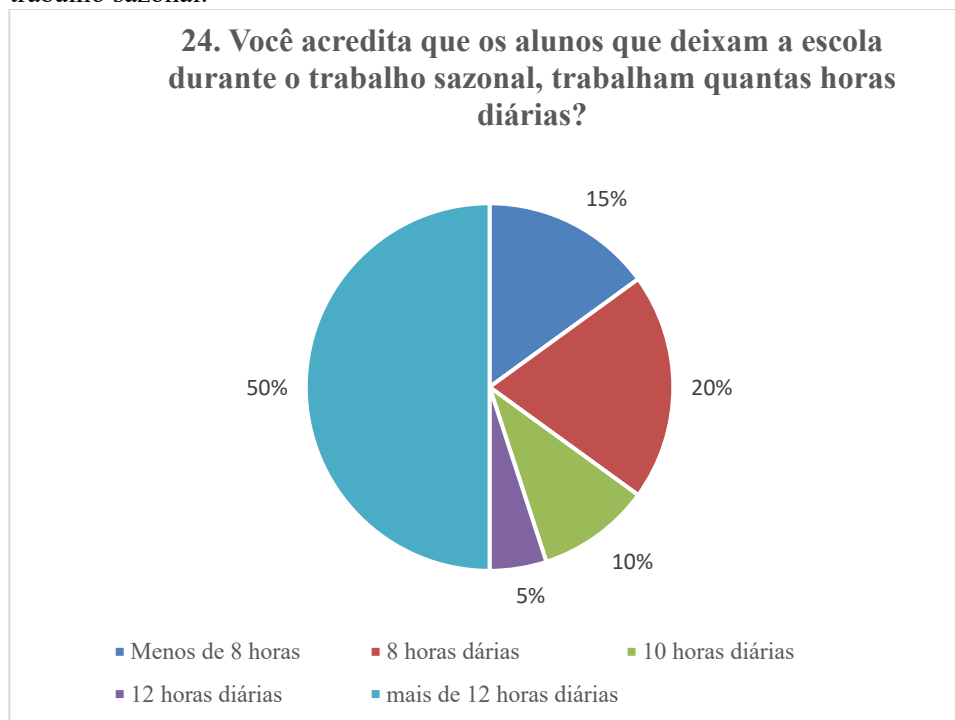
Finalmente, os 10% dos professores que apontam o desinteresse pela escola como um fator preponderante, embora minoritários, indicam que o afastamento dos alunos pode ser também uma resposta ao desencanto com a experiência escolar. Em muitos casos, a escola não oferece um ambiente motivador, nem responde adequadamente às necessidades sociais, culturais e afetivas desses alunos, fazendo com que a experiência educativa se torne desestimulante. O desinteresse, neste contexto, não é apenas uma questão de falta de vontade, mas frequentemente está associado à desconexão entre o currículo escolar e a realidade cotidiana dos estudantes, que, muitas vezes, não percebem a relevância da educação para suas vidas imediatas.

Esses dados sugerem que o fenômeno da evasão escolar durante o trabalho sazonal não pode ser reduzido a uma única causa, mas sim entendido como uma intersecção complexa de fatores socioeconômicos, culturais e educacionais. A necessidade de renda imediata, especialmente em famílias de baixa renda, é um fator decisivo que orienta os alunos a escolher o trabalho em detrimento da escola. A influência dos pais, por sua vez, indica um aspecto cultural que reforça a visão de que o trabalho é mais urgente e produtivo do que o estudo. E o desinteresse escolar aponta para uma falha sistêmica na relevância e acolhimento da escola, que precisa ser mais conectada à realidade social e econômica dos alunos.

Esse panorama exige uma abordagem multifacetada e interinstitucional para combater a evasão escolar. Medidas como a implementação de programas de apoio à renda, como bolsas ou incentivos financeiros, poderiam ajudar as famílias a aliviar a pressão econômica e permitir que os alunos se concentrem nos estudos. A educação contextualizada, que reconheça a realidade dos alunos e ofereça uma formação mais alinhada às suas vivências e necessidades, pode ser uma solução para aumentar o engajamento escolar. Além disso, é fundamental envolver as famílias no processo educativo, proporcionando a elas ferramentas para compreenderem o valor da educação como um meio de ascensão social, ao mesmo tempo em que se oferece um suporte psicológico para lidar com o impacto da pobreza e das pressões familiares. Assim, a questão da evasão escolar durante o trabalho sazonal é complexa e multifacetada, envolvendo tanto a pressão econômica externa quanto a falta de relevância

percebida pela escola, e exige uma abordagem holística, que leve em consideração as condições sociais, econômicas e culturais dos alunos e suas famílias.

Gráfico 24 – Horas diárias de trabalho dos alunos que deixam a escola durante o trabalho sazonal.



Fonte: Dados da pesquisa.

A análise dos dados sobre as horas de trabalho dos alunos que deixam a escola durante o trabalho sazonal revela questões complexas relacionadas ao impacto do trabalho infantil e juvenil sobre o desenvolvimento educacional e o bem-estar dos alunos.

Enquanto 50% dos professores afirmam que os alunos trabalham mais de 12 horas diárias. Esse é um dado alarmante, pois sugere que a maior parte desses alunos se encontra em uma jornada de trabalho extremamente extenuante, o que pode ter impactos negativos profundos na saúde física e mental. A fadiga resultante de um tempo tão longo de trabalho compromete a capacidade de aprendizagem e de participação na escola, além de prejudicar a autoestima e o equilíbrio emocional desses jovens. O excesso de horas trabalhadas pode, ainda, refletir a ausência de regulamentação adequada do trabalho infantil e juvenil, caracterizando uma possível exploração laboral, em que esses jovens se veem obrigados a atuar em condições desumanas para contribuir com a renda familiar. Esse tipo de trabalho pode gerar também um distanciamento da escola, uma vez que o cansaço físico e a falta de

tempo para o estudo fazem com que esses alunos percebam a escola como algo distante de suas necessidades imediatas.

Já 20% dos professores indicam que os alunos trabalham 8 horas diárias. Embora este seja um tempo menor, ainda assim é significativo e representa uma jornada de trabalho bastante desgastante para jovens estudantes. Uma carga horária de 8 horas pode ser compatível com o trabalho de adultos, mas para adolescentes, isso compromete sua saúde, seu desempenho escolar e sua vida social. Além disso, para muitos desses alunos, o trabalho pode ser uma forma de aliviar a pressão econômica da família, sem perceberem que o valor a longo prazo da educação é superior ao benefício imediato do trabalho. A combinação entre 8 horas de trabalho e a responsabilidade escolar pode resultar em um Burnout¹³, um esgotamento físico e psicológico que pode levar à evasão escolar e ao fracasso escolar, sem considerar os danos sociais que isso implica.

O gráfico em análise ainda mostra que 10% dos professores acreditam que os alunos trabalham 10 horas diárias, o que representa uma jornada ainda mais extenuante. Esse tempo é acima da média de trabalho para qualquer adolescente e coloca em risco a saúde física e emocional do jovem. Tais jornadas podem aumentar as dificuldades de concentração e desempenho na escola, levando a uma desvalorização da educação. A falta de tempo para atividades extracurriculares e o isolamento social também são consequências graves dessa sobrecarga de trabalho. Além disso, o trabalho por 10 horas pode evidenciar uma falta de alternativas sociais e educacionais para esses jovens, que acabam sendo absorvidos por uma realidade de sobrevivência imediata e não pela construção de um futuro mais promissor através da educação.

Outro dado apresentado é que 5% dos professores relatam que os alunos trabalham 12 horas diárias, um dado que corrobora a ideia de que esses jovens estão sendo submetidos a jornadas de trabalho que ultrapassam o razoável. Trabalhar 12 horas por dia, com apenas poucas horas de descanso, é algo insuportável para a maioria dos adultos, e para os adolescentes, o impacto é ainda mais prejudicial ao seu desenvolvimento físico, cognitivo e social. Esse dado pode ser um reflexo de condições de trabalho informais e sem regulamentação, que colocam esses alunos em uma posição de vulnerabilidade extrema.

A alta carga horária de trabalho, especialmente a jornada superior a 12 horas diárias, não apenas limita o tempo disponível para estudo, mas também reflete uma estrutura social

¹³ A Síndrome de Burnout, ou esgotamento profissional, é um fenômeno psicossocial em resposta aos estressores crônicos presentes no ambiente do trabalho, com consequências negativas em âmbito individual, familiar, profissional e social.

desigual, em que o valor da educação não é reconhecido como um fator transformador da realidade socioeconômica dessas famílias. Essa exploração econômica por meio do trabalho precoce compromete, em muitos casos, a chance desses jovens alcançarem uma vida melhor, perpetuando um ciclo de pobreza e marginalização.

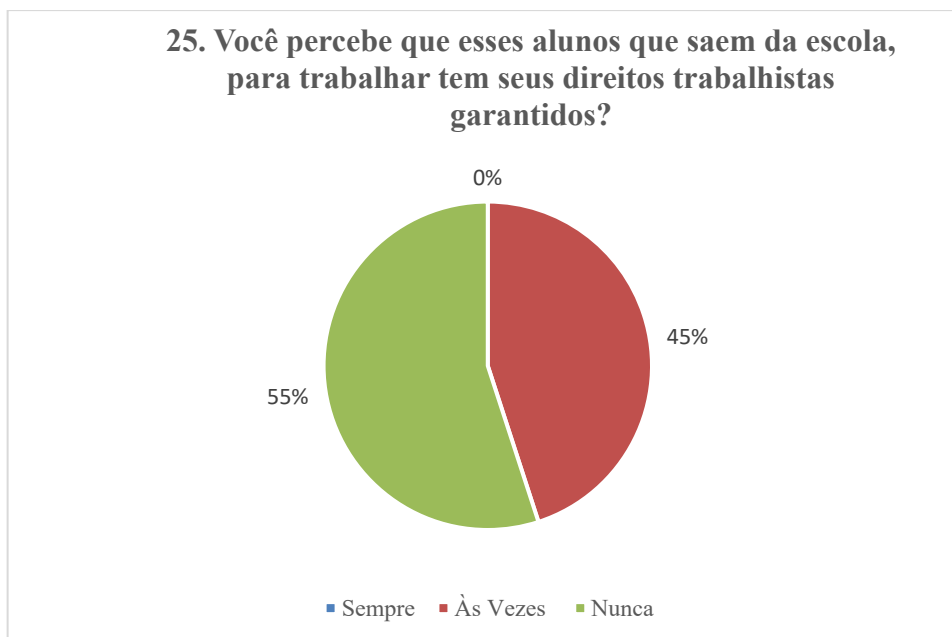
As escolas, nesse contexto, como é o caso de Celso Bueno, enfrentam um grande desafio, pois precisam lidar com alunos que, além da carga de trabalho excessiva, podem ter problemas emocionais e físicos, além de uma baixa autoestima e um distanciamento do ambiente escolar. A jornada de trabalho excessiva também pode afetar o engajamento desses alunos com as atividades escolares, que acabam sendo percebidas como algo diferente da sua realidade imediata. O trabalho sazonal, por sua vez, se coloca como uma alternativa mais palpável e necessária para sua sobrevivência, fazendo com que o vínculo com a escola se enfraqueça.

Esse quadro exige uma abordagem integradora entre políticas educacionais e sociais. Para mitigar os impactos negativos dessa realidade, é fundamental que o poder público implemente políticas de proteção ao trabalho infantil e juvenil, com restrições à carga horária de trabalho e à exploração precoce. Além disso, as escolas devem oferecer suporte psicológico aos alunos que enfrentam essas situações, criando espaços de acolhimento e apoio pedagógico para que esses jovens possam retornar ou se manter no ambiente escolar.

Outro aspecto crucial é a flexibilização dos horários escolares para que esses alunos possam conciliar trabalho e estudo de forma mais equilibrada. Projetos de incentivo à permanência escolar, como bolsas de estudo, programas de apoio à renda familiar e mentoria educacional, são medidas que podem ajudar a reduzir a dependência desses jovens do trabalho sazonal.

Assim, a análise dos dados sobre as horas de trabalho dos alunos revela uma situação de vulnerabilidade social e exploração juvenil, que compromete tanto a saúde desses estudantes quanto seu futuro educacional e social. A escola, nesse contexto, deve desempenhar um papel ativo, não só como espaço de aprendizagem acadêmica, mas também como um ponto de apoio e proteção contra as adversidades que esses alunos enfrentam. A intervenção de políticas públicas que garantam a proteção ao trabalho infantil e promovam a educação como caminho de ascensão social se torna urgente para quebrar o ciclo de desigualdade e proporcionar um futuro mais justo e promissor para esses jovens.

Gráfico 25 - Percepção sobre a garantia dos direitos trabalhistas dos alunos que deixam a escola para trabalhar.



Fonte: Dados da pesquisa.

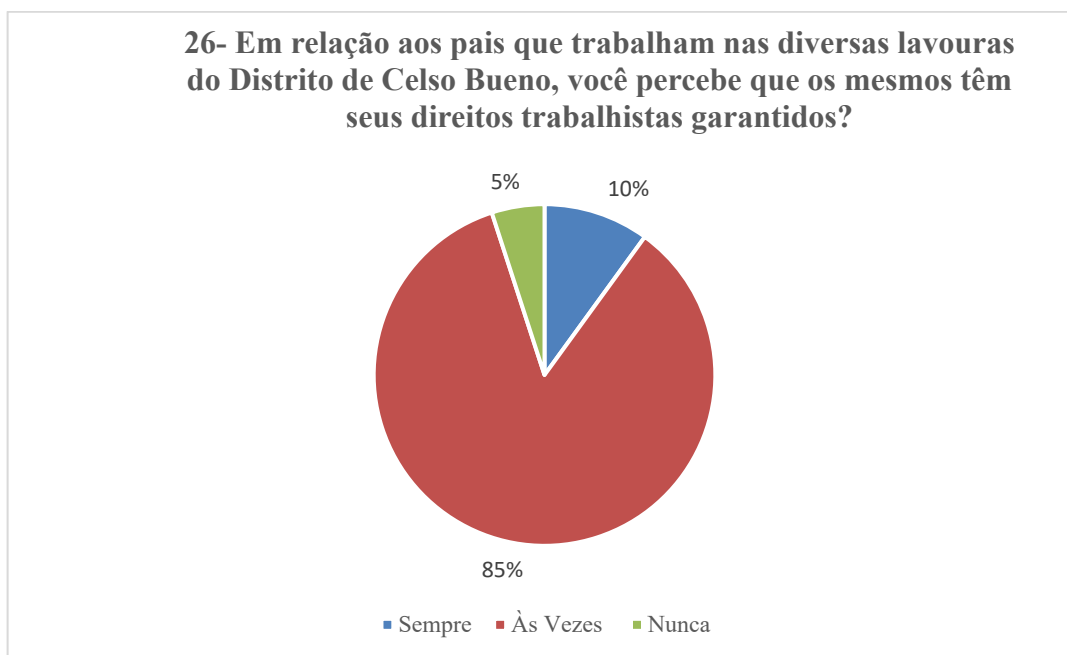
A análise sobre a percepção dos professores quanto à garantia dos direitos trabalhistas dos alunos que deixam a escola para trabalhar revela um cenário preocupante. 55% dos professores afirmam que os alunos nunca têm seus direitos trabalhistas garantidos, o que indica uma realidade de vulnerabilidade e exploração do trabalho juvenil. Esses dados sugerem que os alunos que deixam a escola para trabalhar estão expostos a condições precárias e à falta de regulamentação em suas relações laborais, o que pode comprometer não apenas seu desenvolvimento educacional, mas também sua saúde física e emocional.

Por outro lado, 45% dos professores acreditam que os direitos trabalhistas são garantidos às vezes, indicando que, embora haja alguns casos em que os alunos podem ter acesso a condições mais favoráveis de trabalho, isso ainda é uma exceção e não a regra. Essa visão aponta para uma desigualdade na aplicação dos direitos trabalhistas, o que pode gerar uma sensação de insegurança e incerteza para os jovens trabalhadores, que ficam sujeitos a diferentes condições de trabalho dependendo da situação.

Em conjunto, esses dados revelam que a falta de regulamentação e fiscalização do trabalho infantil e juvenil é um fator determinante para a exposição desses alunos a condições de trabalho exploratórias e inseguras. Isso reforça a necessidade urgente de políticas públicas que assegurem direitos trabalhistas para os jovens, assim como estratégias educacionais que busquem integração entre a escola e o mercado de trabalho, garantindo que os alunos não

precisem abandonar seus estudos em busca de sustento, mas possam conciliar educação e trabalho de forma justa e equilibrada.

Gráfico 26- Percepção sobre a garantia dos direitos trabalhistas dos pais que trabalham nas lavouras do Distrito de Celso Bueno



Fonte: Dados da pesquisa

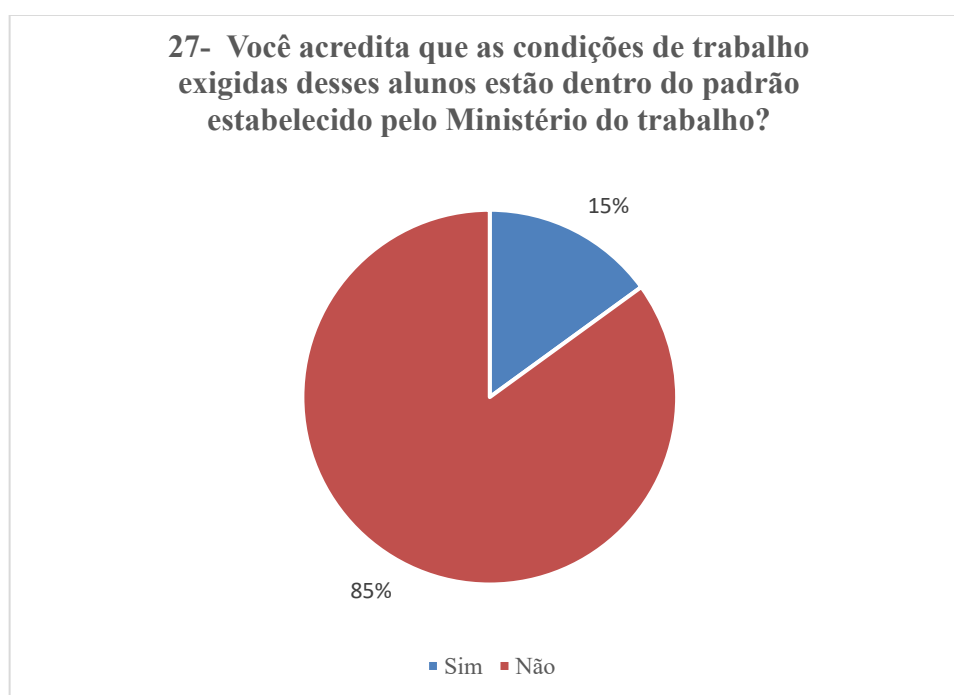
A análise sobre a percepção dos professores quanto à garantia dos direitos trabalhistas dos pais que trabalham nas lavouras do Distrito de Celso Bueno revela um panorama de incerteza e desigualdade. 85% dos professores acreditam que os direitos trabalhistas desses trabalhadores são garantidos às vezes, indicando uma aplicação inconsistente das normas trabalhistas. Isso sugere que, embora em alguns casos haja a observância de direitos, essa situação não é regular, e muitos pais podem estar sujeitos a condições precárias de trabalho sem a devida proteção legal.

Por outro lado, 10% dos professores acreditam que os direitos trabalhistas dos pais são garantidos sempre, apontando para uma percepção positiva, embora em minoria, de que existem alguns casos em que as condições de trabalho são reguladas adequadamente. No entanto, essa porcentagem reduzida sugere que esses casos são exceções dentro da realidade vivida pela maioria dos trabalhadores rurais.

Por fim, 5% dos professores acreditam que os direitos trabalhistas dos pais nunca são garantidos, o que destaca uma situação de exploração e vulnerabilidade dos trabalhadores nas lavouras, possivelmente devido à falta de fiscalização e regulamentação eficazes. Esses dados

ressaltam a necessidade urgente de políticas públicas que assegurem a proteção legal dos trabalhadores rurais, especialmente no contexto de pequenas propriedades e na agricultura familiar, áreas frequentemente caracterizadas pela informalidade e precarização das condições de trabalho.

Gráfico 27 - Percepção dos professores sobre a conformidade das condições de trabalho dos alunos com os padrões estabelecidos pelo Ministério do Trabalho.



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados apresentados, é possível observar que uma significativa maioria dos professores (17 de 20, ou 85%) considera que as condições de trabalho exigidas dos alunos não estão em conformidade com os padrões estabelecidos pelo Ministério do Trabalho. Por outro lado, apenas 3 professores (15%) afirmam que as condições de trabalho são adequadas. Este desequilíbrio nas respostas sugere uma percepção coletiva de que as condições de trabalho enfrentadas pelos alunos são insatisfatórias, o que pode refletir uma série de fatores estruturais ou organizacionais que comprometem a qualidade do ambiente de aprendizagem e a segurança dos estudantes.

A grande maioria dos professores, ao apontar que as condições de trabalho são inadequadas, provavelmente se refere a aspectos relacionados à carga horária excessiva, à falta de recursos materiais e ao ambiente de aprendizagem, elementos essenciais para garantir

um ambiente saudável e produtivo. Tais condições, se não observadas de acordo com os parâmetros legais, podem prejudicar o desempenho acadêmico dos alunos e até mesmo comprometer sua saúde física e mental, contrariando as diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Trabalho para assegurar o bem-estar dos trabalhadores, inclusive os estudantes que realizam atividades que podem ser classificadas como formas de trabalho.

Por outro lado, a minoria de 15% que considera as condições de trabalho adequadas pode representar um grupo que, possivelmente, está em um contexto diferente, com melhores condições de infraestrutura, horários de trabalho mais equilibrados ou até mesmo uma percepção menos crítica em relação às condições vigentes. Este pequeno número, porém, é insuficiente para configurar um cenário ideal e não reflete o panorama da maioria, que claramente expressa uma insatisfação com as condições oferecidas.

Esse quadro indica a necessidade urgente de uma revisão e intervenção nas condições de trabalho dos alunos, com a finalidade de assegurar que estas estejam em consonância com as normativas legais que visam proteger os trabalhadores em contextos educativos e de formação. Além disso, é imperativo que políticas públicas e práticas educacionais sejam implementadas para proporcionar um ambiente que favoreça tanto o aprendizado quanto a saúde e o bem-estar dos alunos.

Gráfico 28 - Avaliação sobre a existência de fiscalização permanente para minimizar os impactos da evasão escolar durante o período sazonal



Fonte: Dados da pesquisa

Com base nos dados apresentados, a maioria dos professores (14 de 20, ou 70%) acredita que existe fiscalização permanente capaz de minimizar os impactos da evasão escolar durante o período sazonal, afirmando que isso ocorre sempre. Isso sugere que esses educadores percebem um acompanhamento constante, com ações institucionais ou políticas públicas que buscam mitigar a evasão escolar, especialmente em períodos de alta vulnerabilidade, como as sazonalidades relacionadas ao ciclo agrícola ou outras questões locais.

Entretanto, uma parte considerável dos professores (4 de 20, ou 20%) responde que nunca há fiscalização, o que indica uma percepção de falta de intervenção eficaz ou de recursos suficientes para garantir que a evasão escolar seja monitorada de maneira contínua. A afirmação de que não há fiscalização pode apontar para a necessidade de melhorias nas políticas de acompanhamento e de estratégias mais robustas para garantir a permanência dos alunos na escola.

Adicionalmente, 2 professores (10%) afirmam que a fiscalização ocorre às vezes, o que implica em uma ação esporádica, possivelmente dependendo de fatores específicos ou circunstâncias pontuais, mas sem um caráter regular que realmente consiga minimizar os impactos da evasão escolar de maneira consistente.

Esses resultados indicam que, apesar de uma percepção majoritária de fiscalização permanente, há uma lacuna significativa entre as expectativas e a realidade de alguns docentes, revelando a necessidade de um fortalecimento das políticas educacionais que envolvem o acompanhamento contínuo dos alunos, com estratégias focadas na prevenção e redução da evasão escolar, especialmente nos períodos mais críticos.

5.3 Análise do perfil dos alunos e as correlações com o trabalho sazonal

A pesquisa realizada com os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Celso Bueno tem como objetivo compreender as condições educacionais e os fatores que influenciam tanto o desempenho acadêmico quanto a permanência dos alunos na escola. Em particular, um dos focos centrais da investigação é o impacto do trabalho sazonal, que pode interferir diretamente na frequência escolar e no engajamento dos estudantes durante determinados períodos do ano.

Ao correlacionar os questionários aplicados aos professores com os respondidos pelos alunos, a pesquisa visa estabelecer um paralelo entre as percepções dos educadores e as

experiências vivenciadas pelos estudantes, especialmente no que diz respeito aos desafios impostos pela sazonalidade do trabalho.

Esse cruzamento de dados permitirá identificar de forma mais precisa como o trabalho sazonal afeta a permanência dos alunos na escola e, conseqüentemente, sua performance acadêmica, oferecendo uma visão mais abrangente dos fatores que contribuem para a evasão escolar nesse contexto específico.

Ao relacionarmos as respostas dos professores com as dos alunos, buscamos um panorama mais completo e holístico das condições escolares. Enquanto os professores têm uma visão institucional e pedagógica do ambiente escolar, os alunos, por sua vez, oferecem uma perspectiva pessoal e experiencial, muitas vezes mais próxima das realidades cotidianas enfrentadas dentro e fora da escola. Essa abordagem comparativa e complementar é fundamental para a construção de um diagnóstico mais preciso e para a formulação de estratégias de intervenção mais eficazes.

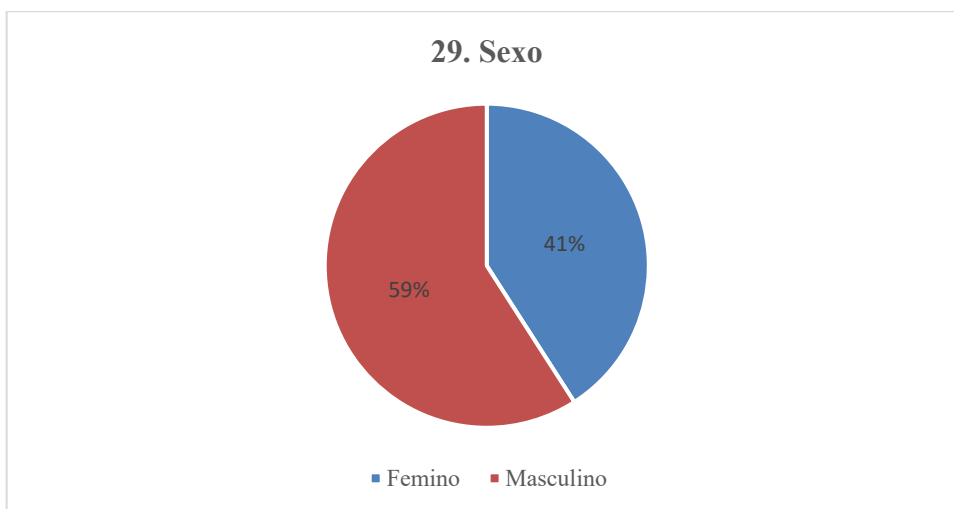
A análise conjunta dos questionários permitirá também que se identifiquem possíveis discrepâncias entre as percepções dos docentes e as experiências dos estudantes. Por exemplo, se os professores afirmam que existe fiscalização constante para combater a evasão escolar, mas os alunos não percebem tal fiscalização ou indicam que enfrentam dificuldades para manter sua frequência escolar, será possível detectar uma falha de comunicação ou de implementação das políticas educacionais. Esse tipo de confronto entre as respostas dos dois grupos proporcionará insights valiosos sobre onde e como as intervenções podem ser melhoradas.

Além disso, ao relacionar os questionários dos professores e dos alunos, podemos explorar diferentes dimensões da experiência educacional, como as condições de trabalho, a infraestrutura escolar, o suporte pedagógico, a carga horária, e os fatores externos que impactam a permanência dos estudantes na escola. A análise integrada desses dados permitirá a identificação de fatores comuns e divergentes, que podem servir de base para a construção de soluções mais direcionadas às necessidades reais tanto de educadores quanto de estudantes.

Esse processo de comparação e integração dos resultados também proporcionará uma base sólida para argumentações e recomendações mais fundamentadas, ao estabelecer uma conexão direta entre as condições observadas pelos docentes e as experiências vivenciadas pelos alunos. Tais conclusões poderão, por sua vez, orientar políticas educacionais locais, ações de gestão escolar e práticas pedagógicas que visem à melhoria da qualidade de ensino e à redução da evasão escolar, promovendo um ambiente mais inclusivo e eficaz.

Por fim, ao correlacionar os dados dos questionários dos professores e dos alunos, não apenas ampliamos o escopo da pesquisa, mas também garantimos que os resultados da investigação reflitam de maneira mais fiel e realista a complexidade do processo educacional. O diálogo entre as diferentes perspectivas será fundamental para a construção de um conhecimento mais abrangente, que possa ser utilizado para promover mudanças positivas no cenário educacional, com impacto tanto na permanência quanto no sucesso dos alunos

Gráfico 29 – Sexo – Alunos



Fonte: Dados da pesquisa.

A distribuição dos sexos entre os participantes do questionário revela um equilíbrio considerável, com 9 alunas (41%) e 13 alunos (59%). Embora haja uma leve predominância de alunos do sexo masculino, essa composição ainda representa uma amostra significativa de ambos os sexos, permitindo uma análise mais abrangente e detalhada das condições educacionais e dos fatores que afetam o desempenho e a permanência dos estudantes na escola.

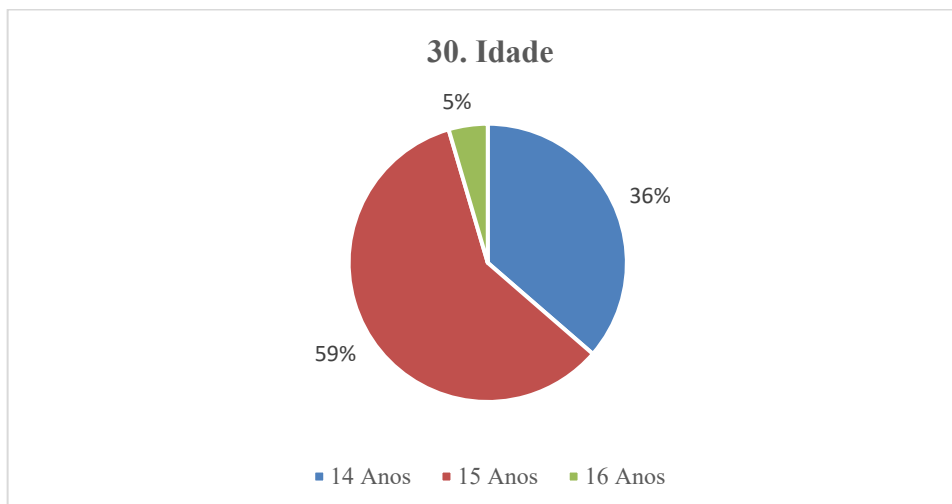
Essa divisão de gênero pode refletir diferenças nas vivências e nos desafios enfrentados por meninos e meninas no contexto escolar, especialmente em relação ao trabalho sazonal e à evasão escolar. Em muitas regiões, os meninos podem ser mais envolvidos em atividades laborais que exigem presença em períodos específicos, como na agricultura, o que pode interferir diretamente na sua frequência escolar. Já as meninas, dependendo de fatores culturais e sociais, podem enfrentar outras barreiras, como responsabilidades domésticas, que também impactam sua permanência na escola. Desse modo, pode-se dizer que, esta “[...] divisão de trabalho é, ao mesmo tempo, moral e material; atribui ao homem papel preponderante no domínio público, enquanto a mulher, associada ao interior, protegida, é vista como tendo vocação natural para desempenhar tarefas maternas e domésticas.” (Rizzini, 2002; Fonseca, 2002. p. 20).

Ao considerar a diferença de gênero, a pesquisa poderá explorar possíveis divergências nas percepções dos alunos e alunas sobre a fiscalização, as condições de trabalho e os desafios enfrentados durante os períodos sazonais. Por exemplo, os meninos podem apresentar uma percepção distinta em relação à carga de trabalho sazonal e suas implicações na frequência escolar, enquanto as meninas podem oferecer insights sobre como as responsabilidades familiares influenciam sua participação escolar. A análise das respostas considerando o sexo dos participantes pode, portanto, fornecer dados mais ricos e específicos, auxiliando na formulação de estratégias de intervenção que atendam às necessidades de ambos os grupos.

Além disso, a análise de gênero permite que a pesquisa contemple uma abordagem mais equitativa ao tratar dos impactos da evasão escolar. É possível que o trabalho sazonal afete de maneiras distintas os alunos do sexo masculino e feminino, e compreender essas diferenças é essencial para a construção de políticas educacionais que busquem a redução da evasão de forma inclusiva e abrangente.

Esse equilíbrio de gêneros assegura que a pesquisa esteja atenta às diversas realidades enfrentadas pelos estudantes, possibilitando uma análise mais profunda e fundamentada dos fatores que contribuem para o abandono escolar e as dificuldades que surgem durante períodos sazonais. Embora a maioria da amostra seja composta por alunos do sexo masculino, a inclusão significativa de alunas garante que a pesquisa reflita uma visão ampla das questões educacionais, permitindo identificar possíveis variações entre os sexos e oferecendo uma base sólida para propostas de intervenção que considerem essas diferenças de forma equitativa.

Gráfico 30- Distribuição das idades dos alunos participantes da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa

A distribuição das idades entre os alunos participantes da pesquisa revela que a maior parte dos estudantes está concentrada nas faixas etárias de 14 e 15 anos, com 8 alunos (36%) de 14 anos e 13 alunos (59%) de 15 anos. Apenas 1 aluno (5%) tem 16 anos. Essa concentração de participantes nas idades de 14 e 15 anos é representativa da fase final do Ensino Fundamental, o que é relevante para a pesquisa, pois esses alunos estão prestes a concluir essa etapa da educação básica e podem oferecer uma visão mais clara sobre os fatores que influenciam sua permanência na escola, especialmente no contexto da evasão escolar associada ao trabalho sazonal.

A idade é um fator importante a ser considerado, pois pode refletir diferentes níveis de responsabilidade e engajamento dos alunos em relação ao seu desempenho escolar. Os alunos de 14 e 15 anos geralmente estão mais próximos da adolescência e enfrentam um aumento nas demandas externas, como a inserção no mercado de trabalho, o que pode ter impacto direto na frequência escolar e na carga de trabalho que enfrentam. Além disso, a participação de um aluno de 16 anos pode indicar que alguns estudantes estão tendo dificuldades para concluir o ciclo do Ensino Fundamental dentro do tempo esperado, o que pode estar relacionado à evasão ou a interrupções no percurso escolar, um dado relevante para a compreensão da realidade educacional da turma, assim, a faixa etária dos participantes oferece um panorama importante para a análise dos fatores que influenciam a permanência na escola e pode auxiliar na identificação das necessidades específicas de apoio aos alunos em diferentes estágios de seu desenvolvimento educacional.

Uma questão relevante é a presença de alunos com 15 e 16 anos no 9º ano do Ensino Fundamental, uma vez que, de acordo com a faixa etária estabelecida para o ensino básico, esses alunos estão fora da idade regular para essa etapa da educação. Normalmente, estudantes dessa faixa etária deveriam já ter concluído o ciclo do Ensino Fundamental ou estar na fase final do Ensino Médio. A situação desses alunos pode ser explicada por fatores que envolvem a sazonalidade, um fenômeno que impacta diretamente a permanência dos estudantes na escola.

É possível que muitos desses alunos, especialmente aqueles de 15 e 16 anos, tenham sido afetados pela necessidade de migrar para outros locais em busca de trabalho, principalmente durante os períodos de colheitas sazonais, como a do café. Esse movimento migratório é uma característica de várias regiões rurais, onde o trabalho no campo, principalmente na agricultura, exige a presença de adultos e jovens durante as épocas de colheita. Como resultado, muitos estudantes são forçados a interromper seus estudos

temporariamente e retornar à sua terra natal, onde estão mais envolvidos nas atividades agrícolas.

Esse fenômeno é particularmente pertinente para a realidade da Escola Municipal de Celso Bueno, já que muitos alunos retornam à cidade somente no período sazonal, após as colheitas, para retomar seus estudos. A evasão escolar, nesse contexto, não ocorre necessariamente por falta de interesse dos alunos, mas sim por questões econômicas e sociais que os obrigam a priorizar o trabalho temporário durante as colheitas. Esse cenário evidencia uma relação direta entre a sazonalidade do trabalho e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes em manter a continuidade escolar, resultando em um atraso na sua trajetória educacional.

Portanto, a presença desses alunos “*mais velhos*” no 9º ano não é um fenômeno isolado, mas sim um reflexo das condições econômicas e sociais de uma região rural, onde a necessidade de trabalhar durante períodos sazonais tem um impacto direto no ritmo de aprendizagem dos estudantes. Esse contexto deve ser considerado ao analisar os dados da pesquisa, pois ajuda a compreender as causas da evasão escolar e o impacto do trabalho sazonal na vida dos alunos, especialmente em regiões onde a agricultura desempenha um papel central na economia local.

De acordo com a uma professora da escola (2024)

Recebemos, frequentemente, alunos provenientes de outros estados, especialmente da Bahia, que chegam com idade avançada e em situação de defasagem escolar. Um exemplo recente foi o de um aluno de 15 anos matriculado no 4º ano do ensino fundamental – anos iniciais. Ainda que sejam submetidos ao processo de reclassificação, sua aprendizagem costuma permanecer aquém do nível dos demais colegas.

Ainda na fala da diretora (2024):

É recorrente o caso de pais que, ao solicitarem a transferência de seus filhos para outra cidade, realizam a matrícula escolar, mas logo se mudam novamente, retornando ao Distrito de Celso Bueno sem qualquer documentação que comprove a transferência. Esse comportamento revela uma negligência significativa em relação à continuidade educacional dos filhos, uma vez que, sem os devidos registros, o processo de acompanhamento escolar e a integração do aluno à instituição tornam-se extremamente difíceis. A falta de responsabilidade dos pais em relação à formação acadêmica de seus filhos, associada à ausência de documentos essenciais, acaba nos forçando a buscar a intervenção do Conselho Tutelar, uma vez que, sem essa ajuda, fica impossível assegurar que o aluno tenha os direitos educacionais garantidos.

Tabela 2 – Identificação étnico-racial

Número de alunos	Identificação
2	Negro
6	Branco
0	Indígena
0	Asiático/Oriental
14	Pardo

Fonte: Dados da pesquisa.

A distribuição racial entre os alunos participantes da pesquisa revela uma diversidade significativa dentro da amostra. Dos 22 alunos, 2 alunos (9%) se identificaram como negros, 6 alunos (27%) como brancos e 14 alunos (64%) como pardos. Nenhum dos participantes se identificou como indígena ou asiático/oriental, o que reflete a realidade local da comunidade escolar.

Essa diversidade é importante para a análise da pesquisa, pois as questões étnico-raciais podem influenciar diretamente as experiências escolares, especialmente no que diz respeito ao acesso a recursos educacionais, à inclusão e ao tratamento social dentro da escola. O elevado número de alunos identificados como pardos (64%) e negros (9%) pode indicar a necessidade de políticas educacionais mais focadas em promover a equidade racial e garantir que todos os alunos, independentemente de sua origem étnica, tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento acadêmico.

A representação de alunos pardos (64%) e brancos (27%) também destaca a complexidade das identidades raciais e culturais dentro da escola, exigindo um olhar atento para as dinâmicas de inclusão e as possíveis desigualdades que possam existir entre os diferentes grupos. Considerando os contextos sociais e econômicos de áreas rurais, como é o caso de Celso Bueno, é importante que a pesquisa leve em conta esses aspectos na análise das condições educacionais, uma vez que fatores como o trabalho sazonal, a evasão escolar e a permanência no ensino podem estar interligadas com questões raciais e de classe social.

É importante destacar que, apesar de o número de alunos identificados como negros ser de 2 alunos, a observação cotidiana na escola revela uma presença significativamente maior de alunos negros, o que sugere que muitos não se reconhecem como tal. Essa realidade pode estar relacionada a fatores socioculturais, como a autopercepção e a identidade racial, que podem ser influenciadas por aspectos históricos, culturais e familiares. Em muitas regiões, especialmente em contextos rurais, a identidade racial pode ser mais difusa ou até mesmo minimizada devido a questões de classe social ou à prevalência de uma cultura

miscigenada, o que pode levar os estudantes a não se identificarem como negros, apesar de sua ascendência.

A hibridização cultural presente em nossa sociedade tem implicações diretas na aceitação ou negação das identidades étnicas e raciais. Como aponta Munanga (2004), embora à primeira vista a definição de quem é negro no Brasil pareça simples, a complexidade dessa questão se revela em um país que, historicamente, cultivou o ideal de branqueamento. Nesse contexto, a definição de pertencimento racial torna-se nebulosa, levando muitas pessoas a se identificarem como brancas, mesmo quando suas origens são marcadas por outras etnias. Esse processo de autoidentificação reflete as influências históricas e sociais que moldam as percepções raciais no país.

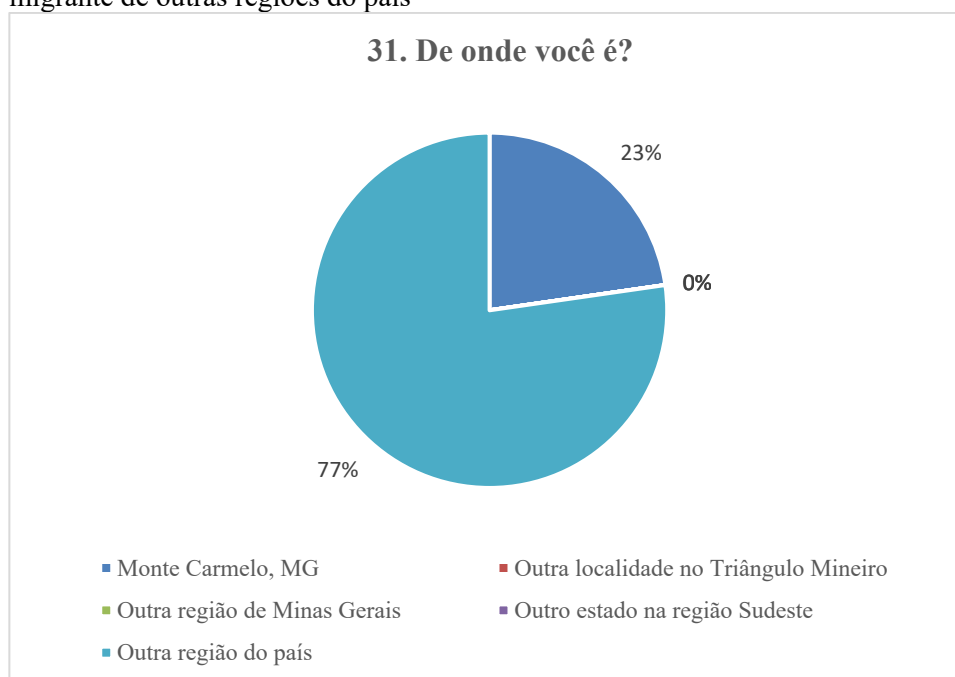
Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. Politicamente, os que atuam nos movimentos negros organizados qualificam como negra qualquer pessoa que tenha essa aparência. É uma qualificação política que se aproxima da definição norte-americana. Nos EUA não existe pardo, mulato ou mestiço e qualquer descendente de negro pode simplesmente se apresentar como negro. Portanto, por mais que tenha uma aparência de branco, a pessoa pode se declarar como negro. (Munanga, 2004, p.52).

O fato de poucos alunos se reconhecerem como negros também pode refletir uma falta de consciência racial ou de representatividade, aspectos importantes para o fortalecimento da identidade racial, especialmente em comunidades onde as questões raciais não são amplamente discutidas ou reconhecidas. Esse fenômeno está relacionado à forma como as questões raciais são abordadas na escola e na sociedade, e pode ser um reflexo da história de invisibilidade dos negros em determinados contextos, onde suas contribuições culturais e sociais são sub-representadas ou não são devidamente reconhecidas.

Essa observação levanta a importância de estratégias educacionais que promovam a consciência racial, o reconhecimento e a valorização da identidade negra dentro da escola. A falta de reconhecimento da própria identidade racial por parte dos alunos negros pode impactar diretamente na forma como se relacionam com o ambiente escolar e no engajamento com as questões de equidade e inclusão. Além disso, é essencial que a escola se torne um espaço de acolhimento e promoção da diversidade, em que os estudantes possam se sentir representados e reconhecidos em sua totalidade.

Assim, a discrepância entre o número de alunos identificados como negros na pesquisa e a observação cotidiana sobre a composição racial da turma sugere a necessidade de ações afirmativas dentro do ambiente escolar para promover o reconhecimento da identidade negra e fortalecer a luta contra o racismo. Isso inclui práticas pedagógicas que abordem as questões raciais de maneira mais abrangente e que ofereçam aos alunos o apoio necessário para se reconhecerem e se valorizarem em sua identidade.

Gráfico 31 - Origem dos alunos participantes, com destaque para a maioria migrante de outras regiões do país



Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados sobre a origem dos alunos evidenciam um padrão migratório expressivo, com 77% dos estudantes oriundos de outras regiões do país, enquanto apenas 23% declararam ser naturais de Monte Carmelo, MG. Essa predominância de alunos migrantes reforça a forte ligação da comunidade escolar com o trabalho sazonal, especialmente no setor agrícola, como a colheita do café, que é uma das atividades econômicas centrais da região. Essa migração, muitas vezes temporária, impõe desafios significativos ao processo educacional, afetando diretamente a continuidade e o desempenho escolar desses estudantes.

A alta mobilidade das famílias migrantes está diretamente relacionada à busca por oportunidades de trabalho durante períodos específicos do ano, o que impacta a estabilidade acadêmica dos alunos. Muitos deles enfrentam a necessidade de interromper os estudos para acompanhar os pais em deslocamentos para outras regiões. Ao retornarem a Monte Carmelo,

encontram dificuldades para se reinserir no ambiente escolar, o que pode levar à defasagem idade-série e, em casos mais graves, à evasão escolar. Esse ciclo migratório evidencia as limitações estruturais enfrentadas por escolas que atendem populações itinerantes, especialmente em áreas rurais.

Além disso, o impacto da migração não se restringe apenas à continuidade dos estudos. Muitos desses alunos vivenciam dificuldades de adaptação social e emocional, agravadas pela constante mudança de ambiente. A ausência de vínculos duradouros com colegas e professores pode comprometer a construção de um sentimento de pertencimento, tornando a escola um espaço transitório em vez de um local de crescimento e desenvolvimento. Essas circunstâncias ressaltam a necessidade de políticas educacionais voltadas para acolher alunos em situações de vulnerabilidade social e geográfica.

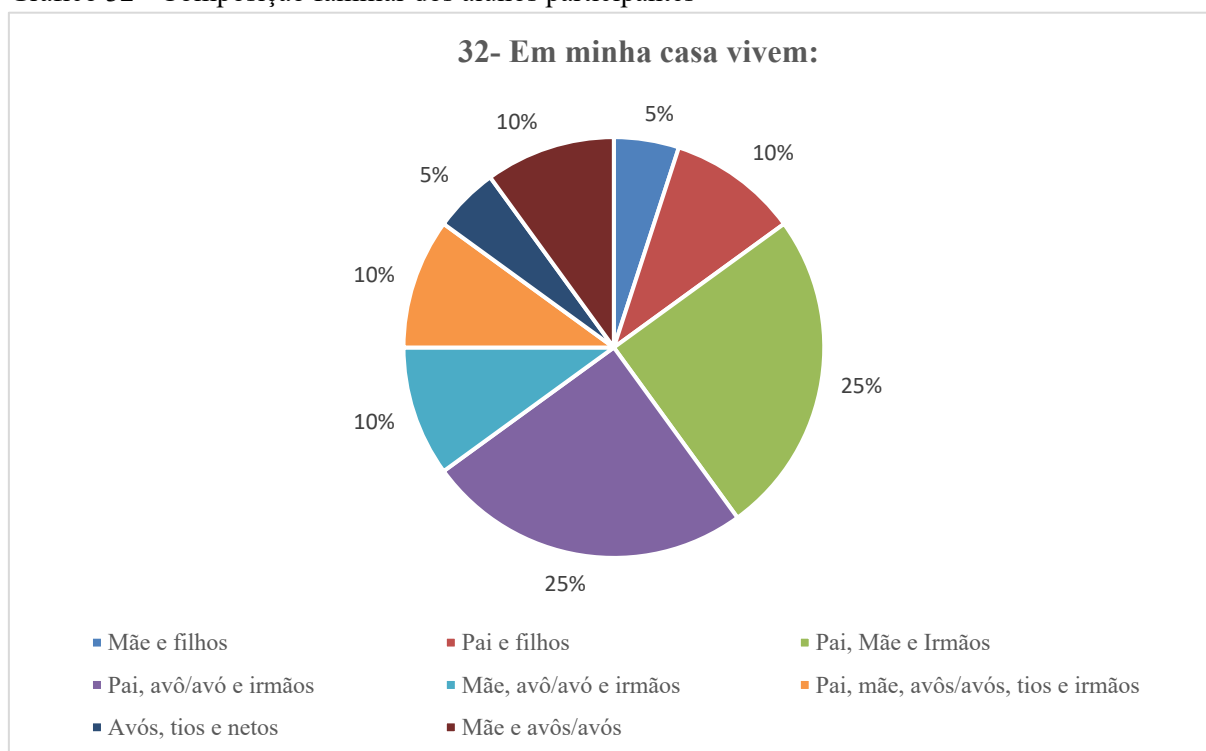
Outro ponto relevante é o perfil socioeconômico das famílias migrantes, que frequentemente enfrentam condições precárias de moradia e trabalho. Esse contexto reforça a importância de ações intersetoriais, integrando educação, assistência social e políticas de geração de renda para minimizar os impactos negativos da migração sazonal. É fundamental que as escolas desenvolvam estratégias pedagógicas flexíveis, como programas de reforço escolar e projetos de recuperação de aprendizagem, para garantir que os alunos migrantes não fiquem em desvantagem educacional.

Além disso, a migração sazonal também pode ser vista como uma oportunidade para promover a diversidade cultural dentro do ambiente escolar. A presença de estudantes oriundos de diferentes regiões do país amplia a troca de experiências e valores culturais, enriquecendo o espaço pedagógico.

No entanto, para que essa diversidade seja verdadeiramente aproveitada, é necessário que as escolas adotem práticas inclusivas que valorizem as histórias e trajetórias individuais dos alunos, fortalecendo sua identidade e autoestima.

Portanto, os dados de migração apresentados na pesquisa ressaltam a urgência de políticas educacionais mais sensíveis e adaptáveis às necessidades dos estudantes em situação de mobilidade. Essas políticas devem não apenas garantir a permanência escolar, mas também promover a qualidade do ensino e a igualdade de oportunidades, assegurando que os alunos migrantes tenham condições de superar os desafios impostos pelo deslocamento e possam alcançar pleno desenvolvimento acadêmico e social.

Gráfico 32 - Composição familiar dos alunos participantes



Fonte: Dados da pesquisa.

A análise da composição familiar dos alunos revela um quadro diversificado de arranjos domésticos, refletindo diferentes dinâmicas sociais e estruturais presentes na comunidade escolar. Entre os 22 alunos participantes, apenas 5 alunos (25%) declararam viver em núcleos familiares tradicionais, compostos por pai, mãe e irmãos. Esse dado contrasta com a predominância de configurações familiares não tradicionais, indicando a relevância de arranjos alternativos na organização familiar desses estudantes.

Um aspecto importante é o número significativo de alunos que vivem com avós e outros parentes. 5 alunos (25%) residem com pai, avós e irmãos, enquanto 2 alunos (10%) compartilham o lar com mãe, avós e irmãos. Outros 2 alunos (10%) vivem em estruturas mais amplas, incluindo pai, mãe, avós, tios e irmãos, o que demonstra a presença de redes familiares estendidas, muitas vezes associadas a estratégias de apoio econômico e social, especialmente em contextos marcados pela migração sazonal e trabalho rural.

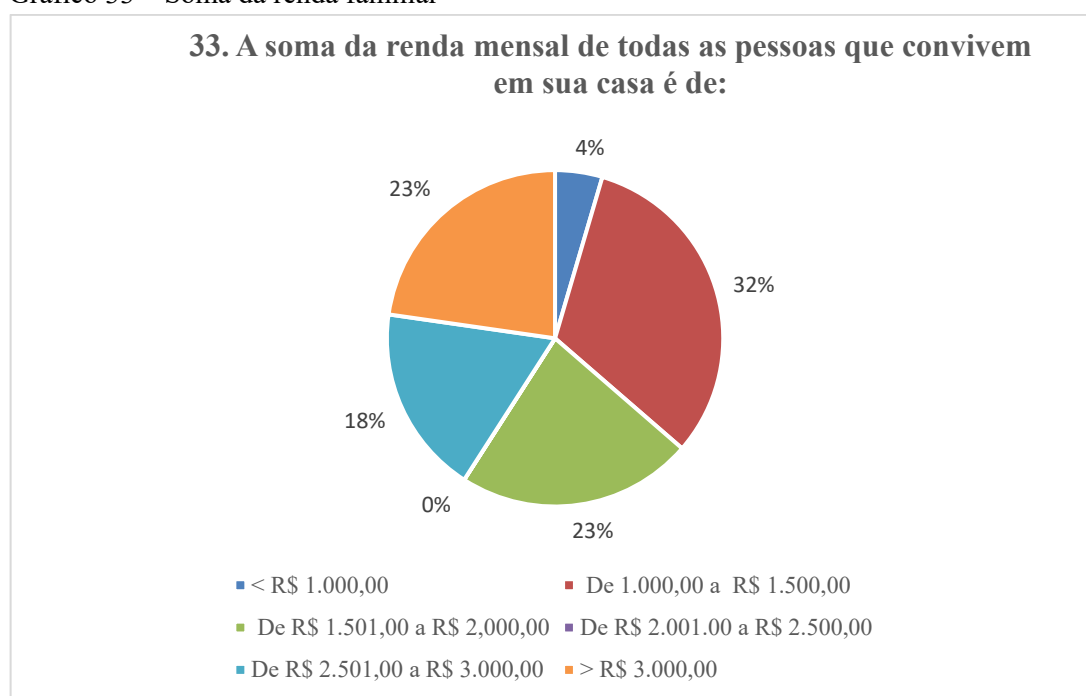
Também merece destaque a situação de 1 aluno (5%) que vive apenas com a mãe e irmãos, e 2 alunos (10%) que residem exclusivamente com o pai e irmãos. Esses casos ressaltam a presença de famílias monoparentais, que podem demandar maior suporte social e educacional devido à sobrecarga enfrentada pelo responsável único na criação dos filhos.

Adicionalmente, observa-se que 1 aluno (5%) vive com avós, tios e netos, enquanto outros 2 alunos (10%) compartilham o lar apenas com mãe e avós, evidenciando o papel

crucial dos avós como cuidadores em famílias onde os pais podem estar ausentes, possivelmente devido ao trabalho sazonal ou deslocamento para outras regiões.

Esses dados reforçam a necessidade de a escola compreender as particularidades desses contextos familiares para oferecer suporte pedagógico e emocional adequado. A diversidade nas configurações familiares aponta para desafios adicionais no acompanhamento escolar e na promoção do engajamento acadêmico, especialmente considerando os impactos que arranjos instáveis ou temporários podem ter na rotina educacional dos alunos. Assim, torna-se essencial adotar políticas inclusivas e ações que fortaleçam os laços entre a escola e as famílias, reconhecendo suas especificidades e potencializando o apoio oferecido a cada estudante.

Gráfico 33 – Soma da renda familiar



Fonte: Dados da pesquisa

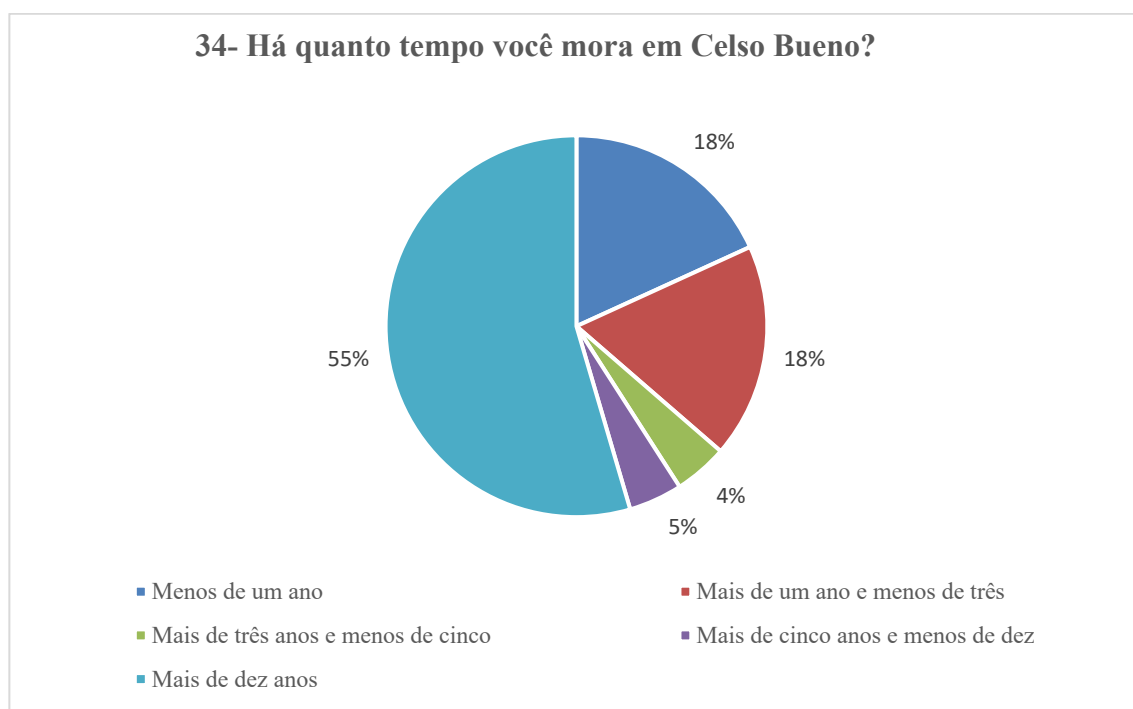
A análise da renda mensal familiar dos alunos participantes revela um quadro socioeconômico heterogêneo, mas com predominância de rendas mais baixas. Dos 22 alunos entrevistados, 1 aluno (4%) declarou que a soma da renda mensal de sua família é inferior a R\$ 1.000,00, representando uma situação de extrema vulnerabilidade econômica.

A maior parcela, 7 alunos (32%), possui renda familiar entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00, evidenciando que mais de um terço dos participantes está em condições financeiras limitadas. Além disso, 5 alunos (23%) informaram rendimentos entre R\$ 1.501,00 e R\$ 2.000,00, faixa que, embora um pouco mais elevada, ainda representa uma renda familiar modesta.

Na faixa intermediária, 4 alunos (18%) declararam rendimentos entre R\$ 2.501,00 e R\$ 3.000,00, e outros 5 alunos (23%) informaram renda superior a R\$ 3.000,00, indicando um grupo menor em condições econômicas mais estáveis.

Esses resultados evidenciam que, embora exista uma parcela das famílias com melhores condições financeiras, a maioria enfrenta restrições econômicas que podem impactar diretamente o desempenho acadêmico e a frequência escolar. Essa situação é agravada pelo trabalho sazonal, característico da região, onde muitos alunos e familiares dependem de atividades como a colheita de café, afetando a estabilidade financeira e, consequentemente, a continuidade dos estudos, reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades socioeconômicas, como auxílios financeiros e programas de incentivo à permanência escolar. Estratégias pedagógicas e administrativas adaptadas à realidade dessas famílias podem minimizar os impactos da instabilidade econômica e fortalecer o vínculo dos alunos com a escola, garantindo maior equidade no processo educativo.

Gráfico 34 – Tempo de residência em Celso Bueno



Fonte: Dados da pesquisa

A análise do tempo de residência dos discentes moradores em Celso Bueno revela um forte vínculo com a comunidade local, com uma maioria significativa de moradores com longa permanência na região. Entre as 22 pessoas entrevistadas, 12 pessoas (55%) residem em

Celso Bueno há mais de dez anos, o que demonstra uma estabilidade no vínculo familiar com o município, indicando que essas famílias têm uma presença consolidada na comunidade.

Por outro lado, 4 pessoas (18%) residem na cidade há menos de um ano, e outras 4 pessoas (18%) têm mais de um ano e menos de três de residência. Esses dados sugerem uma migração recente para a região, possivelmente impulsionada por fatores relacionados ao trabalho sazonal, como a colheita de café e outras atividades agrícolas que atraem trabalhadores temporários.

Além disso, 1 pessoa (4%) reside há mais de três anos e menos de cinco e 1 pessoa (5%) a mais de cinco anos e menos de dez. Esses dados refletem a mobilidade das famílias, muitas das quais, provavelmente, se estabelecem de forma temporária ou migratória, dependendo das necessidades econômicas, como as atividades agrícolas.

Em conjunto com os dados sobre a origem dos alunos, esses resultados ressaltam a característica sazonal da população de Celso Bueno, que experimenta uma movimentação constante entre o município e outras regiões, especialmente durante as épocas de colheita. Essa migração sazonal pode ter implicações no engajamento escolar, uma vez que os estudantes frequentemente deixam a cidade durante o período de colheita e retornam apenas no próximo ciclo, o que contribui para a defasagem escolar e evasão educacional.

Durante a pesquisa e no convívio diário com os alunos, foi possível observar que muitos consideram que o ir e voltar durante o período sazonal deve ser contabilizado como tempo de moradia em Celso Bueno. Essa percepção se justifica, pois, a grande maioria dos alunos já estabeleceu vínculos significativos com o distrito, seja por meio de suas famílias, que se envolvem nas atividades agrícolas sazonais, ou por sua inserção na escola e na comunidade local.

Para esses alunos, o deslocamento sazonal não implica em uma desconexão com Celso Bueno, mas sim em uma movimentação temporária, marcada pela volta à cidade após o período de colheita. Esse fenômeno reforça o caráter cíclico e periódico da migração, onde os moradores, embora temporariamente ausentes, mantêm laços de pertencimento com o município. Esse vínculo com Celso Bueno, muitas vezes enraizado nas atividades agrícolas, tem um impacto direto na identidade local, moldando a forma como os alunos percebem sua relação com o município e a escola.

Assim, mesmo que a permanência em Celso Bueno seja intercalada com os períodos fora da cidade, o sentimento de pertencimento e a integração com a comunidade são evidentes, refletindo a complexidade da mobilidade sazonal, onde o tempo de residência não se restringe à permanência física contínua, mas sim ao estabelecimento de vínculos afetivos e

sociais que atravessam as épocas do ano. Esse aspecto é importante para a compreensão do contexto educacional, uma vez que influencia diretamente no engajamento escolar e nas estratégias de permanência no sistema educacional, especialmente em tempos de evasão sazonal.

Gráfico 35 – Alunos selecionados para a pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa

A escolha da turma do 9º Ano da Escola Municipal de Celso Bueno, referente ao ano de 2024, para a realização desta pesquisa foi fundamentada em considerações pedagógicas e socioeconômicas que tornam esse grupo de alunos particularmente apto a fornecer informações relevantes sobre as dinâmicas educacionais da região. Este grupo, composto por estudantes em uma faixa etária de 14 a 16 anos, é caracterizado por uma maior maturidade cognitiva e emocional, o que lhes permite refletir criticamente sobre suas experiências escolares e sociais, além de oferecer respostas mais complexas e fundamentadas às questões propostas na pesquisa.

A escolha também se justifica pelo fato de que os alunos do 9º Ano já apresentam uma vivência escolar mais consolidada, tendo vivenciado diversas fases do processo educacional e possuindo, portanto, uma percepção mais detalhada sobre os desafios enfrentados na educação básica. Estes estudantes, ao longo de sua trajetória na escola, já foram expostos a diversos contextos e interações, o que os torna aptos a perceber e relatar as dinâmicas de ensino e aprendizagem, especialmente quando associadas aos fatores externos, como a migração sazonal.

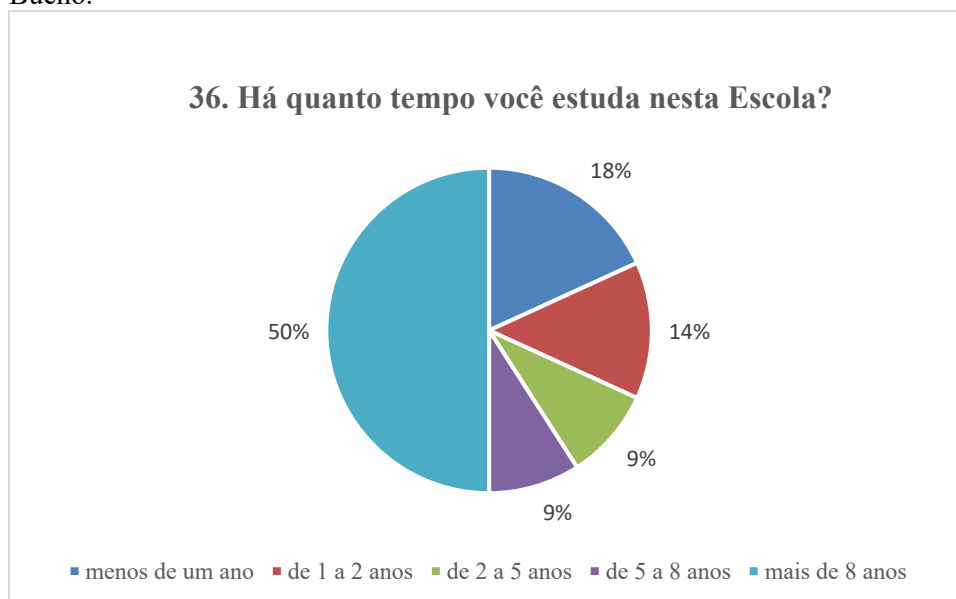
Além disso, é importante destacar que, no contexto específico de Celso Bueno, a sazonalidade das atividades agrícolas, particularmente a colheita de café, exerce grande

influência nas movimentações migratórias das famílias, afetando diretamente o tempo de permanência dos alunos na escola. Nesse sentido, os estudantes do 9º Ano são particularmente relevantes para o estudo, uma vez que estão em uma fase de transição para o ensino médio, o que implica maior responsabilidade e autonomia nas decisões acadêmicas. Este fator torna esses alunos mais propensos a se envolver nas atividades de trabalho sazonal durante o período de colheita, o que, por sua vez, pode influenciar sua frequência escolar, além de potencialmente levar a um atraso educacional e ao aumento da evasão escolar.

A escolha por este grupo, portanto, visa não apenas entender as condições socioeconômicas que impactam o desempenho escolar, mas também aprofundar-se na interação entre as vivências escolares e as condições de trabalho sazonal, que são características intrínsecas à realidade local. Ao focar no 9º Ano, a pesquisa busca explorar as complexas relações entre o trabalho sazonal, as trajetórias educacionais e as expectativas futuras dos estudantes, reconhecendo que esse grupo está em uma posição chave para compreender a interrupção dos estudos e as estratégias de adaptação durante as fases de colheita.

Portanto, a escolha da turma do 9º Ano não é apenas estratégica, mas também uma maneira de dar voz a um grupo de alunos que, devido à sua experiência e contexto de vida, está em uma posição privilegiada para refletir sobre as condições que afetam sua permanência na escola e seu desempenho acadêmico, contribuindo, assim, para um estudo mais profundo sobre as desigualdades educacionais e os desafios específicos enfrentados pelos estudantes de regiões com forte presença de trabalho sazonal.

Gráfico 36 – Tempo de permanência dos alunos na Escola Municipal de Celso Bueno.



Fonte: Dados da pesquisa.

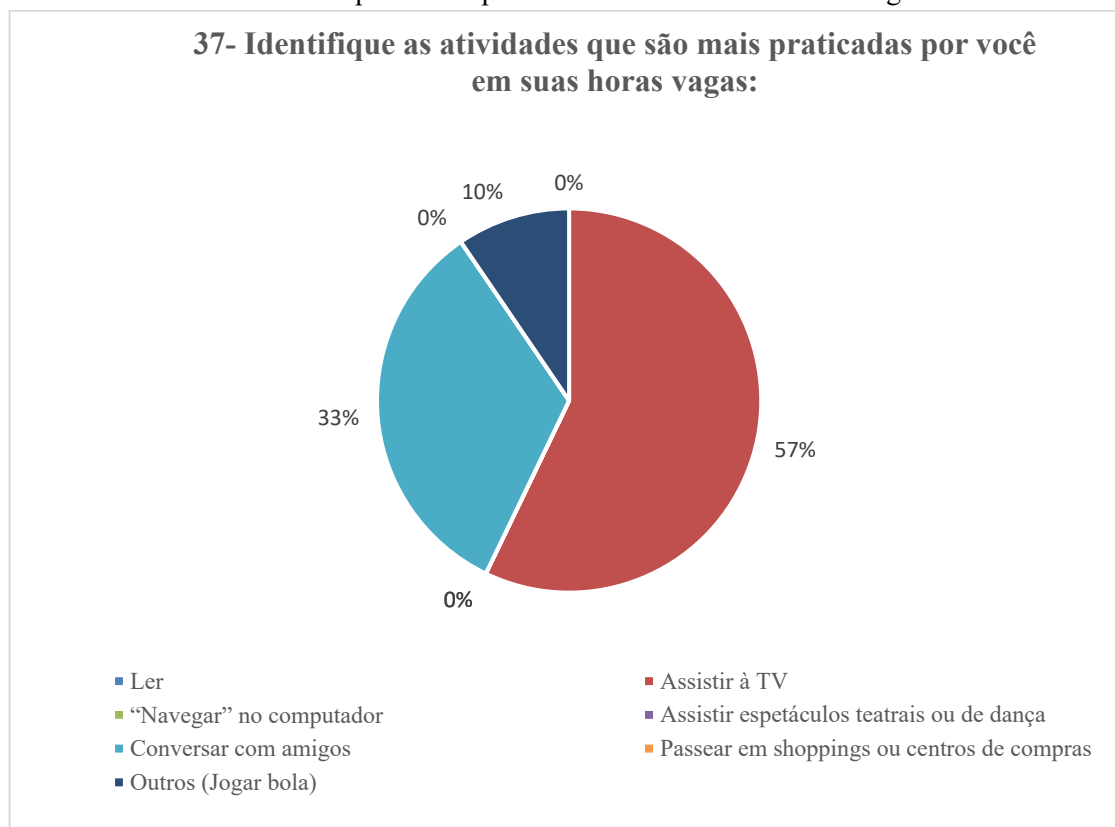
A análise da duração do tempo de estudo dos alunos na Escola Municipal de Celso Bueno revela uma diversidade de experiências educacionais entre os participantes da pesquisa. Dos 22 alunos entrevistados, 11 alunos (50%) afirmam estar matriculados na instituição há mais de 8 anos, indicando um vínculo sólido e duradouro com a escola, o que sugere uma trajetória escolar contínua e, possivelmente, estável, no que diz respeito à frequência escolar. Esse grupo de alunos tende a apresentar um maior conhecimento sobre o funcionamento da escola, suas práticas pedagógicas e as relações com os educadores.

Por outro lado, 4 alunos (18%) estão matriculados na escola há menos de um ano, o que indica que, provavelmente, esses estudantes ainda estão em processo de adaptação ao ambiente escolar de Celso Bueno. Esse dado pode estar relacionado com a migração sazonal observada na comunidade, onde famílias, especialmente aquelas envolvidas nas atividades agrícolas, mudam-se de forma temporária para o município, trazendo consigo seus filhos para completar o ciclo educacional durante o período em que permanecem na cidade.

A pesquisa também revela que 3 alunos (14%) estão na escola há de 1 a 2 anos, e 2 alunos (9%) frequentam a escola há de 2 a 5 anos, o que pode indicar uma integração progressiva ao ambiente escolar, com um acúmulo gradual de experiências educacionais. Apenas 2 alunos (9%) estão na escola há de 5 a 8 anos, sugerindo que a maior parte dos alunos entrevistados possui uma história escolar mais recente ou está em processo de adaptação a novas condições de ensino, especialmente se considerarmos o contexto de trabalho sazonal que pode interromper a continuidade educacional.

Esses dados evidenciam a diversidade de tempos de permanência escolar e a mobilidade sazonal das famílias, refletindo as particularidades da comunidade rural e a dinâmica educacional da região, assim, a sazonalidade do trabalho, como já mencionado, pode impactar diretamente no tempo de permanência dos estudantes na escola, alterando o ritmo do aprendizado e exigindo medidas que promovam a continuidade e a integração educacional para aqueles que retornam após períodos fora do distrito.

Gráfico 37 – Atividades mais praticadas pelos alunos durante suas horas vagas.



Fonte: Dados da pesquisa.

As atividades realizadas pelos alunos durante suas horas vagas refletem diretamente as limitadas opções de lazer disponíveis no distrito de Celso Bueno. Em uma localidade com poucas alternativas de entretenimento, como centros de compras ou espaços culturais, as opções se restringem a atividades mais acessíveis e próximas do cotidiano dos estudantes. A predominância da televisão como forma de lazer, com 12 alunos (57%) apontando como sua principal atividade, reforça a influência da mídia como uma das poucas opções de entretenimento. Essa realidade é ainda mais significativa em um contexto rural, onde o acesso a outras formas de lazer podem ser mais restrito.

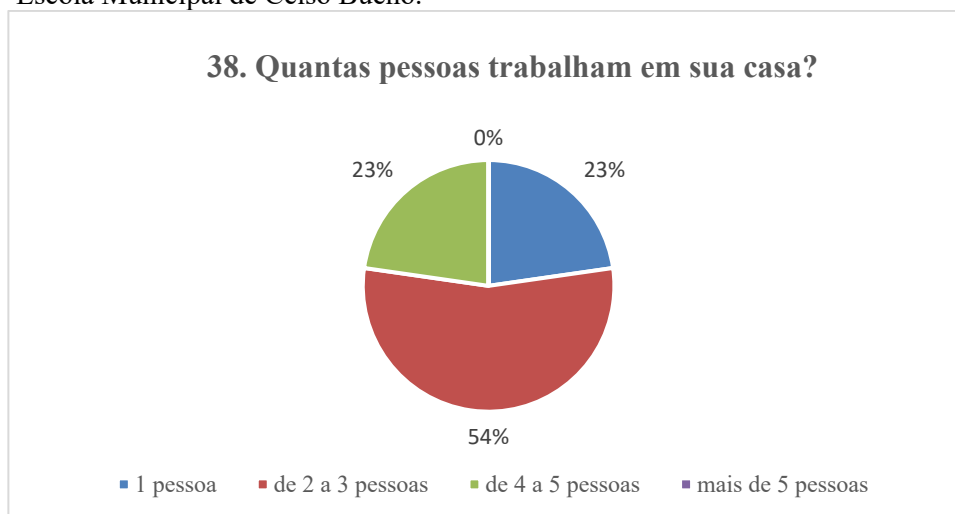
Além disso, 7 alunos (33%) mencionam a interação social, como conversar com amigos, o que destaca uma alternativa simples, porém significativa, de lazer em um ambiente onde as possibilidades de diversão são limitadas. Essa tendência aponta para a busca natural dos alunos por vínculos afetivos e a convivência com seus pares, o que se torna uma opção vital diante da escassez de outras atividades.

As opções de lazer mais diversificadas, como navegar na internet ou assistir a espetáculos culturais, aparecem de forma marginal, confirmando a realidade de que o distrito carece de infraestrutura para oferecer alternativas mais variadas e acessíveis. O interesse por

jogar bola também se reflete como uma atividade praticada por apenas 2 alunos (10%), evidenciando que, mesmo nas opções físicas, as escolhas são reduzidas.

Portanto, a análise das atividades realizadas pelos alunos evidencia uma relação direta com o contexto de escassez de opções de lazer em Celso Bueno, onde as escolhas de entretenimento são condicionadas pelas limitações do ambiente e pela busca por alternativas simples, mas socialmente enriquecedoras.

Gráfico 38 – Número de pessoas que trabalham nas residências dos alunos da Escola Municipal de Celso Bueno.



Fonte: Dados da pesquisa.

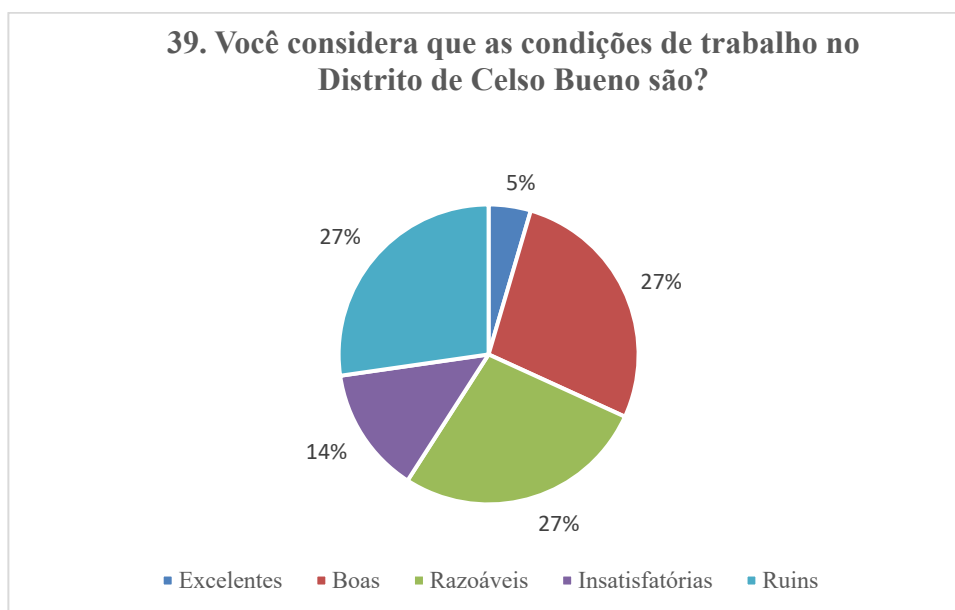
A análise dos dados sobre o número de pessoas que trabalham nas casas dos alunos revela informações importantes sobre a estrutura familiar e a dinâmica de trabalho nas residências de Celso Bueno. A maior parte dos alunos, 12 (54%), informou que de 2 a 3 pessoas trabalham em suas casas, o que pode indicar uma estrutura familiar com divisão de responsabilidades econômicas entre dois ou mais membros. Esse dado sugere que as famílias, em sua maioria, dependem de múltiplos geradores de renda para garantir a sustentabilidade, possivelmente complementada por trabalho sazonal, como a colheita de café, comum na região.

Por outro lado, 5 alunos (23%) informaram que 1 pessoa trabalha em sua casa. Esse dado pode refletir famílias com uma única fonte de renda ou com um único membro responsável pelo trabalho, o que pode ser indicativo de um perfil familiar mais concentrado nas atividades econômicas de um único adulto ou, até mesmo, de um trabalho sazonal intermitente, em que o resto da família depende desse único trabalhador em momentos específicos do ano.

Em relação aos 5 alunos restantes (23%), que indicaram que 4 a 5 pessoas trabalham em sua casa, esse dado pode revelar famílias maiores, em que mais de um integrante é envolvido no processo de geração de renda. Pode ser indicativo de situações econômicas mais desafiadoras, nas quais vários membros da família precisam se engajar no trabalho para garantir o sustento familiar. Isso também pode refletir a necessidade de colaboração no trabalho sazonal, com mais pessoas contribuindo para o trabalho agrícola, típico da região.

Esses dados permitem uma análise das estruturas econômicas familiares e das condições de trabalho, especialmente em contextos rurais e de trabalho sazonal, como é o caso de Celso Bueno, em que a multiplicidade de fontes de renda nas casas parece ser uma prática comum, refletindo a dinâmica de subsistência familiar nas áreas rurais e as demandas da economia local.

Gráfico 39 – Percepção dos alunos sobre as condições de trabalho no Distrito de Celso Bueno.



Fonte: Dados da pesquisa.

A análise das respostas dos alunos sobre as condições de trabalho no Distrito de Celso Bueno revela um panorama crítico em relação à realidade laboral local. A maior parte dos alunos, 12 (54%), considera as condições de trabalho como "Ruins" ou "Razoáveis", o que sugere uma percepção predominante de que as condições de trabalho não são adequadas ou satisfatórias na região. Esse dado aponta para a existência de desafios significativos enfrentados pelos trabalhadores, especialmente aqueles envolvidos em atividades sazonais, como a colheita de café, que representam uma parcela considerável da economia local.

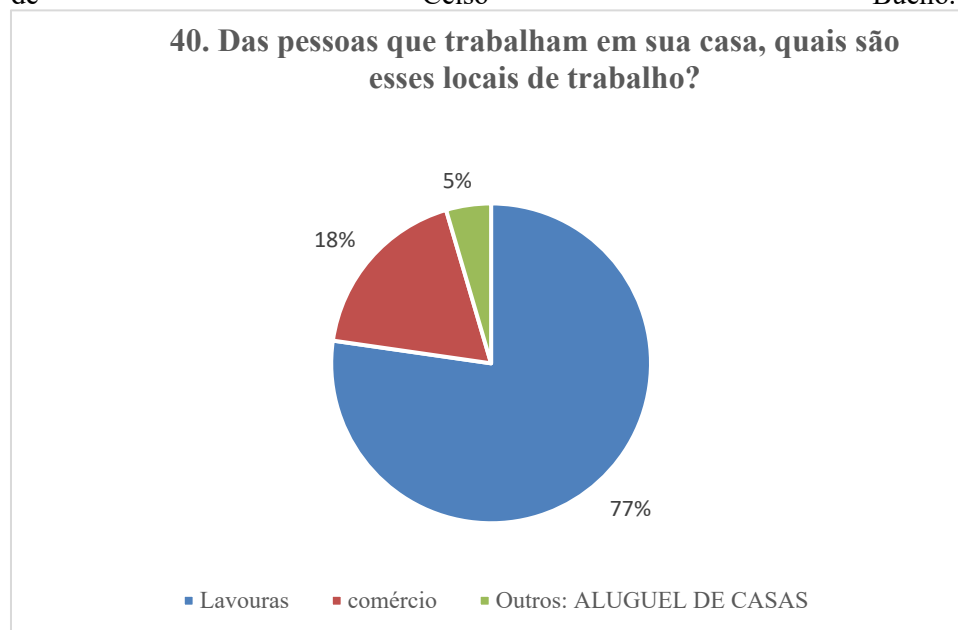
A classificação de "Ruins" foi atribuída por 6 alunos (27%), que indicam que as condições de trabalho são insustentáveis ou insatisfatórias, possivelmente devido à falta de direitos trabalhistas, à precariedade das condições de trabalho e à instabilidade associada ao trabalho sazonal. Essa avaliação negativa pode estar relacionada a riscos associados ao trabalho rural, como exposição a intempéries, baixa remuneração e a ausência de garantias sociais que possam proteger os trabalhadores durante os períodos fora da colheita.

Por outro lado, a opção de "Razoáveis", escolhida também por 6 alunos (27%), sugere que para uma parte dos estudantes as condições de trabalho, embora não ideais, são toleráveis ou minimamente satisfatórias. Essa percepção pode refletir uma realidade de adaptabilidade ao contexto local, onde os trabalhadores, apesar das dificuldades, conseguem garantir sua subsistência, muitas vezes em atividades que, embora temporárias e com desafios, representam a única alternativa de geração de renda durante a sazonalidade.

A percepção de "Boas" condições de trabalho foi atribuída por apenas 1 aluno (5%), um dado que, apesar de representar uma visão mais otimista, é bastante minoritário. Isso reforça a ideia de que as condições de trabalho no distrito são, em sua maioria, consideradas inadequadas ou apenas toleráveis, sendo que um pequeno grupo de estudantes pode ter tido experiências em empregos mais estáveis ou com melhores condições.

Esses dados evidenciam a fragilidade das condições de trabalho no Distrito de Celso Bueno e a importância de políticas públicas que melhorem a infraestrutura e os direitos trabalhistas, principalmente no contexto rural e sazonal. A falta de garantias laborais e a precariedade do trabalho impactam diretamente a qualidade de vida das famílias, sendo um fator importante para compreender a evasão escolar e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, que muitas vezes precisam se ausentar para trabalhar, comprometendo sua continuidade nos estudos.

Gráfico 40 – Locais de trabalho das pessoas que convivem nas casas dos alunos de Celso Bueno.



Fonte: Dados da pesquisa.

A análise das respostas sobre os locais de trabalho das pessoas que convivem na casa dos alunos indica uma predominância do trabalho rural, com 17 alunos (77%) apontando as lavouras como o principal local de trabalho. Esse dado é consistente com a realidade de muitas regiões rurais, como o Distrito de Celso Bueno, onde a agricultura, especialmente a colheita de café, representa uma das principais fontes de geração de renda. O trabalho nas lavouras, embora essencial para a economia local, muitas vezes está associado a condições de trabalho precárias, sem garantias trabalhistas, o que pode impactar a qualidade de vida dos trabalhadores e das suas famílias.

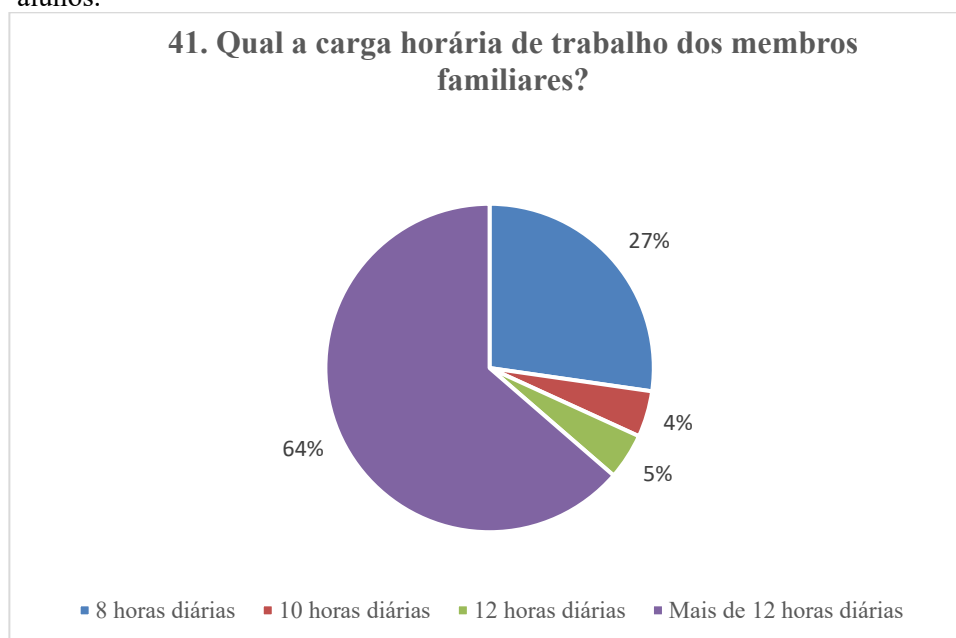
Em menor escala, 4 alunos (18%) mencionaram o comércio como o local de trabalho, sugerindo que uma parte das pessoas pode estar envolvida em atividades econômicas relacionadas ao comércio local. Isso pode incluir desde pequenos empreendimentos familiares, como mercados e mercearias, postos de gasolina, empresa de fertilizante e até negócios informais, o que pode oferecer mais estabilidade e melhores condições de trabalho em comparação ao campo. No entanto, a quantidade de respostas relacionadas ao comércio indica que ele ainda é uma alternativa menos comum em comparação com o trabalho rural.

Além disso, 1 aluno (5%) indicou que os membros da sua casa trabalham com o aluguel de casas, o que pode refletir uma fonte de renda adicional proveniente da imobilização de propriedades, talvez relacionadas à ocupação de espaços urbanos ou à atividade de

aluguéis temporários para pessoas que transitam pelo distrito, especialmente durante períodos de alta demanda sazonal.

Esses dados reforçam a ideia de que, no contexto de Celso Bueno, as atividades rurais são predominantes, e as famílias dependem fortemente do trabalho nas lavouras, especialmente durante a colheita de café, para garantir a sua sobrevivência, impactando diretamente a disponibilidade de tempo para os alunos se dedicarem aos estudos, sendo um fator que contribui para a evasão escolar, já que muitos estudantes precisam se ausentar da escola para ajudar nas atividades laborais de suas famílias.

Gráfico 41 – Carga horária diária de trabalho dos membros das famílias dos alunos.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados sobre a carga horária de trabalho dos membros familiares dos alunos de Celso Bueno revelam jornadas de trabalho prolongadas e desafiadoras. Um total significativo de 14 alunos (64%) indicou que seus familiares trabalham mais de 12 horas diárias, o que demonstra uma realidade de jornadas extremamente longas, típicas de atividades rurais intensas, como as associadas à colheita de café. Esse dado reflete as dificuldades e limitações enfrentadas por essas famílias, que muitas vezes precisam se dedicar a essas longas horas de trabalho para garantir sua subsistência, impactando diretamente a qualidade de vida e a dinâmica familiar.

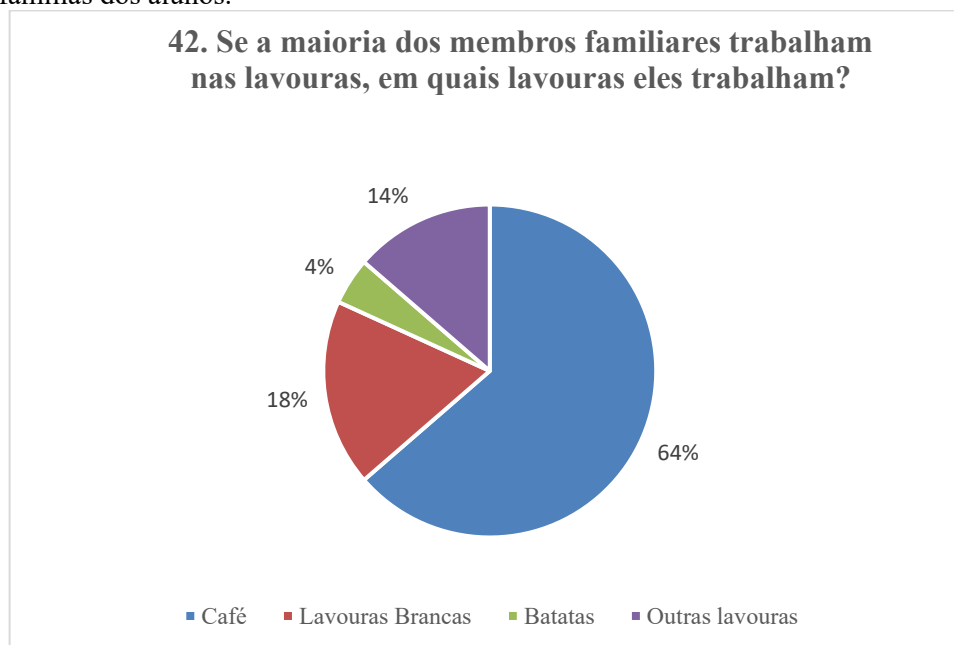
Por outro lado, 6 alunos (27%) mencionaram que seus familiares cumprem 8 horas diárias, o que é uma carga horária considerada comum, principalmente para trabalhadores de

atividades formais ou com jornada regular. No entanto, mesmo esse tempo de trabalho pode ser extenuante quando se leva em consideração as atividades extras relacionadas ao campo, como os cuidados com a casa e a família.

Em uma proporção menor, 1 aluno (4%) indicou que a carga horária de seus familiares é de 10 horas diárias, enquanto outro 1 aluno (5%) mencionou 12 horas diárias. Embora esses números representem uma parcela pequena da amostra, ainda ilustram o esforço e a dedicação de algumas famílias para manter suas atividades econômicas.

Esses dados refletem a dura realidade das famílias em Celso Bueno, onde as longas jornadas de trabalho não apenas limitam o tempo dedicado ao descanso, mas também interferem na participação escolar dos alunos, onde a pressão para ajudar nas tarefas domésticas ou laborais pode resultar em evasão escolar ou dificuldades no acompanhamento das atividades educacionais, sendo um fator determinante na análise do contexto de ensino local.

Gráfico 42 – Atividades agrícolas predominantes nas lavouras dos membros das famílias dos alunos.



Fonte: Dados da pesquisa.

A análise dos dados sobre as atividades laborais dos membros familiares dos alunos de Celso Bueno revela que a maior parte deles está envolvida no trabalho com lavouras de café, com 14 alunos (64%) indicando que suas famílias trabalham diretamente com a cultura cafeeira. O café, sendo a principal atividade econômica da região, desempenha um papel

crucial na dinâmica laboral local, especialmente durante os períodos de colheita, quando a demanda por trabalho se intensifica.

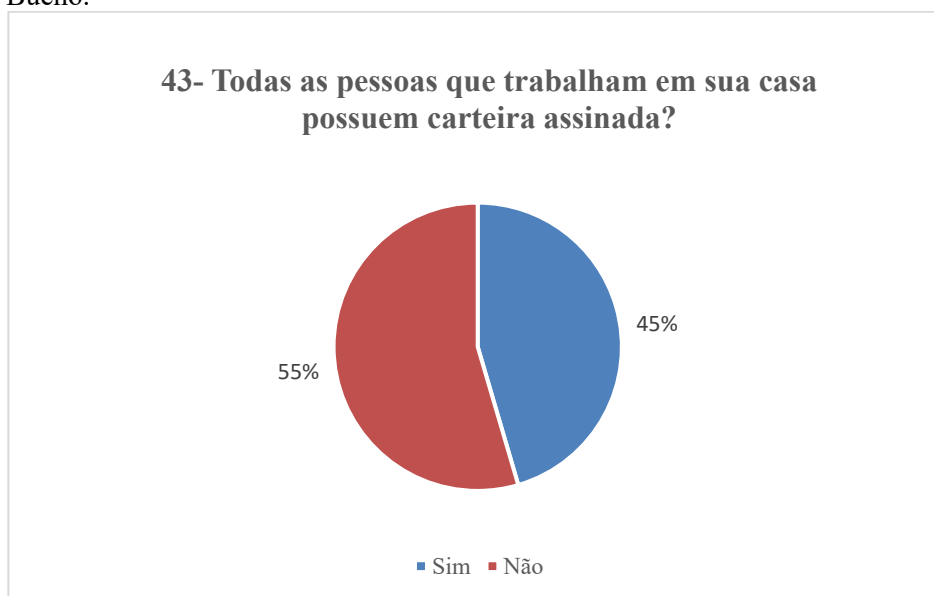
Em menor escala, 4 alunos (18%) mencionaram que seus familiares trabalham com lavouras brancas, como soja, milho e trigo. Essas culturas, apesar de não serem a principal fonte de renda na região, também representam uma parte significativa da agricultura local, especialmente em áreas de menor concentração de cafezais.

Além disso, 1 aluno (4%) indicou que o trabalho de sua família é relacionado à produção de batatas, uma cultura que, embora não seja predominante em Celso Bueno, ainda é cultivada por algumas famílias que diversificam sua produção para atender a diferentes demandas do mercado.

Por fim, 3 alunos (14%) indicaram que seus familiares trabalham com outras lavouras, o que pode englobar diferentes tipos de culturas que variam de acordo com as necessidades da família e as condições da terra disponível. Esses dados refletem a diversidade de atividades agrícolas da região e a dependência das famílias locais do setor primário para sua sobrevivência.

A predominância do trabalho nas lavouras de café reforça a ideia de que o distrito de Celso Bueno ainda possui uma economia fortemente ligada ao setor agrícola, e isso pode ter implicações tanto no aspecto socioeconômico quanto na permanência dos alunos na escola, principalmente durante o período de colheita, quando as atividades laborais se intensificam e podem interferir na frequência escolar.

Gráfico 43 – Registro formal de trabalho nas famílias dos alunos de Celso Bueno.



Fonte: Dados da pesquisa.

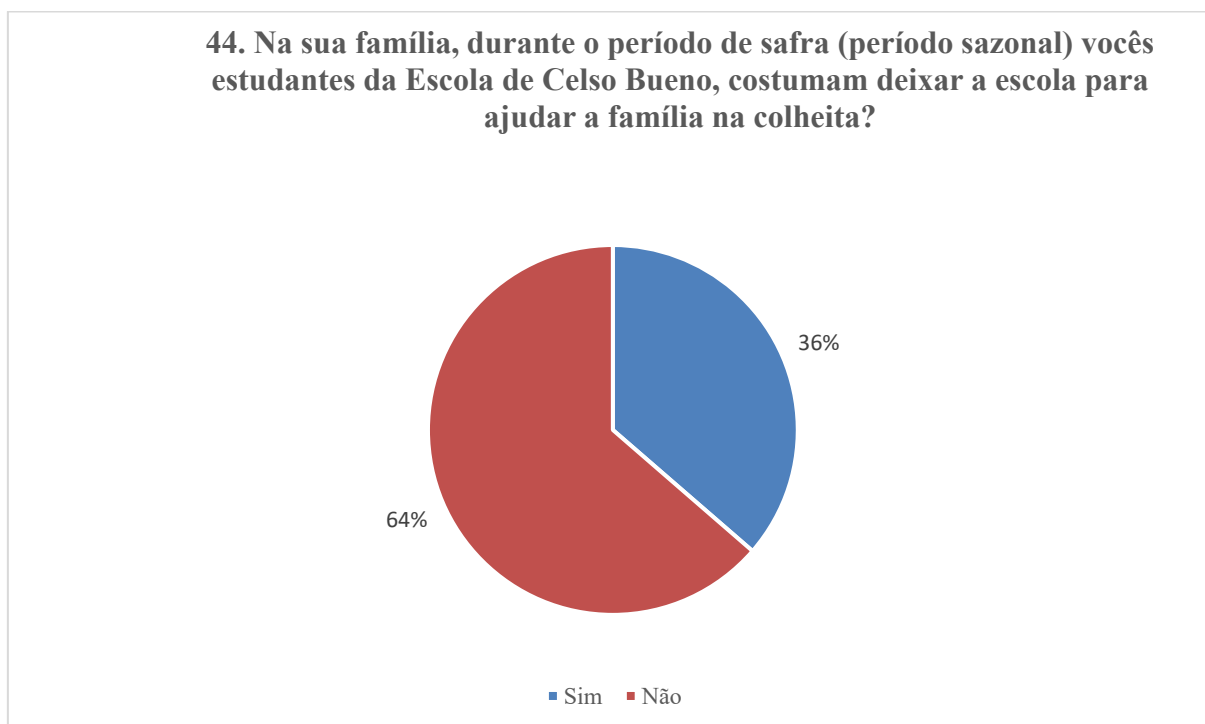
A distribuição dos dados sobre a formalização do trabalho nas casas dos alunos de Celso Bueno revela uma discrepância notável entre aqueles cujos familiares possuem carteira assinada e aqueles que trabalham de forma informal. 45% dos alunos indicam que todos os membros de suas famílias têm a carteira assinada, o que pode sugerir que, para uma parte significativa da população local, o trabalho formal é uma realidade, permitindo-lhes usufruir dos direitos trabalhistas e da segurança jurídica e social que o registro traz. No entanto, essa porcentagem ainda reflete um número considerável de pessoas que, apesar de trabalharem de forma regular, ainda se encontram fora da totalidade do mercado formal de trabalho.

Por outro lado, a maior parte dos alunos, 55%, relata que seus familiares não possuem carteira assinada, o que indica uma predominância de trabalho informal. Esse dado é particularmente relevante, pois, no contexto rural e sazonal de Celso Bueno, a informalidade no trabalho é uma característica marcante. A maioria dessas pessoas trabalha em atividades ligadas à agricultura, muitas vezes sem contrato formal, especialmente durante períodos de alta demanda, como a colheita do café. Essa realidade é muitas vezes motivada pela necessidade imediata de trabalho, que impede ou dificulta a formalização dos contratos, seja por falta de conhecimento dos direitos trabalhistas ou pela natureza temporária e sazonal das atividades.

A ausência de carteira assinada está associada a uma série de desvantagens sociais e econômicas. A informalidade compromete o acesso a benefícios trabalhistas e previdenciários, como férias, 13º salário, seguro-desemprego e aposentadoria, o que coloca os trabalhadores em uma posição de vulnerabilidade. Em muitos casos, isso também reflete um ciclo de pobreza estrutural, no qual a insegurança no trabalho impede a acumulação de direitos e recursos, afetando diretamente a qualidade de vida das famílias.

Ademais, a informalidade no trabalho, especialmente no meio rural, tem uma relação direta com a evasão escolar. Como já foi mencionado, o trabalho sazonal e a exigência de maior carga horária durante a colheita podem comprometer a frequência e o desempenho escolar dos alunos, tornando-se mais difícil para as famílias conciliar as demandas educacionais com as necessidades de trabalho, que se intensificam nesse período. Assim, o dado sobre a falta de carteira assinada não apenas denuncia a precariedade do trabalho no município, mas também serve como um indicativo de que as condições econômicas e sociais do Distrito de Celso Bueno influenciam diretamente na permanência e sucesso educacional dos alunos.

Gráfico 44 - Participação dos alunos de Celso Bueno na colheita durante o período sazonal.



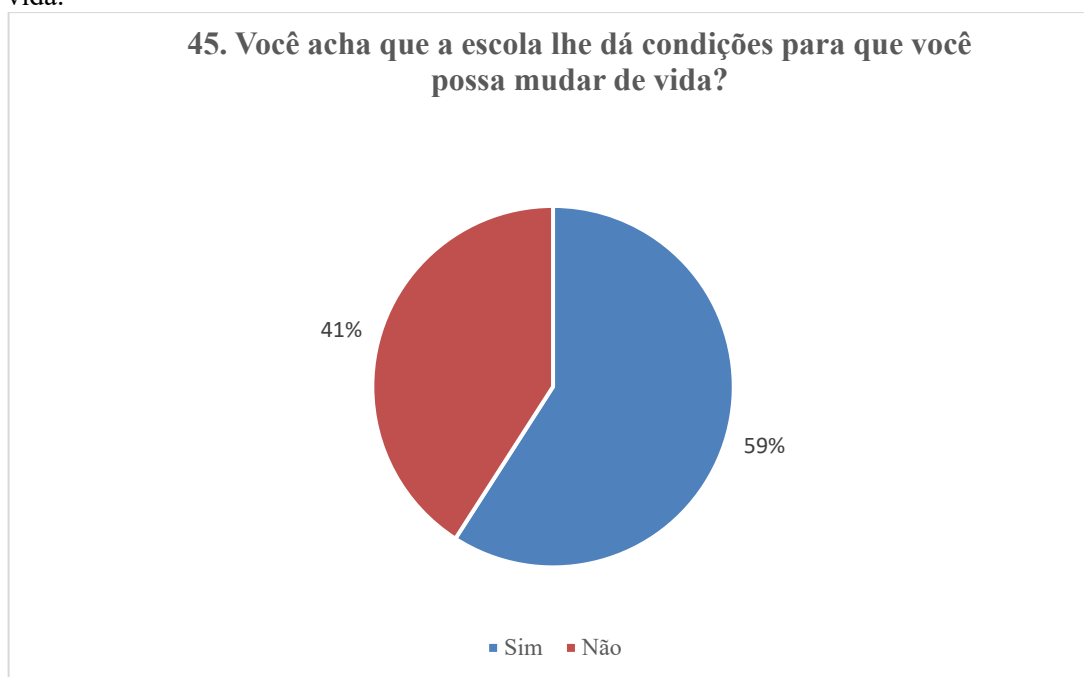
Fonte: Dados da pesquisa.

A análise do gráfico sobre a participação dos alunos na colheita durante o período sazonal revela aspectos importantes sobre a dinâmica familiar e escolar em Celso Bueno. 8 alunos (36%) indicam que, durante o período de safra, costumam deixar a escola para ajudar a família na colheita, o que evidencia que, para uma parcela considerável de estudantes, as demandas familiares relacionadas à agricultura têm prioridade, interrompendo temporariamente sua educação. Este dado reflete a realidade de um trabalho sazonal que exige a mão de obra dos membros da família, o que, muitas vezes, leva à evasão escolar durante esses períodos.

Por outro lado, a maioria dos alunos, 14 alunos (64%), afirma que não deixam a escola para ajudar na colheita. Isso sugere que, embora o trabalho na lavoura seja uma parte significativa da vida dos moradores de Celso Bueno, existe também um esforço para manter a continuidade escolar. Esses alunos podem contar com estratégias de adaptação durante a safra, como apoio familiar ou flexibilidade na escola, permitindo que conciliem a educação com o trabalho sazonal. Essa realidade também pode indicar um comprometimento maior com os estudos por parte dos estudantes e suas famílias, refletindo uma possível valorização da educação como uma ferramenta de mobilidade social.

Contudo, é importante destacar que, mesmo entre os alunos que não interrompem os estudos durante a colheita, o impacto da sazonalidade ainda pode ser sentido, pois o trabalho intenso da família pode afetar a dinâmica familiar e a disponibilidade de tempo e energia para os alunos, prejudicando seu desempenho acadêmico. Assim, o gráfico oferece uma visão das estratégias adotadas pelos estudantes de Celso Bueno para conciliar as exigências do trabalho e da escola, além de destacar a pressão social e econômica que influencia a permanência escolar.

Gráfico 45 – Percepção dos alunos sobre as condições oferecidas pela escola para mudar de vida.



Fonte: Dados da pesquisa.

A análise dessa questão permite observar as percepções dos alunos quanto ao papel da escola na sua trajetória de vida e nas possibilidades de ascensão social. Dos 22 alunos participantes da pesquisa, 13 (59%) afirmam que a escola proporciona condições para que possam mudar de vida, o que sugere uma visão positiva da instituição como agente de transformação. Esses alunos enxergam a educação como um meio de adquirir conhecimentos e habilidades que os capacitarão a alcançar uma vida melhor, talvez por meio da obtenção de melhores oportunidades de trabalho ou acesso a um nível mais alto de formação. Essa perspectiva pode refletir uma confiança no sistema educacional local e na capacidade da escola de proporcionar ferramentas para o sucesso individual e coletivo.

Entretanto, 9 alunos (41%) consideram que a escola não oferece as condições necessárias para que possam mudar de vida, o que aponta para uma visão mais cética ou negativa sobre a eficácia da educação no contexto local. Esse grupo pode estar lidando com desafios específicos, como a falta de recursos adequados, a insuficiência de apoio pedagógico, ou a presença de barreiras socioeconômicas que limitam seu acesso a oportunidades além do ambiente escolar. Tais respostas indicam que, embora a escola tenha um papel importante, sua capacidade de promover mudanças significativas na vida dos alunos pode ser vista como insuficiente por uma parcela dos estudantes, refletindo desafios que ainda precisam ser superados para garantir que todos tenham a chance de alcançar o sucesso educacional e social.

A análise comparativa entre os gráficos dos questionários aplicados a alunos e professores da Escola Municipal de Celso Bueno revela informações importantes sobre as condições socioeconômicas e educacionais do distrito, destacando similaridades e divergências entre as percepções e realidades vividas por esses dois grupos. Essas análises contribuem para compreender os desafios enfrentados no contexto escolar e as oportunidades de melhoria que podem ser implementadas.

Uma das convergências mais marcantes entre os gráficos diz respeito ao impacto do trabalho sazonal na vida dos alunos e suas famílias. Enquanto os alunos apontam que parte significativa de seus familiares trabalha em lavouras, com jornadas que frequentemente ultrapassam 12 horas diárias, os professores também reconhecem que essa realidade influencia diretamente a rotina dos estudantes, afetando a frequência e o desempenho escolar. Essa dinâmica evidencia como o contexto agrícola do distrito molda as condições sociais e educacionais da comunidade.

Além disso, os gráficos destacam a predominância do trabalho informal entre os familiares dos alunos, com um número expressivo de trabalhadores sem carteira assinada. Esse aspecto é complementado pelos dados dos professores, que indicam preocupações com a evasão escolar durante os períodos de colheita, reforçando a vulnerabilidade socioeconômica como fator determinante para a continuidade dos estudos.

Outro ponto em comum entre os gráficos é a percepção sobre as condições de trabalho no distrito. Tanto alunos quanto professores avaliam essas condições como, em sua maioria, razoáveis ou insatisfatórias. Enquanto os alunos observam a falta de oportunidades formais de emprego, os professores ressaltam as dificuldades estruturais e a carência de investimentos em infraestrutura, o que compromete não apenas o ambiente escolar, mas também a qualidade de vida na comunidade.

No que diz respeito às oportunidades de lazer, ambos os grupos destacam a escassez de opções no distrito. Os alunos apontam atividades como assistir à TV e navegar na internet como principais formas de entretenimento, enquanto os professores indicam a necessidade de iniciativas culturais e esportivas para ampliar as possibilidades de lazer e integração social. Essa convergência reforça a importância de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento cultural e recreativo da região.

A visão sobre a escola como espaço de transformação social também apresenta pontos relevantes. A maioria dos alunos acredita que a escola oferece condições para mudar suas vidas, embora uma parcela significativa demonstre ceticismo quanto a essa possibilidade. Os professores, por sua vez, reconhecem o papel da educação na promoção da mobilidade social, mas destacam os desafios enfrentados para garantir essa transformação, especialmente diante das limitações estruturais e pedagógicas.

Quando analisados os dados sobre o tempo de residência no distrito, observa-se que muitos alunos e suas famílias possuem vínculos duradouros com a comunidade, estabelecendo raízes ao longo de anos de convivência. Já entre os professores, a maior parte possui vínculos profissionais mais recentes, o que sugere a necessidade de estratégias para aproximar os docentes das especificidades culturais e sociais do distrito, promovendo maior integração entre escola e comunidade.

As percepções sobre o tempo de trabalho também revelam discrepâncias significativas. Enquanto os alunos relatam jornadas extenuantes nas lavouras, os professores enfrentam desafios relacionados à carga de trabalho e à necessidade de conciliar atividades pedagógicas com demandas administrativas. Essa diferença evidencia como as condições laborais impactam, de maneiras distintas, os dois grupos analisados.

Outro aspecto importante diz respeito à evasão escolar durante o período de safra. Os gráficos mostram que uma parcela dos alunos interrompe os estudos temporariamente para ajudar na colheita, enquanto os professores expressam preocupação com a dificuldade de reintegrar esses alunos após a ausência. Essa constatação reforça a necessidade de estratégias pedagógicas adaptativas para minimizar os efeitos do trabalho sazonal sobre o aprendizado.

Por fim, os gráficos indicam percepções compartilhadas sobre a importância da educação como ferramenta de superação das dificuldades socioeconômicas. Tanto alunos quanto professores reconhecem os desafios enfrentados, mas também enxergam na escola um espaço de oportunidades e crescimento. Essa visão mútua destaca o papel fundamental da educação na construção de perspectivas futuras mais promissoras para a comunidade de Celso Bueno.

Com base nesses resultados, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas e programas educacionais que atendam às especificidades do contexto local, oferecendo suporte tanto para alunos quanto para professores. O fortalecimento do vínculo entre a escola e a comunidade, aliado a estratégias que valorizem a cultura local e promovam a inclusão social, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento educacional e econômico do distrito.

5.4 Educação em transformação: reflexões sobre a escola de Celso Bueno (2013-2023)

As transformações ocorridas na escola Municipal de Celso Bueno, no período analisado (2013-2023), também evidenciaram mudanças expressivas no perfil dos alunos, marcadas por uma maior diversidade cultural, tecnológica, social e econômica. Esse novo contexto impôs desafios pedagógicos e demandou uma reestruturação das práticas educacionais, com foco na inclusão e na personalização do ensino. Os questionários aplicados junto aos docentes apontaram que 76% dos professores perceberam um aumento na heterogeneidade das turmas, destacando a necessidade de metodologias diferenciadas para atender às múltiplas demandas dos alunos. Essa diversidade exigiu não apenas maior sensibilidade por parte dos educadores, mas também a criação de estratégias pedagógicas mais flexíveis e adaptáveis, voltadas à promoção da equidade no acesso ao aprendizado.

Entre as ações implementadas, destacam-se os programas de apoio psicopedagógico, reconhecidos por 81% dos docentes como fundamentais para lidar com as dificuldades emocionais e cognitivas dos estudantes. Além disso, foram oferecidas atividades extracurriculares voltadas ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, culturais e esportivas, que contribuíram para a formação integral dos alunos e fortaleceram os vínculos com a escola, iniciativas essas, vistas como essenciais para reduzir a evasão escolar, especialmente entre alunos provenientes de contextos socioeconômicos mais vulneráveis.

A implementação desses projetos significativos na escola merece destaque, especialmente iniciativas como Jovens Mineiros Sustentáveis, Instituto Hortense e Diário de Ideias. Esses projetos têm desempenhado um papel essencial no desenvolvimento educacional e socioemocional dos alunos, promovendo práticas sustentáveis, criativas e educativas que enriquecem o cotidiano escolar.

O Programa Jovens Mineiros Sustentáveis é desenvolvido pela SEMAD (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais), por meio da sua Diretoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais (DEARI), em parceria com prefeituras municipais, e consiste em um conjunto de atividades de educação ambiental e

humanitária, que tem como estratégia geral capacitar educadores, por meio da disponibilização de curso de educação à distância – EAD de educação ambiental, além de formar alunos do 5º ano do ensino fundamental nas temáticas de consumo consciente de água e energia, cidadania, gestão sustentável de resíduos sólidos e educação humanitária, por meio do oferecimento de cadernos com atividades pedagógicas e da prestação de apoio técnico.

Por meio das ações de educação ambiental propostas, busca contribuir para atingir seis “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODS) da Organização das Nações Unidas – ONU:

- Educação de Qualidade;
- Água Potável e Saneamento;
- Energia Limpa e Acessível;
- Cidades e Comunidades Sustentáveis;
- Consumo e Produção Responsáveis
- Vida Terrestre

Considerando que a região de Celso Bueno é predominantemente agrícola e que a maior parte dos pais dos alunos da escola reside e atua em lavouras, o programa é desenvolvido de forma abrangente em toda a instituição de ensino. Ele se alinha às políticas públicas de Minas Gerais e do Brasil, adotando uma abordagem cidadã que integra conceitos técnicos e humanistas, adaptados ao perfil socioeconômico e cultural das microrregiões. O programa tendo como objetivo preparar os estudantes para se tornarem cidadãos mais conscientes e comprometidos com práticas ambientalmente sustentáveis. Além disso, conta com uma metodologia de acompanhamento contínuo, que favorece a proximidade entre os envolvidos e fortalece uma rede colaborativa de parceiros, ampliando os impactos positivos das ações desenvolvidas.

Outro projeto é realizado em parceria com o Instituto Hortense, uma organização dedicada à promoção da educação socioemocional para crianças e adolescentes. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento integral dos jovens, preparando-os para uma vida mais consciente, saudável e orientada para o futuro. O trabalho do instituto foca no fortalecimento de habilidades como autogestão, empatia e resiliência. Por meio de suas atividades, o projeto visa aprimorar as relações interpessoais e formar cidadãos emocionalmente inteligentes. Alinhado a valores como responsabilidade, ética, respeito e colaboração, o instituto tem a missão de multiplicar essas competências, promovendo um mundo mais empático e ético.

Já o “Diário de ideias”, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Campus Monte Carmelo, é um projeto que trabalha com leitura, escrita e o

desenvolvimento da criatividade a partir do cotidiano dos alunos. Focado no estímulo ao pensamento crítico e à expressão, o projeto propõe atividades que incentivam os estudantes a refletir sobre o mundo ao seu redor e a transformar suas experiências diárias em produções criativas. Essa abordagem visa integrar os conhecimentos acadêmicos com a realidade vivida pelos alunos, promovendo uma aprendizagem significativa e engajante.

Durante a pesquisa, foi identificado um projeto relevante oferecido aos professores regentes e de apoio da Escola Municipal de Celso Bueno, que conta com sete professores de apoio em sua equipe. Trata-se do Curso de Capacitação em Análise do Comportamento Aplicada (ABA), cujo objetivo é proporcionar uma compreensão aprofundada dos princípios, métodos e diretrizes éticas dessa abordagem. Essa capacitação é fundamental para promover a aplicação eficiente da ABA em contextos educacionais, garantindo que os profissionais utilizem estratégias adequadas ao desenvolvimento dos alunos.

Assim, a instituição promove atividades que envolvem toda a comunidade escolar, criando um ambiente de aprendizado mais equilibrado e colaborativo. Essas iniciativas têm como objetivo fortalecer as competências socioemocionais de todos os envolvidos, contribuindo para a construção de um ambiente mais saudável e harmonioso, essencial ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Nesse contexto, a ampliação do diálogo entre escola e família destacou-se como uma estratégia central. Por meio de reuniões periódicas, palestras, projetos e oficinas temáticas voltadas à orientação dos pais, buscou-se reforçar o papel da escola como espaço de acolhimento e pertencimento, promovendo um ambiente ainda mais colaborativo e favorável ao aprendizado.

Além disso, os relatos coletados durante a pesquisa indicam que essas medidas não apenas elevaram os índices de permanência dos alunos, mas também tiveram impacto significativo na formação cidadã, fortalecendo o desenvolvimento de competências essenciais para a vida em sociedade. Esse contexto de transformação educacional revela uma evolução contínua no ambiente escolar, marcada por mudanças significativas na relação dos alunos com a educação ao longo dos últimos dez anos (2013-2023).

De acordo com a percepção dos professores da Escola Municipal de Celso Bueno, os estudantes atuais demonstram maior foco e engajamento em comparação aos de períodos anteriores. Essa transformação está diretamente ligada à inserção de cursos e novas metodologias pedagógicas, que ampliaram o interesse dos alunos e, simultaneamente, incentivaram práticas docentes mais dinâmicas e eficazes, com isso o cenário educacional se

apresenta mais integrado, atendendo às demandas contemporâneas e promovendo uma formação ampla e cidadã.

As novas práticas metodológicas adotadas pela escola refletem uma tendência de modernização do ensino, fundamentada em abordagens que valorizam a interação, a criatividade e a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem. Nesse sentido, os cursos voltados para a formação continuada dos professores desempenharam papel essencial, pois contribuíram para a capacitação dos profissionais e para a implementação de estratégias didáticas inovadoras. Esse esforço coletivo resultou em um impacto positivo, evidenciado pela melhoria no desempenho e no engajamento dos alunos.

Ademais, a mudança de postura dos alunos, observada pelos docentes, pode ser interpretada como um reflexo de um ambiente educacional que reconhece as necessidades contemporâneas e busca adequar-se às transformações sociais e tecnológicas. A combinação de incentivos voltados aos professores e o estímulo constante aos estudantes consolidou um cenário educacional mais integrado e voltado ao desenvolvimento pleno de todos os envolvidos no processo pedagógico.

Olha, a gente percebe uma diferença enorme nos alunos de hoje. Eles estão mais focados, mais interessados, e acho que isso tem tudo a ver com as mudanças que a escola trouxe, é o que eu acho. Esses cursos novos e as metodologias que a gente começou a usar fizeram muita diferença. Agora, a sala de aula é mais dinâmica, mais participativa, e isso prende a atenção deles. Claro, a gente também passou por capacitação, e isso ajudou muito a melhorar nossa prática. No fim, parece que tudo ficou mais alinhado, sabe? Todo mundo está trabalhando junto pra formar alunos mais preparados e cidadãos melhores. (Professora Ana, 2024).

Ao longo dos últimos dez anos (2013-2023), um dos questionamentos levantados sobre a Escola Municipal de Celso Bueno foi sobre a reorganização curricular. Tanto os docentes quanto a equipe gestora afirmaram que houve uma reorganização significativa, especialmente com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a partir de 2017.

Segundo o Ministério da Educação (2017)

A BNCC, homologada em 2017, estabeleceu diretrizes para a educação infantil e o ensino fundamental, com o objetivo de promover uma educação equitativa e garantir que todos os alunos, independentemente de sua localização, tivessem acesso a uma formação integral e de qualidade. Sua implementação nas escolas iniciou-se gradualmente em 2019, com adaptações nos currículos estaduais e municipais, com o processo de adequação concluído até 2020.

Entre as principais inovações trazidas pela BNCC, destaca-se o fortalecimento das competências gerais, como pensamento crítico, criatividade, empatia e responsabilidade social, que passaram a ser trabalhadas de maneira transversal às disciplinas. Na Escola Municipal de Celso Bueno, essa mudança exigiu uma reformulação no planejamento pedagógico, orientando os professores a desenvolver estratégias que integrassem o conhecimento acadêmico às demandas do século XXI. Além disso, a BNCC incentivou uma abordagem mais interdisciplinar e contextualizada, promovendo o uso de metodologias ativas, como projetos colaborativos, estudos de caso e práticas investigativas, tornando o ensino mais dinâmico e envolvente.

Outro ponto relevante foi a valorização da formação continuada dos professores, essencial para que compreendessem e aplicassem as novas diretrizes da BNCC em suas práticas cotidianas. A escola organizou cursos e oficinas que abordaram tanto os fundamentos da BNCC quanto a aplicação de novas estratégias pedagógicas, com ênfase no planejamento e avaliação. Essas ações não só qualificaram o corpo docente, mas também fortaleceram a colaboração entre professores, gestão escolar e a comunidade, criando uma cultura de engajamento.

Além disso, a implementação da BNCC incentivou a utilização de recursos tecnológicos na educação, promovendo a adaptação das práticas pedagógicas às exigências do mundo contemporâneo. Na Escola Municipal de Celso Bueno, apesar de o uso de plataformas digitais ainda não ser amplamente difundido, observou-se o estímulo à adoção de tecnologias acessíveis ao contexto escolar, como recursos audiovisuais e atividades interativas. Esse movimento reflete o esforço gradual da escola em integrar tradição e inovação, ajustando suas práticas às demandas da sociedade atual, ainda que o processo esteja em fase de desenvolvimento.

Diante desse cenário houve segundo os docentes da escola, mudanças significativas nos recursos didáticos e nas práticas pedagógicas, refletindo uma evolução considerável no processo de ensino-aprendizagem. Se antes a rotina docente era centrada predominantemente no uso do livro didático, nos últimos anos, os professores passaram a utilizar uma diversidade de materiais didáticos, incluindo livros diferenciados e recursos tecnológicos. Essa ampliação no uso de materiais visou proporcionar uma aprendizagem mais rica e variada, adaptando-se às necessidades e interesses dos alunos, além de acompanhar as transformações do contexto educacional e tecnológico.

Outra transformação relevante diz respeito ao papel do professor. Deixou-se para trás a figura do educador que se limitava a escrever no quadro e a expor conteúdos de forma

expositiva, com um modelo de ensino mais passivo. Hoje, os professores são agentes de uma interação constante com os alunos, estimulando o protagonismo discente e promovendo uma troca ativa de saberes. Essa mudança no perfil do professor também se reflete na forma como o conhecimento é construído e compartilhado. O ensino deixou de se restringir ao espaço físico da sala de aula, abrangendo atividades que possibilitam a aplicação prática dos conceitos aprendidos.

Nos últimos anos, a formação continuada tem sido essencial para o desenvolvimento dos professores da Escola Municipal de Celso Bueno. A escola tem oferecido cursos e oficinas sobre a BNCC e novas estratégias de ensino, focando em planejamento e avaliação. Isso tem ajudado os professores a se atualizarem e a aplicarem as novas práticas no dia a dia. Além disso, o uso de tecnologias, como recursos audiovisuais e atividades interativas, tem sido incentivado de maneira gradual, acompanhando as mudanças na sociedade e nas necessidades dos alunos. Com isso, a forma de ensinar se tornou mais diversificada e dinâmica, deixando de ser centrada apenas no livro didático. (Professora Rosa, 2024).

A Escola Municipal de Celso Bueno, ao longo dos últimos anos, tem se empenhado em promover experiências educativas que vão além das fronteiras da sala de aula, como excursões e visitas a empresas, fazendas e outros ambientes externos. Essas atividades permitem aos alunos vivenciar de maneira concreta a relação entre a teoria aprendida e sua aplicação no mundo real. Essa abordagem de contextualizar o aprendizado, levando os estudantes a vivenciarem situações práticas e reais, se configurou como uma das principais inovações pedagógicas da instituição, ampliando as possibilidades de ensino e tornando o aprendizado mais significativo e dinâmico. A escola, ao adaptar-se às novas demandas educacionais, tem buscado criar um ambiente de aprendizagem mais interativo e conectado com a realidade dos alunos, o que reflete seu compromisso com uma educação mais engajada e relevante.

Entretanto, durante a pandemia da Covid 19, assim como todo o mundo, a escola enfrentou o desafio de transitar para o ensino remoto, exigindo uma rápida adaptação de todos os professores, independentemente de seu nível de familiaridade com as tecnologias. Para manter o vínculo com os alunos e garantir a continuidade do processo de ensino-aprendizagem, a instituição implementou o uso de ferramentas digitais, como o Google Meet. Apesar de muitos docentes não estarem familiarizados com esse tipo de recurso, a Secretaria de Educação do município ofereceu apoio por meio de treinamentos e sessões de capacitação, o que possibilitou a muitos educadores superarem suas dificuldades com as tecnologias e aprimorarem suas práticas pedagógicas no ambiente digital. Essa adaptação ao ensino remoto, apesar de desafiadora, motivou a escola a experimentar novas abordagens pedagógicas,

demonstrando o compromisso contínuo da instituição em se modernizar e alinhar-se às demandas educacionais da contemporaneidade.

Apesar do esforço da escola e da formação continuada oferecida aos professores, os docentes relataram, durante a pesquisa, que as limitações enfrentadas pelos alunos durante a pandemia representaram um desafio constante.

Muitos estudantes não possuíam os recursos necessários para acompanhar as aulas remotas, como computadores, tablets ou conexão de internet estável. Esse cenário gerou desigualdades no acesso à educação, o que tornou ainda mais difícil para alguns alunos manterem o ritmo de aprendizado. A falta de recursos tecnológicos também dificultou a participação ativa de muitos estudantes nas aulas virtuais, comprometendo o alcance das estratégias pedagógicas adotadas.

A Escola Municipal de Celso Bueno, no entanto, procurou mitigar esses desafios com iniciativas como o empréstimo de equipamentos e a disponibilização de pacotes de dados para algumas famílias, além de realizar atendimentos presenciais em momentos específicos para garantir que os alunos continuassem a ter acesso ao conteúdo.

Mesmo com essas ações, ficou claro que a pandemia trouxe à tona questões estruturais que precisam ser enfrentadas, principalmente no que diz respeito à inclusão digital, e a escola seguiu buscando alternativas para contornar as limitações enfrentadas, com o intuito de garantir que todos os alunos tivessem uma educação contínua e de qualidade, independentemente das dificuldades impostas pela crise sanitária.

Apesar dos esforços da escola para oferecer formação aos professores e tentar resolver os problemas causados pela pandemia, as dificuldades tecnológicas e a falta de recursos atrapalharam o aprendizado dos alunos. Muitos não tinham computador, tablet ou uma internet boa, o que dificultou a participação nas aulas online. A escola tentou ajudar, emprestando equipamentos, oferecendo pacotes de dados e fazendo atendimentos presenciais, mas mesmo assim, a falta de acesso à tecnologia ainda foi um grande desafio. (Professora Ana, 2024).

Mas, segundo os professores, essas mudanças tecnológicas, especialmente no contexto pós-pandemia, têm influenciado diretamente o trabalho docente, transformando a maneira como as aulas são planejadas, executadas e avaliadas. A adaptação forçada à tecnologia durante o período de ensino remoto não apenas promoveu um avanço significativo nas competências digitais dos educadores, mas também reconfigurou a própria relação entre professor e aluno. Plataformas de ensino a distância, como o Google Meet e outros recursos digitais, passaram a ser incorporadas de forma mais frequente no cotidiano escolar,

oferecendo aos docentes novas ferramentas para a entrega de conteúdo e o acompanhamento do progresso acadêmico dos alunos.

No entanto, essa transição tecnológica trouxe tanto desafios quanto oportunidades. Para muitos educadores, que antes não estavam familiarizados com o uso intensivo de tecnologias digitais, o aprendizado dessas novas ferramentas foi um processo gradual, mas imprescindível. A Secretaria Municipal de Educação teve um papel crucial nesse processo, promovendo treinamentos e capacitações para os professores, o que possibilitou a eles não apenas a utilização das ferramentas de ensino digital, mas também a aplicação de metodologias ativas que permitem um ensino mais personalizado e centrado no aluno. A tecnologia, portanto, deixou de ser apenas um recurso auxiliar, para se tornar parte integrante da prática pedagógica.

Além disso, o uso das tecnologias no ensino contribuiu para a promoção de um aprendizado mais dinâmico e interativo, permitindo a construção colaborativa do conhecimento. A troca constante entre os alunos, os professores e o conteúdo de forma virtual ampliaram o acesso à informação, oferecendo mais autonomia aos estudantes no processo de aprendizagem. Contudo, é importante ressaltar que, apesar das vantagens, a implementação da tecnologia no processo educacional também revelou desafios, especialmente no que se refere às desigualdades de acesso à internet e a dispositivos digitais, questões que ainda limitam o alcance total dessas inovações, principalmente entre os alunos da zona rural.

Nossa, foi um desafio enorme nos adaptar a tecnologia, pois a maioria de nós professores, com exceção é claro, dos professores mais jovens, estávamos acostumados a dar aula na forma tradicional e maioria de nós professores somos da era analógica, ou seja, na base do cuspe e giz. Mas hoje enxergo como uma ótima ferramenta de trabalho, onde posso disponibilizar na plataforma, atividades, quiz, gamificação, lista de exercícios e outras atividades que os alunos gostam muito. Então acho que diante de toda dificuldade as mudanças tecnológicas, tem influenciado de forma positiva no trabalho de nós professores e impactado na aprendizagem de nossos alunos. (Professora Maria, 2024).

Diante da pesquisa e dos relatos dos professores, fica claro que a realidade dos alunos da Escola Municipal de Celso Bueno, especialmente os oriundos da zona rural, reflete uma complexa situação socioeconômica que impacta diretamente na permanência desses estudantes na escola. Com mais de 80% dos alunos residindo em fazendas e propriedades rurais, muitos deles enfrentam uma jornada diária de deslocamento que começa nas primeiras horas da manhã, por volta das 4 horas, para que possam pegar o transporte escolar oferecido pelo município.

Por mais que, o transporte escolar seja uma medida importante para garantir o acesso à escola, ele ainda impõe desafios significativos, como longos períodos de viagem, que comprometem o tempo disponível para outras atividades e o descanso adequado dos alunos. Esses desafios de deslocamento, aliados à complexidade do contexto rural, têm um impacto direto na frequência e no rendimento escolar, colocando em risco a continuidade do processo de aprendizagem e ampliando as chances de evasão.

Além disso, a maioria desses estudantes vem de outras regiões do país, principalmente da Bahia, o que implica não só em desafios logísticos, mas também culturais e familiares. Muitos chegam com uma bagagem cultural distinta, com poucos recursos e, em muitos casos, a expectativa de que a educação escolar não seja a principal prioridade dentro de uma realidade de trabalho rural. Isso leva, muitas vezes, à desvalorização do ensino formal e à necessidade de os alunos ajudarem nas atividades da família, desde a infância.

Em resposta a essas dificuldades, a Escola Municipal de Celso Bueno tem se adaptado às necessidades dessa população migrante de forma proativa. O oferecimento de um lanche logo pela manhã, antes mesmo dos outros alunos chegarem, e o almoço antes do retorno para casa são medidas que buscam minimizar o impacto das longas jornadas e garantir que os estudantes não retornem para suas casas em jejum, o que poderia comprometer sua saúde e bem-estar. No entanto, essas ações, por mais que essenciais, representam apenas paliativos diante de um problema mais amplo e estrutural, que é a combinação de fatores que levam à evasão escolar, como as condições de transporte, a distância das residências e a necessidade de os alunos se envolverem nas atividades produtivas da família.

A realidade rural impõe um peso adicional sobre a educação desses alunos, e a evasão escolar é frequentemente vista como uma consequência dessas dificuldades. Muitos estudantes não conseguem conciliar o horário escolar com as demandas do campo, o que faz com que, ao longo do tempo, o interesse pela educação diminua, sobretudo quando a rotina de trabalho e as responsabilidades familiares se sobrepõem às exigências acadêmicas. Em muitos casos, e não diferente ao Distrito de Celso Bueno, a escola torna-se uma prioridade secundária diante das necessidades imediatas e urgentes do cotidiano rural. Esse fenômeno evidencia que a evasão escolar, nesse contexto, está profundamente ligada à condição de vida e ao modo de vida da zona rural, que exige um olhar atento e uma abordagem diferenciada por parte das políticas educacionais, que precisam ir além do ambiente escolar para realmente atender às necessidades dos alunos e garantir que não sejam excluídos do processo educativo devido à sua origem e às dificuldades do contexto em que vivem.

A própria fala de uma docente (2024) nos expõe a realidade vivida por esses alunos:

Temos alunos que saem de casa muito cedo, por volta das 4 e 5 horas da manhã e enfrentam diversas dificuldades durante o trajeto de casa até escola e em tempos de chuva isso agrava ainda muito mais, pois tem vãs, Ônibus e Kombi que atolam no caminho. E quando chegam, estão muito, mas muito sonolentos na escola, sem falar que chegam famintos e totalmente desmotivados para estudar. Dá gosto de ver eles comerem. (Professora Rosa, 2024).

Outras informações de suma importância para a pesquisa fornecidas pela direção, professores e Secretaria municipal de educação, revelam aspectos significativos sobre as adaptações realizadas pela Escola Municipal de Celso Bueno nos últimos 10 anos, especialmente no que diz respeito à organização escolar e ao atendimento dos alunos oriundos da zona rural.

A decisão de ajustar os horários de matrícula, alocando alunos provenientes de fazendas mais distantes no período vespertino, é uma medida estratégica que visa mitigar os desafios enfrentados por esses estudantes no que diz respeito ao deslocamento. Sabemos que, para os alunos residentes em áreas rurais, a jornada diária de transporte é um dos maiores obstáculos para a educação.

Além da adaptação no horário escolar, é importante destacar que a Escola Municipal de Celso Bueno enfrenta um desafio adicional relacionado à ausência do Ensino Médio em seu segmento educacional. Cerca de 73 alunos da escola, que necessitam continuar seus estudos após o Ensino Fundamental, são transportados diariamente para a cidade vizinha, Monte Carmelo, perfazendo muitas vezes um percurso de até 70 quilômetros, considerando ida e volta.

Esse deslocamento representa mais um obstáculo para a comunidade escolar, pois aumenta a quilometragem percorrida e sobrecarrega a logística de transporte. Esse cenário implica em um impacto significativo na rotina dos alunos e na gestão escolar, uma vez que muitos deles já enfrentam longos trajetos para o Ensino Fundamental e, ao necessitarem se deslocar também para o Ensino Médio, enfrentam um agravamento das dificuldades relacionadas ao transporte e à disponibilidade de tempo para atividades escolares.

Segundo relatos de professores, já fora solicitado um segundo endereço de uma escola de Monte Carmelo que atenda o ensino médio, mas que não foi autorizado.

Já foi solicitado a Superintendência de Ensino de Monte Carmelo (SRE), que fosse instalado um segundo endereço para oferta do ensino médio aqui em Celso Bueno. Se isso ocorresse melhora muito a vida dos alunos que terminam o ensino fundamental e tem que iniciar o ensino médio. Veja o quanto isso implicaria em segurança, conforto e incentivo para continuarem seus estudos. O que notamos é que uma parte considerável desses alunos que terminaram o ensino fundamental anos finais, muitos não continuam seus

estudos. Mas como foi negado, o que sem tem a fazer é continuar enviando todos os dias para Monte Carmelo, colocando em risco a vida desses alunos e dificultando a continuidade dos estudos. (Professora Ana, 2024).

Essa mudança de horário, além de representar uma adaptação inteligente às realidades de deslocamento da zona rural, também contribui para a redução da quilometragem percorrida pelos alunos em transporte escolar. Assim, essa adaptação no horário visa não apenas melhorar o bem-estar dos estudantes, mas também evitar que o deslocamento excessivo contribua para a evasão escolar, um fator relevante dentro do contexto educacional de áreas rurais.

Além disso, a adaptação no atendimento aos alunos com necessidades pedagógicas e especiais é outro aspecto importante que revela o esforço da escola para promover a inclusão e garantir que todos os estudantes, independentemente de suas dificuldades, possam acessar um ensino de qualidade. A possibilidade de esses alunos serem atendidos de maneira personalizada no horário de aula, com suporte especializado, contribui para uma aprendizagem mais efetiva e inclusiva.

Esse modelo de atendimento personalizado não só atende às necessidades individuais de cada estudante, mas também se alinha com a BNCC, que enfatiza a importância de um ensino equitativo, respeitando as especificidades de cada aluno e promovendo a sua integração no processo educacional.

Através dessas adaptações, a Escola Municipal de Celso Bueno demonstra um compromisso claro com a melhoria do acesso à educação e com o enfrentamento das dificuldades de permanência escolar, especialmente no contexto rural, onde os desafios são mais intensos. Essas ações, focadas na reorganização do horário escolar e no atendimento diferenciado aos alunos com necessidades específicas, têm o potencial de reduzir as taxas de evasão e garantir que os alunos da zona rural possam ter uma formação integral e de qualidade, mesmo diante das adversidades que o contexto geográfico e socioeconômico impõem.

Uma outra questão central levantada junto aos docentes é o impacto do trabalho na relação familiar e nas trajetórias educacionais dos alunos. De maneira unânime, os professores afirmaram que a necessidade de contribuir com a renda familiar frequentemente interfere no processo educacional, levando muitos jovens, especialmente os oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a abandonar os estudos. Essa dinâmica é particularmente evidente no contexto da Escola Municipal de Celso Bueno, onde a maioria

dos estudantes reside em zonas rurais e está exposta à realidade do trabalho infantil ou juvenil nas propriedades agrícolas locais.

Apesar de ser um desafio persistente, os últimos anos têm registrado avanços significativos na redução da evasão escolar, fruto de esforços coordenados entre a escola e a Secretaria Municipal de Educação. Uma das principais iniciativas tem sido a implementação de ações de busca ativa. Nessa estratégia, a equipe escolar, muitas vezes em parceria com o Conselho Tutelar, realiza visitas domiciliares e às fazendas para dialogar diretamente com os pais ou responsáveis. Nessas ocasiões, busca-se conscientizar as famílias sobre a importância da educação na vida dos filhos, ressaltando que a escola pode ser um caminho para romper o ciclo de vulnerabilidade socioeconômica.

O apoio do Conselho Tutelar tem se mostrado um elemento essencial nesse processo. De acordo com a escola, esse órgão tem atuado como um aliado importante nesse processo, auxiliando no diálogo com as famílias e na identificação de situações de risco ou negligência que possam estar contribuindo para a evasão escolar. Além disso, o Conselho tem o papel de garantir que os direitos educacionais das crianças e adolescentes sejam preservados, reforçando a necessidade de frequência e permanência escolar como um direito fundamental.

Ainda assim, um desafio particular enfrentado pela escola são os alunos que, mesmo residindo no distrito, não comparecem às aulas. Muitos permanecem nas ruas durante o horário escolar, especialmente quando os pais ou responsáveis estão fora de casa trabalhando. Essa situação não apenas reflete a falta de supervisão familiar, mas também a necessidade de uma conscientização mais ampla sobre o valor da educação. Nesse contexto, o trabalho integrado entre a escola, a comunidade e o Conselho Tutelar tem sido vital para identificar esses casos e promover intervenções que incentivem o retorno e a permanência dos alunos na escola.

Além dos alunos que moram e trabalham na zona rural, tem muitos alunos que moram no Distrito de Celso Bueno e fica o dia todo nas ruas e aproveitam que os responsáveis foram trabalhar e não vão para a escola. Daí temos que solicitar a ajuda do Conselho tutelar, pois caso contrário esses alunos não vêm para escola mesmo. Isso dificulta muito o nosso trabalho pois ficam muito defasados em questão de conteúdo e prejudica o andamento das aulas e o aproveitamento da turma. (Professora Ana, 2024).

Mesmo que os desafios ainda sejam numerosos, as iniciativas de busca ativa, o apoio do Conselho Tutelar e as ações de conscientização vêm desempenhando um papel crucial para enfrentar a evasão escolar. Essas medidas não apenas contribuem para a redução dos índices

de abandono, mas também ajudam a fortalecer os vínculos entre a escola e a comunidade, criando um espaço de maior diálogo e cooperação.

Nesse contexto, a experiência da Escola Municipal de Celso Bueno exemplifica como a interação entre a instituição de ensino e as famílias dos alunos é marcada por dinâmicas complexas e profundas desigualdades sociais e culturais. Uma das problemáticas mais evidenciadas pelos professores e pela gestão escolar é o distanciamento crescente das famílias em relação à educação de seus filhos, um fenômeno que reflete tanto os desafios estruturais da comunidade quanto as limitações no acompanhamento escolar, impactando diretamente o desempenho dos estudantes e a qualidade do trabalho pedagógico.

Os relatos apontam para uma baixa participação familiar nas atividades propostas pela escola, como reuniões e eventos. Mesmo com esforços para adequar horários, com reuniões e festividades realizadas predominantemente à noite, devido à rotina laboral das famílias, a adesão permanece limitada. Muitos pais e mães trabalham em fazendas e enfrentam longas jornadas diárias, retornando para casa apenas após as 18 horas. Ainda assim, as reuniões noturnas não garantem uma presença significativa, sinalizando que o problema transcende questões logísticas e se enraíza em fatores sociais e culturais.

Outro aspecto relevante diz respeito ao ambiente doméstico e suas implicações diretas na vida escolar dos alunos. A escola frequentemente enfrenta situações em que os pais não exercem controle sobre a rotina dos filhos, permitindo que estes permaneçam em casa durante o horário escolar. Nesses casos, o apoio diário do Conselho Tutelar torna-se indispensável para mediar essas situações e garantir que os direitos das crianças e adolescentes à educação sejam respeitados. Em casos mais extremos, professores e gestores precisam, com o suporte do Conselho, deslocar-se até as residências para assegurar a frequência dos alunos. Essa prática, mais do que necessária, evidencia uma inversão do papel esperado da escola, que passa a atuar como ponte para a proteção social, ao mesmo tempo que expõe a vulnerabilidade das famílias atendidas.

Ademais, há relatos de problemáticas ainda mais graves envolvendo a estrutura familiar. Questões como o consumo abusivo de álcool por pais e mães, práticas de prostituição e envolvimento com drogas ilustram um cenário de fragilidade social que afeta diretamente o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Essa realidade é agravada pela reprodução de padrões familiares disfuncionais, em que jovens são expostos a comportamentos que os colocam em risco, como o uso de substâncias ilícitas e outras situações de vulnerabilidade.

Essas questões ficam explícitas na fala de um professor:

No fim de semana a gente também consegue. Mas sabe aquele fim de semana que é problema... Os pais estão em bar, tem muito bar, muito bar, os botecos. O problema familiar lá, o que influencia muito lá, é essa questão aqui, é o familiar dentro de casa. Porque o pai trabalha a semana inteira e ele bebe e briga com a mãe e mãe também bebe, se prostitui, a filha se prostitui. Nós temos aluno, criança que mexe com droga porque o pai e mãe mexe, então vê isso dentro de casa. Tudo isso a gente estava fazendo o trabalho com o Instituto Hortense, para ver se a gente tirava, entendeu? (Professora Rosa, 2024).

Diante dessas circunstâncias, o corpo docente e a gestão escolar têm buscado alternativas para aproximar as famílias e minimizar os impactos dessas dificuldades. Além de realizar reuniões e eventos no período noturno, a escola também aproveita os sábados para estabelecer contato com os pais. No entanto, mesmo nesses momentos, enfrentam-se barreiras significativas, pois muitos pais utilizam os finais de semana para frequentar bares ou outras atividades que não envolvem a convivência familiar.

Esse cenário aponta para a centralidade do contexto familiar na perpetuação de desafios educacionais. A ausência de um ambiente doméstico favorável reflete diretamente na evasão escolar, na indisciplina e no baixo desempenho dos alunos. Para a equipe escolar, a superação dessas dificuldades passa por um esforço conjunto que envolva não apenas a escola, mas também políticas públicas voltadas à conscientização e ao fortalecimento das famílias, bem como ao combate às vulnerabilidades sociais.

Assim, o caso do Distrito de Celso Bueno não apenas expõe a complexidade das relações entre escola e família, mas também evidencia a necessidade de ações intersetoriais que promovam o bem-estar social, a inclusão e a valorização da educação como instrumento de transformação. Nesse contexto, a escola, em sua dimensão ampliada, atua como espaço de acolhimento e resistência, mas necessita de suporte contínuo para enfrentar desafios que vão além de seu âmbito direto, incluindo aqueles relacionados às condições econômicas e sociais da comunidade.

Um desses desafios é a influência da sazonalidade no processo de ensino-aprendizagem, especialmente na Escola Municipal de Celso Bueno, onde os efeitos dessa dinâmica se tornam ainda mais evidentes. Nos últimos dez anos, mudanças significativas no perfil socioeconômico da região intensificaram o impacto da sazonalidade, como reconhecido de forma unânime pelos professores. Essa realidade não apenas afeta o desempenho escolar dos alunos, mas também reforça a importância de iniciativas conjuntas que integrem escola, família e outros agentes sociais, para mitigar os efeitos desse fenômeno sobre o desenvolvimento educacional.

Essa característica, intrínseca à economia agrícola local, continua afetando diretamente a rotina escolar, sobretudo nos períodos de colheita. Muitos alunos, provenientes de famílias que dependem do trabalho no campo, acabam se envolvendo nas atividades sazonais, o que prejudica sua frequência regular e interrompe o ritmo de aprendizado. Mesmo aqueles que não trabalham diretamente nas fazendas são influenciados pelas prioridades econômicas de suas famílias, que frequentemente sobrepõem o trabalho à educação.

Os professores destacaram que, apesar dos avanços nas estratégias de enfrentamento, como a busca ativa e o apoio do Conselho Tutelar, a sazonalidade ainda representa um desafio considerável. Essas iniciativas têm sido fundamentais para reduzir os impactos negativos, mas o problema persiste devido à complexidade das condições socioeconômicas enfrentadas pelas famílias da região.

Por outro lado, ao longo da última década, a escola tem implementado ações para minimizar os efeitos da sazonalidade, incluindo ajustes nos horários de aula e visitas às famílias para sensibilizá-las sobre a importância da educação. Esse trabalho contínuo tem mostrado resultados positivos, mas também evidencia a necessidade de esforços integrados entre a escola, a comunidade e a gestão pública para garantir que as condições locais não sejam um obstáculo ao acesso e à permanência dos alunos na escola.

A sazonalidade, por conseguinte, permanece como um tema central no contexto educacional de Celso Bueno, exigindo políticas públicas mais inclusivas e adaptadas à realidade rural, de modo a promover a equidade e oferecer perspectivas concretas de transformação social por meio da educação.

Outra questão relevante levantada durante a pesquisa foi se os professores ainda consideram que as relações com os educandos representam um desafio significativo no contexto atual da Escola Municipal de Celso Bueno. Por mais que esse ponto dialogue com a temática da sazonalidade e dos desafios socioeconômicos enfrentados pelas famílias, ele apresenta nuances específicas relacionadas à interação professor-aluno e ao impacto dessa dinâmica no processo de ensino-aprendizagem.

Os professores reconheceram que, apesar dos avanços nas práticas pedagógicas e no fortalecimento do vínculo com os alunos, as relações com os educandos ainda apresentam desafios. Esses desafios não decorrem apenas das condições externas, como a sazonalidade e o envolvimento dos alunos no trabalho, mas também da necessidade de engajar estudantes em um ambiente escolar que muitas vezes compete com outras prioridades sociais e familiares. A ausência de um acompanhamento diário por parte de alguns pais, devido ao trabalho, e a falta de estímulo em casa afetam diretamente o comportamento e a motivação dos educandos.

Olha, ao longo da última década, a escola tem tentado minimizar os impactos da sazonalidade, ajustando horários de aula e fazendo visitas às famílias para conscientizá-las sobre a importância da educação. Isso tem gerado alguns resultados positivos, mas também fica claro que, para realmente enfrentar esse problema, é preciso mais do que isso. É necessário que a escola, a comunidade e a gestão pública trabalhem juntos, criando políticas públicas adaptadas à nossa realidade rural, para garantir que a falta de recursos ou as dificuldades do campo não impeçam nossos alunos de permanecer na escola. Além disso, as relações entre professores e alunos ainda são um grande desafio. A falta de acompanhamento por parte dos pais, que muitas vezes estão ocupados com o trabalho, acaba refletindo no comportamento e na motivação dos alunos, o que complica ainda mais o processo de ensino-aprendizagem. (Professora Ana, 2024).

Temos tentado de tudo para combater os efeitos da sazonalidade, né? Ajustamos horários, fazemos visitas às famílias, tentamos sensibilizá-las. Mas ainda é preciso mais, uma integração entre escola, comunidade e gestão pública. A zona rural exige políticas públicas que atendam às nossas necessidades, senão o acesso e a permanência dos alunos ficam comprometidos. Além disso, a falta de acompanhamento familiar e o pouco estímulo em casa impactam diretamente no comportamento e na motivação dos alunos, criando um grande desafio dentro da sala de aula. (Professora Maria, 2024).

Ademais, os professores enfatizaram que a tecnologia, apesar de ter sido uma aliada durante a pandemia e continuar sendo uma ferramenta importante no ensino, também apresenta contrapartidas. Muitos alunos demonstram um apego excessivo às mídias digitais para lazer, o que interfere em sua concentração e em seu interesse por atividades escolares mais tradicionais. Esse contexto exige dos docentes não apenas um esforço redobrado para diversificar as metodologias de ensino, mas também a habilidade de estabelecer conexões significativas que estimulem o protagonismo estudantil.

Outro fator apontado foi a necessidade de criar estratégias para lidar com a diversidade dos educandos, que inclui não apenas questões acadêmicas, mas também aspectos emocionais e comportamentais. Nesse sentido, a escola tem se apoiado fortemente no Conselho Tutelar, que desempenha um papel crucial no acompanhamento das famílias e na conscientização sobre a importância da educação, parceria essa que tem contribuído para reduzir a evasão escolar e para aproximar a escola da comunidade, mas os professores ressaltaram que o fortalecimento dessas relações ainda demanda ações contínuas e integradas.

Assim sendo, apesar de a relação entre professores e educandos ter avançado significativamente nos últimos anos, ela ainda enfrenta desafios complexos que refletem a realidade socioeconômica e cultural de Celso Bueno. A construção de um ambiente escolar acolhedor e motivador continua sendo uma prioridade, exigindo a colaboração entre

professores, famílias, gestores e instituições de apoio para garantir uma educação transformadora e inclusiva.

Outro aspecto a ser considerado abordado no transcorrer da pesquisa foi o impacto da mecanização, ou seja, as mudanças nas maquinarias, nas relações de trabalho em Celso Bueno. Ao longo dos últimos 10 anos (2013-2023), a transição do trabalho predominantemente artesanal para o uso intensivo de máquinas nas lavouras trouxe mudanças significativas para a dinâmica econômica e educacional da região. Quando questionados sobre o tema, os docentes e gestores afirmaram que a introdução dessas tecnologias alterou profundamente as perspectivas educacionais dos alunos. A escola deixou de ser vista como um espaço para a formação de futuros advogados, médicos ou outros profissionais de nível superior, direcionando-se cada vez mais para uma educação voltada ao preparo técnico dos jovens para operarem as máquinas agrícolas.

Essa mudança reflete uma adaptação da comunidade escolar às demandas locais, onde a mecanização predomina como força motriz da economia rural. Com mais de 80% dos alunos residentes na zona rural, muitos desses estudantes veem no domínio dessas máquinas uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho da própria região, perpetuando um ciclo econômico específico. A escola, ciente desse cenário, busca alinhar-se a essas necessidades, oferecendo uma formação que, mesmo que não seja técnica no sentido estrito, prepara os alunos para interagir com o contexto em que vivem.

À medida que o avanço tecnológico substitui funções tradicionalmente realizadas por trabalhadores rurais, os alunos demonstraram crescente preocupação em se qualificar profissionalmente para atender às novas demandas do setor produtivo. Essa busca por formação reflete o reconhecimento da importância da escola como meio para evitar a exclusão do mercado de trabalho e garantir melhores oportunidades no futuro. Esse cenário reforça o papel da escola como agente central na preparação dos alunos para os desafios impostos por um mercado cada vez mais competitivo e tecnológico.

De acordo com Silva (1981):

A mecanização na medida em que atinge (por questões tecnológicas) principalmente outras atividades que não a colheita, acentua a sazonalidade de ocupação dessa mão-de-obra. Desse modo, a modernização aumenta as exigências e diminui o período de ocupação da mão-de-obra qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o consequente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais. (Silva, 1981. p. 30).

O avanço da mecanização na região de Monte Carmelo, principalmente nas lavouras cafeeiras, trouxe novas exigências e oportunidades, elevando a demanda por profissionais qualificados. Esse cenário reforçou a importância da escola como espaço de preparação para o mercado de trabalho e incentivou os estudantes a valorizarem ainda mais a educação formal. Dados obtidos nos questionários mostram que o interesse dos alunos pela escola aumentou, impulsionado pela percepção de que as habilidades desenvolvidas no ambiente escolar são fundamentais para a inserção em um mercado de trabalho cada vez mais tecnológico e competitivo.

A dinâmica territorial do café na atualidade possui importância marcante em determinadas regiões do espaço rural brasileiro nos quais o café constitui, senão o segmento econômico dominante, um dos que possuem importância não só em termos de ocupação e uso da terra, como, principalmente, em termos das relações em rede, de natureza socioeconômica e, mesmo, política, estabelecidas no interior do território brasileiro e entre este e o mundo. (IBGE, 2016, p.31)

Esse contexto de mudanças socioeconômicas exigiu da escola a implementação de programas voltados à qualificação técnica e ao desenvolvimento de competências digitais que ainda estão sendo implementadas em Celso Bueno. Cursos de informática básica e projetos interdisciplinares estão sendo incorporados ao currículo com o objetivo de preparar os alunos para os desafios contemporâneos. Essas iniciativas também colaboraram para aproximar o ensino das realidades vividas pelos estudantes, tornando a aprendizagem mais significativa e aplicável ao cotidiano.

Contudo, essa realidade levanta questões sobre as limitações impostas a esses jovens no que diz respeito à ampliação de seus horizontes profissionais e sociais. O direcionamento para o trabalho agrícola mecanizado, ainda que atenda às necessidades imediatas das famílias e da comunidade, pode limitar o acesso dos estudantes a outras possibilidades de realização pessoal e profissional, reproduzindo desigualdades estruturais já enraizadas na região.

A escola, em parceria com o Conselho Tutelar, tem desempenhado um papel importante na tentativa de equilibrar essas demandas. Por meio de ações como a busca ativa e a conscientização das famílias sobre a importância da educação, busca-se incentivar os alunos a enxergarem a escola não apenas como um espaço de preparação para o trabalho rural, mas também como uma oportunidade de transformação social e mobilidade econômica. Entretanto, a resistência de algumas famílias, somada à necessidade de complementar a renda por meio do trabalho infantil, ainda constitui um desafio significativo para a instituição.

Dessa forma, a Escola Municipal de Celso Bueno encontra-se em uma posição delicada: atender às demandas locais de mão de obra qualificada para o trabalho mecanizado e, simultaneamente, oferecer aos seus alunos uma formação que os prepare para aspirar a outros caminhos profissionais. Esse dilema reflete a complexidade das relações entre educação e trabalho em contextos rurais marcados por desigualdades históricas e econômicas.

Segundo uma professora:

Os alunos não veem a escola como uma possibilidade plena e total de mudança de vida, como por exemplo ser um médico. Mas sim em estudar para trabalhar na máquina. Você pode notar que quando você vai à escola eles falam que eu vou trabalhar e ajudar meu pai na fazenda. Eu vou ser fazendeiro. E eles estudam para isso. (Professora Ana, 2024).

Um elemento crucial analisado no âmbito da pesquisa foi o impacto do trabalho sazonal na dinâmica educacional da Escola Municipal de Celso Bueno, tema que os professores abordaram com destaque, confirmando sua influência significativa tanto no desempenho dos alunos quanto na organização escolar. Segundo os docentes, essa realidade impõe desafios expressivos, já que as interrupções no processo educativo comprometem a continuidade da formação dos estudantes, além de gerar impactos negativos nos aspectos pedagógicos e administrativos da instituição.

Uma das situações apontadas refere-se à transferência de alunos para outras cidades devido ao trabalho sazonal das famílias. Muitos estudantes, ao saírem de Celso Bueno, acabam não se matriculando nas escolas de destino, permanecendo fora do sistema educacional por períodos significativos. Posteriormente, retornam à escola de origem, frequentemente no mesmo ano escolar em que haviam saído, comprometendo não apenas seu aprendizado, mas também a progressão acadêmica. Essa disrupção, além de dificultar a assimilação dos conteúdos, impacta negativamente o desenvolvimento das competências previstas nas diretrizes curriculares.

Outro aspecto destacado pelos professores é a influência do trabalho sazonal nos resultados das avaliações externas, como o Proalfa, Proeb e a Prova Brasil. Essas avaliações, que têm como objetivo medir o desempenho dos estudantes e a qualidade do ensino ofertado pela escola, sofrem com a irregularidade na frequência dos alunos e com o impacto do trabalho sazonal em sua aprendizagem. Com alunos ausentes por longos períodos ou com lacunas no conhecimento, a escola enfrenta desafios adicionais para alcançar as metas estabelecidas e manter um padrão de qualidade no ensino, impactando segundo a Secretaria Municipal de Ensino não somente a escola de Celso Bueno, mas também todo o município de Monte Carmelo, pois muitas das verbas da educação passam por essas avaliações.

Além disso, os professores relataram que a sazonalidade também afeta a motivação e o engajamento dos próprios educadores, que precisam lidar com turmas que frequentemente apresentam desníveis no aprendizado e na formação. Essa instabilidade demanda maior esforço no planejamento e na aplicação de estratégias pedagógicas que possam atender às necessidades dos alunos, muitas vezes sem os resultados esperados, devido à descontinuidade no processo educacional.

Consequentemente, o trabalho sazonal configura-se como um fator estruturante das dificuldades enfrentadas pela Escola Municipal de Celso Bueno, evidenciando a necessidade de políticas públicas e estratégias locais que promovam maior estabilidade na trajetória escolar dos estudantes e que mitiguem os impactos desse fenômeno na educação da região. A busca ativa realizada pela escola e o suporte de órgãos como o Conselho Tutelar são ações importantes nesse contexto, mas enfrentam limitações diante das condições socioeconômicas das famílias e das características de sazonalidade do trabalho rural.

Esse impacto fica muito claro na fala dos professores:

Eles impactam até nas avaliações externas, por quê? Porque esses alunos eles retornam sem aprender, eles pararam ou foram para uma escola, mas não deram uma continuidade. Quando eles voltam nós temos as avaliações externas, então esse aluno que sai, que vai para outra cidade e que ele retorna e ele não aprendeu ele volta da mesma forma que ele saiu, ele vai fazer uma avaliação. E como ele vai fazer essa avaliação, por que ele é obrigado a fazer. Então ele impacta tanto na nota da escola como do município. (Professora Ana, 2024).

É difícil. Essa rotatividade dentro de Celso Bueno, não é fácil. Não é. E pelo jeito a gente vai continuar tendo ela, por que lá é um setor agrícola. É é aonde vem e vão. Hoje mais de 80 % dos alunos estão residindo ou temporariamente ou em definitivo na zona rural, nas diversas fazendas. (Professora Maria, 2024).

A gente começa o ano com muito aluno nas salas de aulas. É vinte e cinco, é vinte e seis, é vinte nove, né. E na medida do ano ela vai diminuindo, mesmo que venha mais ela vai diminuindo então lá é um caso assim no começo do ano: Vai abrir mais salas? Não, as salas vão ficar cheias, porque a gente sabe que elas vão diminuir, mesmo que venham mais, mas elas vão diminuir. (Professora Rosa, 2024).

Outro aspecto relevante destacado na pesquisa é a rotatividade de professores na Escola Municipal de Celso Bueno, uma realidade marcante nos últimos dez anos que tem influenciado significativamente a dinâmica educacional do distrito. Muitos professores optam por ministrar aulas em Monte Carmelo, em vez de se deslocarem diariamente para Celso Bueno, motivados principalmente pelas condições de transporte e pela busca por maior comodidade. Atualmente, apenas três professores residem no distrito, enquanto a maior parte

do corpo docente realiza deslocamentos diários a partir de Monte Carmelo, com um número crescente de profissionais vindo de Iraí de Minas. Essa situação revela desafios logísticos e administrativos importantes para a gestão escolar, que precisa lidar com a dificuldade de fixar profissionais na comunidade local.

Desde a criação da escola, o corpo docente de Celso Bueno era composto majoritariamente por professores efetivos que se identificavam profundamente com a comunidade e possuíam amplo conhecimento sobre suas características e necessidades. No entanto, com o passar dos anos, muitos desses professores se aposentaram, abrindo espaço para novos profissionais, que frequentemente solicitaram remoção para Monte Carmelo. Essa tendência é particularmente evidente nas turmas de 9º ano, uma vez que há outras escolas na cidade que oferecem esse nível de ensino, tornando a transferência uma alternativa atrativa para os docentes.

Essa alta rotatividade trouxe desafios significativos. A saída de professores experientes, que acumulavam não apenas conhecimento acadêmico, mas também uma compreensão das particularidades culturais e sociais da região, gerou lacunas no processo de ensino-aprendizagem. A substituição frequente dificultou a consolidação de práticas pedagógicas consistentes e a criação de vínculos mais profundos entre professores e alunos, elementos fundamentais para o sucesso educacional.

Nós tínhamos professores lá, que a maioria era efetivo do sexto ao nono ano. Com passar dos anos foram pedindo remoção. Então atrapalha? Atrapalhou sim. Tudo bem que irão contratar professores, mas aquele professor com aquela bagagem que tinha, excelente e já conhecia aqueles meninos, conhecia a população de lá, então impactou demais. E apenas 3 professores são e residem em Celso Bueno. (Professora Ana, 2024).

Além disso, a presença de professores vindos de diferentes localidades, como Monte Carmelo e Iraí de Minas, reflete uma nova configuração no corpo docente da escola, que demanda esforços adicionais de integração e adaptação. Esses profissionais enfrentam o desafio de compreender rapidamente o contexto local, enquanto a escola precisa lidar com as constantes mudanças de equipe, impactando tanto a continuidade do planejamento pedagógico quanto os resultados educacionais.

Assim, a rotatividade influencia não apenas os aspectos pedagógicos, mas também a relação entre a escola e a comunidade. Professores que permanecem por pouco tempo no distrito têm menos oportunidades de construir laços sólidos com as famílias dos alunos e de contribuir ativamente para iniciativas de desenvolvimento local. Esse distanciamento, somado à falta de estabilidade no corpo docente, reforça a necessidade de estratégias que promovam

maior fixação dos professores na escola, garantindo maior continuidade e qualidade no processo educativo.

Outro ponto de grande relevância na pesquisa diz respeito à transformação observada no perfil dos alunos do 9º ano ao longo dos últimos dez anos. De acordo com os professores, a mudança mais evidente está relacionada à convivência dos estudantes com a tecnologia. Se, há uma década, os alunos ainda estavam se adaptando à crescente inserção de dispositivos digitais no cotidiano escolar, hoje, eles são considerados nativos digitais, ou seja, cresceram imersos em um mundo de tecnologias avançadas. Essa familiaridade com as ferramentas tecnológicas proporcionou uma mudança significativa na forma como os alunos acessam e processam a informação, tornando-os mais autônomos na busca por conhecimento.

No entanto, essa facilidade de acesso à informação trouxe um impacto no comportamento dos alunos, que, segundo os docentes, se tornaram mais críticos e questionadores. Hoje, os estudantes não hesitam em debater com os professores, especialmente quando possuem informações e argumentos para sustentar suas posições, o que pode ser interpretado como uma característica positiva de maior engajamento e participação.

Entretanto, essa evolução tecnológica também trouxe mudanças no interesse e na postura dos alunos em relação ao aprendizado. Dez anos atrás, os estudantes demonstravam maior foco e envolvimento com as atividades propostas em sala de aula, o que se refletia em sua dedicação aos estudos e à construção do conhecimento.

Já os alunos de hoje, não obstante possuírem uma maior quantidade de informações à disposição, parecem mais dispersos e com menor interesse em atividades tradicionais de ensino. A exposição constante a estímulos digitais, como redes sociais, vídeos e jogos, contribui para uma diminuição do foco nas atividades escolares, o que dificulta a concentração durante as aulas. Esse contraste entre o aumento de acesso à informação e a diminuição do interesse pela aprendizagem é segundo os professores, um dos maiores desafios enfrentados pelos educadores atualmente. A gestão do conhecimento e o engajamento dos alunos nas aulas demandam novas estratégias pedagógicas que, além de integrar as tecnologias ao ensino, possam despertar o interesse genuíno dos alunos pela construção de um aprendizado mais profundo e significativo.

Hoje em dia, os alunos são muito mais críticos e questionam mais, e isso é algo que a tecnologia ajudou a desenvolver. Eles não têm medo de conversar e discutir com os professores, o que é bom, porque mostra que estão mais envolvidos nas aulas. Mas, por outro lado, o acesso fácil à informação tem uma desvantagem. Dez anos atrás, os alunos se concentravam mais nas atividades da escola e participavam mais das aulas. Hoje, com tantas

informações à disposição, vejo que eles têm menos interesse e acabam se distraindo mais durante as aulas. O uso constante de redes sociais, vídeos e jogos dificulta a concentração nas atividades escolares. Esse é um grande desafio para nós, professores, porque precisamos encontrar novas maneiras de ensinar que combinem com a tecnologia e, ao mesmo tempo, mantenham os alunos interessados no que estão aprendendo. (Professora Ana, 2024).

A questão que se coloca, em consequência disso, é como equilibrar o potencial das novas gerações de alunos, com suas habilidades tecnológicas e sua capacidade crítica, com a necessidade de resgatar o interesse e o engajamento no ambiente escolar. Esse desafio exige uma reflexão mais aprofundada sobre as práticas pedagógicas e sobre a adaptação do currículo e dos métodos de ensino para que, apesar das mudanças, o aprendizado continue sendo relevante e motivador para os alunos do 9º ano da Escola Municipal de Celso Bueno.

Outro aspecto fundamental destacado pelos professores durante a pesquisa refere-se à mudança no comportamento dos alunos, especialmente no que tange ao respeito dentro do ambiente escolar. De acordo com os relatos dos docentes, a dinâmica de respeito entre alunos e professores era muito mais sólida e visível há dez anos, comparada ao cenário atual. Naquele período, os alunos demonstravam uma atitude mais respeitosa em relação aos educadores, seguindo normas de convivência com maior disciplina e consideração. Essa postura era refletida tanto na forma como os alunos se dirigiam aos professores, quanto na maneira como se comportavam nas interações diárias dentro e fora da sala de aula.

Ao longo dos anos, no entanto, a percepção dos educadores é de que houve uma diminuição desse respeito, especialmente em relação à autoridade do professor. Hoje, é mais comum observar comportamentos desafiadores e atitudes de contestação por parte dos alunos, o que tem gerado dificuldades para os docentes, que se veem em um constante processo de mediação e adaptação para manter o ambiente escolar harmonioso e produtivo. A mudança no comportamento dos alunos também está associada ao aumento da confiança e do empoderamento dos estudantes, fruto de uma maior troca de informações e de um maior acesso ao conhecimento, principalmente por meio das tecnologias. Essa crescente autonomia dos alunos, que têm mais acesso a fontes de informação e desenvolvem um senso crítico mais aguçado, pode ter contribuído para uma certa mudança na maneira como veem o papel do professor.

Há dez anos, os alunos demonstravam muito mais respeito pelos professores. Eles eram mais disciplinados e se comportavam de maneira mais respeitosa, tanto dentro quanto fora da sala de aula. Hoje, vejo uma mudança significativa, principalmente no que diz respeito à autoridade do professor. Muitos alunos se sentem mais à vontade para questionar, desafiar e até contestar o que é ensinado, o que exige de nós, educadores, uma constante

adaptação. Essa maior autonomia, impulsionada pelo acesso à informação e ao conhecimento, é um reflexo da evolução do processo educacional, mas também traz desafios na manutenção do respeito e da disciplina em sala de aula. (Professora Maria, 2024)

Contudo, essa mudança não é exclusivamente negativa. Ainda que o respeito pela autoridade do professor tenha diminuído, a interação entre alunos e docentes se tornou mais aberta, com os estudantes se sentindo mais à vontade para expressar suas opiniões e questionar o conteúdo abordado em sala de aula. Essa troca mais dinâmica pode ser vista como um reflexo da evolução do processo educacional, que, por mais desafiador que seja, também promove um ambiente mais participativo e colaborativo. No entanto, a redução do respeito tradicional à autoridade requer uma adaptação das práticas pedagógicas, para que os educadores possam equilibrar a construção de um espaço de aprendizagem inclusivo e de diálogo com a preservação de um ambiente onde o respeito mútuo seja mantido, essencial para o sucesso do processo educativo.

5.5 Análise dos dados de evasão escolar no Distrito de Celso Bueno (2013-2023)

A pesquisa realizada no Distrito de Celso Bueno visa analisar a situação da evasão escolar ao longo dos últimos anos, com foco nos dados referentes ao período de 2021 a 2023, abrangendo, consequentemente, a última década. Para essa análise, foram utilizados dados fornecidos pela Escola Municipal de Celso Bueno e pela Secretaria Municipal de Educação, que representam um conjunto relevante de informações sobre o fluxo escolar e as taxas de evasão ao longo desse período.

Com base nas informações coletadas, será possível mensurar de forma detalhada a evolução da evasão escolar na escola, identificando padrões e variações ao longo dos anos. Essa análise não só permitirá uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados pela instituição, mas também contribuirá para a formulação de estratégias mais eficazes no combate à evasão, com base nas especificidades locais e nas condições socioeconômicas da comunidade.

Além disso, será possível identificar a influência do trabalho sazonal, uma característica marcante da região, sobre o processo de evasão escolar, e como essa dinâmica impacta a frequência e a permanência dos alunos na escola.

Tabela 3- Evasão Escolar: Comparativo entre início e conclusão do ano letivo

Ano	Alunos matriculados no início do ano letivo	Alunos que finalizaram o ano letivo
2013	549	492
2014	491	419
2015	466	438
2016	479	450
2017	500	488
2018	454	440
2019	387	474
2020	451	450
2021	435	465
2022	470	463
2023	465	445

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante dos dados coletados, torna-se possível mensurar o impacto da evasão escolar na última década (2013-2023) na Escola Municipal de Celso Bueno. Essa análise detalhada permite compreender as dinâmicas que influenciam o abandono escolar ao longo dos anos, evidenciando os desafios enfrentados pela instituição no contexto do distrito. Ao observar a relação entre o número de alunos matriculados no início do ano letivo e aqueles que efetivamente concluem o período escolar, é possível identificar padrões de evasão e refletir sobre os fatores sociais, econômicos e pedagógicos que contribuem para essa realidade. A partir dessa investigação, busca-se lançar luz sobre a importância de estratégias integradas e políticas públicas que promovam a inclusão e garantam a permanência dos alunos na escola.

A análise dos dados de evasão escolar na Escola Municipal de Celso Bueno revela um panorama preocupante, mas também aponta para algumas estratégias que, ainda que incipientes, têm mostrado resultados positivos. De acordo com os números pesquisados, em 2013, a escola contou com 549 alunos matriculados no início do ano letivo, mas ao final desse período, apenas 492 alunos haviam concluído o ano. Este dado reflete uma evasão de aproximadamente 10,38%, o que é significativo considerando as condições socioeconômicas da comunidade. Já no ano de 2014, a Escola Municipal de Celso Bueno iniciou o período letivo com 491 alunos matriculados. Ao final do ano, apenas 419 concluíram, indicando uma redução de 72 alunos, o que corresponde a uma taxa de evasão de aproximadamente 14,66%.

Esse aumento na evasão escolar em relação ao ano anterior aponta para desafios adicionais enfrentados pela escola. Fatores como a sazonalidade do trabalho agrícola, característica marcante da região, e o envolvimento das famílias no sustento econômico podem ter contribuído para a dificuldade de frequência e permanência dos estudantes. Além

disso, a baixa participação familiar nas questões escolares e os problemas estruturais observados na comunidade reforçam o impacto das condições sociais no desempenho escolar.

Dessa forma, a elevação da evasão em 2014 em comparação ao ano anterior reafirma a necessidade de uma abordagem mais integrada, com ações contínuas e mais assertivas da escola, da comunidade e das políticas públicas para enfrentar os obstáculos impostos pela realidade local. Essa situação destaca a urgência de um esforço coletivo para garantir que os alunos permaneçam na escola e possam concluir o ano letivo com sucesso.

Em 2015, a Escola Municipal de Celso Bueno iniciou o ano letivo com 466 alunos matriculados e terminou com 438, o que representa uma redução de 28 alunos, ou uma taxa de evasão de aproximadamente 6%.

Essa queda na evasão em relação ao ano de 2014, ainda que menor, reflete desafios significativos. A redução no número de alunos que concluíram o ano letivo pode ser interpretada como resultado de esforços contínuos para mitigar os efeitos da evasão, como a implementação de novas metodologias pedagógicas e o reforço das estratégias de sensibilização das famílias. Todavia, a realidade da zona rural continua a exercer uma pressão considerável, com o trabalho sazonal, a ausência de acompanhamento familiar e o distanciamento das famílias das questões escolares, fatores que influenciam diretamente a permanência dos alunos na escola.

Logo, ainda que o índice de evasão tenha diminuído em relação ao ano anterior, os dados de 2015 ressaltam a urgência de estratégias mais eficazes e adaptadas às particularidades da comunidade local. A manutenção de uma colaboração ativa entre a escola, as famílias e os órgãos públicos tornam-se indispensável para assegurar que a educação desempenhe seu papel como agente de transformação, superando os obstáculos impostos pelas condições socioeconômicas.

No ano 2016, a Escola Municipal de Celso Bueno iniciou o ano com 479 alunos matriculados e terminou com 450, registrando uma redução de 29 alunos, o que corresponde a uma taxa de evasão de aproximadamente 6,05%.

Esse número de evasão manteve-se relativamente estável em comparação com 2015, sugerindo que, apesar de esforços contínuos da escola para combater a evasão, como a implementação de novas práticas pedagógicas e ações de acompanhamento familiar, ainda persistem desafios consideráveis. O trabalho sazonal e a escassez de apoio das famílias são fatores recorrentes que impactam diretamente a permanência dos alunos na escola. No entanto, a taxa de evasão não aumentou, o que pode ser um reflexo positivo de ações mais integradas e de um maior envolvimento de toda a comunidade escolar.

Apesar disso, a persistência da evasão em 2016 demonstra que a escola e os órgãos envolvidos precisam continuar aprimorando suas estratégias para enfrentar as dificuldades locais. A estabilidade nos números de evasão é um indicativo de que os esforços são relevantes, mas ainda insuficientes para garantir a plena permanência dos alunos no ambiente escolar.

Durante o ano letivo de 2017, a Escola Municipal de Celso Bueno iniciou com 500 alunos matriculados e finalizou com 488, o que representa uma redução de 12 alunos, resultando em uma taxa de evasão de aproximadamente 2,4%.

Este ano apresentou uma queda significativa na taxa de evasão em comparação com os anos anteriores, o que sugere que as estratégias implementadas pela escola para combater a evasão começaram a ter um impacto positivo. As práticas pedagógicas mais dinâmicas, a capacitação contínua dos professores e o fortalecimento do vínculo com as famílias podem ter contribuído para esse avanço. No entanto, mesmo com a diminuição da evasão, ainda há desafios persistentes, como o trabalho sazonal e a falta de acompanhamento familiar, que continuam a influenciar a permanência dos alunos na escola.

A redução na evasão escolar, identificada na análise de 2017, evidencia progressos, mas também ressalta a permanência de desafios significativos para a escola. Apesar do avanço, torna-se imprescindível investir no aprimoramento das estratégias de engajamento da comunidade escolar. Garantir a permanência dos estudantes e fomentar o sucesso de sua aprendizagem permanece como uma prioridade essencial.

No ano de 2018, a Escola Municipal de Celso Bueno registrou 454 alunos matriculados no início do ano letivo e 440 ao final, o que representa uma redução de 14 alunos e uma taxa de evasão de aproximadamente 3,08%. Apesar de modesta, essa redução indica que os desafios enfrentados pela escola ainda persistem. O trabalho sazonal e a falta de acompanhamento familiar continuam sendo fatores críticos, dificultando a frequência regular dos alunos. No entanto, a escola segue investindo em ações voltadas ao fortalecimento do vínculo com as famílias e na implementação de práticas pedagógicas mais inclusivas, com o objetivo de minimizar os impactos desses obstáculos.

Apesar de a redução na evasão escolar em 2018 não ter sido tão expressiva quanto no ano anterior, os dados mostram um compromisso constante da escola em buscar soluções e aprimorar suas estratégias, com o objetivo de assegurar que um número maior de estudantes conclua o ano letivo.

Em 2019, a Escola Municipal de Celso Bueno apresentou um cenário atípico: o ano letivo começou com 387 alunos matriculados e terminou com 474, registrando um aumento

de 87 alunos. Esse crescimento reflete não apenas a recuperação parcial de matrículas ao longo do ano, mas também indica que a escola conseguiu atrair de volta estudantes que haviam se afastado, possivelmente devido a fatores sazonais ou econômicos.

Esse aumento no número de alunos concluintes, ainda que não represente diretamente uma redução na evasão, sugere a eficácia das ações adotadas pela escola para fortalecer o vínculo com a comunidade. Pode-se inferir que houve esforços adicionais para flexibilizar as práticas pedagógicas e atender às necessidades específicas de alunos que enfrentam dificuldades para manter a frequência escolar, promovendo um ambiente mais acolhedor e inclusivo.

Ainda que a evasão tenha permanecido um problema, o aumento no número de alunos que terminaram o ano letivo em 2019 demonstra que a escola obteve sucesso em algumas de suas estratégias, particularmente no que diz respeito à motivação e ao engajamento dos estudantes. O desafio para os anos seguintes será consolidar essas ações e assegurar que o número de alunos matriculados se mantenha estável, prevenindo retrocessos.

Já em 2019, a Escola Municipal de Celso Bueno iniciou o ano com 387 alunos matriculados e terminou com 474, representando um aumento de 87 alunos, o que corresponde a 22,48% de crescimento. Esse aumento no número de alunos ao longo do ano reflete não apenas a recuperação parcial de matrículas, mas também indica que a escola conseguiu atrair de volta estudantes que haviam se afastado, possivelmente devido a fatores sazonais ou dificuldades econômicas.

Não obstante esse crescimento no número de alunos que concluíram o ano letivo não signifique uma redução direta da evasão, ele sugere que as estratégias da escola para reforçar o vínculo com a comunidade e promover a permanência dos alunos têm gerado resultados positivos. A flexibilização das práticas pedagógicas e o esforço para apoiar os alunos com dificuldades em manter a frequência escolar podem ter sido fatores importantes nesse processo.

Apesar de a evasão ainda ser um desafio presente, o aumento de 22,48% no número de alunos que concluíram o ano letivo em 2019 mostra que a escola foi bem-sucedida em algumas de suas abordagens. O desafio será consolidar essas ações para garantir que o número de alunos matriculados se mantenha estável nos anos seguintes, buscando a continuidade do processo de ensino e aprendizagem.

Já no ano de 2020, a Escola Municipal de Celso Bueno iniciou o ano letivo com 451 alunos matriculados e terminou com 450, apresentando uma redução de apenas 1 aluno, ou seja, 0,22%. Esse cenário de estabilidade no número de alunos ao final do ano letivo reflete,

em parte, o contexto excepcional vivido devido à pandemia da Covid-19, que foi oficialmente declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020. A partir desse momento, as restrições de locomoção da população e a adoção de medidas de Lockdown¹⁴ afetaram profundamente a dinâmica escolar, com a suspensão das aulas presenciais e a transição para o ensino remoto.

Apesar das adversidades impostas pela pandemia, como a dificuldade de acesso à tecnologia e a escassez de recursos para o ensino remoto, a redução de 1 aluno no número total de matriculados ao longo do ano foi mínima. Isso sugere que a escola conseguiu minimizar a evasão escolar por meio de estratégias alternativas e do esforço contínuo para manter os alunos engajados, mesmo em um cenário tão desafiador. A permanência de quase o mesmo número de alunos ao longo do ano pode ser vista como um reflexo da adaptação da comunidade escolar e da capacidade da instituição de criar soluções criativas em tempos de crise.

Contudo, a situação de restrição de movimentação e os impactos do lockdown não podem ser desconsiderados, pois devem ser analisados em relação ao pequeno decréscimo na evasão escolar. A pandemia trouxe à tona a necessidade de repensar e aprimorar o apoio à educação, especialmente em tempos de crise, para garantir a continuidade do processo de aprendizagem e a permanência dos alunos na escola.

Em 2021, a Escola Municipal de Celso Bueno iniciou o ano com 435 alunos matriculados e terminou com 465, apresentando um aumento de 30 alunos, o que representa 6,9%. Esse crescimento pode ser interpretado como um reflexo da recuperação gradual do cenário educacional, que ainda era fortemente influenciado pelos efeitos da pandemia da Covid-19. Em 2021, o Brasil enfrentava a segunda onda da pandemia, o que trouxe novos desafios, como o aumento de casos e a necessidade de restrições mais severas em algumas regiões, impondo mais uma vez o distanciamento social.

Apesar de o ensino remoto ter sido uma solução implementada anteriormente, o retorno gradual às aulas presenciais e o investimento em estratégias adaptativas de ensino

¹⁴ O lockdown durante a pandemia de Covid-19, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), foi uma medida de restrição total ou parcial de circulação da população em áreas afetadas pela pandemia, com o objetivo de reduzir a propagação do vírus, proteger a saúde pública e evitar a sobrecarga dos sistemas de saúde. De acordo com a OMS, o lockdown consistiu em restrições rigorosas de mobilidade, com fechamento de escolas, comércios, restaurantes e locais de lazer, além de proibição de viagens e a limitação de aglomerações. O distanciamento social foi promovido como uma forma de diminuir o contato entre as pessoas e reduzir as chances de transmissão do vírus.

permitiram que a escola não só estabilizasse suas matrículas, mas também atraísse de volta alunos que haviam se afastado, seja por dificuldades no ensino remoto, seja por outras questões relacionadas ao contexto pandêmico. Esse aumento no número de alunos que finalizaram o ano letivo pode ser visto como um indicador de superação de obstáculos, demonstrando a resiliência da comunidade escolar e a capacidade da instituição de se adaptar e atender às novas demandas dos estudantes e de suas famílias.

Cabe destacar que, mesmo em um cenário de pandemia e com as dificuldades ainda presentes, as estratégias de acolhimento e apoio contínuo foram fundamentais para a recuperação das matrículas. A segunda onda da Covid-19 impôs um grande desafio, mas, ao mesmo tempo, possibilitou a reflexão e a criação de práticas pedagógicas inovadoras que, de alguma forma, contribuíram para a melhoria do engajamento e da permanência dos alunos na escola.

Em 2022, a Escola Municipal de Celso Bueno iniciou o ano letivo com 470 alunos matriculados e encerrou com 463, registrando uma redução de 7 alunos, o que equivale a uma taxa de evasão de aproximadamente 1,49%. Esse resultado reflete um momento de transição, em que as escolas ainda lidavam com os impactos remanescentes da pandemia de Covid-19, especialmente no início do ano. Contudo, com a retomada das atividades presenciais e o esforço coletivo para restabelecer a normalidade no ambiente escolar, observa-se uma estabilização mais acentuada no número de alunos que concluíram o ano, sinalizando avanços no enfrentamento das dificuldades impostas pelo período pandêmico.

Com o avanço da vacinação e a flexibilização das restrições, a dinâmica escolar começou a se aproximar de uma "normalidade", mas as dificuldades resultantes dos dois anos de pandemia ainda eram evidentes, tanto no que diz respeito ao processo de aprendizagem quanto à manutenção da matrícula dos alunos. A redução no número de alunos que concluíram o ano letivo pode ser atribuída a diversos fatores, como a adaptação dos estudantes ao novo modelo de ensino, desafios financeiros enfrentados pelas famílias e, em alguns casos, o retorno de questões relacionadas à evasão escolar após os períodos críticos da pandemia.

Ainda assim, é possível perceber que a escola continuou a se empenhar em estratégias de acolhimento e acompanhamento dos alunos, tentando garantir a permanência daqueles que enfrentavam dificuldades. No entanto, a redução nas matrículas no final do ano também pode refletir a persistência de fatores socioeconômicos e contextuais que dificultam a permanência dos estudantes no sistema escolar, como o trabalho sazonal e as condições familiares já mencionadas nas análises anteriores.

Já em 2023, a Escola Municipal de Celso Bueno iniciou o ano com 465 alunos matriculados e terminou com 445, apresentando uma redução de 20 alunos, o que representa uma diminuição de aproximadamente 4,3% no total de alunos que finalizaram o ano letivo. Mesmo que o impacto da pandemia da Covid-19 tenha diminuído consideravelmente em comparação aos anos anteriores, esse cenário evidencia que os efeitos a longo prazo da crise sanitária ainda reverberam, especialmente no que diz respeito à evasão escolar.

O ano de 2023 foi marcado pela tentativa de estabilização do sistema educacional, após os desafios impostos pelas ondas da pandemia e pelas medidas restritivas de circulação. Apesar do retorno completo às aulas presenciais e da recuperação de muitas atividades pedagógicas, ainda existem fatores de ordem social e econômica que continuam a influenciar a permanência dos alunos na escola, como o trabalho sazonal, a falta de apoio familiar e as questões estruturais enfrentadas pelas famílias da zona rural.

Essa diminuição no número de alunos ao final do ano (4.3%) pode ser vista como um reflexo dessas dificuldades persistentes, ainda que a escola tenha seguido com seus esforços para garantir a matrícula e a permanência dos alunos. Além disso, as estratégias de apoio e as ações de sensibilização para combater a evasão escolar ainda são necessárias, pois, mesmo com a superação de desafios relacionados à pandemia, a realidade socioeconômica da região continua a exigir políticas públicas mais eficazes e uma maior integração entre a escola, a comunidade e os órgãos responsáveis pela educação.

A partir da comparação dos dados coletados durante a pesquisa, podemos perceber variações expressivas nas taxas de evasão escolar na Escola Municipal Celso Bueno entre os anos de 2013 e 2023. Esses dados não apenas evidenciam flutuações no número de matriculados, mas também refletem o impacto de diversos fatores contextuais, sociais e educacionais que influenciaram diretamente a permanência ou a saída dos alunos ao longo dos anos.

O ano de 2014 destaca-se como o período de maior evasão escolar, com uma taxa de 14,66%. A escola iniciou o ano com 491 alunos, mas terminou com 419, representando uma perda considerável de estudantes. Essa evasão pode ser atribuída a uma combinação de fatores externos e internos à instituição. Fatores econômicos, como a crise financeira local e dificuldades enfrentadas pelas famílias, podem ter influenciado a decisão dos pais de retirar seus filhos da escola em busca de alternativas, seja por migração para outras cidades ou devido à necessidade de trabalho precoce dos filhos. Além disso, questões estruturais da escola, como a falta de recursos e a escassez de programas de apoio aos alunos, podem ter contribuído para a insatisfação e desmotivação dos estudantes, resultando na evasão.

Logo após, o ano de 2013 também apresentou um índice de evasão significativo, embora menor que em 2014, com 10,38% de perda de alunos. Em 2013, a escola iniciou o ano com 549 alunos e terminou com 492, evidenciando uma redução, mas ainda assim um número considerável de desistências. Neste caso, a evasão pode ter sido reflexo de mudanças na dinâmica social e educacional da região, como a instabilidade no transporte escolar, a falta de infraestrutura adequada e a dificuldade de acesso a programas de incentivo à permanência escolar. Embora o cenário fosse distinto do ano seguinte, a escola ainda enfrentava desafios relacionados à retenção de alunos, o que demandava estratégias mais eficazes para reverter esse quadro.

No entanto, a partir de 2019, a situação começa a se inverter de forma significativa. A escola observou um aumento notável nas matrículas, com um crescimento de 20,41% ao longo do ano. O número de alunos passou de 387 para 474, o que indicou uma recuperação importante após os anos de evasão. Esse aumento pode ser explicado por uma série de fatores positivos, como a implementação de novas estratégias pedagógicas, o fortalecimento das parcerias com o governo local e a melhoria das condições de infraestrutura escolar. Programas de apoio à aprendizagem e ações voltadas para a valorização da educação contribuíram para criar um ambiente mais acolhedor e motivador, resultando na recuperação de matrículas e na fidelização de alunos. Além disso, a maior conscientização da comunidade sobre a importância da educação e o trabalho conjunto entre a escola e as famílias desempenharam papel crucial nesse aumento.

O crescimento continuou no ano de 2021, com um aumento de 6,9% no número de alunos, passando de 435 para 465 matriculados. Embora esse aumento tenha sido mais modesto em relação a 2019, ele ainda demonstra uma tendência positiva e o fortalecimento gradual da escola. Em 2021, a adaptação ao ensino remoto, em resposta à pandemia de COVID-19, também desempenhou um papel importante na retenção dos alunos, já que a escola conseguiu implementar estratégias de ensino a distância que mantiveram os alunos engajados. Além disso, o envolvimento da comunidade escolar, por meio de campanhas de incentivo à matrícula e a melhoria das condições pedagógicas, ajudou a estabilizar e até expandir as matrículas nesse período.

O contraste entre os anos de maior evasão, especialmente em 2014 e 2013, e os anos de aumento significativo nas matrículas, como 2019 e 2021, ilustra não apenas as flutuações e rotatividade nas condições educacionais e sociais da região, mas também destaca a capacidade de adaptação da escola diante dos desafios. Esse aumento nas matrículas nos anos subsequentes reflete a eficácia das ações implementadas para reverter a evasão, como a

melhoria da infraestrutura, a criação de programas de apoio e a mobilização da comunidade escolar. Essas intervenções foram fundamentais para a recuperação das matrículas e a fidelização dos alunos, demonstrando que uma abordagem educacional mais dinâmica e direcionada pode criar um ambiente de aprendizagem mais atrativo e acolhedor, essencial para garantir a permanência dos alunos e a continuidade da educação.

No entanto, ao analisar a evasão escolar no contexto de Celso Bueno, é fundamental compreender que esse fenômeno não pode ser visto de forma isolada, uma vez que está intimamente relacionado a diversos fatores socioeconômicos e culturais. Entre esses fatores, destacam-se a sazonalidade da região rural e o limitado envolvimento de algumas famílias nas atividades escolares. Conforme amplamente mencionado nas entrevistas com professores e gestores escolares, a participação dos pais na vida escolar de seus filhos é restrita, o que impacta diretamente tanto no desempenho acadêmico quanto na motivação dos alunos para permanecer na escola. A maioria dos pais, que trabalham em zonas rurais ou em atividades informais, enfrenta sérias dificuldades para acompanhar as tarefas escolares dos filhos, além de não conseguirem comparecer às reuniões, muitas vezes realizadas no final do expediente, após uma jornada de trabalho extensa.

Esse cenário de desengajamento é intensificado pela ausência de apoio familiar em muitos casos. Quando as crianças são frequentemente deixadas sozinhas em casa ou não recebem estímulos para o aprendizado, surge um crescente desinteresse por parte dos alunos, o que se reflete em um desempenho escolar aquém das expectativas. Essa falta de engajamento escolar é ainda mais notável quando se observa a incidência de comportamentos de risco, como o consumo de substâncias ilícitas, muitas vezes oriundos do ambiente familiar. Tais comportamentos, conforme relatado pelos próprios educadores, são indicadores de uma carência de suporte dentro do núcleo familiar, o que contribui para o aumento da evasão escolar e o distanciamento dos alunos da educação formal.

Apesar dessas adversidades, a escola tem se empenhado em minimizar os impactos dessa realidade. Iniciativas como a busca ativa, que inclui visitas domiciliares e o ajuste dos horários de aula para melhor atender à rotina dos alunos, têm gerado resultados positivos. No entanto, esses esforços, embora essenciais, demonstram a necessidade urgente de uma abordagem mais ampla e integrada. A colaboração entre a escola, a comunidade e os órgãos públicos é crucial para garantir que as condições locais não se tornem um obstáculo para o acesso e a permanência dos alunos na escola. A implementação de políticas públicas adaptadas às especificidades da região rural é fundamental para promover a equidade educacional e proporcionar condições de ensino mais adequadas.

A sazonalidade, desafio histórico da região, continua a ser uma das principais causas da evasão escolar. A flutuação nas atividades agrícolas e a necessidade de os alunos auxiliarem nas tarefas rurais em certos períodos do ano afetam diretamente a frequência escolar. Embora a escola tenha tentado mitigar esses efeitos por meio de diversas estratégias, os resultados ainda são limitados, o que reforça a urgência de políticas públicas mais inclusivas, sensíveis às características da zona rural, para garantir a permanência dos alunos na educação.

Por fim, a relação entre a escola e as famílias, como evidenciado ao longo da pesquisa, permanece sendo um desafio significativo, onde as dificuldades socioeconômicas, aliadas à ausência de acompanhamento adequado por parte dos pais, refletem diretamente no comportamento e na motivação dos alunos.

Contudo, a escola continua desempenhando um papel crucial, resistindo às adversidades impostas por esse contexto social, e buscando proporcionar aos alunos não apenas educação, mas também um ambiente que os incentive a superar as dificuldades externas e a se engajar no processo de aprendizagem.

5.6 Análise das matrículas, movimentações e situação final dos alunos da educação infantil e fundamental da escola de Celso Bueno (2013-2023)

A partir dos dados apresentados nas próximas planilhas, será possível realizar uma análise mais precisa e assertiva sobre a sazonalidade da Escola Municipal Celso Bueno entre os anos de 2013 e 2023. Tais dados oferecem informações detalhadas que permitem observar as flutuações nas matrículas e movimentações dos alunos ao longo de uma década. Entre as informações mais relevantes, estão o quantitativo de alunos matriculados, admitidos, transferidos, remanejados e reclassificados devido à distorção de idade, além daqueles que, por diferentes razões, deixaram de frequentar a escola.

Esses dados são cruciais para a análise da dinâmica escolar, pois permitem identificar as causas subjacentes à sazonalidade, que pode ser influenciada por fatores externos, como a mudança de local de residência dos alunos, as condições socioeconômicas das famílias e até mesmo a sazonalidade da região rural, que afeta diretamente a frequência escolar. A movimentação dos alunos durante os anos letivos revela padrões de evasão e retenção que merecem atenção, permitindo a formulação de estratégias para lidar com esses desafios.

Além disso, as tabelas possibilitam a observação de casos específicos, como a reclassificação de alunos com distorção de idade, o que reflete a necessidade de adaptações curriculares para atender adequadamente esse público. A análise dos alunos matriculados posteriormente ao início do ano letivo também contribui para a compreensão do fluxo de entrada e saída na escola, sendo possível identificar a ocorrência de transferências ou reintegrações tardias.

Esse movimento, por sua vez, é frequentemente acompanhado de alta rotatividade de alunos, especialmente durante o período sazonal, o que impacta diretamente na continuidade educacional. A sazonalidade da região rural, que demanda a presença dos alunos em atividades agrícolas em determinados períodos, parece intensificar essa rotatividade, o que exige uma abordagem mais flexível e adaptada à realidade local para minimizar os efeitos dessa oscilação na frequência escolar.

Outro aspecto relevante são os dados sobre alunos que, por algum motivo, deixaram de frequentar a escola ao longo do período de pesquisa. Esse grupo inclui tanto os alunos da Educação Infantil quanto os do Ensino Fundamental, e sua ausência pode ser um indicativo de evasão escolar. A análise desses casos permite identificar as razões mais comuns para a desistência, além de fornecer subsídios para a construção de políticas que visem à permanência dos alunos na escola, reduzindo o índice de abandono.

Portanto, a combinação de todos esses dados, organizados e analisados ao longo da temporalidade de 2013 a 2023, oferece uma visão abrangente e fundamentada sobre as movimentações dos alunos na Escola Municipal Celso Bueno. Essa análise detalhada não só possibilita a identificação de padrões, como também fornece subsídios para o desenvolvimento de estratégias eficazes de gestão escolar, focadas na melhoria da permanência dos alunos e na redução das taxas de evasão e retenção.

Tabela 4 - Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Educação infantil - 2013

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final	
	Transf.	Mat.	Reclass.	Transf.	Deixou	Falec.	Reclass.	Reman.	Reclass.		Ap.	Rep.
		Posterior	Reman.		Frequentar		Reman:					
83	4	26	3	57	2	0	4	3	3	53	53	0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

No ano de 2013, na Educação Infantil da Escola Municipal de Celso Bueno, foram realizadas 83 matrículas iniciais. Ao longo do ano, a instituição registrou a entrada de mais 4

alunos provenientes de outras escolas por meio de transferência, além de 26 novas matrículas efetuadas após o início do ano letivo. Destaca-se também a chegada de 3 alunos que foram remanejados ou reclassificados, oriundos de outras cidades e instituições, possivelmente devido à necessidade de ajustes ao currículo ou a contextos de mobilidade familiar.

Por outro lado, o mesmo período apresentou uma movimentação expressiva de saída. Um total de 57 alunos foi transferido para outras escolas, refletindo a alta rotatividade de alunos na região. Além disso, 2 alunos abandonaram a escola, evidenciando casos de evasão, enquanto outros 4 foram remanejados ou transferidos para outras instituições. Essa dinâmica ilustra os desafios enfrentados pela escola para manter a continuidade educacional dos alunos em um contexto marcado por sazonalidade e fluxos migratórios.

Esses dados reforçam a importância de políticas e estratégias que busquem mitigar os impactos da rotatividade de alunos e promover um ambiente escolar mais estável, com ações voltadas tanto à fidelização dos alunos quanto ao acolhimento daqueles que chegam durante o ano letivo.

Tabela 5 – Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental - 2013

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final	
	Transf.	Mat. Posterior	Reclass. Reman.	Transf.	Deixou Frequentar	Falec.	Reclass. Reman.	Reman.	Reclass.		Ap.	Rep.
466	9	28	4	64	1	0	3	2	3	439	433	6

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

Já em relação ao Ensino Fundamental, no ano de 2013, a Escola Municipal de Celso Bueno efetivou 466 matrículas iniciais. Durante o ano, foram registrados 9 alunos transferidos de outras instituições, além de 28 matrículas posteriores, realizadas após o início do ano letivo. Ainda nesse contexto, houve o remanejamento ou reclassificação de 4 alunos vindos de outras cidades e escolas, indicando a busca por adequações curriculares para atender às necessidades desses estudantes.

Um aspecto que merece destaque na análise é o elevado número de transferências no Ensino Fundamental em comparação à Educação Infantil. No mesmo ano, 64 alunos foram transferidos para outras cidades e instituições, evidenciando uma rotatividade de alunos mais expressiva nesse segmento. Esse dado pode ser explicado por diferentes fatores, como mudanças familiares relacionadas a trabalho, busca por melhores condições de ensino ou até mesmo sazonalidade nas atividades econômicas locais.

Além disso, foi registrado um caso de evasão escolar, com 1 aluno deixando de frequentar a escola, e 3 alunos sendo remanejados ou transferidos para outras instituições.

Esse cenário reforça a complexidade do fluxo estudantil no Ensino Fundamental, que apresenta maiores desafios de permanência quando comparado à Educação Infantil, onde a movimentação de alunos é relativamente mais controlada.

Assim, a análise das transferências no Ensino Fundamental aponta para a necessidade de políticas e estratégias direcionadas a minimizar a saída de alunos, criando mecanismos para fidelizar estudantes e fortalecer os vínculos com a comunidade escolar, especialmente em regiões com alta mobilidade populacional.

Tabela 6 – Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Educação infantil - 2014

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final	
	Transf.	Mat. Posterior	Reclass. Reman.	Transf.	Deixou Frequentar	Falec.	Reclass. Reman.	Reman.	Reclass.		Ap.	Rep.
69	7	22	4	29	2	0	3	3	3	68	68	0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

O ano de 2014 apresentou um cenário dinâmico na Educação Infantil da Escola Municipal de Celso Bueno. Com 69 matrículas efetivadas no início do ano, a escola ainda recebeu 7 alunos transferidos de outras instituições e 22 matrículas realizadas ao longo do período letivo. Essa entrada posterior demonstra a constante busca das famílias por adequações educacionais durante o ano, destacando também a influência de fatores externos, como mudanças de residência e trabalho. Além disso, 4 alunos chegaram à escola por meio de remanejamentos ou reclassificações, vindos de outras cidades e escolas, o que reforça o papel da instituição em acolher estudantes com trajetórias diferenciadas e demandas específicas.

Por outro lado, os dados também revelam desafios relacionados à saída de estudantes. Durante o mesmo período, 29 alunos foram transferidos para outras escolas, evidenciando uma alta rotatividade no segmento da Educação Infantil. Além disso, dois alunos interromperam sua frequência escolar, caracterizando casos de evasão, e outros três foram remanejados ou transferidos para instituições externas, reforçando a necessidade de um acompanhamento mais próximo dessas situações.

Esse panorama ressalta a relevância de estratégias de engajamento que promovam a permanência dos alunos na escola, bem como a importância de políticas públicas voltadas para atender às demandas das famílias, especialmente em contextos de alta mobilidade.

Tabela 7 – Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental - 2014

Matrícula	Admitidos	Eliminados	Movimentações	Matrícula	Situação
-----------	-----------	------------	---------------	-----------	----------

Efetivada	Transf.	Mat. Posterior	Reclass. Reman.	Transf.	Deixou Frequentar	Falec.	Reclass. Reman:	Reman.	Reclass.	Final	Final	
											Ap.	Rep.
422	8	27	0	98	3	0	5	2	3	351	351	5

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

No cenário do Ensino Fundamental em 2014, a Escola Municipal de Celso Bueno enfrentou desafios relacionados à alta rotatividade de alunos. Ao longo do ano, 422 matrículas foram efetivadas, marcando o início do período letivo. Durante o decorrer do ano, 8 alunos chegaram transferidos de outras instituições, enquanto 27 novas matrículas foram realizadas posteriormente ao início das aulas, refletindo o fluxo contínuo de alunos no sistema escolar. Nesse mesmo período, nenhum aluno foi remanejado ou reclassificado de outra cidade ou escola, o que difere de outras situações frequentemente observadas na Educação Infantil.

Entretanto, o número expressivo de transferências, totalizando 98 alunos que deixaram a escola para ingressar em outras instituições, chama a atenção. Esse dado evidencia o impacto das mudanças familiares, muitas vezes impulsionadas por fatores socioeconômicos ou pela busca de melhores condições educacionais. Além disso, houve 3 casos de alunos que interromperam sua frequência escolar, caracterizando episódios de evasão, e 5 estudantes foram remanejados ou transferidos para outras instituições.

Esse quadro ressalta a maior frequência de transferências no Ensino Fundamental em comparação à Educação Infantil, apontando para a necessidade de ações estratégicas voltadas para a fidelização desses alunos. Investimentos em programas de apoio à permanência escolar, aliados a um acompanhamento individualizado das famílias, podem contribuir para mitigar os efeitos da alta mobilidade, assegurando maior continuidade no processo educacional.

Tabela 8 – Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Educação infantil – 2015

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final	
	Transf.	Mat.	Reclass.	Transf.	Deixou	Falec.	Reclass.	Reman.	Reclass.		Ap.	Rep.
		Posterior	Reman.		Frequentar	Reman:						
87	9	19	2	49	2	0	3	3	5	66	66	0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

O ano de 2015 revelou-se como um período de marcante sazonalidade na Educação Infantil da Escola Municipal de Celso Bueno, caracterizado por fluxos significativos de entrada e saída de estudantes. Foram efetivadas 87 matrículas no início do ano,

complementadas por 9 transferências de alunos provenientes de outras instituições e 19 matrículas adicionais ao longo do período letivo. Esse padrão de ingressos contínuos reflete uma dinâmica escolar diretamente influenciada por fatores sazonais, tais como a mobilidade populacional, as demandas familiares e as reorganizações socioeconômicas da comunidade local. Adicionalmente, 2 estudantes foram incorporados à instituição mediante remanejamentos ou reclassificações, oriundos de outros contextos educacionais, evidenciando a flexibilidade e a capacidade adaptativa da escola.

Paralelamente, os dados apontam desafios inerentes à sazonalidade na retenção discente. Durante o mesmo período, a escola registrou a transferência de 29 alunos para outras instituições, reforçando um índice elevado de rotatividade estudantil. Além disso, dois discentes interromperam sua trajetória escolar, caracterizando situações de evasão, e outros três foram remanejados para instituições externas. Esses fenômenos indicam a necessidade de estratégias direcionadas ao enfrentamento das instabilidades sazonais que afetam a permanência dos estudantes.

O estudo da sazonalidade destaca a importância de ações proativas que consolidem o vínculo entre a escola e sua comunidade, ao mesmo tempo em que promovam a estabilidade nas matrículas. Políticas públicas alinhadas às especificidades locais e intervenções pedagógicas que contemplem as demandas sazonais podem contribuir de forma significativa para mitigar os impactos negativos da alta mobilidade e da evasão escolar na Educação Infantil.

Tabela 9: Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental - 2015

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final	
	Transf.	Mat. Posterior	Reclass. Reman.	Transf.	Deixou Frequentar	Falec.	Reclass. Reman:	Reman.	Reclass.		Ap.	Rep.
379	9	29	3	44	2	0	2	3	3	372	369	3

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

No ano de 2015, o Ensino Fundamental da Escola Municipal de Celso Bueno registrou 379 matrículas iniciais. Ao longo do ano, a escola recebeu 9 alunos transferidos de outras instituições, além de 29 matrículas realizadas após o início do ano letivo. Também foram registrados 3 alunos ingressando por meio de remanejamentos ou reclassificações, oriundos de outras cidades ou escolas. Esses dados indicam uma movimentação considerável de alunos, refletindo a busca constante por ajustes educacionais e a flexibilidade da escola em atender a uma diversidade de perfis e origens.

Entretanto, a análise das saídas também revela um cenário de alta rotatividade. Durante o ano letivo, 44 alunos foram transferidos para outras instituições, e 2 alunos interromperam sua frequência escolar, configurando casos de evasão. Além disso, 5 estudantes foram remanejados ou transferidos para outras escolas. Esses números sugerem uma instabilidade no fluxo estudantil, que aponta para a necessidade de políticas e ações pedagógicas voltadas à permanência e à redução da mobilidade.

Em comparação com a Educação Infantil no mesmo ano, é possível perceber semelhanças e diferenças no padrão de movimentação dos alunos. Na Educação Infantil, a escola registrou 87 matrículas iniciais, com 9 transferências recebidas, 19 matrículas realizadas ao longo do ano e 2 alunos que ingressaram por meio de remanejamentos. A maior diferença entre os dois segmentos se dá no número de matrículas subsequentes, sendo 29 no Ensino Fundamental, em contraste com as 19 na Educação Infantil, o que indica uma maior instabilidade nas matrículas do Ensino Fundamental.

Além disso, enquanto a Educação Infantil registrou 29 transferências para outras instituições, no Ensino Fundamental esse número foi de 44, o que reflete uma maior rotatividade nesse segmento. Embora ambos os segmentos tenham registrado 2 casos de evasão, o número de remanejamentos foi maior no Ensino Fundamental (5) do que na Educação Infantil (3), evidenciando uma maior mobilidade entre as instituições nesse nível de ensino. Esses dados reforçam a necessidade de estratégias focadas na retenção de alunos, que possam fortalecer os vínculos entre os estudantes e a escola, e minimizar os impactos da alta rotatividade escolar.

Tabela 10 – Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Educação infantil - 2016

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final	
	Transf.	Mat. Posterior	Reclass. Reman.	Transf.	Deixou Frequentar	Falec.	Reclass. Reman:	Reman.	Reclass.		Ap.	Rep.
71	0	22	01	12	2	0	3	2	3	77	77	0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

Em 2016, a Educação Infantil da Escola Municipal de Celso Bueno registrou 71 matrículas iniciais. Durante o ano letivo, não foram recebidas transferências de outras instituições, mas 22 matrículas subsequentes foram realizadas ao longo do período, evidenciando a flexibilidade da escola para atender a novas demandas. Além disso, 1 aluno foi remanejado ou reclassificado, vindo de outra cidade e outra escola, o que reflete a

capacidade da instituição de adaptar-se às diferentes necessidades educacionais de estudantes com trajetórias diversas.

Entretanto, o ano de 2016 também foi marcado por desafios relacionados à rotatividade de alunos, um fenômeno que pode estar intimamente ligado à sazonalidade do distrito de Celso Bueno. Ao longo do ano, 12 alunos foram transferidos para outras instituições, e 2 alunos interromperam sua frequência escolar, configurando casos de evasão. Além disso, 3 alunos foram remanejados ou transferidos para outras escolas. Esses dados sugerem uma instabilidade no fluxo de matrículas, possivelmente associada à mobilidade populacional sazonal da região, o que reforça a necessidade de estratégias educacionais que promovam a permanência dos alunos na escola e diminuam os efeitos dessa rotatividade, criando condições para uma maior estabilidade no contexto educacional.

Tabela 11 – Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental - 2016

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final	
	Transf.	Mat.	Reclass.	Transf.	Deixou	Falec.	Reclass.	Reman.	Reclass.		Ap.	Rep.
		Posterior	Reman.		Frequentar		Reman:					
408	13	29	0	69	2	0	6	0	2	373	369	4

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

Em 2016, o Ensino Fundamental da Escola Municipal de Celso Bueno registrou 408 matrículas iniciais. Durante o ano letivo, a escola recebeu 13 alunos transferidos de outras instituições, além de 29 matrículas realizadas ao longo do período escolar. Não houve, no entanto, remanejamentos ou reclassificações de alunos provenientes de outras cidades ou escolas, o que pode indicar um fluxo de alunos mais estável, pelo menos no que se refere à integração de novos estudantes por esse meio.

Por outro lado, o ano de 2016 também revelou desafios relativos à rotatividade de alunos no Ensino Fundamental. Ao longo do ano, 69 alunos foram transferidos para outras instituições, indicando uma alta mobilidade escolar. Além disso, 2 alunos interromperam sua frequência escolar, configurando casos de evasão, e 6 alunos foram remanejados ou transferidos para outras escolas. Esses números sugerem uma instabilidade considerável no fluxo de matrículas, que pode estar relacionada a fatores sazonais e à mobilidade populacional no distrito de Celso Bueno. Essa rotatividade também pode estar associada à idade mais avançada dos alunos do Ensino Fundamental, que, ao atingirem um certo nível de escolaridade, muitas vezes deixam a escola para ajudar nas demandas econômicas da família, o que reforça a necessidade de intervenções voltadas à retenção de alunos e à promoção da estabilidade escolar.

Ao comparar com a Educação Infantil no mesmo ano, percebe-se que, embora o número de matrículas iniciais tenha sido menor na Educação Infantil (71), o comportamento da rotatividade foi relativamente semelhante. Na Educação Infantil, não houve transferências recebidas, mas 22 matrículas subsequentes foram realizadas, além de 1 aluno remanejado de outra cidade e escola. Em termos de saídas, 12 alunos foram transferidos, 2 alunos deixaram de frequentar a escola, e 3 alunos foram remanejados para outras instituições.

A principal diferença entre os dois segmentos foi o número de transferências: enquanto na Educação Infantil foram 12, no Ensino Fundamental esse número foi muito mais elevado, chegando a 69. Esse dado sugere uma rotatividade maior no Ensino Fundamental, que pode estar relacionada à necessidade de os alunos contribuírem para a renda familiar, especialmente à medida que a idade avança e eles assumem responsabilidades de trabalho. Além disso, embora ambos os segmentos apresentem casos de evasão (2 alunos em cada um), o Ensino Fundamental teve um número consideravelmente maior de remanejamentos (6) em comparação com a Educação Infantil (3), evidenciando maior mobilidade de alunos entre instituições no Ensino Fundamental.

Tabela 12 – Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Educação infantil - 2017

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final	
	Transf.	Mat. Posterior	Reclass. Reman.	Transf.	Deixou Frequentar	Falec.	Reclass. Reman.	Reman.	Reclass.		Ap.	Rep.
75	9	17	3	23	0	0	0	2	4	81	81	0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

Em 2017, a Educação Infantil da Escola Municipal de Celso Bueno passou por um ano marcado por uma dinâmica significativa de entradas e saídas de alunos. Inicialmente, foram efetivadas 75 matrículas, e ao longo do ano, 9 alunos foram transferidos de outras instituições, além de 17 novas matrículas realizadas após o início das aulas. Ademais, a escola recebeu 3 alunos remanejados ou reclassificados, oriundos de outras cidades e escolas, evidenciando a capacidade da instituição em acolher estudantes com diferentes trajetórias e necessidades educacionais.

Por outro lado, o ano de 2017 também foi caracterizado por uma considerável rotatividade de alunos em relação às saídas. No total, 23 alunos foram transferidos para outras instituições, mas, de forma positiva, não houve casos de evasão escolar, tampouco remanejamentos ou transferências para outras escolas. Esse cenário sugere que, apesar da alta

taxa de transferências, a escola conseguiu manter a frequência de seus alunos sem interrupções, o que reflete uma estabilidade na permanência dos estudantes, mesmo diante de uma elevada mobilidade escolar.

Tabela 13 – Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental - 2017

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final	
	Transf.	Mat. Posterior	Reclass. Reman.	Transf.	Deixou Frequentar	Falec.	Reclass. Reman:	Reman.	Reclass.		Ap.	Rep.
425	18	36	0	71	01	0	0	0	4	407	404	3

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

Em 2017, o Ensino Fundamental da Escola Municipal de Celso Bueno registrou 425 matrículas iniciais, com a inclusão de 18 alunos transferidos de outras instituições e 36 matrículas subsequentes realizadas ao longo do ano letivo. Importante ressaltar que não houve remanejamentos ou reclassificações provenientes de outras cidades ou escolas, o que indica que a demanda por ajustes curriculares foi relativamente baixa durante o ano. No entanto, ao longo do período, observou-se que 71 alunos foram transferidos para outras instituições, evidenciando uma considerável rotatividade. Além disso, 1 aluno interrompeu sua frequência escolar, configurando um caso de evasão, enquanto não foram registrados casos de remanejamento ou transferência para outras escolas. Esses dados apontam para uma dinâmica de mobilidade que caracteriza o segmento do Ensino Fundamental, destacando a instabilidade no fluxo de alunos.

Ao realizar uma comparação com os dados da Educação Infantil da mesma instituição em 2017, podemos identificar importantes semelhanças e distinções. A Educação Infantil registrou 75 matrículas iniciais, um número substancialmente inferior ao do Ensino Fundamental, o que reflete uma disparidade no tamanho relativo dos dois segmentos. No que concerne às transferências, o Ensino Fundamental apresentou 18 alunos transferidos, um número superior ao da Educação Infantil, que registrou 9, o que sugere uma maior mobilidade no segmento do Ensino Fundamental. Em termos de matrículas subsequentes, o Ensino Fundamental contou com 36 matrículas adicionais, enquanto a Educação Infantil obteve 17, denotando um fluxo mais acentuado de matrículas posteriores no Ensino Fundamental.

Ainda no que se refere às saídas, o número de transferências foi significativamente maior no Ensino Fundamental, com 71 alunos transferidos para outras instituições, em comparação a 23 na Educação Infantil. Esse dado pode ser explicado pela natureza etária dos

alunos do Ensino Fundamental, que, devido à faixa etária mais avançada, estão mais suscetíveis a ingressar no mercado de trabalho para contribuir com a renda familiar, além de estarem mais inclinados a buscar transições para outras modalidades de ensino. A evasão escolar também foi mais prevalente no Ensino Fundamental, com 1 caso registrado, enquanto a Educação Infantil não apresentou evasão. Esses resultados evidenciam um padrão de maior rotatividade no Ensino Fundamental, associado a fatores socioeconômicos, destacando os desafios relacionados à permanência escolar nesse segmento, quando comparado à estabilidade observada na Educação Infantil.

Tabela 14 – Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Educação infantil- 2018

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final	
	Transf.	Mat.	Reclass.	Transf.	Deixou	Falec.	Reclass.	Reman.	Reclass.		Ap.	Rep.
		Posterior	Reman.		Frequentar		Reman:					
68	6	21	1	23	2	0	1	2	0	70	70	0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

Já no ano de 2018, a Educação Infantil da Escola Municipal de Celso Bueno registrou 68 matrículas iniciais. Durante o ano letivo, a escola acolheu 6 alunos transferidos de outras instituições e realizou 21 matrículas subsequentes, evidenciando um fluxo considerável de novos ingressos ao longo do ano. Além disso, 1 aluno foi remanejado ou reclassificado, oriundo de outra cidade e escola, o que destaca a capacidade da instituição em atender demandas educacionais provenientes de diferentes contextos.

No entanto, em relação à movimentação de saída, 23 alunos foram transferidos para outras instituições, um número significativo que denota uma rotatividade considerável. A evasão escolar foi registrada em 2 casos, com alunos deixando de frequentar a escola. Adicionalmente, 1 aluno foi remanejado ou transferido para outra instituição, refletindo a instabilidade no fluxo de matrícula. Esses dados indicam uma mobilidade escolar expressiva, reiterando a necessidade de políticas e estratégias voltadas para a permanência dos alunos, de modo a mitigar a alta rotatividade no segmento da Educação Infantil.

Tabela 15 – Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental - 2018

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final	
	Transf.	Mat.	Reclass.	Transf.	Deixou	Falec.	Reclass.	Reman.	Reclass.		Ap.	Rep.
		Posterior	Reman.		Frequentar		Reman:					
386	31	76	3	108	2	0	13	19	6	373	370	3

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

No decorrer do ano de 2018, o Ensino Fundamental da Escola Municipal de Celso Bueno registrou 386 matrículas iniciais. Durante o ano letivo, a escola recebeu 31 alunos transferidos de outras instituições e efetivou 76 matrículas subsequentes, além de acolher 3 alunos remanejados ou reclassificados, provenientes de outras cidades e escolas. Esses dados revelam a flexibilidade da instituição em atender à demanda de alunos com trajetórias educacionais e contextos diversos.

Em termos de saídas, o número de transferências foi consideravelmente elevado, com 108 alunos transferidos para outras escolas. Além disso, 2 alunos interromperam sua frequência escolar, configurando casos de evasão, e 13 alunos foram remanejados ou transferidos para outras instituições. Esse fluxo intenso de entradas e saídas denota uma mobilidade escolar significativa, refletindo os desafios que o Ensino Fundamental enfrenta em termos de permanência e estabilidade.

Ao compararmos os dados de 2018 entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, é possível observar diferenças notáveis. A Educação Infantil registrou 68 matrículas iniciais, com 6 transferências recebidas e 21 matrículas posteriores, além de 1 aluno remanejado ou reclassificado. Em termos de saídas, 23 alunos foram transferidos, 2 casos de evasão foram registrados e 1 aluno foi remanejado para outra instituição. Esses números indicam um fluxo mais modesto em relação ao Ensino Fundamental, onde o número de transferências (108) e matrículas subsequentes (76) foi consideravelmente mais alto, revelando uma maior rotatividade no Ensino Fundamental.

Além disso, a evasão escolar foi mais prevalente na Educação Infantil, com 2 casos registrados, enquanto o Ensino Fundamental apresentou apenas 1 caso de evasão. O elevado número de transferências no Ensino Fundamental pode ser interpretado pela maior vulnerabilidade dos alunos desse segmento, que, devido à sua idade mais avançada, frequentemente enfrentam demandas externas, como a necessidade de contribuir para a renda familiar ou a transição para outras modalidades de ensino.

Esse comparativo entre os dois segmentos evidencia a maior instabilidade no Ensino Fundamental, que exige atenção específica de políticas públicas voltadas à permanência escolar, em especial em um contexto de alta mobilidade populacional e fatores socioeconômicos que influenciam diretamente o fluxo estudantil.

Tabela 16 – Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Educação Infantil - 2019

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final
	Transf.	Mat.	Reclass.	Transf.	Deixou	Falec.	Reclass.	Reman.	Reclass.		

		Posterior	Reman.		Frequentar		Reman:				Ap.	Rep.
66	4	34	4	19	2	0	4	8	0	83	83	0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

Durante o ano de 2019, a Educação Infantil da Escola Municipal de Celso Bueno registrou 34 matrículas iniciais. Durante o ano letivo, a escola recebeu 4 alunos transferidos de outras instituições, além de efetivar 21 matrículas subsequentes, indicando a continuidade da busca das famílias por ajustes educacionais ao longo do período. No mesmo ano, 4 alunos ingressaram na escola por meio de remanejamentos ou reclassificações, provenientes de outras cidades e escolas, refletindo a capacidade da instituição em atender a diferentes contextos e demandas educacionais.

Em contrapartida, o fluxo de saída também foi expressivo. Durante o ano, 19 alunos foram transferidos para outras escolas, enquanto 2 alunos interromperam sua frequência escolar, configurando casos de evasão. Além disso, 4 alunos foram remanejados ou transferidos para outras instituições. Esse padrão de mobilidade reforça a necessidade de estratégias voltadas à permanência dos alunos, visando reduzir a instabilidade nas matrículas e garantir a continuidade do processo educacional.

Tabela 17 – Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental - 2019

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final	
	Transf.	Mat.	Reclass.	Transf.	Deixou	Falec.	Reclass.	Reman.	Reclass.		Ap.	Rep.
		Posterior	Reman.		Frequentar		Reman:					
321	53	106	6	85	3	1	6	12	0	391	383	8

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

Considerando o ano de 2019, o Ensino Fundamental da Escola Municipal de Celso Bueno iniciou o ano com 321 matrículas. Ao longo do período letivo, a escola recebeu 53 alunos transferidos de outras instituições e efetivou 106 matrículas subsequentes, o que evidencia a flexibilidade da escola em se ajustar às demandas educacionais das famílias. Além disso, 6 alunos ingressaram por meio de remanejamentos ou reclassificações, oriundos de outras cidades e escolas, destacando a capacidade da instituição de integrar estudantes com trajetórias escolares diversificadas.

Por outro lado, o fluxo de saída de alunos também se apresentou de forma significativa. Durante o ano, 85 alunos foram transferidos para outras escolas, enquanto 3 alunos interromperam sua frequência escolar, configurando casos de evasão. Além disso, 6

alunos foram remanejados ou transferidos para outras instituições. Essas informações evidenciam a alta rotatividade de alunos no Ensino Fundamental, o que pode ser atribuído a fatores como a mudança para outras modalidades educacionais ou a demanda de situações familiares, como a necessidade de o filho trabalhar para contribuir para a renda familiar.

Em contraste, na Educação Infantil, a movimentação de alunos foi mais comedida. No mesmo ano, a Escola Municipal de Celso Bueno registrou 34 matrículas iniciais, com 4 transferências recebidas e 21 matrículas posteriores. Esse número reflete uma rotatividade menor em comparação ao Ensino Fundamental. Além disso, 4 alunos foram remanejados ou transferidos para outras instituições, o que também é um número inferior ao registrado no Ensino Fundamental. Quanto às saídas, 19 alunos foram transferidos, mas não houve registros de evasão, o que demonstra uma maior estabilidade no segmento da Educação Infantil, quando comparado ao Ensino Fundamental, onde a evasão foi de 3 alunos.

Este comparativo evidencia uma maior instabilidade no Ensino Fundamental, com um número expressivo de transferências e evasões, especialmente quando considerado o contexto social e familiar que pode influenciar mais diretamente os alunos dessa faixa etária, que são mais suscetíveis a trabalhar para contribuir com a renda familiar. Em contraste, a Educação Infantil apresentou um panorama de maior estabilidade, com menos rotatividade e maior controle sobre a permanência dos alunos.

Tabela 18 – Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Educação Infantil - 2020

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final	
	Transf.	Mat. Posterior	Reclass. Reman.	Transf.	Deixou Frequentar	Falec.	Reclass. Reman:	Reman.	Reclass.		Ap.	Rep.
76	0	12	0	8	0	0	0	0	0	80	0	0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

No ano de 2020, a Educação Infantil da Escola Municipal de Celso Bueno registrou um total de 76 matrículas iniciais. Ao longo do ano letivo, não foram observadas transferências de alunos provenientes de outras instituições educacionais, mas ocorreram 12 matrículas subsequentes, realizadas após o início do ciclo escolar.

Adicionalmente, não houve a incorporação de alunos oriundos de processos de remanejamento ou reclassificação de outras cidades ou escolas. No que tange às saídas, 8 alunos foram transferidos para outras instituições de ensino, enquanto não se verificou qualquer caso de evasão ou remanejamento para outras unidades educacionais. Este cenário

sugere um fluxo escolar relativamente estável, caracterizado por uma mobilidade inferior em comparação aos anos anteriores, evidenciando um padrão de maior estabilidade nas matrículas.

Tabela 19: Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental - 2020

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final	
	Transf.	Mat.	Reclass.	Transf.	Deixou	Falec.	Reclass.	Reman.	Reclass.		Ap.	Rep.
		Posterior	Reman.		Frequentar		Reman:					
375	4	33	0	41	1	0	0	0	0	370	370	0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

Em 2020, o Ensino Fundamental da Escola Municipal de Celso Bueno registrou 375 matrículas iniciais, além de 4 transferências recebidas ao longo do ano. A escola também recebeu 33 matrículas subsequentes, evidenciando uma dinâmica de entrada contínua de novos alunos. Apesar de não ter ocorrido remanejamentos ou reclassificações de estudantes provenientes de outras cidades ou escolas, a instituição demonstrou flexibilidade ao adaptar-se à realidade educacional de diferentes estudantes.

O ano de 2020 também revelou desafios relacionados à permanência dos alunos. Durante o período letivo, 41 alunos foram transferidos para outras instituições, enquanto 1 aluno interrompeu sua frequência escolar, configurando um caso de evasão. Não foram observados remanejamentos ou transferências para outras escolas. Esses dados sugerem uma rotatividade considerável, refletindo uma instabilidade no fluxo de matrículas e a necessidade de estratégias de retenção para garantir maior estabilidade escolar.

Comparativamente, na Educação Infantil, também em 2020, a escola registrou 76 matrículas iniciais. Embora tenha havido 12 matrículas subsequentes, a movimentação foi mais contida em relação ao Ensino Fundamental, com apenas 8 transferências para outras instituições, sem qualquer caso de evasão ou remanejamento. Esse contraste entre os dois segmentos de ensino revela uma maior estabilidade na Educação Infantil, onde a permanência dos alunos tende a ser mais sólida, em virtude de fatores como a idade das crianças, que ainda estão em processo de formação mais integral. Já no Ensino Fundamental, a maior rotatividade e a evasão indicam que fatores externos, como mudanças familiares e a necessidade de trabalho para contribuir com a renda familiar, influenciam a permanência dos alunos na instituição.

Assim, a comparação entre os dois segmentos evidencia que, enquanto a Educação Infantil se mantém mais estável, o Ensino Fundamental apresenta maiores desafios relacionados à mobilidade escolar, exigindo políticas públicas mais robustas para garantir a permanência e minimizar a evasão no nível fundamental.

Tabela 20 – Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Educação Infantil - 2021

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final	
	Transf.	Mat.	Reclass.	Transf.	Deixou	Falec.	Reclass.	Reman.	Reclass.		Ap.	Rep.
		Posterior	Reman.		Frequentar		Reman:					
67	0	21	0	12	1	0	0	0	0	75	75	0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

No decorrer do ano de 2021, a Educação Infantil da Escola Municipal de Celso Bueno registrou um total de 67 matrículas iniciais. Durante o ano letivo, a escola não recebeu transferências de outras instituições, mas houve a efetivação de 21 matrículas adicionais ao longo do período. Além disso, nenhum dos alunos foram remanejados ou reclassificados provenientes de outras cidades ou escolas, o que reflete a estabilidade na entrada de novos alunos.

No que diz respeito às saídas, 12 alunos foram transferidos para outras instituições, enquanto não houve casos de evasão escolar, nem alunos remanejados ou transferidos para outras escolas. Esses dados indicam um fluxo relativamente estável de alunos, com uma mobilidade controlada e sem interrupções significativas na frequência escolar durante o ano de 2021.

Tabela 21: Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental- 2021

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final	
	Transf.	Mat.	Reclass.	Transf.	Deixou	Falec.	Reclass.	Reman.	Reclass.		Ap.	Rep.
		Posterior	Reman.		Frequentar		Reman:					
368	22	38	0	37	1	0	0	0	0	390	390	0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

Ao analisar o ano de 2021, o Ensino Fundamental da Escola Municipal de Celso Bueno registrou 368 matrículas iniciais, o que indica uma demanda expressiva por vagas nesta etapa de ensino. Durante o ano letivo, a escola recebeu 22 alunos transferidos de outras instituições, além de 38 matrículas realizadas após o início do período letivo. Não houve casos de remanejamento ou reclassificação de alunos provenientes de outras cidades ou

escolas, o que sugere uma mobilidade moderada no segmento, sem grandes fluxos de estudantes vindos de contextos externos.

Por outro lado, o Ensino Fundamental também apresentou 37 transferências de alunos para outras instituições, o que reflete uma rotatividade considerável ao longo do ano. Além disso, 1 aluno abandonou a escola, configurando um caso de evasão escolar. No entanto, não se registraram remanejamentos para outras escolas. Esses dados indicam que, apesar da alta taxa de transferências, o fluxo de alunos no Ensino Fundamental manteve-se relativamente estável, com apenas um caso de evasão. A expressiva quantidade de transferências pode ser explicada por diversos fatores, como a migração dos alunos para outras modalidades de ensino ou necessidades familiares, uma vez que os alunos dessa faixa etária estão mais suscetíveis a contribuir com a renda familiar, o que pode gerar mudanças no seu percurso escolar.

Ao compararmos a mobilidade escolar nos segmentos de Educação Infantil e Ensino Fundamental, observam-se diferenças significativas, que refletem as características próprias de cada etapa educacional. A Educação Infantil registrou 67 matrículas iniciais, número consideravelmente inferior ao do Ensino Fundamental, que atingiu 368 matrículas. Essa diferença pode ser explicada pela natureza do ciclo educacional, que demanda mais vagas no Ensino Fundamental, enquanto a Educação Infantil, apesar de essencial para o desenvolvimento inicial das crianças, apresenta uma captação um pouco menor, possivelmente devido ao acesso universal e obrigatório à educação nas etapas iniciais.

Quanto à mobilidade, a Educação Infantil se caracterizou pela ausência de transferências durante o ano, enquanto o Ensino Fundamental recebeu 22 alunos transferidos de outras instituições. Em relação às matrículas subsequentes, a Educação Infantil registrou 21 matrículas, enquanto o Ensino Fundamental teve 38, o que indica que a demanda por vagas no Ensino Fundamental foi mais acentuada, provavelmente em função de fatores como a idade dos alunos e as mudanças de residência ou necessidades familiares.

Em termos de saídas, a Educação Infantil teve 12 transferências de alunos, nenhum caso de evasão e remanejamento ou transferência para outras instituições. Por sua vez, no Ensino Fundamental, 37 alunos foram transferidos para outras escolas, 1 aluno deixou de frequentar a instituição e não houve remanejamentos. A maior quantidade de transferências no Ensino Fundamental pode estar relacionada à necessidade de alunos mais velhos, em idade de trabalho, contribuírem com a renda familiar, o que torna o fluxo de estudantes mais volátil neste segmento.

Essa comparação entre os dois segmentos revela que, enquanto a Educação Infantil apresenta uma mobilidade mais controlada e estável, o Ensino Fundamental se caracteriza por uma maior rotatividade, associada a fatores socioeconômicos e à transição dos alunos para outras modalidades de ensino ou ao ingresso precoce no mercado de trabalho. Assim, a estabilidade observada na Educação Infantil contrasta com a dinâmica mais fluida e, por vezes, instável do Ensino Fundamental, refletindo a complexidade das necessidades e circunstâncias dos estudantes dessa fase.

Tabela 22 – Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Educação Infantil- 2022

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final	
	Transf.	Mat. Posterior	Reclass. Reman.	Transf.	Deixou Frequentar	Falec.	Reclass. Reman:	Reman.	Reclass.		Ap.	Rep.
74	10	11	0	14	0	0	0	0	0	81	0	0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

Interpretando os dados do ano de 2022, a Educação Infantil da Escola Municipal de Celso Bueno registrou 74 matrículas iniciais, demonstrando uma demanda significativa por vagas nesta etapa educacional. Durante o ano letivo, a escola recebeu 10 alunos transferidos de outras instituições, além de 11 matrículas posteriores ao início do ano. Não houve registros de alunos remanejados ou reclassificados provenientes de outras cidades ou escolas, o que indica que a mobilidade no segmento foi moderada, com um fluxo relativamente controlado de estudantes.

Em relação às saídas, o segmento de Educação Infantil também evidenciou uma certa estabilidade, com 14 alunos transferidos para outras instituições, mas sem casos de evasão ou remanejamento para outras escolas. A ausência de evasão escolar e o número relativamente baixo de transferências sugerem uma continuidade no processo educacional, sem grandes interrupções no fluxo de alunos.

Esses dados refletem um ano de estabilidade no segmento da Educação Infantil, com uma mobilidade de alunos mais contida em comparação a outros anos, embora as transferências ainda sejam um fator a ser observado. A permanência e o controle do fluxo escolar são aspectos importantes a serem considerados na análise da gestão educacional da escola, com destaque para a capacidade de atender a diferentes necessidades dos alunos dentro de um quadro de razoável estabilidade.

Tabela 23 – Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental - 2022

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final	
	Transf.	Mat.	Reclass.	Transf.	Deixou	Falec.	Reclass.	Reman.	Reclass.		Ap.	Rep.
		Posterior	Reman.		Frequentar		Reman:					
396	46	22	0	70	6	0	0	0	0	388	382	6

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

Tratando os dados do ano de 2022 referente ao Ensino Fundamental da Escola Municipal de Celso Bueno podemos notar que houve uma efetivação de 396 matrículas iniciais. Durante o ano letivo, o número de alunos transferidos de outras instituições foi de 46, além de 22 matrículas realizadas posteriormente, após o início do ano letivo. Não houve remanejamento ou reclassificação de alunos provenientes de outras cidades ou escolas, o que indica uma mobilidade controlada, com pouca variação de alunos vindos de contextos externos.

Porém, o Ensino Fundamental apresentou uma significativa rotatividade ao longo do ano, com 70 alunos transferidos para outras instituições e 6 casos de evasão escolar, demonstrando que uma parcela considerável dos estudantes abandonou a escola ou migrou para outras instituições. Contudo, não se observou qualquer remanejamento ou transferência para outras escolas, o que sugere que as mudanças ocorreram principalmente em função de transferência para novas instituições ou pela evasão, sem impactos significativos em termos de realocação para outras unidades escolares.

Ao comparar esses dados com os da Educação Infantil no mesmo ano, observamos que a dinâmica de mobilidade escolar é notavelmente distinta. A Educação Infantil registrou 74 matrículas iniciais, com um fluxo de alunos mais controlado, recebendo 10 alunos transferidos e 11 matrículas realizadas posteriormente. O número de transferências foi mais baixo na Educação Infantil, com 14 alunos transferidos e nenhum caso de evasão registrado. Além disso, a mobilidade foi ainda mais restrita, já que não houve remanejamento ou transferência para outras instituições.

Essa comparação evidencia diferenças substanciais entre os dois segmentos. Enquanto o Ensino Fundamental apresentou uma rotatividade considerável de alunos, em função da maior faixa etária e das pressões externas relacionadas à necessidade de auxílio à renda familiar e transições educacionais, a Educação Infantil manteve-se mais estável, com menos transferências e sem registros de evasão. Isso reflete, em parte, a natureza da fase educacional, onde as crianças, por estarem em idade mais precoce, tendem a permanecer em

contextos educacionais mais estáveis, sem os mesmos fatores externos de pressão que impactam os estudantes mais velhos no Ensino Fundamental.

Tabela 24: Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Infantil-2023

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final	
	Transf.	Mat. Posterior	Reclass. Reman.	Transf.	Deixou Frequentar	Falec.	Reclass. Reman:	Reman.	Reclass.		Ap.	Rep.
72	8	18	0	22	1	0	0	0	0	75	75	0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

Em análise aos dados do ano de 2023, o segmento da Educação Infantil da Escola Municipal de Celso Bueno registrou 72 matrículas iniciais. Durante o ano letivo, a escola recebeu 8 alunos transferidos de outras instituições, além de 18 matrículas subsequentes realizadas após o início do ano letivo. Não houve remanejamento ou reclassificação de alunos provenientes de outras cidades ou escolas, indicando uma mobilidade escolar moderada e relativamente controlada.

No que diz respeito às saídas, 22 alunos foram transferidos para outras instituições, o que, embora represente um número considerável de transferências, não se acompanhou de casos de evasão, visto que apenas 1 aluno deixou de frequentar a escola. Não foram registrados remanejamentos para outras unidades escolares. Esses dados revelam um fluxo de alunos caracterizado por transferências, mas com uma baixa taxa de evasão, refletindo uma continuidade na permanência de grande parte dos alunos no contexto educacional.

Esses números ilustram uma rotatividade escolar significativa, mas ainda dentro de um padrão que demonstra certa estabilidade no atendimento da Educação Infantil, sem os níveis elevados de evasão ou descontinuidade observados em outros segmentos, como o Ensino Fundamental.

Tabela 25: Relatório geral de matrículas, movimentações e situação final dos alunos: Ensino Fundamental - 2023

Matrícula Efetivada	Admitidos			Eliminados				Movimentações		Matrícula Final	Situação Final	
	Transf.	Mat. Posterior	Reclass. Reman.	Transf.	Deixou Frequentar	Falec.	Reclass. Reman:	Reman.	Reclass.		Ap.	Rep.
393	40	28	4	87	0	0	4	8	0	374	370	4

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo (2024).

Assim, também no ano de 2023, o Ensino Fundamental da Escola Municipal de Celso Bueno registrou 393 matrículas iniciais, número substancialmente superior ao da

Educação Infantil. Ao longo do ano letivo, a escola recebeu 40 alunos transferidos de outras instituições, além de 28 matrículas subsequentes. Além disso, 4 alunos foram remanejados ou reclassificados, vindo de outras cidades e escolas, o que indica uma mobilidade escolar considerável, com o ingresso de alunos de diversos contextos educacionais.

Em relação às saídas, o Ensino Fundamental apresentou 87 transferências de alunos para outras instituições, o que denota uma rotatividade expressiva ao longo do ano. Importante destacar que, ao contrário do que se observou na Educação Infantil, não houve registros de evasão escolar, o que pode ser interpretado como um dado positivo no contexto da permanência dos alunos na escola. No entanto, 4 alunos foram remanejados ou transferidos para outras instituições, o que novamente reflete a mobilidade do segmento.

Comparando os dados com a Educação Infantil, observa-se que o Ensino Fundamental apresenta uma maior rotatividade, tanto nas entradas quanto nas saídas, sendo notável o volume mais elevado de transferências. Isso pode estar relacionado a uma série de fatores, como a transição para outras modalidades de ensino ou a busca por novas escolas devido a mudanças familiares ou socioeconômicas, especialmente considerando que alunos mais velhos, em idade de trabalho, estão mais suscetíveis a mudanças em função de necessidades externas, como a contribuição para a renda familiar. Enquanto isso, a Educação Infantil se caracteriza por uma maior estabilidade, com um número consideravelmente menor de transferências e sem registros de evasão.

5.7 Movimentação interna na Escola Municipal de Celso Bueno: reflexões sobre educação e sazonalidade no contexto local

A movimentação interna dos alunos nas escolas é um indicador relevante para a compreensão das dinâmicas educacionais, especialmente em contextos socioeconômicos marcados pela sazonalidade, especialmente na Escola Municipal de Celso Bueno, localizada em um distrito onde a economia é significativamente influenciada pelo trabalho agrícola, os registros de remanejamentos e reclassificações entre os anos de 2013 e 2023 oferecem subsídios para refletir sobre as estratégias institucionais frente às peculiaridades locais.

Esses movimentos não apenas evidenciam as adaptações necessárias para atender às demandas da comunidade escolar, mas também destacam as implicações do trabalho sazonal nas trajetórias educacionais das crianças e adolescentes. O exame detalhado desses dados possibilita identificar padrões de vulnerabilidade e desafios enfrentados pelas famílias e pela

escola, revelando as interfaces entre o trabalho, a educação e as relações sociais em Celso Bueno.

A seguir, será apresentada uma análise minuciosa dos registros relativos à Educação Infantil e do Ensino Fundamental, considerando o número de alunos remanejados e reclassificados na última década, de modo a contextualizar as implicações dessa movimentação no panorama educacional e social da localidade.

O remanejamento de alunos dentro das escolas desempenha um papel essencial na adaptação das práticas pedagógicas às necessidades dos estudantes e às dinâmicas da comunidade escolar, sendo um dos principais objetivos dessa estratégia, garantir que os alunos sejam realocados em turmas ou séries mais adequadas ao seu nível de aprendizado, criando condições para o pleno desenvolvimento acadêmico e pessoal. Além disso, essa prática busca equilibrar a composição das turmas, promovendo uma distribuição mais eficiente dos recursos disponíveis, como professores, infraestrutura e materiais didáticos, o que contribui diretamente para a qualidade do ensino.

Outro aspecto relevante é a resposta a demandas específicas que surgem no ambiente escolar, como a resolução de conflitos interpessoais, a atenção a estudantes com necessidades especiais ou a adequação a mudanças no perfil das turmas. Nessas situações, o remanejamento oferece uma solução que visa o bem-estar dos alunos e o aprimoramento das condições de aprendizado. Em contextos marcados por atividades sazonais, como no distrito de Celso Bueno, o remanejamento também se torna uma ferramenta de adaptação às mudanças provocadas pela mobilidade das famílias e pela instabilidade socioeconômica, características comuns em áreas rurais ou dependentes do trabalho agrícola.

Já a reclassificação de alunos segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), é prevista como um mecanismo para adequar o estudante à etapa de ensino mais compatível com sua idade, maturidade e nível de aprendizado. De acordo com o artigo 2, que trata da flexibilidade na organização dos níveis de ensino, as escolas têm a autonomia de organizar o ensino em diferentes formatos, como séries anuais, ciclos, alternância regular de períodos de estudo ou até mesmo outras formas mais adequadas às realidades locais. Nesse contexto, a reclassificação pode ser utilizada como uma ferramenta pedagógica para garantir a progressão escolar de forma mais coerente com as necessidades do aluno.

Segundo a LDB;

A reclassificação é o reposicionamento do aluno na série, período, etapa ou ciclo e pode ser feita quando ocorrer: avanço, aceleração, transferência

(indicando a posição do aluno que será modificada na escola de destino). A reclassificação deverá constituir um recurso de adaptação do aluno na série, etapa, período, ciclo, de acordo com a idade, experiência e nível de desempenho, sempre no sentido de reforçar a autoestima positiva, o gosto pelos estudos e pela escola. (Brasil, 2023, p. 24).

A reclassificação, portanto, permite que o estudante avance ou retroceda para uma série mais adequada ao seu desenvolvimento cognitivo e pedagógico, considerando critérios como avaliações diagnósticas, desempenho acadêmico ou mudanças em sua trajetória escolar, como interrupções ou transferências. Essa prática é especialmente importante em situações em que há defasagem idade-série ou quando o estudante apresenta habilidades e competências que justificam sua readequação.

A análise da movimentação interna de alunos na Escola Municipal de Celso Bueno, ao longo do período de 2013 a 2023, evidencia dinâmicas significativas relacionadas às condições socioeconômicas e ao impacto do trabalho sazonal na comunidade local.

No contexto da pesquisa, a reclassificação assume um papel relevante ao considerar o impacto do trabalho sazonal e das condições socioeconômicas locais na trajetória escolar dos alunos. Por vezes, a sazonalidade pode resultar em lacunas no aprendizado ou interrupções na frequência escolar, tornando a reclassificação uma alternativa necessária para reintegrar o aluno ao processo educativo de maneira eficaz e inclusiva.

A análise dos processos de remanejamento e reclassificação ao longo dos anos revela nuances distintas entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, evidenciando variações significativas entre os períodos analisados.

Em 2013, a Educação Infantil registrou um número mais expressivo de remanejamentos em comparação com o ano seguinte. Esse fenômeno pode ser explicado pela necessidade de ajustar as matrículas de acordo com a demanda local e a instabilidade observada nas inscrições. No Ensino Fundamental, em 2014, houve uma prevalência de reclassificação, refletindo a busca por uma reorganização interna mais focada na adaptação pedagógica, com o objetivo de alinhar o perfil de aprendizagem dos alunos aos requisitos dos anos escolares.

Entre 2015 e 2017, a tendência observada nos primeiros anos se manteve, com a Educação Infantil apresentando um volume considerável de remanejamentos, especialmente em 2016, quando a crescente demanda e as movimentações sazonais de alunos entre as instituições de ensino da região se destacaram. Já no Ensino Fundamental, a reclassificação foi mais significativa, especialmente em 2017, quando estratégias pedagógicas foram

intensificadas para garantir que os alunos permanecessem no ano escolar correspondente às suas habilidades.

De 2018 a 2020, tanto os remanejamentos quanto as reclassificações sofreram uma diminuição, reflexo de um processo de estabilização nas matrículas e na maior previsibilidade do fluxo de alunos, o que indicou um padrão mais constante. No entanto, em 2018, o número de remanejamentos foi significativamente superior à média dos outros anos, sugerindo um aumento pontual na movimentação de alunos, possivelmente relacionado a fatores específicos do contexto local naquele período.

No entanto, entre 2020 e 2023, não foi registrado nenhum caso de remanejamento ou reclassificação. A pandemia de COVID-19 e suas consequências, como as restrições de movimentação e a reorganização das dinâmicas escolares e familiares, contribuíram para essa estabilidade, evitando mudanças nos quadros de matrícula e, possivelmente, impedindo ajustes na composição das turmas durante esse período de crise.

Em síntese, a dinâmica de remanejamento e reclassificação de 2013 a 2023 apresentou variações consideráveis. A Educação Infantil, nos primeiros anos de análise, teve maior incidência de remanejamentos, enquanto o Ensino Fundamental se destacou pela reclassificação. Esses processos foram influenciados por fatores sazonais, econômicos e de políticas educacionais locais, evidenciando a complexidade do contexto educacional em Celso Bueno.

5.8 Análise de reprovação no Ensino Fundamental escola de Celso Bueno (2013-2023)

A reprovação escolar é uma questão de grande relevância e preocupação na Escola Municipal de Celso Bueno, especialmente considerando o contexto regional em que está inserida. Em áreas marcadas pela transitoriedade populacional, motivada pela busca por trabalho sazonal, sobretudo durante os períodos de safra, o risco de interrupções no processo educativo é amplificado.

Em áreas mais vulneráveis, como muitas encontradas no interior do Brasil, as dificuldades enfrentadas pelas crianças e adolescentes transcendem os muros escolares. O acesso limitado a recursos educacionais, a necessidade de contribuir para a renda familiar, além de fatores como evasão e desmotivação, tornam a reprovação um indicador crítico das condições de aprendizado e inclusão social.

Essa dinâmica social impacta diretamente a regularidade e a qualidade da aprendizagem, uma vez que os alunos enfrentam desafios como mudanças frequentes de

escola, descontinuidade pedagógica e dificuldades de adaptação a novos ambientes escolares. Esses fatores, aliados a questões econômicas e sociais típicas de contextos rurais, tornam a reprovação não apenas um reflexo de deficiências educacionais, mas também um indicador das desigualdades e vulnerabilidades vivenciadas por essa população.

Interpretando o período de 2013 a 2023, a reprovação no Ensino Fundamental da Escola Municipal de Celso Bueno apresentou variações significativas, refletindo diferentes contextos pedagógicos e socioeconômicos ao longo dos anos. Em 2013, o número de alunos reprovados foi de 6, o que representa um índice de reprovação relativamente elevado em comparação com os anos subsequentes.

Nos anos seguintes, a reprovação mostrou uma tendência de queda, com 5 alunos reprovados em 2014 e 3 em 2015. Este padrão pode ser interpretado como um reflexo de ajustes pedagógicos realizados pela escola, que pode ter intensificado os processos de acompanhamento e intervenção. Em 2016, houve uma leve elevação para 4 reprovados, seguida por uma estabilização nos anos seguintes, com 3 reprovados em 2017 e 2018.

Já ano de 2019 destacou-se por uma recrudescência na reprovação, com 8 alunos reprovados, o maior número observado no período. Este aumento pode estar associado a mudanças contextuais, como dificuldades no processo de aprendizagem dos alunos, problemas sociais ou até mesmo a necessidade de revisar estratégias pedagógicas.

Entre 2020 e 2021, a reprovação foi inexistente, com nenhum aluno reprovado nesses anos. Esse fenômeno pode ser atribuído ao contexto atípico da pandemia de COVID-19, que afetou as dinâmicas escolares, levando à implementação de estratégias de ensino remoto e outras formas de flexibilização curricular, que talvez tenham contribuído para a manutenção dos alunos nas turmas.

Em 2022, o número de reprovados voltou a subir para 6, seguido por uma redução para 4 reprovados em 2023. Essa flutuação nos números pode indicar uma recuperação gradual das condições pedagógicas pós-pandemia, mas também reflete as constantes mudanças nos perfis dos estudantes e nas práticas educacionais da escola.

Em resumo, a reprovação no Ensino Fundamental de 2013 a 2023 foi marcada por períodos de estabilidade, com uma exceção em 2019, quando houve um pico. A pandemia de COVID-19, sem dúvida, impactou o processo de avaliação, com a ausência de reprovações entre 2020 e 2021, e a recuperação gradual dos índices nos anos seguintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal a análise das dinâmicas da sazonalidade educacional na Escola Municipal de Celso Bueno, localizada no município de Monte Carmelo, MG, durante o período de 2013 a 2023. Ao longo deste estudo, foram investigados dados relacionados às matrículas, transferências, admissões, remanejamentos, reclassificações e evasões de alunos, revelando como a transitoriedade desses estudantes, frequentemente associada ao trabalho sazonal e infantil, influencia de forma significativa o processo de ensino-aprendizagem. O impacto dessa transitoriedade se manifesta de maneira profunda, gerando um ciclo de descontinuidade e fragilidade nas práticas pedagógicas da instituição.

A transitoriedade escolar, caracterizada pela constante mobilidade dos alunos e pela alta taxa de evasão, é um fator determinante na construção de um aprendizado consistente e contínuo. Essa instabilidade, refletida na rotatividade dos estudantes, é muitas vezes impulsionada pela inserção precoce no mercado de trabalho, o que demonstra a falta de estabilidade no ambiente educacional. A consequência disso é uma constante dificuldade no planejamento pedagógico, pois as estratégias educacionais precisam lidar com um público em constante mudança, o que torna a implementação de práticas eficazes uma tarefa desafiadora. A falta de continuidade na formação escolar fragiliza os processos de aprendizagem e compromete a construção de um conhecimento sólido e duradouro.

A análise dos dados obtidos na pesquisa revelou um dado alarmante: entre os anos de 2020 e 2023, não ocorreram remanejamentos ou reclassificações. Este fato evidencia a falta de flexibilidade do sistema educacional local, que não consegue atender às necessidades dos alunos que vivenciam situações de transitoriedade. A rigidez do sistema escolar, ao não ser capaz de se adaptar às flutuações nas matrículas e transferências, resulta em um processo educacional fragmentado, o que agrava ainda mais as dificuldades de aprendizagem e prejudica a integração dos alunos ao ambiente escolar. Essa falta de adaptação do sistema educacional compromete a efetividade das práticas pedagógicas e torna mais difícil a implementação de estratégias que possam minimizar os impactos negativos da mobilidade escolar.

Além disso, as percepções dos professores da Escola Municipal de Celso Bueno corroboram essa realidade, revelando que, embora haja uma compreensão das implicações da transitoriedade dos alunos, a falta de recursos e a escassez de políticas públicas adequadas dificultam a implementação de estratégias pedagógicas eficazes. Os professores, apesar de

reconhecem a necessidade de adaptar suas práticas às especificidades de uma população escolar com altos índices de mobilidade, não encontram respaldo nas políticas educacionais locais, que não oferecem soluções adequadas para lidar com essas questões. Esse cenário reflete uma lacuna significativa na formação de um sistema educacional inclusivo e adaptado à realidade local.

A transitoriedade escolar, além de ser um reflexo das fragilidades do sistema educacional, também pode ser compreendida como um reflexo das desigualdades estruturais presentes no Brasil, particularmente nas áreas rurais. As flutuações nas matrículas, somadas à alta taxa de evasão, indicam um modelo educacional que ainda não é capaz de garantir plenamente o direito à educação, muitas vezes submisso às necessidades econômicas das famílias. Em comunidades como a de Celso Bueno, onde as condições de vida são mais desafiadoras, a escola se vê sobrecarregada, com recursos limitados, o que dificulta ainda mais a oferta de uma educação contínua e de qualidade.

Nesse contexto, a pesquisa posiciona a transitoriedade escolar como um fenômeno que não apenas reflete as dificuldades do sistema educacional, mas também está intimamente relacionado com as condições socioeconômicas da população local. Os dados apontam para um modelo educacional que falha em proporcionar a estabilidade necessária para o desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem eficaz. As desigualdades estruturais, portanto, contribuem diretamente para a fragmentação educacional, onde a educação deixa de ser vista como um direito pleno e passa a ser tratada como uma necessidade subordinada às condições econômicas das famílias.

No campo das políticas públicas, a pesquisa sublinha a necessidade urgente de medidas que busquem promover a estabilidade educacional e combater a transitoriedade. Para que isso seja possível, é imperativo a ampliação da oferta de vagas, a criação de programas de permanência escolar e a implementação de estratégias pedagógicas que sejam adaptadas às realidades locais. Em um contexto como o de Celso Bueno, é imprescindível que as políticas educacionais considerem as especificidades da população, oferecendo suporte adequado para que os alunos possam permanecer na escola e concluir seu processo de formação com qualidade.

A educação deve ser tratada como um direito inalienável, não podendo ser subordinada às condições econômicas das famílias. As condições estruturais devem ser alteradas de forma a garantir o acesso a uma educação de qualidade e de continuidade para todos os alunos, independentemente de sua situação socioeconômica. Para que isso aconteça, é necessário um comprometimento maior dos órgãos públicos com a criação de condições que

promovam a permanência escolar, assegurando que a transitoriedade não seja mais um fator de exclusão, mas sim um ponto de partida para práticas pedagógicas mais flexíveis e inclusivas.

Ao refletir sobre a construção da memória histórica do município de Monte Carmelo, torna-se evidente que o Distrito de Celso Bueno, assim como muitas outras regiões do Brasil, é marcado por uma história complexa de poder e de construção de narrativas sociais. A observação da construção da história comemorativa da cidade revela uma significativa ausência de reconhecimento das contribuições dos trabalhadores, especialmente daqueles que viveram nos bairros periféricos e migraram para a região. Esses indivíduos, através de seu trabalho árduo e cotidiano, desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do município, mas suas histórias raramente são incorporadas às celebrações e narrativas históricas oficiais.

Essa ausência dos trabalhadores nas narrativas históricas do município reflete uma tendência recorrente em várias partes do Brasil, onde as figuras dos ceramistas, proprietários de lavouras cafeeiras, magistrados e vigários são exaltadas, enquanto os trabalhadores, particularmente os que atuam nas zonas periféricas e no campo, são frequentemente marginalizados. Essas omissões contribuem para a perpetuação de uma memória histórica que não reflete a totalidade da sociedade, desconsiderando a importância do trabalho coletivo e das lutas diárias dos indivíduos menos privilegiados.

A falta de reconhecimento das contribuições dos trabalhadores na construção da memória coletiva do município resulta em um silenciamento histórico que perpetua a invisibilidade social dessas populações. Esse silenciamento tem implicações diretas na educação, pois contribui para a construção de um sistema educacional que não contempla a diversidade das realidades locais, afastando a escola das necessidades de uma parte significativa da sociedade. Ao não reconhecer o valor da experiência desses indivíduos, a história do município se distorce e se afasta das realidades vividas pela maioria da população.

Esse processo de invisibilização histórica não ocorre de forma abstrata, mas se manifesta concretamente nas estruturas e práticas institucionais, especialmente no campo educacional. A ausência de reconhecimento das trajetórias e contribuições dos trabalhadores, particularmente os migrantes sazonais, reflete-se na construção de um currículo escolar que desconsidera as múltiplas realidades socioculturais que compõem o tecido social do distrito. Assim, a escola acaba por reproduzir uma lógica homogeneizadora que ignora as especificidades das populações trabalhadoras rurais, reforçando sua marginalização simbólica e material. É nesse contexto que se insere a análise empírica desenvolvida nesta pesquisa, a

qual revelou uma série de aspectos centrais que permeiam a vivência dos sujeitos envolvidos com o trabalho sazonal e suas implicações no campo educacional.

Em primeiro lugar, constatou-se que o trabalho, enquanto mediação essencial entre o homem e a natureza, assume, sob a lógica do capitalismo, uma forma alienada, o que compromete sua dimensão humanizadora. Essa alienação se expressa de maneira aguda no trabalho sazonal migrante, notadamente entre trabalhadores oriundos da região Nordeste do país, que enfrentam condições de precariedade marcadas por intensa rotatividade, exploração sistemática e desenraizamento social e cultural.

Tais condições laborais impactam diretamente o percurso educacional das crianças e adolescentes pertencentes a essas famílias migrantes. A transitoriedade constante, que caracteriza os fluxos migratórios sazonais, acarreta altas taxas de evasão escolar, lacunas de aprendizagem e acentuada defasagem idade-série, comprometendo o direito a uma educação contínua e de qualidade. Diante dessa realidade, torna-se evidente a necessidade de um currículo escolar diferenciado, que vá além da mera adaptação burocrática, mas que seja flexível, crítico e ancorado nas especificidades socioculturais dos estudantes migrantes.

Além disso, a pesquisa aponta para a urgência de uma educação de caráter emancipatório, na qual a escola se configure como um espaço de diálogo, escuta e formação da consciência social. Tal perspectiva pedagógica implica o reconhecimento das condições concretas de vida dos estudantes e suas famílias, promovendo práticas educativas que possibilitem a ressignificação das experiências vividas. Por fim, a superação das desigualdades estruturais identificadas ao longo da investigação requer transformações nas políticas públicas, com foco na garantia do acesso e da permanência escolar para os filhos e filhas dos trabalhadores sazonais, assegurando-lhes oportunidades reais de desenvolvimento humano e cidadania plena.

Esses elementos tornam ainda mais evidente a urgência de enfrentar os desafios educacionais impostos pela lógica da migração sazonal. A investigação empírica constatou uma elevada rotatividade escolar, provocada pela constante mobilidade das famílias em busca de trabalho temporário nas lavouras, especialmente nos períodos de colheita. Tal dinâmica compromete não apenas a continuidade do processo educativo, mas também afeta a construção de vínculos afetivos e pedagógicos entre os estudantes, seus pares e os profissionais da escola.

Essa descontinuidade gera dificuldades de aprendizagem, uma vez que os(as) alunos(as) são frequentemente inseridos(as) em contextos escolares distintos, com calendários letivos, metodologias e conteúdos desarticulados entre si. A transitoriedade se converte,

portanto, em um fator estrutural que compromete o pleno desenvolvimento cognitivo, emocional e social desses sujeitos, aprofundando desigualdades já historicamente constituídas.

Nesse cenário, emergem demandas concretas por flexibilização curricular, com vistas a adequar os processos de ensino e aprendizagem às especificidades dos estudantes em situação de mobilidade. Essa flexibilização não deve se restringir a ajustes pontuais, mas sim integrar uma proposta pedagógica crítica e contextualizada, que reconheça a diversidade cultural dos sujeitos migrantes, respeite seus tempos e trajetórias, e promova práticas educativas comprometidas com a justiça social.

A instabilidade docente constitui outro elemento central no contexto educacional analisado. Observou-se uma expressiva rotatividade anual do corpo docente, o que compromete a continuidade das práticas pedagógicas e enfraquece os vínculos estabelecidos entre professores(as) e alunos(as). Tal fragilidade interfere diretamente na construção de projetos educativos de longo prazo e impede o aprofundamento de metodologias adequadas às particularidades da comunidade escolar.

Associada a essa instabilidade, a fragilidade socioeconômica das famílias dos(as) estudantes configura-se como um obstáculo persistente à permanência escolar. A pesquisa revelou a carência de perspectivas educacionais entre os discentes, muitas vezes pressionados a abandonar a escola para contribuir com a complementação da renda familiar. As condições de pobreza estrutural e a limitação de recursos financeiros dificultam a aquisição de materiais escolares, transporte e até mesmo alimentação, criando um ambiente de vulnerabilidade que favorece a evasão.

Os impactos da evasão escolar são múltiplos e profundos. A intermitência na frequência compromete severamente o processo de ensino-aprendizagem, gerando lacunas cognitivas e descontinuidades nas trajetórias escolares. Ainda que haja iniciativas institucionais para mitigar a evasão, como programas de reforço e ações de busca ativa, estas se revelam insuficientes frente às determinações materiais e estruturais que permeiam a realidade local.

Nesse contexto, a precarização das condições de trabalho e a desvalorização da educação ganham centralidade. As jornadas laborais exaustivas enfrentadas por muitos(as) jovens trabalhadores(as) da zona rural tornam a permanência na escola uma tarefa quase inviável. Soma-se a isso a exploração sistemática da mão de obra juvenil, reforçada por uma lógica agrária que naturaliza a inserção precoce no trabalho. A escola, sob essa ótica, passa a

ser percebida não como um espaço de formação integral, mas sim como um local transitório, cuja função está dissociada de um projeto emancipatório.

Por fim, identificou-se a instrumentalização da educação no imaginário social e nas práticas institucionais. Predomina uma visão utilitarista da escolarização, centrada na capacitação técnica voltada ao manuseio de maquinários agrícolas, em detrimento de uma formação humanística, crítica e reflexiva. Essa perspectiva reduz o papel da escola a um apêndice funcional do mercado de trabalho rural, esvaziando seu potencial transformador e afastando os(as) estudantes de uma vivência educativa mais ampla e significativa.

Portanto, é essencial que haja uma revisão das constituições históricas, para que a contribuição dos trabalhadores seja adequadamente reconhecida e respeitada. Isso não apenas valoriza a história desses indivíduos, mas também promove um ambiente educacional mais inclusivo e conectado com a realidade social local. Reconhecer o papel fundamental desses trabalhadores no desenvolvimento da comunidade fortalece a identidade coletiva da região e cria um espaço educacional mais representativo e equitativo.

Por fim, esta pesquisa contribui para uma compreensão mais profunda dos efeitos da transitoriedade sobre o processo de ensino-aprendizagem, fornecendo dados relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas que busquem promover a permanência escolar e garantir que a educação seja um verdadeiro vetor de transformação social. O desafio de conciliar as necessidades educacionais com as condições de vida dos alunos exige uma atuação mais integrada entre a escola, a comunidade e o poder público, a fim de garantir que a transitoriedade não seja um fator de exclusão, mas uma oportunidade para a construção de práticas pedagógicas mais flexíveis e inclusivas, que atendam às realidades e às necessidades de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

- ACEMC - ASSOCIAÇÃO DOS CERAMISTAS DE MONTE CARMELO – **Parque Cerâmico de Monte Carmelo**. Monte Carmelo, 2005.
- ALMEIDA, PAULO ROBERTO DE MORAIS, S. P.; RESENDE, R. C. **Entrevista com Eurípedes Batista Ferreira Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Centralina e Araporã/ Apresentação Transformações Sociais e Questões Ambientais na Região do Triângulo Mineiro**. História & Perspectivas (UFU), v. 41, p. 213-227, 2009.
- AMORIM, Roberta. **Desenvolvimento e Sustentabilidade: Novos Caminhos para a Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo. 2000.
- ANTUNIASSI, M. H. R. **Trabalho infantil e escolarização no meio rural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. 135 p.
- ARAÚJO, Noeme Santos de. **A precarização das relações de trabalho no setor sucroenergético no município de Ituiutaba (MG)**. 2019. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba. 2020. DOI <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2281>
- ANUÁRIO brasileiro do café 2012/ Erna Regina Reetz.[et al..]. – Santa Cruz do Sul: Editora Santa Cruz. 2012. 136 p.: il. A PESQUISA QUALITATIVA. In: MARTINS, Joel.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. PNUD, IPEA, **Fundação João Pinheiro, 2022. (IDH por Região, 2022)**
Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/map>. Acesso em: 19 de abr. 2025.
- AZEVEDO, FERNANDO DE. **Educação e Democracia**. 2. ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1976.
- BAER, Werner. **A economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 2014.
- BARBOSA, T.; MORAIS, S. P. **Movimento sócio-espacial: abordagens e perspectivas de investigação**. Ciência Geográfica, v. v. 15, p. 18-29, 2011. https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_03.pdf.
- BARROS, J. B. **Migração para a região do Triângulo Mineiro: um estudo sobre trabalhadores rurais do Nordeste**. 2014. 196 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

BARROS, R. (2017). **Migração interna no Brasil: uma análise das características e motivações dos migrantes**. Revista Brasileira de Estudos de População, 34(2), 267-284. <https://doi.org/10.20947/S0102-30982017c0009>.

BETTO, Frei. **Fome Zero: Ganhos e Perdas. In: Fome Zero: Uma História Brasileira**. Org.: Adriana Veiga Aranha. – Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. 1, 2010. pp. 138-9.

BOSI, Antônio de Pádua. **Os sem “Gabarito”: experiências de luta e de organização popular de trabalhadores em Monte Carmelo/MG nas décadas da 1970/1980**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, PUC, 1997.

BRASIL . Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Atualizado pela Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 02 de fev. 2025.

BRASIL . **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 7. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 64 p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. **Contrato de safra**: manual. Brasília, 2002.

BRASIL . **Programa Ética e Cidadania**: construindo valores na escola e na sociedade: inclusão e exclusão social. Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado. Conteúdo: Inclusão e exclusão social. módulo 3: Direitos Humanos. Organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP), equipe de elaboração: Ulisses F. Araújo... [et al.]. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, v. 4. 2007.

BRASIL . **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador**. 2011-2015. Ministério do Trabalho e Emprego. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI). 2011.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Tradução de Ana Maria Capovilla et al. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 1978.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimentismo: A Nova Agenda para o Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2017.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Migrações internas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2005.

CAMPELLO T.; CORTÊS M. N, “orgs.” **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**- Brasília: IPEA, 2013.494 p.

CARDOSO, A. **Varas de café e varas de ossos: saúde dos migrantes nordestinos em MG**. 2016. 178f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - USP, p. 67).

CARRIJO, Rafael. **Agricultura, Desenvolvimento e Políticas Públicas: Um Olhar Crítico sobre a Modernização Agrícola no Brasil**. Brasília: Ipea, 2020.

CARVALHO, J.A.M. de & RIGOTTI, J.I.R. **Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise**. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, ABEP, vol. 15, n. 2, 1998.

COSTA, Ana Luiza dos Santos. **A migração piauiense e as atividades sucroalcooleiras em Morro Agudo (SP)**. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

COSTA, A. M. O. **Trabalho forçado no Brasil: um estudo sobre as lavouras cafeeiras em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

COSTA, Ester Figueira. **Educação para a Redenção: Representações educacionais na Revista da Campanha Nacional de Educação Rural (1954 - 1962)**. 2023. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

CURY CRJ. **A educação e a primeira constituinte republicana**. In: FÁVERO O (org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 1996; 69-80.

CUSTÓDIO, A. V.; SOUZA. I. F. **Conselhos Tutelares como Agentes de Erradicação do Trabalho Precoce**. 2007, Revista Direitos Fundamentais & Democracia. Disponível em <http://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php/rdfd/article/view/65/64>. Acesso em: 06 de fev. 2018.

DAMASCENO, M. N. (coord.) & THERRIEN, J. (coord); CALAZANS, M. J. C.. **Educação e escola no campo**. Ed. Papirus, Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico. Campinas,1993.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA. **Assembleia Geral das Nações Unidas**. 20 nov. de 1959. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/22026/file/declaracao-dos-direitos-da-crianca-1959.pdf> . Acesso em 29 de abr. 2025.

DOTA, E. M.. **Migração sazonal em Santa Bárbara d'Oeste: condições de vida e cotidiano dos bóias-frias**. 2008.

DURHAM, E. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

DURHAM, E. R.. **A caminho da cidade: a vida e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

EMBRAPA. **Atlas do Café no Cerrado Mineiro**. 2021.

EMBRAPA. **Incorporação do bioma Cerrado à agricultura: avanços tecnológicos e impactos da Revolução Verde (1970-1980)**. Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2010.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. Nova edição revista. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FERNANDES, G. L. **Migração e trabalho escravo no café mineiro**. 2018. 214f. Tese (Doutorado em História) - UFU, p. 103).
<https://doi.org/10.22533/at.ed.8591910066>

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, CARLOS. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, v. 09, p. 05-74, 2017.
<https://doi.org/10.5965/2175180309202017005>

FONSECA JÚNIOR, Sérgio Borges. **Uma avaliação das condições de trabalho dos empregados na cafeicultura mineira e no cultivo da cana-de-açúcar em São Paulo, nos anos 2004, 2006 e 2008**. 2013. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 31. ed. São Paulo: Global Editora, 2006. 717 p. ISBN 85-260-0878-9.

GATTI, Bernardete. et al. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GHELLI, Guilherme Marcos. **A estratégia de diferenciação como forma de competir no mercado internacional: o caso do café produzido no cerrado do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.ifbae.com.br/congresso2/pdf/trab10.pdf>. Acesso em 02 de novembro de 2009.

GOMES, L. M. **A diversidade e as práticas pedagógicas na escola pública**. 2011.

GONÇALVES, Paulo Cesar. **Migração e mão-de-obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do Centro/Sul (1877-1901)** /. Paulo César Gonçalves. – São Paulo: Associação Humanista, 2006.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

GRAMSCI, Antônio, 1891-1937. **Cadernos do cárcere**, volume 6/ Antônio Gramsci; tradução, organização e edição Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. **A Geografia do café**. Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 136p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. PNAD Contínua: **Características dos Trabalhadores Agrícolas**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO 2022 - **Motivações Migratórias**. <https://censo2022.ibge.gov.br> (Tabela 1.4.1)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas de Migração Interna (2023) - Triângulo Mineiro**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/migracao>. Acesso em: 19 de abr. 2025.

IANNI, Octávio. **Uma Longa Viagem**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n1a09.pdf>. Acesso em: 20 de nov. 2023.
<https://doi.org/10.1590/S0103-20702004000100009>

INÁCIO, Paulo Cesar. **Trabalho, ferrovia e memória. A experiência de turmeiro(a) no trabalho ferroviário**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2003.

IVASHITA, Simone Burioli. As pesquisas sobre educação rural nos periódicos especializados (1997-2019). In: SOUZA-CHALOPA, R. F. S.; CELESTE FILHO, M.; MESQUITA, I. M. (org.). **História e memória da educação rural no século XX**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020, p. 113-134.

KASSOUF, A. L. **O Que Conhecemos sobre o Trabalho Infantil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v17n2/v17n2a05.pdf>. Acesso em: 01 de mar. 2011.
<https://doi.org/10.1590/S0103-63512007000200005>

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo. Atlas, 2010.

LIBÂNEO, JOSÉ CARLOS. **Didática**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LIMA, S. A. O. **A Evasão Escolar Decorrente do Trabalho Infantil**. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Sandro-Antonio-de-Oliveira-Lima-FUMDES.2013.pdf> Acesso em: 27 de mai. 2017.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes. **Balanço da produção sobre o tema formação e trabalho de professores rurais nos anais do Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE): 2000-2007.** In: SOUZA-CHALOPA, R. F. S.; CELESTE FILHO, M.; MESQUITA, I. M. (org.). *História e memória da educação rural no século XX*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020, p. 45-80.

MARTINS, Joel. **Metodologia da pesquisa educacional:** a pesquisa qualitativa. 2^a. ed. São Paulo: Cortez, 1991. Cap. 4. p. 47-58.

MARTINS, José de Souza. **A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil.** In: *Tempo Social – Revista de Sociologia, USP*, Vol. 6, nos. 1-2, 1994. <https://doi.org/10.1590/ts.v6i1/2.84955>.

MARX, Karl. **O Capital.** Crítica da economia política. Vol. 1/1, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 1971.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. O processo de produção do capital; volume I, livro primeiro. Tomo 1.e 2. Apresentação Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril cultural, 1983. (os economistas).

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro 1. Vol. II. São Paulo: Nova Cultural, 1988b. 294p.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Volume I, Livro Primeiro (Tomos I e II). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos** – filosófico. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos.** São Paulo: Boitempo. 2010.

MARX, Karl. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Obras escolhidas.** São Paulo: Alfa-Ômega, s.d.

MENDONÇA, Sonia Regina. **O Ruralismo Brasileiro.** São Paulo: Hucitec, 1997.

MENDONÇA, Sonia Regina. **Ensino agrícola e influência norte-americana no Brasil (1945-1961).** *Tempo*, v. 15, n. 29, p. 139–165, jul. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/scbb7D6Lk3HN4tXqgkyYRSq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 fev. 2024. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042010000200006>.

MÉSZÁROS, I. **Educação para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo. 2021.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Leviatã.** São Paulo: Boitempo, no prelo.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1997.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MINAYO, M. C. S. *et al.* (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

MORAIS, S. P. **Trabalhadores agroindustriais: estrutura e processo histórico no Triângulo Mineiro (1980-2012)**. Revista Saeculum, Paraíba, v.26, p.275-294, 2012.

MORAIS, S. P.; ALMEIDA, P. R. de. **Em movimento: trabalho em canaviais e trajetórias de trabalhadores no Triângulo Mineiro nas últimas décadas**. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v.4, p.146-162, 2012.
<https://doi.org/10.5007/1984-9222.2012v4n7p146>.

MORAIS, S.P.; SORDI, D. N. **Deveriam os cortadores de cana-de-açúcar se qualificar? Modificações e permanências no trabalho agroindustrial no triângulo mineiro**. Revista HISTEDBR On-line, v.13, p.172-192, 2013.
<https://doi.org/10.20396/rho.v13i50.8640299>

MUNANGA, KABENGELE. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Cadernos PENESB. Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicada da Faculdade de Educação, nº 5, 2004.

NÓVOA, António. (org.). **Profissão professor**. Porto Editora, 2. ed. (Coleção Ciências da Educação). Portugal, 1999.

OBSERVATÓRIO DA MIGRAÇÃO NA AGRICULTURA. **Relatório anual de salários agrícolas**. Brasília: MTE, 2023. OLIVEIRA, M. **Migração e renda no agronegócio cafeeiro**. 2022. 198f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia.

OLIVEIRA, Marcelo Costa. **Contabilidade da desigualdade: arquivos do café no Triângulo Mineiro**. 2020. 192f. Dissertação (Mestrado em Economia) - UFU, p. 89).

PASTORAL DO MIGRANTE. Dossiê: 2001 – 2003 – **Rota da Mobilidade Humana para o Interior Paulista**. Jaboticabal: Pastoral do Migrante, 2003.

PEREIRA, G. **O desenvolvimento da cafeicultura no Cerrado**/ Geraldo Pereira, João Batista Ramos Sampaio, Jozeneida Lúcia Pimenta de Aguiar. – Planaltina: Embrapa Cerrados, 1999.

PORTILHO, L.G.R. **História e Histórias de Monte Carmelo**. Associação Comercial e Empresarial de Monte Carmelo/MG. Gráfica e Editora Vitória. Monte Carmelo. 2013.

PESSÔA, V. L. S.; SILVA, P. J. **O café e a soja na (re)organizaçãodo espaço do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**. Relatório final apresentado ao CNPq. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, agosto/1999.

PIRES, M. F. de C. O materialismo histórico dialético e a educação. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. UNESP, v. 1, n. 1, p. 8394, 1997. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/240973022_O_materialismo_historico-dialetico_e_a_Educacao. Acesso em: 09 de abr. 2025.
<https://doi.org/10.1590/S1414-32831997000200006>.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PREVITALI, F. S.; MORAIS, S. P.; FAGIANI, C. C. **Trabalho e migração: o caso da agroindústria sucroalcooleira no triângulo mineiro a partir da década de 2000**. REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, v. 7, p. 01-21, 2013.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: **uma década de inclusão e cidadania** / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília: Ipea, 2013. 494 p.: gráfs, mapas, tabs.

PUENTES, R. V.; LONGAREZI, A. M.; AQUINO, O. F. **O Ensino Médio estadual em Uberlândia/MG, Brasil: perfil sociodemográfico e profissional de seus professores**. In: LONGHINI, Marcos Daniel. (Org.). **O uno e o diverso na educação**. Uberlândia: EDUFU, 2011, v. 1, p. 185-196.

RAMOS, Rejanne do Carmo; BRITO, Gilmário Moreira. **A história da educação rural: um balanço a partir das teses e dissertações no Brasil (2018-2023)**. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, Uberlândia, v. 37, n. 2, p. 76-112, jul./dez. 2024. ISSN 1518-7640.
<https://doi.org/10.14393/cdhis.v37n2.2024.75737>

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 25. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 8. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

RIZZINI, Irene; FONSECA, Cláudia. **As meninas e o universo do trabalho infantil no Brasil: aspectos históricos, culturais e tendências atuais**. Lima: OIT, 2002.

SADALLA, A. M. F. A. et al. **Partilhando formação, práticas e dilemas: uma constituição ao desenvolvimento docente. Psicologia Escolar e Educacional**. v. 9, n. 1, p.71-86, 2005.
<https://doi.org/10.1590/S1413-85572005000100007>

SANTOS, Edinéia Oliveira dos. NEVES, Márcia Luzia C. **Educação do campo e desenvolvimento territorial: reflexões e proposições**. Revista Eletrônica de Culturas e Educação Entrelaçando, Caderno Temático IV Nº6, V.1, Ano III (2012), p.1-10, Set-Dez, ISSN 2179.8443. Disponível: <http://www.scielo.br>. Acesso em 22/07/2014.

SANTOS, Janaina Jácome dos. **Trabalho e Trabalhadores rurais: memórias e experiências Patrocínio/MG. 1970-2008**. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

SANTOS, Regina Bega. **Migração no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1998.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 1944.

SAVIANI, D. **Escola Pública no Brasil: história e historiografia**. São Paulo: Campinas Autores Associados, 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Dados do povoado de Celso Bueno**. 2023. Disponível em: <http://www.montecarmelo.gov.br/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA. **Dados do povoado de Celso Bueno**. 2023. Disponível em: <http://www.montecarmelo.gov.br/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Relatório sobre a situação de saúde do povoado de Celso Bueno**. 2006. Disponível em: <http://www.montecarmelo.gov.br/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PATROCÍNIO. **Planilha de remuneração sazonal 2024**. Patrocínio: STR, 2024.

SINGER, André. *A Nova Classe Média: O Lado Brando da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2016.

SILVA, L. R. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, F. de O. (2018). **Trabalho, saúde e ambiente na cultura do sisal no Estado da Bahia, Brasil**. *Saúde e Sociedade*, 27(1), 50-62.
<https://doi.org/10.1590/s0104-12902018170494>

SILVA, J. G. **Estrutura fundiária e relações de produção no campo brasileiro**. Anais: II Encontro Nacional da ABCP. Águas de São Pedro. SP. 1980.

SILVA, J. G. da. **A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, F. C. L. **O trabalho infanto-juvenil na sociedade capitalista**. *Revista Educar*, Curitiba, v. 1, n.15, p. 83-101, 1999. Disponível em: http://www.educaremvista.ufpr.br/arquivos_15/lopes_da_silva.pdf. Acesso em: 12 de jan. 2017.
<https://doi.org/10.1590/0104-4060.193>

SILVA, SOLANGE OLIVEIRA DA, 1984- **Trabalho infantil e educação do campo na região do Baixo Sul da Bahia (2007-2015)** / Solange Oliveira da Silva. - 2018. 117 f.: il.

SLYWITCH, Yermak. **A história de Monte Carmelo contada por Yermak Slywitch**. Apostila/ Biblioteca Municipal de Monte Carmelo, 1991. 265p.

SOUZA-CHALOPA, Rosa Fátima; DOMINGOS MORAES, Agnes. I. **200 anos de Educação Rural no Brasil: histórias de exclusão, abandono e discriminação**. *Educação em Foco*, [S. l.], v. 25, n. 46, p. 61–85, 2022. DOI: 10.36704/eef.v25i46.6627. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/6627>. Acesso em: 6 ago. 2023.
<https://doi.org/10.36704/eef.v25i46.6627>

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; VEIGA, J. P. C. **Construção dos instrumentos qualitativos e quantitativos**. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E.R. (Orgs.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

<https://doi.org/10.7476/9788575415474>

SOUZA, Wilian Santos. **Precarização do trabalho docente e terceirização no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM):** indícios localizados na contratação de professores substitutos de 2009 a 2023. 2024. 112 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024.

<https://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.5061>

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

TEIXEIRA, A. **Educação para a democracia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1979.

TEIXEIRA, A. **Educação é um direito**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

TORRES, M. C. N. **Direito à Educação: A Evasão Escolar Causada pelo Trabalho Infantil**. Monografia (Especialização em Direito) Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná, 2010. Disponível em:

http://www.femparpr.org.br/monografias/upload_monografias/Marcia%20Cristina%20Nogueira%20Torres.pdf. Acesso em: 14 de out. 2017.

UNESCO. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural**. Relatório Mundial da UNESCO. 2009.

UNESCO. **Relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos** – Brasília: UNESCO, 2010. ISBN: 978-85-7652-120-4.

ANEXOS

ANEXO 1 - O Distrito de Celso Bueno na década de 70.



FONTE: Acervo Escola Municipal de Celso Bueno

ANEXO 2 - Reforma da Escola Municipal de Celso Bueno 1999.



FONTE: Acervo Escola Municipal de Celso Bueno.

ANEXO 3 - Escola Municipal de Celso Bueno 2001.



FONTE: Acervo Escola Municipal de Celso Bueno.

ANEXO 4 - Escola Municipal de Celso Bueno 2001.



FONTE: Acervo Escola Municipal de Celso Bueno

ANEXO 5 - Projeto Família na escola 2001.

FONTE: Acervo Escola Municipal de Celso Bueno

ANEXO 6 - Limpeza da Escola Municipal de Celso Bueno 2002.



FONTE: Acervo Escola Municipal de Celso Bueno

ANEXO 7 - Projeto família na escola 2002.



FONTE: Acervo Escola Municipal de Celso Bueno

ANEXO 8 - Projeto “Viva melhor” da Escola Municipal de Celso Bueno 2005.



FONTE: Acervo Escola Municipal de Celso Bueno

ANEXO 9 - Projeto “Circo Berimbau” da Escola Municipal de Celso Bueno 2007.



FONTE: Acervo Escola Municipal de Celso Bueno

ANEXO 10 - Reforma da Quadra da Escola Municipal 2008.



FONTE: Acervo Escola Municipal de Celso Bueno

ANEXO 11 - Reforma da Escola Municipal de Celso Bueno 2024-1.



FONTE: Dados da pesquisa

ANEXO 12 - Reforma da Escola Municipal de Celso Bueno 2024-2.



FONTE: Dados da pesquisa.

ANEXO 13- Reforma da Escola Municipal de Celso Bueno 2024-3.



FONTE: Dados da pesquisa.

ANEXO 14- Reforma da Escola Municipal de Celso Bueno 2024-4.



FONTE: Dados da pesquisa.

ANEXO 15- Reforma da Escola Municipal de Celso Bueno 2024-5.



FONTE: Dados da pesquisa.

ANEXO 16 - Reforma da Escola Municipal de Celso Bueno 2024-6.

FONTE: Dados da pesquisa.

ANEXO 17 - Reforma da Escola Municipal de Celso Bueno 2024-7.



FONTE: Dados da pesquisa.

ANEXO 18 - Reforma da Escola Municipal de Celso Bueno 2024-8.



FONTE: Dados da pesquisa.

ANEXO 19 - Reforma da Escola Municipal de Celso Bueno 2024-9.



FONTE: Dados da pesquisa.

ANEXO 20 - Reforma da Escola Municipal de Celso Bueno 2024-10.



FONTE: Dados da pesquisa.

ANEXO 21 - Reforma da Escola Municipal de Celso Bueno 2024-11.



FONTE: Dados da pesquisa.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Termo de consentimento livre e esclarecido - professores

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de doutorado intitulada **“TRABALHO SAZONAL: EDUCAÇÃO E RELAÇÕES SOCIAIS NO DISTRITO DE CELSO BUENO (MONTE CARMELO, MG).2013-2023”**. sob a responsabilidade dos pesquisadores Dr. Sérgio Paulo Morais e Me. Heber Junio Pereira Brasão, ambos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Nesta pesquisa nós estamos pretendendo investigar o trabalho sazonal e sua repercussão no processo de ensino aprendizagem dos filhos de migrantes nordestinos que estudam na Escola Municipal de Celso Bueno, Distrito de Monte Carmelo – MG. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador Heber Junio Pereira Brasão, antes da realização das entrevistas informando o conhecimento e consentimento do indivíduo dos objetivos da pesquisa e a forma como será realizada a entrevista e, posteriormente, analisadas e publicadas. O indivíduo tem total liberdade de se recusar a participar da pesquisa ou interromper sua participação no momento que desejar, conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Na sua participação, você participará de uma entrevista registrada em um diário de campo e responderá um questionário semiestruturado. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda sim sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos consistem em identificação, sendo minimizado pela utilização de apelidos (nomes falsos) em qualquer registro da entrevista. Os benefícios serão destinados à sociedade, pois contribui na construção do conhecimento científico, que é sempre uma construção coletiva.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Heber Junio Pereira Brasão, Rua João Valadão 181, Bairro Residencial Dona Quita– Monte Carmelo-MG, CEP: 38500-000; fone: (34) 3842-4014 ou 99984-8905e Sérgio Paulo Morais, Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco H, sala 1H34, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: (34) 3230-9597.

Uberlândia,de de

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa

APÊNDICE 2 - Termo de consentimento livre e esclarecido - alunos

Você está sendo convidado(a) *a autorizar o(a) seu (sua) filho(a)* a participar da pesquisa de Doutorado intitulada **“TRABALHO SAZONAL: EDUCAÇÃO E RELAÇÕES SOCIAIS NO DISTRITO DE CELSO BUENO (MONTE CARMELO, MG).2013-2023”**, sob a responsabilidade dos pesquisadores Dr. Sérgio Paulo Morais e Me. Heber Junio Pereira Brasão, ambos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Nesta pesquisa nós estamos pretendendo investigar o trabalho sazonal e sua repercussão no processo de ensino aprendizagem dos filhos de migrantes nordestinos que estudam na Escola Municipal de Celso Bueno, Distrito de Monte Carmelo – MG. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador Heber Junio Pereira Brasão, antes da realização das entrevistas informando o conhecimento e consentimento do indivíduo dos objetivos da pesquisa e a forma como será realizada a entrevista e, posteriormente, analisadas e publicadas. O indivíduo tem total liberdade de se recusar a participar da pesquisa ou interromper sua participação no momento que desejar, conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Com a sua autorização, seu (a) filho (a) responderá um questionário semiestruturado. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos consistem em identificação, sendo minimizado pela utilização de apelidos (nomes falsos) em qualquer registro da entrevista. Os benefícios serão destinados à sociedade, pois contribui na construção do conhecimento científico, que é sempre uma construção coletiva.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Heber Junio Pereira Brasão, Rua João Valadão 181, Bairro Residencial Dona Quita–Monte Carmelo-MG, CEP: 38500-000; fone: (34) 3842-4014 ou 99984-8905 e Sérgio Paulo Morais, Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco H, sala 1H34, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: (34) 3230-9597.

Uberlândia, de de

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu autorizo meu (a) filho(a) participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do responsável do participante da pesquisa

APÊNDICE 3 - Questionário dos professores**DADOS PESSOAIS****1. Sexo:**

A () feminino

B () masculino

2. Idade: _____ anos.**3. Tem filhos**

A. () Não

B. () Sim. Quantos? _____

4. Você se considera:

A. () Negro

B. () Branco

C. () Indígena

D. () Asiático/Oriental

E. () Pardo

F. () Outro: _____

5. Qual é sua procedência?

A. () Monte Carmelo, MG

B. () Outra localidade no Triângulo Mineiro

C. () Outra região de Minas Gerais

D. () Outro estado na região Sudeste

E. () Outra região do país

6. Em qual das faixas abaixo você calcula estar a soma da renda mensal dos membros da sua casa?

F. () Menos de R\$ 1.000,00

G. () De 1.000,00 a R\$ 1.500,00

H. () De R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00

I. () De R\$ 2.001,00 a R\$ 2.500,00

J. () De R\$ 2.501,00 a R\$ 3.000,00

K. () mais de R\$ 3.000,00

DADOS PROFISSIONAIS**7. Caso tenha nível superior, que curso você fez/faz:** _____**8. Ano de Conclusão ou Previsão:** _____**9. Sua titulação (concluída) mais elevada é:**

A. () Magistério/ Técnico ou Ensino Médio

B. () Graduação/Faculdade

C. () Especialização em: _____

D. () Mestrado em: _____

10. Há quanto tempo você exerce a docência nesta IE?

A. () menos de um ano

B. () de 1 a 2 anos

C. () de 2 a 5 anos

- D. () de 5 a 8 anos
E. () mais de 8 anos

11. Há quanto tempo você é professor(a)?

- A. () menos de um ano
B. () de 1 a 2 anos
C. () de 2 a 5 anos
D. () de 5 a 8 anos
E. () mais de 8 anos

12. Identifique as atividades que são mais praticadas por você em suas horas vagas:

- A. () Ler
B. () Assistir à TV
C. () “Navegar” no computador
D. () Assistir espetáculos teatrais ou de dança
E. () Conversar com amigos
F. () Ir para barzinhos e clubes
G. () Passear em shoppings ou centros de compras
H. () Outros (especificar): _____

QUESTÕES REFERENTES AO TRABALHO SAZONAL

13. Você considera que durante o período sazonal, exista uma evasão escolar para trabalharem nas lavouras?

- A. () SIM
B. () NÃO

14. Como uma grande parte da população do Distrito de Celso Bueno, você considera que os pais ou responsáveis, enxergam que a educação é capaz de transformar a vida dos alunos?

- A. () Totalmente
B. () Parcialmente
C. () De nenhuma forma

15. Na sua opinião, o que leva os alunos a abandonarem a escola durante o período sazonal?

- A. () Pressão familiar
B. () Necessidade de se ajudar na renda familiar
C. () Falta de perspectiva de vida
D. () Desinteresse pela escola

16. Enquanto professor o que você acha que deveria ser feito para garantir a permanência do aluno na escola?

- A. () Políticas públicas que garantam a permanência do aluno
B. () Conscientização do aluno da necessidade da sua formação como instrumento de transformação social
C. () Conscientização de pais/responsáveis sobre a formação desses jovens e adolescentes
D. () Fiscalização de órgãos competentes que garantam a permanência desses jovens e adolescentes na escola

17. Quais as principais causas que levam crianças e adolescentes a trabalharem desde cedo?

- A. () Pobreza e baixa renda.
B. () Baixa escolaridade dos pais.
C. () Grande quantidade de filhos.
D. () Má qualidade da educação.
E. () Busca de mão-de-obra barata.
F. () Falta de mão-de-obra e de fiscalização.

18. No seu entendimento a evasão escolar dos alunos interferem no processo educativo (ensino-aprendizagem)?

- A. () Sim
B. () Não

19. Ao seu ver a Escola tem desenvolvido ações que contribuam para minimizar a evasão escolar dos alunos da escola de Celso Bueno?

A. ☐ Sim

B. ☐ Não

20- Caso tenha respondido SIM, apresente uma situação que exemplifique sua resposta:

21- Você acha que seus colegas da Escola de Celso Bueno têm dificuldade para lidar com a diversidade cultural de seus alunos?

A. ☐ Sim

B. ☐ Não

22. Você discute a questão das diferenças culturais em sala de aula?

A. ☐ Sim.

B. ☐ Não.

23. Você discute a questão do trabalho em sala de aula?

A. ☐ Sim.

B. ☐ Não.

24. A escola de Celso Bueno faz algum trabalho de valorização da cultura original de seus alunos?

A. ☐ Sim.

B. ☐ Não.

25. Caso tenha respondido SIM, apresente uma situação em que este trabalho pode ser observado:

26. Você considera que o ambiente escolar realmente promove a inclusão desses alunos com outras procedências culturais e territoriais?

A. ☐ Não

B. ☐ Sim.

27. Você acha que seus alunos provenientes de outras regiões têm boa autoestima ou se sentem discriminados e por isso preferem o trabalho do que a escola?

A. ☐ Não

B. ☐ Sim.

28- Quais os motivos que você acha que os alunos que deixam a escola durante o trabalho sazonal?

A. ☐ Desinteresse pela escola.

B. ☐ Influência dos pais.

C. ☐ Ajudar na complementação da renda familiar.

29. Você acredita que os alunos que deixam a escola durante o trabalho sazonal, trabalham quantas horas diárias?

A. ☐ Menos de 8 horas

B. ☐ 8 horas diárias

C. ☐ 10 horas diárias

D. ☐ 12 horas diárias

E. ☐ Mais de 12 horas diárias.

30. Você percebe que esses alunos que saem da escola, para trabalhar tem seus direitos trabalhistas garantidos?

☐ Sempre

☐ Às vezes

☐ Nunca

31- Em relação aos pais que trabalham nas diversas lavouras do Distrito de Celso Bueno, você percebe que eles têm seus direitos trabalhistas garantidos?

☐ Sempre

() Às vezes

() Nunca

32- Você acredita que as condições de trabalho exigidas desses alunos estão dentro do padrão estabelecido pelo Ministério do trabalho?

() Sim

() Não

33. Existe fiscalização permanente que possa minimizar os impactos da evasão escolar durante o período sazonal?

A. () Às vezes

B. () Sempre

C. () Nunca

*Agradecemos
por sua colaboração!*

APÊNDICE 4 – Questionário dos alunos**Dados pessoais****1. Sexo:**

A () feminino

B () masculino

2. Idade: _____ anos.**3. Você se considera:**

A. () Negro

B. () Branco

C. () Indígena

D. () Asiático/Oriental

E. () Pardo

F. () Outro: _____

4. De onde você é?

A. () Monte Carmelo, MG

B. () Outra localidade no Triângulo Mineiro

C. () Outra região de Minas Gerais

D. () Outro estado na região Sudeste

E. () Outra região do país

5- Em minha casa vivem:

A. () pai

B. () mãe

C. () Avô/avó

D. () tio/tias

E. () irmãos. Quantos? _____

F. () irmãs. Quantas? _____

G. () Outros. Especificar _____

6. A soma da renda mensal de todas as pessoas que convivem em sua casa é de:

A. () Menos de R\$ 1.000,00

B. () De 1.000,00 a R\$ 1.500,00

C. () De R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00

D. () De R\$ 2.001,00 a R\$ 2.500,00

E. () De R\$ 2.501,00 a R\$ 3.000,00

G. () mais de R\$ 3.000,00

7- Há quanto tempo você mora em Celso Bueno?

A. () Menos de um ano

B. () Mais de um ano e menos de três

C. () Mais de três anos e menos de cinco

D. () Mais de cinco anos e menos de dez

E. () Mais de dez anos

8. Em que ano você está matriculado?

A. () 6º Ano

B. () 7º Ano

C. () 8º Ano

D. () 9º Ano

9. Há quanto tempo você estuda nesta Escola?

- A. () menos de um ano
- B. () de 1 a 2 anos
- C. () de 2 a 5 anos
- D. () de 5 a 8 anos
- E. () mais de 8 anos

10- Identifique as atividades que são mais praticadas por você em suas horas vagas:

- A. () Ler
- B. () Assistir à TV
- C. () “Navegar” no computador
- D. () Assistir espetáculos teatrais ou de dança
- E. () Conversar com amigos
- F. () Passear em shoppings ou centros de compras
- G. () Outros

(especificar): _____

QUESTÕES REFERENTES AO TRABALHO SAZONAL**11. Quantas pessoas trabalham em sua casa?**

- A. () 1 pessoa
- B. () de 2 a 3 pessoas
- C. () de 4 a 5 pessoas
- D. () mais de 5 pessoas

12. Você considera que as condições de trabalho no Distrito de Celso Bueno são?

- A. () Excelentes
- B. () Boas
- C. () Razoáveis
- D. () Insatisfatórias
- E. () Ruins

13. Das pessoas que trabalham em sua casa, quais são esses locais de trabalho?

- A. () Lavouras
- B. () comércio
- C. () Outros: _____

14. Qual a carga horária de trabalho dos membros familiares?

- A. () 8 horas diárias
- B. () 10 horas diárias
- C. () 12 horas diárias
- D. () Mais de 12 horas diárias

15. Se a maioria dos membros familiares trabalham nas lavouras, em quais lavouras eles trabalham?

- A. () Café
- B. () Lavouras Brancas (Soja, milho, Trigo)
- C. () Batatas
- D. () Outras lavouras

16- Todas as pessoas que trabalham em sua casa possuem carteira assinada?

*Agradecemos
por sua colaboração!*